

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

VINÍCIUS FERREIRA RIBEIRO CORDÃO

O FIM DA HOMOSSEXUALIDADE?
ESCRITURAS DE UM TEMPO INCOMUM

RIO DE JANEIRO

2024

VINÍCIUS FERREIRA RIBEIRO CORDÃO

**O FIM DA HOMOSSEXUALIDADE?
ESCRITURAS DE UM TEMPO INCOMUM**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Comunicação e Cultura da Universidade
Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do grau de
Doutor em Comunicação e Cultura.

Orientador: Ana Paula Goulart Ribeiro

Rio de Janeiro
2024

CIP - Catalogação na Publicação

F383f Ferreira, Vinicius
 O fim da homossexualidade? escrituras de um
 tempo incomum / Vinicius Ferreira. -- Rio de
 Janeiro, 2024.
 251 f.

 Orientadora: Ana Paula Goulart Ribeiro.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
 de Janeiro, Escola da Comunicação, Programa de Pós
 Graduação em Comunicação, 2024.

 1. História da Comunicação. 2. Homossexualidade.
 3. Comun. 4. Temporalidades. 5. Subjetividades. I.
 Goulart Ribeiro, Ana Paula , orient. II. Título.

**ATA DA QUINGENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA QUARTA SESSÃO
PÚBLICA DE EXAME DE TESE DE DOUTORADO DEFENDIDA POR
VINICIUS FERREIRA RIBEIRO CORDÃO NA ESCOLA DE
COMUNICAÇÃO DA UFRJ**

Aos doze dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, às quatorze horas, por meio de videoconferência, foi realizada a defesa de tese de doutorado de **Vinicius Ferreira Ribeiro Cordão**, intitulada: ***“O Fim da Homossexualidade: escrituras de um tempo incomum”***, perante a banca examinadora composta por: **Ana Paula Goulart Ribeiro** [orientador(a) e presidente], **Igor Pinto Sacramento**, **Paulo Roberto Gibaldi Vaz**, **Ana Regina Barros Rêgo Leal** e **Bruno Souza Leal**. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua tese:

☒ aprovada ☐ reprovada ☐ aprovada mediante alterações

A banca destacou a originalidade da abordagem e a qualidade de escrita e da pesquisa desenvolvida.

E, para constar, eu, Thiago Couto, lavrei a presente, que segue datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Doutor(a) em Comunicação e Cultura.

Documento assinado digitalmente
ANA PAULA GOULART RIBEIRO
Data: 14/06/2024 13:11:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2024

Ana Paula Goulart Ribeiro [orientador(a) e presidente]

Documento assinado digitalmente
IGOR PINTO SACRAMENTO
Data: 14/06/2024 13:54:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Igor Pinto Sacramento [examinador(a)]

Documento assinado digitalmente
PAULO ROBERTO GIBALDI VAZ
Data: 19/06/2024 16:11:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Paulo Roberto Gibaldi Vaz [examinador(a)]

Documento assinado digitalmente
ANA REGINA BARROS REGO LEAL
Data: 15/06/2024 12:01:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ana Regina Barros Rêgo Leal [examinadora]

Documento assinado digitalmente
BRUNO SOUZA LEAL
Data: 18/06/2024 14:52:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Bruno Souza Leal [examinador(a)]

Documento assinado digitalmente
VINICIUS FERREIRA RIBEIRO CORDÃO
Data: 19/06/2024 16:20:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Vinicius Ferreira Ribeiro Cordão [candidato]

* As atas de defesa de tese/apresentação de dissertação dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro somente geram efeitos após sua homologação pelo CEPG.

DEDICATÓRIA

A Dircinha, sem você nada seria possível.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Ana Paula, por sempre ter acreditado e nunca ter desistido. Nesses quase dez anos, contei com seu apoio, amizade e orientação cuidadosa.

A Ana Regina, pela constante acolhida e pelo aprendizado ao longo de toda a minha vida acadêmica.

Aos professores e pesquisadores que contribuíram diretamente para a minha formação e para os caminhos trilhados nesta pesquisa, em especial Bruno Souza Leal, Carlos Alberto Carvalho, Denilson Lopes, Ieda Tucherman, Marcio Tavares, Marialva Barbosa, Muniz Sodré, Victa de Carvalho e Paulo Vaz.

A Jorgina e ao Thiago pela escuta, acolhimento e busca das melhores soluções possíveis.

Sabrina Guerra e João Gomes Júnior por compartilharem comigo suas fontes de pesquisa. Essa generosidade acadêmica me permitiu ter acesso a alguns livros raros sobre a homossexualidade brasileira, produzidos por sanitaristas no início do século XX.

A todo o suporte, estímulo e paciência da minha família. Especialmente da minha avó Dirce, que apesar da distância se fez presente diariamente. A minha mãe Luci por partilhar das dores e alegrias da vida academia e a minha tia Elda, pelas palavras de incentivo

Lívia e Gêsa, por serem minhas cúmplices na vida.

Marcos, por ter sido companheiro em todos os momentos desta jornada.

Abraão, Alceste, Alice, Bruno, Dani, Igor, Juliana, Maurício, Pat, Rachel, Renata, Roberto, Iza, meus amigos do Rio que nunca soltaram minha mão,

Andressa, Ari, Bruna, Diana, Diego, Ellayne, Erickson, Eron, Jessika, Marianna, Mayara, Patrícia, Rebeca, Victor e Willame, por compreenderem as minhas ausências e continuarem me amando.

Lucas e Bruno, pela convivência do lar.

Aos meus ex-alunos da Universo, por terem me ensinado a ser professor.

Ana, Adriano, Flavia, Gabriel, Kizi, Lilian, Mel, Rosi Sabrina e Wilson, pela torcida constante nessa reta final.

Ao CNPQ pela Bolsa.

RESUMO

A presente tese investiga a história comunicacional da homossexualidade no Brasil, com foco nas práticas e nos processos que ajudaram a produzir um comum partilhado ao longo do tempo. Para isso, analisamos como as práticas comunicacionais contribuíram para a coesão e a tensão dentro dessas comunidades, com destaque para o período entre o século XIX e o século XX. Utilizando o referencial teórico de Muniz Sodré, a tese aborda a comunicação em suas dimensões de veiculação, vinculação e cognição, privilegiando os elementos vinculativos presentes nos discursos em circulação e a produção de um “ser-em-comum”. A primeira parte da pesquisa explora a formação e a transformação do “comum homossexual brasileiro” e o seu projeto ético-identitário. Identificamos e caracterizamos, em uma longa duração, as linhas de força que constituem o comum homossexual. Na segunda parte, o estudo foca no impacto do HIV/AIDS como um evento disruptivo que reconfigurou significativamente as relações e a percepção social das comunidades homossexuais. A análise detalha a midiaticização do adoecer e as narrativas construídas em torno da epidemia, evidenciando a resistência e as estratégias de enfrentamento adotadas pelos indivíduos afetados. Com isso, a tese oferece uma leitura crítica e histórica das dinâmicas sociais que influenciaram a homossexualidade no Brasil, destacando os movimentos de coesão e crise que configuraram as identidades e relações sociais ao longo do tempo. Em síntese, a pesquisa contribui para a compreensão da comunicação como um processo vital na construção de identidades e comunidades, proporcionando uma visão aprofundada sobre a história da homossexualidade no contexto brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: História da Comunicação; Homossexualidade; Comum; Temporalidades; Subjetividades; HIV/AIDS.

ABSTRACT

This thesis investigates the communicational history of homosexuality in Brazil, focusing on the practices and processes that have helped produce a shared commonality over time. It analyzes how communicational practices contributed to the cohesion and tension within these communities, particularly during the period between the nineteenth and twentieth centuries. Utilizing the theoretical framework of Muniz Sodré, the thesis addresses communication in its dimensions of dissemination, linkage, and cognition, emphasizing the connective elements present in circulating discourses and the production of a "being-in-common." The first part of the research explores the formation and transformation of the "Brazilian homosexual common" and its ethical-identity project. It identifies and characterizes, over a long duration, the driving forces that constitute the homosexual common. In the second part, the study focuses on the impact of HIV/AIDS as a disruptive event that significantly reconfigured relationships and social perceptions of homosexual communities. The analysis details the mediatization of illness and the narratives constructed around the epidemic, highlighting the resistance and coping strategies adopted by affected individuals. Thus, the thesis offers a critical and historical reading of the social dynamics that influenced homosexuality in Brazil, highlighting the movements of cohesion and crisis that shaped identities and social relationships over time. In summary, the research contributes to understanding communication as a vital process in constructing identities and communities, providing an in-depth perspective on the history of homosexuality in the Brazilian context.

Keywords: Communication History; Homosexuality; Common; Temporalities; Subjectivities; HIV/AIDS.

SUMÁRIO

Introdução	9
Parte 1 – Tramas de um tempo em comum	28
Capítulo 1. O projeto ético-identitário homossexual: uma arquitetura temporal	28
Capítulo 2. A longa duração da injúria	45
Capítulo 3. Fluxos e refluxos no tempo: entre violências e utopias	90
Parte 2 – Aids: o tempo de <i>aion</i>	134
Capítulo 4. O rompimento da catástrofe e a mediação do adoecer	136
Capítulo 4. Uma doença, muitos sentimentos	159
Capítulo 6. Cartas para o presente: a escritura pela vida	192
Conclusão	231
Referências	233

Introdução

*“Lembrar-se é também verificar e perder uma segunda vez
aquilo que já não voltará”
Roland Barthes*

*“Não cabe uma ética bixa sem memória,
memória longa que podemos alongar em anos, lustros, séculos,
e que talvez nos devolva um certo espírito solidário
e dissolva o repugnante conceito que temos agora de nós mesmo
como sujeitos consumidores livres e satisfeitos consigo mesmos”
Paco Vidarte*

O percurso que deu origem a essa tese começou por uma pergunta, que antecedeu aos problemas particulares sobre os quais vamos nos debruçar nas próximas páginas. Ao ingressar no doutorado, para estudar as práticas comunicacionais do passado feitas por e sobre homossexuais, inquietações de natureza epistemológica dominavam a minha atenção. Afinal, o que significa pesquisar a história da homossexualidade a partir de uma perspectiva comunicacional?

O processo de elucidação dessa questão foi responsável por modificar o meu olhar e os caminhos da minha pesquisa. Por isso, considero pertinente compartilhar alguns apontamentos que julgo importantes, pois eles serão o fundamento para o que será desenvolvido nos próximos capítulos. Não pretendo aqui oferecer uma resposta definitiva ou exaustiva para a questão posta acima, mas apresentar o que, na minha perspectiva, pode ser uma forma de problematizar a temática. Com isso, vamos estabelecer um percurso, ao longo dessa introdução, que vai da teoria à pesquisa.

Uma primeira ressalva que precisa ser feita é sobre o uso do termo homossexual. O recorte temporal dessa pesquisa atravessa diversos contextos históricos, em muitos deles haviam formas particulares de denominar pessoas que mantinham relações afetivas/sexuais com sujeitos do mesmo sexo. Cada forma de nomear carrega consigo não só uma simples descrição de práticas e de sujeitos, mas diz respeito a um modo de ser no tempo, com projetos políticos, posições éticas e estéticas. Estamos considerando nesse trabalho o projeto identitário homossexual, que seguindo a linha de historiadores da sexualidade com base foucaultiana, surgiu no Ocidente em meados do século XIX e se estende pelo século XX. Neste trabalho, ao utilizarmos a expressão estaremos no

referindo, especificamente, a homens identificados ou que se identificavam como pertencente a uma comunidade por manterem relações sexuais/afetivas com outros homens.

Ao limitarmos a homossexualidade às experiências que envolvem homens não pretendemos negar ou silenciar a pluralidade de gêneros e as demais formas de desejo e afeto que também foram alocados no grande guarda-chuva identitário da homossexualidade. Nossa escolha em privilegiar esse prisma da sexualidade foi baseada, principalmente, pela centralidade que a experiência e o biográfico assumem enquanto organizadores teórico-metodológico deste trabalho (falaremos mais detalhadamente sobre esses aspectos nas próximas páginas). Compreendo que, apesar das minhas vivências enquanto homem gay serem, em muitos aspectos, distintas das histórias que serão contadas, ao longo desta tese, esses sujeitos do passado também me atravessam, constituindo minha identificação e imaginação sobre a sexualidade. Com isso, por meio de um diálogo criativo com esses homens do passado, busco contar a minha história da homossexualidade, aquela que julgo ser capaz de contar. Tal como Michelle Perrot (2017, p.165), em sua história das mulheres, tenho consciência de que nos próximos capítulos conseguirei elucidar alguns caminhos e ajudarei a traçar alguns diagnósticos, mas que restará ao termino do meu percurso “a imensidão do que eu não disse ou não abordei”. À vista disso, corro o risco de acentuar, ao esclarecer pontos particulares, a sombra sobre os “excluídos da história” que, justamente, quis dissipar. Me resguardo na certeza de que não existe o fim na história, de que o relato sobre a revolução sexual é impossível de ser concluído pois ainda há “história a continuar. História a se fazer” (PERROT, 2017. 169). O que essa tese apresenta é uma forma possível de olhar para o passado para entendermos quem somos, uma pequena incursão na vastidão da história.

Defendo que contar a história da homossexualidade brasileira a partir de uma perspectiva comunicacional seria, acima de tudo, narrar vidas e as maneiras de estar em comum a partir de um complexo conjunto de práticas e processos que se transformam com o tempo. Ao narrar sobre os atos, as rotinas e os circuitos comunicacionais inscritos no tempo, acerca da homossexualidade, estamos falando sobre ações desempenhadas por sujeitos, sobre acontecimentos que incidiram sobre vidas, forjando subjetividades e construindo formas de ser e estar no mundo. Estamos, por meio de nossa escrita, construindo e reconstruindo mundos habitados por pessoas que tinham seus sonhos, seus temores, suas dificuldades, que sofreram, mas que também foram vitoriosas.

Dessa forma, contar uma história cultural da homossexualidade construída a partir de tramas comunicacionais significaria, parafraseando a celebre frase de Marc Bloch (2001), narrar a ação das pessoas no tempo. Mas é preciso ter cautela ao escrever essa história, para evitar essencializar os sujeitos ao apagar os fluxos temporais e seus contextos. Escrever uma história crítica requer perceber que não existe somente um personagem ou modelo de subjetivação entre pessoas do mesmo sexo que mantem relações afetivas/sexuais, como ainda aprofundaremos no decorrer desta introdução. É preciso abandonar um estilo narrativo focado em demonstrar como as mudanças de atitude social ocorreram enquanto um “personagem gay” permanece inalterado. Em substituição precisamos começar a contar sobre as mudanças das categorias sexuais em si (CHAUNCEY, DUBERMAN, VICINUS, 1991, p.5).

A sexualidade está intrinsicamente entrelaçada com as estruturas de poder, não sendo possível compreender o homossexual isolando ou privilegiando somente o marcador sexual. As análises devem também levar em consideração questões de gênero, raça e classe que se cruzam com diversos outros aspectos como idade, religião e territorialidade, entre outros. O desafio do pesquisador, para com essas histórias a serem contadas, é saber não apenas comemorar as vidas de homossexuais do passado, em uma tentativa compreensível de reparação histórica, mas de também questionar as suas práticas. As narrativas não devem buscar “a verdade” sobre a sexualidade e os afetos, mas as desnaturalizar, problematizando o passado para com isso desestabilizar as noções do presente. As experiências sexuais devem ser compreendidas em sua complexidade (WEEKS, 2016).

Nossas narrativas sobre o passado, por mais contraditório que possa parecer num primeiro momento, sempre evidenciam sobre aspectos do nosso presente. Isso acontece porque é somente com o olhar do presente, bem como, com suas questões, que podemos perceber os vestígios do passado. As histórias que contamos não dizem respeito ao passado tal como ele ocorreu, mas a uma versão dele que foi possível tornar inteligível a partir de uma unidade narrativa que criamos estando no presente (RICOEUR, 2010; 2007).

Essa percepção sobre a escrita histórica deve encorajar a construção de um diálogo criativo entre o passado e o presente pois suas barreiras são borradas, diferentemente do que o tempo calendário nos direciona a perceber. Jeffrey Weeks (2016) em sua história da homossexualidade evidencia essa relação. O autor lembra que as formas de viver a sexualidade são sempre carregadas de um passado vivo. O senso de identidade, os

posicionamentos e os laços afetivos estão intimamente ligados a memórias e histórias. A percepção do que somos na atualidade é profundamente marcada por tempos idos.

Portanto, não estamos considerando que realizaremos um estudo localizado exclusivamente no passado. Desejamos produzir uma reflexão que possa, a partir das percepções das rupturas e continuidades ao longo do tempo (incluindo as tramas temporais mais contemporâneas), perceber questões de historicidade fundamentais para a compreensão das práticas e processos envolvidos na produção de uma “comunicação homossexual”.

As pesquisas em comunicação, só recentemente, passaram a considerar mais densamente os pressupostos historiográficos para a formulação de questões teóricas, a nosso ver, fundamentais para a compreensão dos problemas comunicacionais na sua dimensão processual. Essa interface entre os campos é o que permite perceber com mais clareza as problemáticas do tempo presente. No entanto, esse diálogo teórico para ser profícuo também não pode esquecer dos problemas comunicacionais em si. Assim, uma história da homossexualidade para adquirir contornos comunicacionais deve privilegiar, na sua escrita e em sua análise, os vestígios de recursos simbólicos de atração, mediação ou vinculação presentes nas ações executadas pelos sujeitos para pôr em comum aspectos sociais, políticos e existenciais (SODRÉ, 1996).

É preciso enfatizar que estamos nos referindo a uma história da comunicação e não a uma história da mídia (ou dos meios de comunicação). Essa distinção, que pode parecer óbvia, muitas vezes não é clara para um público mais geral ou mesmo entre pesquisadores. A história da comunicação é um campo mais amplo na qual se insere a disciplina de história da mídia. Quando nos referimos a uma história comunicacional estamos considerando a comunicação como uma produção de sentidos compartilhados, o que leva a uma aproximação com o que compreendemos enquanto linguagem. Partindo desse pressuposto uma história da comunicação se aproximaria de uma história da cultura, em que se englobaria para além das mudanças das práticas midiáticas propriamente ditas toda uma gama de interações simbólicas partilhadas socialmente (RIBEIRO, HERSCHMANN, 2008).

A natureza transdisciplinar da história da comunicação e a complexidade multifacetada dos seus objetos de trabalho exigem que o pesquisador construa sólidos pontos de partida, apresentando com clareza os pressupostos escolhidos. Essa demanda pela elaboração de uma criteriosa base teórica/metodológica é o que permitirá correlacionar e analisar as dinâmicas da vida social como um todo. Esse percurso de

pesquisa faz com que perguntas aparentemente já tidas como dadas se constituam como ponto de partida. Nesse sentido, as problematizações sobre o que se entende por comunicação são fundamentais (RIBEIRO, HERSCHMANN, 2008).

A comunicação engloba um largo campo de ações e práticas, o que pode levar a uma ideia enganosa sobre quais são os seus objetos de pesquisa. Muniz Sodré (2009), ao delimitar os aspectos que conferem autonomia científica à comunicação, classifica três espectros de fenômenos que caracterizariam as pesquisas da área. Para o autor, a problematização sobre questões relacionadas à veiculação, à vinculação e à cognição seriam o que movem o pensamento comunicacional.

A primeira dimensão dos estudos comunicacionais estaria voltada para a relação ou o contato entre sujeitos por meio de tecnologias da informação como, por exemplo, a imprensa escrita e a televisão. A vinculação diria respeito às práticas estratégicas de promoção ou manutenção do vínculo social. Essas ações evidenciam que a comunicação não se limita à dimensão midiática, envolvendo também movimentos afetivos e dialógicos entre os indivíduos. Enquanto a cognição, seria uma espécie de “filosofia pública” em que se observa e sistematiza de forma crítica a veiculação e a vinculação levando em consideração aspectos de sociabilidade e eticidade (SODRÉ, 2009).

Esses três espectros de pesquisa em comunicação não devem ser compreendidos e analisados de forma isolada. A relação entre essas três camadas é o que permite uma visão mais holística e integrada da comunicação e sua relação com a sociedade. Levar em consideração tantos aspectos da veiculação como da vinculação é o que permite realizar um estudo que possibilite perceber tanto questões sociais como sociáveis. A pesquisa, dessa forma, é capaz de identificar e analisar o funcionamento dos jogos de poder tanto em um nível macro, que considere os mecanismos e aparelhos reguladores que funcionam de cima para baixo construindo o discurso oficial, como também engloba um nível do micropoder, que opera de forma multidirecional com as redes de reciprocidade que compõem a sociedade.

Para Sodré (2006, 2009, 2014), o exercício reflexivo sobre a comunicação deveria ter como fio condutor do sentido a vinculação entre o eu e o outro. Para o autor, a vinculação deve ser compreendida como a radicalidade da diferenciação e a aproximação entre os seres humanos. Com isso, ele busca distanciar a vinculação de um simples processo interativo que pressupõe a comunicação como um receptáculo de coisas a serem divididas entre os membros do grupo social. O “eu” e o “outro”, segundo a visão do autor, não são entidades prontas a serem conectadas por um nexo atrativo. Ao

contrário, o vínculo demanda ação recíproca que implica na dependência da existência dos envolvidos.

Com isso, a comunicação seria a ciência do comum, do ser-em-comum. É no comum partilhado na e pela comunicação que se instaura o vínculo. O comum, nesse caso, não está relacionado a uma ideia metafórica de unidade universal abstrata ou uma centrifugação de diferenças. O comum é a sintonia sensível das singularidades capaz de produzir uma similitude harmonizadora do universo. Não se trata de um mero-estar juntos, entendido como aglomeração física de individualidades e sim a condição de possibilidade de uma vinculação compreensiva. O que estaria no cerne do problema comunicacional seria a apreensão cognitiva do si-mesmo. Compreender que a dinâmica identitária, portanto, o vínculo entre o “si” genérico e o “si mesmo” singular é mediado pela transcendência do Outro (SODRÉ, 2006, 2009, 2014).

Essa perspectiva comunicacional, defendida por Sodré, permite compreender a comunicação em sua dimensão ontológica, fugindo de esquematismos redutores ou determinismos tecnológicos. Abandonamos uma abordagem funcionalista pragmática ou tecno-futurista. Com isso, a relação entre a sociedade e a comunicação deixa de ser definida exclusivamente por questões econômicas e emerge a ideia de “ser em comum”, mais focado em uma comunidade afetiva, de base ética e política, onde os afetos dos sujeitos mobilizam a discursividade das interações (SODRÉ, 2006).

É importante destacar que o “estado afetivo”, ao qual o autor se refere, não pode ser entendido como uma manifestação individual das emoções ou sentimentos, mas como uma tonalidade sensível que ultrapassa as próprias determinações da consciência individualizada. Se trata de uma potência do sensível que preside a originariedade da compreensão. Dessa forma, o estado afetivo é inseparável do pensamento e da ação no interior do comum. Uma forma de perceber essa questão é através da *experiência*, em termos de sua singularidade constitutiva ou geradora do agir (SODRÉ, 2006).

Mas “experiência” é um termo demasiadamente amplo e sobre o qual pairam diversas perspectivas teóricas. Portanto, se faz necessário esclarecer o que compreendemos quando nos referirmos à experiência e como ela deve ser utilizada ao longo do processo de pesquisa. Essas definições são importantes para tornar inteligível que, no enfoque que escolhemos adotar, a experiência não é a origem da explicação, mas o que buscamos explicar.

Compreendemos a experiência como a história de um sujeito. Uma história processual na qual a subjetividade é construída em diálogo e no campo da linguagem

(LAURETIS, 1992; SCOTT, 1998). Isso implica, para o pesquisador, na necessidade de escrever uma história que problematize o processo de produção da identidade, destacando a natureza discursiva da experiência. Para Scott (1998), pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz. Buscamos, com isso, fugir da essencialização das identidades e do uso da experiência como evidência transparente, isenta de operações discursivas e de seus jogos de poder.

Os trabalhos no campo da comunicação, que se aventuram por uma perspectiva histórica sobre a homossexualidade, adotam, na maioria das vezes, como base para as suas pesquisas os trabalhos produzidos pelas primeiras gerações de intelectuais da área no Brasil. Essas pesquisas pioneiras eram carregadas por uma dimensão militante, os seus autores faziam também parte do recém-criado movimento homossexual no país. Essas obras, pretendiam incluir no mapa social, político e científico a figura histórica de um sujeito homossexual. Seus textos, muitas vezes, buscavam fornecer o subsídio existencial para embasar os novos grupos de militância que eclodiam pelo país¹.

Como consequência da adoção acrítica desses textos fundadores, em muitos casos, até em detrimento da consulta direta aos documentos, podemos observar como tendência a adoção da experiência como uma evidência incontestável para a explicação desejada. As documentações que fazem alusão a existência dos homossexuais no passado se tornam a prova para exemplificar a vida desses sujeitos. Assim, as crônicas de João do Rio, os textos literários, a imprensa homossexual e os registros policiais e médicos se tornam a origem do conhecimento para demonstrar um mundo invisível habitado por invertidos.

Essas histórias buscam denunciar a repressão à homossexualidade, demonstrando como a experiência homossexual foi negada por uma sociedade que tentava a tornar invisível e anormal com a finalidade de autenticar a heterossexualidade como a única prática possível. Para Scott (1998), essa abordagem contribui socialmente ao expor os mecanismos repressivos, no entanto, naturaliza categorias como homem/mulher e heterossexual/homossexual. Esse projeto político da história, que privilegia a invisibilidade da experiência, acaba, na maioria das vezes, reproduzindo os termos de funcionamento do sistema sexo/gênero ao invés de analisar o seu funcionamento e historiciza-los.

A adoção da experiência como evidência para defender o que Foucault (1988) criticamente denominou de hipótese repressiva produz uma visão sobre o desejo

¹ Para um panorama mais detalhado sobre a produção do campo da comunicação envolvendo e temática homossexual ler Iribure; Lazarin (2014a, 2014b) e Ferreira (2019).

homossexual que o coloca como sendo uma força natural que opera fora ou em oposição às regras sociais (SCOTT, 1998). Essa perspectiva sobre a história desconsidera o que alguns teóricos dos estudos da virada linguística (BUTLER, 2015; PRECIADO, 2014) têm advertido sobre não haver nada de natural tanto na homossexualidade quanto na heterossexualidade. Ambas são construções históricas, produtos de um complexo sistema em que o poder organizou papéis e lugares bem definidos a serem ocupados.

Ao criticarmos todo uma linhagem de trabalhos que denunciam a invisibilidade por meio da experiência não queremos negar que localmente existiam procedimentos de interdição, mas buscamos chamar a atenção para um quadro social mais amplo. As lógicas de regulamentação moderna, como defende Foucault (1988), passam a utilizar de tecnologias muito mais sofisticadas para vigiar e controlar a sexualidade. A atuação do poder incide menos em reprimir e mais em delimitar o desejo. O poder se exerceria mediante a redução das sexualidades singulares. Não se trata, assim, de fixar fronteiras de interdição, mas de provocar diversos formatos de sexualidade e organizar lugares bem delimitados onde elas se acomodarão.

A mecânica do poder busca produzir espécies, atribuir ordem, possibilitar uma realidade analítica visível e estáveis. Trata-se de encravar nos corpos desejantes uma conduta inteligível, estabelecendo, assim, uma ordem natural para a desordem. O homossexual se torna uma espécie, nada do que ele é escaparia da sua sexualidade. Se criam protocolos que explicam sua subjetividade e até mesmo sua morfologia em decorrência de princípios insidiosos. A prática escancarada de seu desejo ou o pudor que velaria suas atitudes lhe confeririam uma natureza singular (FOUCAULT, 1988).

Os pesquisadores que utilizam as experiências do passado como evidências “transparentes” da existência homossexual empregam os vestígios de acontecimentos da infância, das formas de vida, de aspectos relativos ao caráter, das anatomias indiscretas ou de uma fisiologia misteriosa para dar nome, carne, idade e memória para um personagem homossexual com contornos metafísicos (idealistas). Com esta perspectiva, cristaliza-se a experiência como origem para a explicação, e não o que se deseja explicar. Na nossa concepção, o foco deveria recair em tentar demonstrar como a diferença entre homossexualidade e heterossexualidade, por exemplo, é estabelecida, como ela é operada e de que maneira os sujeitos são constituídos (SCOTT, 1988). Acreditamos também que não basta perceber as diferenças, nem tão somente explicá-las: é preciso visualizar que

consequências esses enquadramentos trazem para a vida vivida desse grupo, produzindo a maioria das vezes consequências trágicas, sobretudo, no Brasil².

As identidades sexuais não são expressões instintivas de uma verdade pré-discursiva da carne (PRECIADO, 2014), ao contrário, são produtos da linguagem inseridos na história. A homossexualidade e a heterossexualidade, enquanto identidade, são invenções modernas que possuem uma força constitutiva recíproca (FOUCAULT, 1988; WEEKS, 2013). Suas “naturezas” são mutáveis, variando inter-relacionalmente. A homossexualidade define os limites negativos da heterossexualidade enquanto essa reafirma os padrões desejáveis. Ambas as categorias fazem parte do mesmo sistema fálico que tenta por meio da linguagem se estabelecer como fora do tempo. Por isso, uma das tarefas necessárias para descortinar seu funcionamento seria demonstrar, através da experiência, a construção recíproca dos sujeitos de desejo no campo da linguagem ao longo da história.

Nessa perspectiva, a experiência se torna uma figura central para a pesquisa por ser capaz de fornecer uma imagem conceitual que possibilita ver, nos fenômenos comunicacionais, como a linguagem regula e serve de referência para os sujeitos, ao mesmo tempo em que, possibilita perceber a singularidade das performances que projetam experiências para fora de um referencial previsível. Para além de estimular a dimensão reflexiva da pesquisa, a experiência, enquanto figura de historicidade, também fornece caminhos e operadores de ordem metodológica inovadores dentro dos estudos de sexualidade e história da comunicação, como pretendemos demonstrar a seguir (RIBEIRO; LEAL; GOMES, 2017).

Situar a experiência no campo da linguagem nos permite, para além de uma visão crítica e não essencialista das identidades sexuais, fugir de uma tendência de narrar a história a partir das factulidades. Buscamos conscientemente nos distanciar de uma escrita que almeja construir uma narrativa universal sobre o passado, alicerçada na crença dos documentos oficiais e na isenção do pesquisador perante os fatos do passado que está recontando. Nosso objetivo é de trazer as experiências do pesquisador também para o centro da pesquisa, fazendo com que o sujeito que desenvolveu o trabalho esteja presente de forma marcada no texto.

² Não preciso enumerar as estatísticas que colocam o Brasil na liderança das mortes de homossexuais. Todos conhecemos os dados dessa tragédia que os homossexuais (além de outros grupos, é claro) vivem diariamente e que, ao final de um tempo, vão se constituir em índices frios, que não revelam a face da exclusão e as consequências da não compressão históricas desses processos.

A escrita sobre a história acontece por meio de uma mistura de dados e de experiências. As respostas que obtemos dos vestígios do passado tomam sentido a partir das questões que elaboramos e do mundo no qual está inserido quem está fazendo as perguntas. As narrativas sobre a história seriam “compostas de tudo que um historiador pode apreender aqui e ali em sua vida, em suas leituras e em sua convivência com outrem” (VEYNE, 2008, p.126). Dessa forma, é impossível desassociar do relato histórico as experiências e os vínculos do pesquisador.

O que a história tradicional fazia, na maioria das vezes, era adotar estratégias discursivas que buscavam apagar o autor para tentar conferir objetividade e cientificidade ao seu relato. Barthes (2012a) criticamente chama a atenção para o discurso da história ao afirmar que a narração não “representa” ou imita nada, diferentemente do que o discurso pretensamente realista do campo da história reivindicava. Para o autor, os historiadores na realidade utilizam de certos elementos de escrita para criar uma “ilusão referencial”.

Ao evidenciarmos o nosso papel ativo durante a pesquisa e na sua escrita estamos nos distanciando desse lugar de pretensa isenção, mas sem com isso abrir mão dos critérios e do rigor científico. Como Barthes (2012b, p.101) afirmou, “o discurso da ciência não é necessariamente a ciência”. Com isso, o autor buscava denunciar, o que se convencionou reconhecer como o discurso da cientificidade, como sendo um mito imposto com força de lei e que tem como efeito o aprisionamento do desejo, mas não a garantia do trabalho científico.

O pensador francês, ao se dirigir aos novos pesquisadores, recomenda que essesousem trilhar novos caminhos na ciência. Barthes (2012), sugere o abandono do “imaginário do cientista” que crê ou quer ser exterior ao objeto. A adoção dessa postura tradicionalmente esperada coloca a linguagem do pesquisador, inocentemente (ou não), em posição de exterioridade como sendo possível retirar o “eu” do texto. Em oposição a esse código o autor defende uma escrita, indissociável do fazer científico, em que o desejo³ do autor transborde pelas páginas.

Barthes busca não distanciar a sua escrita da forma como concebe a ciência, e como resultado ele adota uma escritura ensaísta que domina boa parte de seus textos.

³ O desejo não deve ser interpretado, nesse contexto, como uma simples manifestação da subjetividade do pesquisador. Para Barthes (2012), o trabalho de pesquisa que assume o desejo como força motriz tem como base a percepção do desejo do Outro, de uma assembleia viva de leitores que pedem por determinados assuntos.

Muniz Sodré (2014), ao pensar na autonomia do campo comunicacional também defende que uma escrita ensaísta deveria prevalecer. Michel de Certeau (1982), ao refletir sobre a escrita da história igualmente propõe a adoção de uma nova escritura com dimensões ensaísticas. Os argumentos e posicionamentos levantados por esses autores reverberam ao longo de todo esse trabalho, no entanto esse estilo de escrita exige do pesquisador um domínio estilístico da língua que julgo não possuir. Por isso, minha escrita segue, muitas vezes, um estilo mais “tradicional”, optando por demonstrar minhas percepções sobre o fazer científico no campo das ideias apresentadas e na forma de pensar.

Ao adotar essa postura perante ao fazer científico estou me filiando àqueles que investem numa mudança no ethos do pesquisador, abandonando uma perspectiva estritamente racionalista, incapaz de aprender a dimensão sensível que pressupõe a pesquisa (SODRÉ, 2006). Pretendemos em seu lugar desenvolver uma pesquisa com sabor, como diria Barthes (2013). Nesse novo paradigma o saber expõe o lugar e a energia do enunciador, que usa as palavras não como simples instrumento utilitário do pensamento.

Busco ampliar a afetividade da pesquisa repensando a escrita e sua relação com a figura do pesquisador. Para alcançar esse objetivo, segundo Lopes (2002a), a utilização de elementos autobiográficos na escritura do texto é o primeiro passo. Dessa forma, para o autor, a escrita se torna uma aventura de um sujeito submetido e fascinado por um volume enorme de informações, em que as imagens midiáticas se tornam memórias pessoais e a experiência se constitui como a encarnação, a narrativização de identidades. Trata-se de promover uma aproximação com o mundo no próprio ato da escrita. Não estamos nos referindo, dessa forma, a um simples posicionamento teórico, mas a uma postura vinculativa de lidar com as diferenças.

Minhas experiências enquanto homossexual foram decisivas para os caminhos trilhados nas pesquisas que tenho desenvolvido. A celebre colocação de Martin-Barbero (2004, p.25) tem sido, de certa forma, um norte na minha trajetória enquanto pesquisador. Para o autor, “só investigamos de verdade o que nos afeta, e afetar vem de afeto”. Tanto a percepção das demandas sociais do Outro (que é em parte intrínseca do “si mesmo”), na qual Barthes (2012) se refere como ponto de partida para o fazer científico, quanto as demandas éticas e políticas que devem balizar os estudos da comunicação, como propõe Sodré (2006, 2009, 2014), partem em grande medida daquilo que em mim identifico como sendo pertencente da homossexualidade.

As minhas primeiras pesquisas eram voltadas para o jornalismo cultural em meu estado de origem, o Piauí. Porém, por mais que compreendesse a relevância teórica do que vinha desenvolvendo e a importância social de refletir sobre a formação da identidade cultural do estado parecia, conforme minha consciência política homossexual crescia, que existiam outras temáticas sensíveis que mereciam a minha atenção. Na medida que minhas inquietações aumentavam, acompanhava pela imprensa o crescimento do número de homicídios e suicídios de LGBTQIA+ em decorrência da homofobia. As mortes refletiam o recrudescimento do fundamentalismo religioso e do conservadorismo moralista na política nacional. Em meio a esse cenário decidi então redirecionar meus objetos de pesquisa para privilegiar questões relacionadas à sexualidade e ao gênero em suas interfaces com a história da comunicação.

Em meus primeiros contatos com a nova temática foquei nas visibilidades de mulheres e homossexuais em jornais emblemáticos na cobertura destas questões no país (FERREIRA, 2012; 2014). Essas pesquisas iniciais me permitiram explorar as produções acadêmicas sobre sexualidade e gênero e, com isso, perceber o silenciamento de um amplo número de jornais escritos e voltados para a população LGBTQIA+ que haviam circulado no Brasil entre os anos 1960 e 1980. A busca por preencher essa lacuna histórica conduziu a minha dissertação, em que problematizei os usos da memória, o dever de justiça e a escrita comunicacional sobre a história de mais de 35 jornais brasileiros voltados para a comunidade LGBTQIA+ (FERREIRA, 2017).

Ao iniciar o doutorado pretendia dar continuidade ao trabalho desenvolvido no mestrado e contar a história desse segmento da imprensa brasileira, incorporando os anos 1990, 2000 e 2010. No entanto, a pesquisa é sempre viva e as perguntas que lançamos ao mundo refletem nossas inquietações e percepções do momento. O incomodo pessoal de limitar em minhas pesquisas ao jornalismo foi decisivo no redirecionamento do trabalho. Meu desconforto aumentava na medida em que realizava entrevistas de história oral ou em conversas informais com velhos homossexuais. Por meio de seus depoimentos percebia como, muitas vezes, o jornalismo não era o produto comunicacional privilegiado de suas memórias ou de suas sociabilidades. O que emergia vivo na memória eram redes comunicacionais formadas por múltiplas práticas que ajudavam a ancorar suas existências. Essas redes muitas vezes se materializavam em práticas desenvolvidas em circuitos igualmente comunicacionais. Essas redes e circuitos, numa operação complexa, podem começar sua operação a partir da escrita/leitura de/em romances, jornais, filmes, peças, músicas, e reverberam em espaços de sociabilidades e de pegação, produzindo-se

assim identificações individuais e coletivas. O jornalismo assume nesse processo, muitas vezes, a centralidade como aglutinador, organizador e legitimador de múltiplas experiências.

Essa percepção sobre o funcionamento das dinâmicas culturais envolvendo a comunicação foi responsável por me direcionar a uma perspectiva teórica que não limitasse o estudo do comunicacional apenas às práticas midiáticas. Por isso, adotei como pressuposto teórico a compreensão da comunicação como a ciência do comum. A comunicação humana, neste sentido, está associada à questão da coesão social, como forma modeladora das trocas reais em um processo de ação para pôr as diferenças em comum sob o ângulo do diálogo⁴ (SODRÉ, 2014).

O conceito teórico apresentado por Sodré (2006, 2009, 2014) foi o que nos permitiu lançar a questão central desta pesquisa. O exercício reflexivo que conduz esse trabalho consiste em perceber como um conjunto de práticas e processos comunicacionais produzem movimentos na história em torno da ideia de um comum homossexual brasileiro. Nos interessa perceber as mudanças, ao longo do tempo, nas formas como a comunicação produz uma dada coesão (sempre tensionada) sobre os significados de ser homossexual.

A comunicação ao atuar na organização de vínculos comuns seria a responsável por constituir os grupos sociais. A vinculação, produzida pela comunicação, resultaria na elaboração de laços, geralmente, invisíveis entre os vivos e entre estes e os seus mortos. Tudo isso ressoa na palavra "comunidade", sobre ser-em-comum. Todos pertencemos a várias comunidades e em seus interiores estabelecemos identificações constitutivas e passamos a assumir lugares que resultam em processos de subjetivação (SODRÉ, 2014).

A comunidade, enquanto "o comum", se afasta da abordagem funcionalista da sociologia, que a compreende como uma entidade institucionalizada, constituída pela interdependência e identificação mútua de seus membros. Na perspectiva aqui adotada, a comunidade é um estado de estar-junto e ser-com, no qual nos inserimos devido à comunicação e às identificações que formam o laço coesivo.

As comunidades, em que nos inserimos, não devem ser vistas como estruturas rígidas e imutáveis, mas como repositórios de significados para os seus membros. As comunidades oferecem um “vocabulário de valores” que auxiliam na construção do senso

⁴ O diálogo é aqui compreendido como ação de fazer pontes entre as diferenças e constituir ecologicamente o homem no seu espaço de habitação. O diálogo tem, portanto, uma dimensão ética e não é compreendido apenas com o mero intercâmbio de palavras (SODRÉ, 2014).

de identidade e pertencimento sempre dinâmicos. Os sujeitos não conseguem retirar de si suas bagagens culturais para habitar um lugar socialmente neutro. Ao contrário, nosso olhar sobre o mundo, sobre nosso próprio *self* e as interpretações deles decorrentes são o resultado de um processo atravessado por nossas perspectivas culturais (COHEN, 2001).

Nos interessa nessa pesquisa descrever e analisar o processo de formação e mutação desse comum homossexual brasileiro. Buscamos perceber as relações estabelecidas pelos diferentes sujeitos que compõe essa comunidade e o diálogo constitutivo que eles estabelecem para com aqueles identificados como Outros. Levantamos inicialmente a hipótese de que, as múltiplas narrativas produzidas acerca da homossexualidade levam ao estabelecimento de dois movimentos do tempo, um caracterizado por forças centrípetas, em direção à estabilização do comum homossexual, e outro por forças centrífugas, que provocam crises nesta comunidade imaginada.

A comunidade homossexual, tal como estamos compreendo nesse trabalho, foge de uma dimensão sociológica clássica, que atinge sua expressão máxima com as comunidades nacionalistas que objetivam a integração através da homogeneidade. Estamos propondo uma concepção mais radical da comunidade, que tem como objetivo expressar o descontentamento com a tradição em prol de uma sociedade alternativa construída por novos coletivos e movimentos sociais. Não se trata de reduzir a comunidade como sendo algo semelhante a uma unidade que sufoca as diferenças, mas abordar sua relação com a construção da diversidade. Esse senso de comunidade é formado a partir das ações sociais presentes em uma dinâmica comunicacional (DELANTY, 2009, p.86).

O que os novos movimentos sociais, incluindo o homossexual, têm indicado é a defesa de uma relação muito mais aberta e democrática na dinâmica entre a comunidade e os sujeitos. Esses tipos de comunidade são como redes comunicacionais. Essas redes devem ser vistas como estando em constante processo de configuração e não como algo dado. Sua existência está condicionada a ação dos sujeitos que buscam alcançar um objetivo coletivo, a transformação social. Nessa perspectiva, a comunidade seria formada por sujeitos distintos entre si que estão comprometidos com uma causa em comum e, por isso, tendem a desenvolver uma base ética de solidariedade e uma política de pertencimento em que buscam criar uma poderosa identidade coletiva (DELANTY, 2009).

O ser-em-comum da comunidade, a qual estamos nos referindo, é baseada na partilha de uma realização. Essa noção de comunidade, presente desde a sua raiz latina

nas palavras *communitas*, *communio* e *communis* (*cum* é o que liga ou reúne; *munos* é a carga ou serviço que presta a outro) trata da ideia de pôr uma tarefa em comum e na possibilidade de sua realização coletiva (SODRÉ, 2014). Essa compreensão parece ser capaz de descrever as comunidades homossexuais, formadas por sujeitos distintos que buscam transformar a realidade ou criar espaços em que seja possível vivenciar a sexualidade e os afetos para além de uma relação entre homens e mulheres cisgêneros.

Dessa forma, podemos dizer que as comunidades em geral, assim como as comunidades sexuais, são ficções, abstrações habitadas por indivíduos concretos. Mas são ficções necessárias, pois possibilitam agenciamento social (WEEKS, 2011). Em um contexto de desigualdade e preconceito, como o que vivemos, a invenção de tradições impulsiona o surgimento de movimentos sociais que buscam desafiar a ordem existente.

A comunidade homossexual brasileira compartilha, há mais de um século, por meio de processos e práticas comunicacionais, mecanismos entre seus membros para reduzir riscos, possibilitar encontros e maximizar os prazeres. São indumentárias, circuitos de ocupação do território e até mesmo um dialeto de linguagem, o pajubá⁵(GREEN, 2000; TREVISAN, 2018; FIGARI, 2007; LUCAS LIMA, 2017). Esse repertório simbólico não é meramente “tradicionalista”, ao contrário, as experiências compartilhadas são invocadas de forma seletiva para ressoar enquanto recurso para as questões contemporâneas.

Nosso objetivo, ao longo dos próximos capítulos, é rememorar essas redes a qual se refere Delanty (2009) e que seriam as instauradoras do que Sodré (2006, 2009, 2014) denomina de comum. Buscamos reconstituir alguns dos seus circuitos comunicacionais do passado que ainda podem ser seguidos a partir de vestígios que chegaram até o presente. Privilegiaremos os diálogos sobre ideais homossexuais em um circuito composto pela imprensa, pela literatura, pela música, pelo cinema e pelos espaços de sociabilidade.

A percepção do comum comunicacional na centralidade do que nos constitui enquanto humanidade permite propor e situar esta pesquisa como fazendo o gesto de construir uma história comunicacional da homossexualidade no Brasil. A história que buscamos contar põe em destaque comunidades que se transformam no tempo, se

⁵O pajubá é o nome dado a um dialeto da linguagem popular utilizado por certa parcela da comunidade LGBTQIA+. Esse repertório vocabular tem como uma de suas origens as línguas africanas, como iorubá e nagô. Essas palavras e expressões foram apropriadas por homossexuais, travestis e transsexuais. O pajubá extrapola o simples emprego de gírias, também está associado a um movimento performático do corpo e a tonalidade conferida as palavras (LUCAS LIMA, 2017).

articulam, se moldam, se constituem, se desconstituem e tornam a se constituir, numa longa processualidade, descritas nos movimentos expressos nas páginas anteriores.

Para atingir o nosso objetivo, iremos fazer dois esforços: o primeiro é de caracterizar as linhas de força que constituem o que estamos denominando de programa homossexual e o segundo é de demonstrar o seu processo de crise e dissolução, impulsionado pela eclosão do HIV/AIDS. Em ambas as partes fomos guiados pelo exercício analítico de perceber o comum homossexual em sua processualidade.

A primeira parte da tese tem como objetivo demonstrar a atuação vinculativa das redes e circuitos discursivos, produzidos por e sobre homossexuais. Para isso, estabelecemos como recorte um olhar panorâmico que se estende do longo século XIX⁶ até o século XX. A identificação e descrição dessas práticas e processos comunicacionais permitirá perceber os fluxos e refluxos no tempo e as diversas dimensões envolvidas na produção de um comum homossexual brasileiro.

Após compor o mosaico das tramas do projeto ético-identitário homossexual seguimos para a segunda parte da tese em que nosso foco recai sobre o “desaparecimento da homossexualidade”. Claramente, não estamos nos referindo ao fim das práticas afetivas e sexuais entre sujeitos do mesmo sexo, mas ao encerrar de um ciclo histórico em que a homossexualidade, enquanto um elemento político e cultural de identificação, resplandeceu à luz da cena pública.

O pensador argentino, radicado no Brasil, Nestor Perlongher já apontava no início dos anos 1990 para o desaparecimento discreto, “um declínio tão manso que se a gente não olha bem não percebe” que a homossexualidade estava chegando ao seu fim (PERLONGHER, 2016, p.86). Concordamos com sua interpretação de que a AIDS representa um ponto de ruptura, um refluxo no tempo, que acelera o desmonte da homossexualidade como um projeto ético-identitário. Após a deflagração da doença e da instauração de uma ambiência de pânico podia-se observar com mais clareza que o dispositivo da sexualidade estava se direcionando para uma nova lógica de ação sobre os corpos.

Nosso ponto de partida para acessar essas comunidades, entendidas como redes comunicacionais, será por meio das experiências dos sujeitos. Em cada um dos capítulos

⁶ Ao nos referirmos ao “longo século XIX” estamos fazendo uma alusão a forma como historiador inglês Eric Hobsbawm (1988) trabalhou com a compreensão desse momento histórico, o estendendo para além de uma periodização baseada no calendário. Para ele, o século XIX iria de 1789 (da Revolução Francesa) a 1914 (ao início da I Guerra Mundial).

vamos buscar privilegiar episódios de vida de pessoas que eram reconhecidas ou se reconheciam enquanto homossexuais. A partir das singularidades de cada uma dessas histórias tentamos entender o que significava ser homossexual e as formas como essa comunidade foi sendo construída processualmente. Esses personagens do passado, com suas experiências particulares, nos permitirão entender em que aspectos um comum homossexual os atravessa guiando suas ações e percepções, mas também possibilitarão perceber pontos de inflexão em que eles agem extrapolando o que era consensualmente esperado de um homossexual.

Os personagens do passado que iremos retratar não devem ser vistos como coesos e suas identidades e ações compreensíveis apenas pelo marcador da sexualidade. Os sujeitos são múltiplos em sua constituição, como já apontamos anteriormente, e por isso, é preciso articular as experiências vividas no dia a dia com outros marcadores, para além do sexual, para percebê-los em sua complexidade. Também é importante notar que coexistem pensamentos conservadores e progressistas em um mesmo tempo, para pessoas diferentes ou para a mesma pessoa ocupando lugares diferentes. E, por fim, é preciso ter clareza que nem todos os aspectos de uma subjetividade são passíveis de serem racionalizadas e, assim sendo, não devemos temer as incongruências, mas destacá-las como signo do diferente em seu tempo (COOK, 2012).

A tese foi dividida em duas partes, já mencionadas, distribuídas em seis capítulos. Ao longo desse percurso buscamos estabelecer uma estrutura que refletisse os movimentos do tempo produzidos nos discursos circulantes sobre a sexualidade. Cada capítulo é marcado por um dado fluxo temporal, que somados constituem o quadro da arquitetura temporal do projeto homossexual.

O primeiro capítulo é de natureza teórica ensaística. Nele é apresentado de forma mais detalhada o que estamos compreendendo enquanto projeto ético-identitário homossexual. Para isso, mobilizamos autores que refletem sobre o tempo, assim como, pesquisadores do campo dos estudos da sexualidade e das discursividades. No segundo capítulo, ainda integrante da primeira parte da tese, nosso foco recai sobre os fluxos e refluxos do tempo baseados em forças de violência e/ou utopia. Nesse capítulo, de natureza histórica, retornamos aos documentos do passado para identificar e caracterizar como as escritas violentas sobre a homossexualidade produzem uma longa duração da injúria. No terceiro capítulo, privilegiamos os discursos produzidos por homossexuais e as suas formas de resistências. Abordamos dois movimentos temporais que identificamos como centrais: a criação de uma brecha na heteronorma e o backlash homofóbico.

A segunda parte da tese é composta por três capítulos. Neles, discorremos sobre a irrupção de uma nova ordem temporal com o surgimento do HIV/AIDS. A pandemia provocada pelo vírus da imunodeficiência humana é apresentada no capítulo quatro como uma catástrofe que põe o tempo em suspensão para a comunidade homossexual. Abordamos a produção do pânico moral contra o homossexual impulsionado pelo bombardeio midiático de notícias sobre o HIV/AIDS e a escalada dos casos da doença. Consideramos que esses discursos em circulação na grande mídia, de maneira geral, propunham como forma de reorganizar o tempo, após a explosão da catástrofe, o achatamento do presente em virtude de um futuro em que a morte se apresentava com inevitável em decorrência de um passado não virtuoso.

No quinto capítulo, discutimos os sentimentos e a imaginação mobilizadas na produção de sentidos sobre a nova doença e sua associação com a figura do homossexual masculino. O último capítulo apresenta as reações dos homossexuais perante a nova doença e as significações sociais que vinham sendo construídas. Identificamos, em parte dos membros dessa comunidade em implosão, uma postura ética em prol da vida onde se defendida o alargamento do presente e a celebração do passado apesar das incertezas do futuro.

Por fim, propomos, nas considerações finais, uma reflexão sobre a realidade após a primeira onda da Aids. Defendemos que se iniciou então a gestação de um novo projeto político, ético e identitário. Apontamos a existência da proeminência de dois novos fluxos do tempo provocados por este novo cenário, um marcado por uma nostalgia queer e outro pelo hedonismo político de habitar o presente.

Ainda que a nova doença seja, inequivocamente, disruptiva para com o programa homossexual não cabe a atribuição unívoca do desenvolvimento do vírus como fonte para explicar a descontinuidade do projeto ético-identitário até então em vigor. As próprias conquistas e deslocamentos dos sentidos produzidos pelas ações dos homossexuais levaram ao desgaste do pacto comum, tal como dado, e a necessidade de se repensar novas estratégias vinculativas.

Este é o caminho proposto para uma viagem escriturária que me inclui, ao mesmo tempo, como sujeito e narrador de uma história que envolve várias vidas, expectativas e desejos de futuro. Os fluxos da história mostram, ao mesmo tempo, a inexorabilidade do tempo e as transformações que ocorrem no mundo e em nós mesmos a cada momento.

Convidamos a todos que acreditam na esperança de mundos melhores - mesmo em tempos tão difíceis e terríveis como esses nos quais estamos mergulhados - a percorrer

as páginas que virão a seguir, que contam histórias povoadas de sujeitos que são personagens e agentes de uma longa história.

Parte 1 – Tramas de um tempo em comum

1. O projeto ético-identitário homossexual: uma arquitetura temporal

*“É você o veado?
Quando a pronunciam eles a inscrevem em mim pra sempre, como um estigma,
aquelas marcas que os gregos infligiam a ferro ou faca
no corpo dos indivíduos desviantes, perigosos para a comunidade.
E percebi a impossibilidade de me desfazer desse estigma.”
Édouard Louis*

*“Um mapa-múndi que não inclua a Utopia não é digno de consulta, pois deixa de fora
as terras a que a Humanidade está sempre aportando.”
Oscar Wilde*

A história comunicacional da homossexualidade que pretendemos contar é construída a partir das conexões afetivas, situadas no tempo. Se trata de um método de escrita da história que Elizabeth Freeman (2010) denomina de *erotohistoriography*. Nessa compreensão sobre o fazer historiográfico, não reescrevemos sobre um “objeto perdido” pelo presente, ao contrário, o encontramos já no presente. Isso significa que o momento em que vivemos, e a partir do qual tecemos nossa escrita história, é sempre híbrido. É a partir das conexões afetivas entre os sujeitos do passado e deles para conosco que somos capazes de narrar as transformações do mundo. Dessa forma, a consciência histórica, que permite imaginar o passado, está intimamente ligada as sensações que emanam das nossas fontes, como também, das afetações que elas provocam em nosso corpo no contexto da escrita.

Mas como escrever uma história da homossexualidade que seja capaz de considerar as singularidades afetivas das experiências e, ainda assim, estabelecer conexões com outros tempos e espaços? Para Dinshaw (1999; 2001) a resposta seria o desenvolvimento de uma história afetiva que considere a existência de uma comunidade queer ao longo do tempo. A solução proposta pela autora, de considerar a existência de uma comunidade queer como operadora das vinculações no espaço-tempo, nos lança, contudo, novas questões como, por exemplo: o que significa uma comunidade homossexual? Quem decide sobre quais corpos históricos pertencem ou não a ela?

Pretendemos, neste capítulo, elucidar essas questões. Partimos inicialmente dos argumentos apresentados por Dinshaw (1999; 2001) para justificar a adoção da ideia de uma comunidade queer como articuladora de uma escrita histórica afetiva. Em um segundo momento desenvolvemos o que estamos denominando de comunidade homossexual e a centralidade que a dimensão temporal ocupa em nossa abordagem.

Para Dinshaw (1999; 2001) as comunidades sexuais são, pelo menos em parte, virtuais, sendo demarcadas pelo olhar lançado pelo pesquisador em determinado contexto histórico. As intenções do pesquisador, com suas demandas políticas e culturais do presente, são, dessa forma, parte constitutiva dos elementos de ligação que sustentam a percepção sobre dada comunidade. Com isso, não se quer negar os vínculos concretos que agiam sobre os sujeitos do passado ou seus laços para com os tempos atuais. O que se busca é evidenciar que a história é sempre uma narrativa particular. Ter essa consciência permite que novos pesquisadores sejam capazes de articular múltiplas visões do passado, permitindo que as visões sobre comunidades ao longo do tempo se ampliem.

Para além de sua virtualidade, as comunidades queer também são formadas através de conexões parciais concretas. Coalizões organizadas em torno de interesses ou causas específicas – atravessando assim as fronteiras estabelecidas pelas concepções clássicas de comunidade. As comunidades queer seriam, assim, estabelecidas por meio de elementos compartilhados entre sujeitos históricos.

A vergonha e o isolamento seriam para Dinshaw (1999; 2001) os elementos de conexão que ligariam inicialmente os sujeitos da comunidade queer. Seria a abjeção legada a esses corpos que conformaria um senso de comunidade partilhada. Com isso, a autora busca subverter as lógicas de exclusão para os “nossos próprios propósitos perversos” criando uma primeira instância de pertencimento com potência para a agencia comum.

A definição da vergonha e do isolamento como as bases para a constituição de uma comunidade queer não é unânime. Alguns autores argumentam os limites dessa estratégia, pois toma para si os papéis fornecidos pelos “nossos perseguidores”, os reafirmando como “diretores da cena”. Se questiona, porque, afinal, os mecanismos de exclusão são retomados para ditar os termos de constituição e funcionamento das comunidades queer. Em nossa explicação sobre as comunidades homossexuais tentamos superar essa dicotomia demonstrando que se trata de uma lógica complexa atravessadas por diversos movimentos e matrizes de força.

Esse posicionamento da autora, de qualquer forma, evidencia que ao se falar em comunidade não estamos evocando, necessariamente, uma coletividade de “homossexuais felizes” por estarem coletividade conectados. Não se trata de contar a história de encontros entre “amigos e amantes gays através dos séculos”. Estamos falando sobre sujeitos distintos, oriundos das mais diversas realidades que não necessariamente se conhecem ou estão em harmonia, mas ainda assim estão vinculados entre si pelas disposições das linhas de força da sociedade, muitas vezes, em espaços de confrontos, lutas e negociações.

Para traçarmos o que compreendemos enquanto comunidade homossexual e como ela será operacionalizada na história que iremos contar, o tempo acabou se apresentando, como um organizador metodológico e teórico fundamental. Foram os diálogos em sala de aula e a participação nas redes e grupos de pesquisa⁷ que fizeram com que o tempo ganhasse maior centralidade na atual pesquisa. Mas o que estamos considerando tempo, ou melhor, temporalidade?

As longas discussões em torno da categoria tempo, fizeram dele em vários domínios de conhecimento, um marcador conceitual fundamental. Na comunicação, a importância do conceito é sintetizada, dentre outros autores, por Ribeiro, Leal e Gomes (2017) que, ao articularem o tempo e a comunicação, destacam os modos de habitar o mundo, questão cada vez mais fundamental na reflexão dos tempos ditos contemporâneos.

Ao considerar a especificidade do conceito para a Comunicação, evidentemente, não estamos desconsiderando a sua longa tradição nas ciências humanas e no pensamento científico de maneira geral através dos séculos. O tempo, chave teórica e metodológica da pesquisa, é, sem dúvida, um conceito extremamente complexo, talvez numa construção menos rebuscada, mas igualmente definidora, podemos dizer que ele seria um desses conceitos escorregadios. Santo Agostinho, já alertava para a dificuldade de apreendê-lo e explicá-lo. Em suas *Confissões*, o filósofo, ao fazer suas aporias sobre o tempo, se questiona: o que seria o tempo? Agostinho responde que “se ninguém me

⁷ Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa participei de alguns grupos e redes de pesquisa que influenciaram, direta e indiretamente, na elaboração e execução deste trabalho. Gostaria de destacar a participação nos encontros bianuais da Rede Historicidades dos Processos Comunicacionais e das reuniões do grupo de pesquisa Memento - Mídia, Memória e Temporalidade. Os debates em torno das questões de historicidade e temporalidade auxiliaram no amadurecimento das ideias aqui apresentadas. Para consultar a agenda de eventos e as publicações realizadas pelos grupos acessar: <https://encontrohistoriciades.wordpress.com/> e <https://www.memento.eco.br/>

perguntar, eu sei, se quiser explicá-lo a quem me fizer a pergunta, já não sei” (AGOSTINHO, 2015 p. 304).

As questões temporais são objetos de estudos em diferentes campos do saber. Existem diversas concepções sobre o que é o tempo, sua natureza e funcionalidades. No entanto, o senso comum continua prisioneiro de um imaginário que associa o estudo do tempo como sendo uma questão física. A ênfase em um tempo físico estabelece barreiras para compreender o tempo enquanto problema histórico, sociológico e comunicacional. Se estabelece assim uma espécie de dualidade entre o tempo da natureza e o tempo social que impede a apreensão do tempo enquanto temporalidade, ou seja, a forma como se vive a duração. Essa visão esquemática sobre o tempo só pode ser superada com o esforço de explicá-lo em sua pluralidade (ELIAS, 1998).

O tempo não é absoluto como supunha Newton, ele é composto por múltiplas camadas sobrepostas e independentes (POMIAN, 1990; KOSELLECK, 2006, 2014). Compreender a multidimensionalidade do tempo exige perceber que existe um tempo psicológico, um tempo solar, um tempo físico, um tempo religioso e um tempo político. Essas diferentes formas de significar as questões temporais se referem a maneiras quantitativas e/ou qualitativas de perceber a mudança (POMIAN, 1990).

A pluralidade é uma premissa que precisa ser adotada para a compreensão do conceito. Os diferentes tempos devem ser compreendidos como autênticos. Devemos superar os impulsos reflexivos que selecionam uma perspectiva de tempo como verdadeira enquanto as demais seriam interpretadas como ilusões provisórias (POMIAN, 1990, p. 384).

A coexistência de múltiplos tempos pode ser melhor compreendida ao utilizarmos uma metáfora geológica para exemplificar sua dinâmica. Os diversos tempos seriam como “estratos”, eles remetem a formações com diferentes profundidades, com duração, velocidades e origens distintas, mas que, apesar disso, atuam simultaneamente. Precisamos recorrer a metáforas espaciais porque só conseguimos representar o tempo por meio do movimento espacial (KOSELLECK, 2014).

O caráter relacional do tempo é outra premissa tão importante quanto a da pluralidade (POMIAN, 1990; ELIAS, 1998). Cada estrato temporal se transforma e se diferencia em velocidades distintas. Os tempos não possuem entre si uma relação simétrica. O caráter relacional e a premissa da multiplicidade do tempo evidenciam sua ligação com a dimensão espacial. Cada momento histórico possui uma maneira particular de organizar suas relações temporais.

A organização das várias camadas temporais variam de acordo com os lugares e as épocas. Autores como K. Pomian e François Hartog utilizam conceitos metafóricos, como arquitetura temporal e regimes de historicidade, para tornar inteligíveis as experiências do tempo e, assim, poder perceber e refletir sobre suas particularidades em cada sociedade e suas mudanças ao longo da história.

O conceito elaborado por Hartog (2015) de regimes de historicidade, muito em voga no momento, recorre a junção do caráter metafórico da palavra regime (alimentar, político etc.) com a longa história filosófica do termo historicidade (Heidegger, Ricoeur). Da noção de regime, o autor evoca a capacidade de atingir um equilíbrio provisório ao organizar uma mescla de noções temporais. Chama a atenção o autor não nomear seu conceito de regime de temporalidades, já que ele está trabalhando com diversas ordens temporais. Porém, o conceito de historicidade acrescenta para Hartog (2015) a dimensão da experiência histórica, a maneira como o indivíduo ou a coletividade se desenvolve no tempo.

O regime de historicidade seria, assim, um instrumento analítico, com vocação comparatista, que permite perceber as relações estabelecidas entre presente, passado e futuro em cada contexto histórico. Ao desenhar as linhas temporais de cada época a figura analítica do regime de historicidade nos direciona a entrelaçar essas teias do tempo com o emaranhar das vidas e os anseios da sociedade (HARTOG, 2015).

Seguindo por uma linha metafórica, para Pomian (1990), a pluralidade do tempo leva à constituição de uma arquitetura temporal. Cada época possuiria uma maneira de inscrever suas atividades na duração, havendo em um mesmo período uma multiplicidade de apreensões temporais que constituiriam uma dada arquitetura temporal. Em cada organização dessa arquitetura os estratos de tempo já consolidados condicionariam a presença de novas formas de lidar com o tempo, os quais, uma vez constituídos, seriam também modificados em um movimento constante.

Entre os múltiplos tempos existiria o tempo homossexual, que estaria simultaneamente dentro e em contraponto as crenças do tempo moderno (FREEMAN, 2010). A vida dos homossexuais escaparia do roteiro de “chrononormatividade” estabelecida para os corpos heterossexuais. Não se trata somente de uma “disformidade” na linha do tempo da vida, já que esses corpos quebram com o ciclo do imperativo heterossexual baseado em nascer-crescer-casar-reproduzir-morrer, mas também de uma quebra no projeto coletivo político-temporal.

A temporalidade da comunidade homossexual, baseada em uma crença no progresso civilizatório, estabeleceria um fluxo temporal de futuros presentes, tal como o da modernidade (HUYSEN, 2000; KOSELLECK, 2014). O projeto de modernidade, alicerçado nos ideais iluministas, teria como bandeira valores como liberdade, igualdade e fraternidade. O estado democrático e o reconhecimento da cidadania aos seus membros representariam a máxima para esse modelo político de sociedade. No entanto, esse projeto civilizatório possui uma face oculta, que como aponta os estudos decoloniais, não é um efeito perverso, imprevisto, mas um componente intrínseco a sua existência. Os preceitos iluministas acabaram servindo aos interesses burgueses, criando um refinado sistema de relações de poder. A modernidade pode ser vista como a consequência deste sistema de poder, saber e ser instaurado pela relação do pensamento iluminista e os anseios da burguesia europeia. O que podemos observar é o desenvolvimento de uma moralidade com pretensões universais que instaura uma clara divisão entre o colonizador e o colonizado, o civilizado e o bárbaro, o moral e o imoral. Nessa lógica, o homossexual seria o impuro, o cuja voz devia ser controlada e as práticas sanitarizadas (FERREIRA, 2016).

A capacidade de percepção da multiplicidade do tempo só é possível porque existe uma instância que coordena as mudanças incluídas nesta multiplicidade. O tempo, enquanto tal, não pode ser visto ou observado, o que percebemos são suas instâncias coordenadoras e os símbolos e transformações que elas emitem. Essa instância coordenadora, que pode ser a consciência de um indivíduo ou uma instituição social, por exemplo, age sobre as próprias mudanças ou opera suas representações integrando-as no que podemos chamar de relações temporais (POMIAN, 1990).

A teoria do tempo proposta por Ricoeur (2010) privilegia a narrativa enquanto instância coordenadora das relações temporais. Para o autor, é por meio da narrativa que o tempo pode ser experimentado, apropriado e qualificado. A relação entre tempo e narrativa se estabelece por meio de um processo concreto em que o tempo é configurado na composição textual. A narrativa assume, então, o papel mediador entre um tempo prefigurado, da ordem do campo prático, e um tempo refigurado, pelas nossas experiências no ato da leitura. A narração instaura, assim, o tempo humano, transformado em tempo da história.

Todavia, as instâncias coordenadoras funcionam, segundo Pomian (1990), conforme um programa. O programa se situaria “fora do tempo” instaurado pelas instâncias coordenadoras. Isso seria possível porque ele antecede as relações temporais

produzidas pelas instâncias coordenadoras. O programa funcionaria como um maestro com sua partitura que fornece a direção para a execução do trabalho. Seguindo por essa metáfora musical o programa (o maestro) seria quem indicaria as relações que produziriam a obra (as dinâmicas temporais). As leis da física, por exemplo, seriam o programa que direcionaria o tempo físico.

Neste sentido, cada extrato do tempo só é possível porque existe algo que lhe é exterior e constituinte e que permanece invariável (POMIAN, 1990). A inalterabilidade do programa permite infinitas ações e variações nas instancias coordenadoras, contudo, uma mudança na ordem do programa leva a uma crise nas dinâmicas do tempo e, por conseguinte, a formulação de novos extratos temporais. Essa arquitetura teórica sobre o tempo fundamenta a hipótese principal deste trabalho. Pretendo demonstrar que existe um programa que fundamenta um tempo homossexual. Acredito que ele seria formado por duas forças, a da violência e a da utopia. Ambas em oposição mútua coordenariam uma forma particular de entrelaçar das teias do tempo com o emaranhar das vidas e dos anseios de homens que mantinham relações sexuais/afetivas com outros homens.

Segundo nossa hipótese, houve outros programas que antecederam e que sucederam um estar-em-comum no tempo-espço para os homens que mantinham relações sexuais/afetivas com outros homens. O que buscamos apresentar é a especificidade do programa que estamos denominando, ao reverberar uma linha histórica de tradição foucaultiana, de homossexual. Nosso objetivo é demonstrar o que caracteriza esse programa, suas instâncias coordenadoras e também a processualidade, o movimento do tempo, demonstrando as continuidades e rupturas para com os programas que o antecederam e o sucederam.

A nossa tese parte do pressuposto que no longo século XIX ocorreu um movimento para disciplinar e normatizar os corpos que levou a invenção da heterossexualidade e de uma comunidade homossexual. Ambas são criações recentes, em comparação a longa história da humanidade, e fazem parte de um projeto moderno de delimitação e definição da sexualidade. Até esse momento histórico a atividade sexual entre pessoas do mesmo sexo não era vista como sendo exclusiva de um tipo particular de pessoa, como uma espécie própria. A atividade da sodomia, por exemplo, podia ser praticada potencialmente por qualquer pecador (FOUCAULT, 1988; WEEKS, 2013).

O esforço em definir os tipos e as formas de comportamento sexual passou a colocar essas duas novas comunidades em campos opostos. A heterossexualidade se tornou o quadro de referência, a norma, enquanto a homossexualidade era a anormalidade

que precisava ser delimitada e controlada. Observar as práticas e os processos inseridos nas redes e circuitos comunicacionais permite explicar como essa distinção provocou a constituição entre esses dois grupos.

Defendemos que ocorreu um movimento centrípeto nos discursos circulantes sobre a sexualidade que levou a delimitação da heterossexualidade como sendo a forma considerada natural de experienciar a sexualidade. Podemos organizar a ação desses discursos circulantes em três níveis comunicacionais principais: o primeiro grupo de discurso é da ordem da organização coletiva, constituída por esquemas de pensamento normatizadores e os sistemas de valores propícios aos grupos. O segundo nível discursivo é da ordem de exibição, aqui são compartilhados para a própria comunidade as características comportamentais, os lugares comuns e os ritos que os diferenciam de outros grupos. Existe ainda os discursos de encarnação onde figuras de destaque da comunidade ganham visibilidade para representar os valores dominantes dessa dada identidade coletiva⁸.

A eficácia dos sentidos produzidos pelos discursos circulantes, de cunho centrípeto, sobre a comunidade heterossexual levou à sua naturalização. Essa dinâmica comunicacional ocorreu paralelamente a um outro movimento, de força centrífuga, que visando defender os valores morais da heterossexualidade (que se confundia como sendo os da humanidade) buscava repelir os corpos que não se enquadrassem na heteronorma.

O movimento centrífugo produzido pela comunidade heterossexual estabelece quem é o “outro” e cria um lugar a ser ocupado por ele. Nessa perspectiva, alguns corpos seriam identificados ou se identificariam enquanto homossexuais em decorrência desses discursos circulantes de força centrífuga marcados pela violência. Esses discursos somados as práticas e os processos de vigilância e controle interpelariam esses corpos marcando sua identificação pelas múltiplas faces da injúria.

A presença de um programa regido pela violência no processo de identificação dos sujeitos homossexuais pode ser percebida, por exemplo, nos inúmeros relatos em que já na infância, quando o sexo ainda não fazia parte de um horizonte expectativas, os corpos desconformes já são marcados como homossexuais por meio de inúmeros tipos de agressão (SEDGWICK, 2007; PRECIADO, 2020).

Ao caracterizarmos o movimento centrífugo como sendo da ordem da violência estamos adotando uma visão ampliada sobre o que a palavra significa. É preciso ter

⁸ Nossa reflexão sobre os discursos comunicacionais circulantes e sua atuação na produção de comunidades é baseada na discussão apresentada por Charaudeau (2010).

clareza que existem vários tipos de violência, tanto físicas como simbólicas (BOURDIEU, 2014). Existe, por exemplo, uma que reside na coerção da coletividade sobre o indivíduo, como a das leis, da polícia e das instituições. Mas também existe a violência que diz respeito aos indivíduos, que poderíamos chamar de encarcerante (BARTHES, 2004).

Para explicar a violência, Barthes (2004) propõe uma distinção entre o substantivo violência e o adjetivo violento. Para o autor, existe escolhas ou condutas que podem ser violentos até mesmo de forma positiva, como uma paixão criativa. A violência, em si, aparece quando o atributo se torna a essência. Utilizar de violência para defender uma doutrina, como no nosso caso de análise, seria apenas se valer de um álibi para causar a destruição. Barthes (2004, p. 433), para exemplificar o seu posicionamento, rememora um dizer calvinista que afirma: “Matar um homem não é defender uma doutrina, é matar um homem”.

Ainda no que diz respeito a violência enquanto matriz para o programa homossexual vale dizer que seria ingênuo acreditar que somente os sujeitos que se identificam enquanto heterossexuais produzem e reproduzem a sua lógica. Apresentar a violência como uma reação do movimento centrífugo da comunidade heterossexual não significa limitar os seus usos a seus membros. Isso porque a violência está intimamente ligada as relações de poder (BARTHES, 2004) e o poder se estende como uma água que escorre por toda parte, fazendo com que sujeitos da comunidade homossexual também entoem o seu discurso. Movidos por uma excitação moral esses sujeitos, acreditando se tratar de um discurso universal, viriam a reivindicar a seu favor, ainda que, apresentando a violência de forma deslocada (BARTHES, 2013).

Contudo, a violência não seria a única força presente no programa de formação da comunidade homossexual. Conforme já apontado, acredito que em oposição a violência existiria a utopia. A percepção da abjeção na qual se encontraria os seus corpos, enquanto homossexuais, levaria a um movimento de união de matriz utópica. Temos na utopia um movimento de força centrípeta produzida pela própria comunidade homossexual.

A força utópica parte de uma reação contestadora e produtiva de uma comunidade homossexual que vinha sendo constituída através da violência. A violência produz um exterior constitutivo ao sujeito homossexual. Ser homossexual significava carregar uma existência que devia ser repudiada, afastada da zona social para garantir a integridade coletiva dos sujeitos. Não se trata somente de uma rejeição social, mas também individual, “Eu preferia morrer a fazer ou ser isso!”. Nesse sentido, os homossexuais são

sujeitos abjetos, que vivem nas zonas inóspitas e inabitáveis da vida social (BUTLER, 2019). Bataille (1970), ao se referir as comunidades abjetas, afirma que existe também uma característica positiva na abjeção. As zonas abjetas teriam uma função gregária com potência para a subversão. Para o autor, na subversão ocorreria uma reestruturação radical das dinâmicas sociais⁹. Esse novo projeto de sociedade que é elaborado e executado pela subversão teria, na nossa visão, a utopia como força matriz.

A palavra utopia, tornada celebre pelo romance de Thomas Morus, significa “lugar nenhum”. Parece apropriado reivindicá-la para se referir a uma imaginação cultural produzida por uma zona abjeta. Esse não lugar que se apresenta como o espaço habitado pelos homossexuais seria fundamental para instaurar uma reflexividade que possibilita captar e transformar os papéis sociais estabelecidos. O “lugar nenhum”, elemento central para a utopia segundo Ricoeur (2017), é o que permite estabelecer um distanciamento crítico tanto com relação ao sistema cultural como a nós mesmos. Com o benefício da extraterritorialidade as convenções se mostram artificiais e se abre um campo de possibilidades que aceita encarar maneiras de viver radicalmente outras.

O programa de força utópica, a qual estamos nos referindo, diz respeito ao discurso de um grupo e não a pensamentos soltos flutuando pelo ar. Quando nos referimos a utopia estamos falando sobre uma mentalidade que organiza um conjunto de sentimentos, ideias e ações. Dessa forma, a utopia impregna todos os aspectos da existência. Enquanto uma imaginação cultural o pensamento utópico auxiliaria a repensar a natureza da vida social (RICOEUR, 2017).

A utopia, nos instiga a pensar Ricoeur (2017), pode parecer algo impossível e irrealizável na visão dos grupos dominantes, que se sentem ameaçados com as suas projeções de futuro. Nessa perspectiva o pensamento utópico soa como devaneios ou ficções sociais esparsas. No entanto, a utopia é estabelecida enquanto um projeto, com intenção de minar a ordem estabelecida, que seria responsável por uma forma de cumplicidade entre aqueles que a compartilham. Nesse sentido a utopia não é somente um sonho, pois apesar de estar orientada para o futuro ela já abala a ordem estabelecida no presente, provocando transformações que sugerem que o utópico pode estar em vias de realizar-se.

A utopia homossexual seria, assim, de ordem concreta. Ela coloca em cena a esperança como sentimento operador da ação política. Os discursos circulantes, baseados

⁹ Sobre a aproximação da ideia de abjeção no pensamento de Butler e Bataille, assim como, uma defesa da obra do pensador francês frente a críticas de teóricos *queer* ler Santos (2013).

nessa dimensão, produzem uma forma “singular-plural” de estar junto que permite um senso positivo de comunidade. Se trata de um ser-em-comum comprometido com um projeto de futuro que provoca mudanças nas formas de estar no tempo, tanto no presente quanto nas elaborações do passado (MUÑOZ, 2009).

Podemos estabelecer uma relação de similitude e diferença entre as duas forças que apontamos como centrais para o nosso programa homossexual. A utopia, assim como a violência, diz respeito as lógicas do poder, mas no caso da força utópica trata-se de um esforço para transformá-las. O exercício de buscar estabelecer proximidades e diferenças entre como estamos percebendo a utopia e a violência leva ainda a percepção de que cada uma dessas forças produz um sentido particular de tempo no programa homossexual. O tempo da utopia seria marcada por futuros presentes enquanto o da violência por passados presentes.

A violência e a utopia, enquanto forças opostas do programa homossexual, serão percebidas em nosso trabalho por meio de suas instâncias coordenadoras. Será por meio das narrativas, regidas por suas forças, que conseguiremos apreender como o tempo é experimentado, apropriado, qualificado e se entrelaça com as formas de habitar o mundo do homossexual. Recorremos a Barthes para definir os formatos narrativos vinculados a cada uma dessas forças. Defendemos que a utopia estaria ligada à escritura¹⁰ enquanto a violência à escrita.

A escrita e a escritura seriam formas particulares de usar a língua¹¹. Em ambas se estabelece um tipo específico de vínculo entre o individual e o social. O que as diferencia seria a forma de utilizar a palavra (BARTHES, 2013b). A escritura seria uma prática desestabilizadora. Nessa forma de enunciação se faz visível o ser e o parecer do poder, ou seja, o que ele é o que ele queria que se acreditasse que ele fosse (BARTHES, 2000).

¹⁰ Uma leitura detalhada e literal da obra de Barthes poderia indicar uma possível contradição ao utilizar a noção de escritura para pensar ações comunicacionais. Isso porque de forma pontual, em alguns de seus textos, o autor diz que a escritura está para além da comunicação ou então que o comunicacional é da ordem da escrita. Dessa forma, é importante realizar uma observação sobre a maneira pela qual a comunicação é compreendida por ele. As obras de Barthes foram escritas no momento de crescimento exponencial da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa. Esse contexto direciona o autor a uma percepção informacional do comunicacional. A comunicação, nesse sentido, é utilizada por Barthes como sinônimo de uma transmissão resumida da informação. Logo, consideramos que a compreensão alargada que conferimos a comunicação, como já apontamos anteriormente, permite a aproximação do que estamos propondo para com a noção de escritura tal como Barthes pensou.

¹¹ A língua para Barthes (2000) é um corpo de prescrições e hábitos comuns a todos os sujeitos de um lugar. Ela seria um sistema de valores institucionalizados que se apresenta como um horizonte humano que atravessa as ações. O conceito da língua, em Barthes, sofre grande influência do pensamento de Saussure. A língua, nesse sentido, seria praticamente a linguagem menos a fala (referente a parte individual da linguagem) (BARTHES, 2012c).

Isso significa que a escritura é de caráter autorreflexiva. Os seus formuladores buscam a mudança social e, em última instância, a transformação da linguagem em si (BARTHES, 2000; 2005). Dessa forma, a escritura, ao transformar a língua, busca concomitantemente mudar o mundo. Na escritura podemos observar a função utópica da linguagem (BARTHES, 2000; 2013a)

A escrita, por sua vez, diria respeito a uma forma instrumental de utilizar a língua. Barthes (2013b) denomina os que a utilizam de escreventes. Para eles, a palavra suporta um fazer, ela não o constitui. Os seus enunciados pertenceriam a uma espécie de *koinè*, uma língua que, embora se possa distinguir variações, se entende enquanto comum a todos, universal. Na escrita, não se admite que a sua mensagem se volte e se feche sobre si mesma, e que se possa ver nela outra coisa para além do que ela diz ser. A escrita, ingenuamente ou não, acredita estar representado o real. A linguagem seria, neste caso, um sistema dado que permite escrevências sobre um mundo naturalizado. Logo, as palavras proferidas pela escrita seriam consideradas uma explicação irreversível ou uma informação incontestável (BARTHES, 2013b).

A escritura e a escrita não são propriamente conceitos (concepções gerais e abstratas de um objeto) mas sim noções (conhecimentos sintéticos intuitivos e imprecisos), presente ao longo de toda a obra de Barthes. A escritura, em especial, se apresenta como um duplo no pensamento barthesiano. Ao indicar uma forma de perceber o texto (seus objetos de análise) a noção também alcança uma dimensão operatória para a sua prática analítica. Com a escritura, Barthes pensa, efetua suas ações, repensa e avança em seu pensamento (PERRONE-MOISÉS, 2012).

Entre as várias fases¹² do pensamento barthesiano, as particularidades das noções de escrita e escritura propostas em seu momento pós-estruturalista são as que mais interessam para o nosso trabalho. Com forte influência lacaniana e foucaultiana, Barthes (2015) situa a escritura como a ciência dos gozos da linguagem, o seu kama-sutra. Oposto ao gozo¹³, estaria o prazer. Ambas são forças paralelas de uma história não pacífica.

¹² Para uma explicação sobre as distintas fases de Barthes, ler Ribeiro (2004).

¹³ A noção de gozo em Barthes é influenciada pela psicanálise lacaniana. Contudo, não se trata de uma aplicação dogmática do conceito. Em linhas gerais, o gozo aqui referido, não diz respeito especificamente ao gozo físico, decorrente do ato sexual, por exemplo. O gozo é aquilo que não se diz, uma transgressão da lei. Recorrer ao francês, idioma no qual foi constituído o conceito, auxilia na sua compreensão. Na língua francesa existiria tanto a expressão a *la petite mort*, referente ao orgasmo, quanto a palavra *jouissance*, que seria o gozo. Barthes utiliza em sua obra a palavra *jouissance*. Dessa forma, ainda que o gozo não esteja inteiramente desassociado da dimensão sexual ele não estaria limitado a ela. A *jouissance* seria como uma pulsão de vida. Para saber mais sobre o gozo na obra de Barthes, ler Perrone-Moises (2012). Para a interface com o conceito de gozo na psicanálise, ler Freud (2010) e Lacan (1998) ou consultar Roudinesco (1998) e Dunker (2020).

Existiriam, nessa perspectiva, textos de gozo e textos de prazer. O gozo surge na escritura como um escândalo, por traçar um corte, uma afirmação contestadora, enquanto, o prazer teria como origem as escrevências da cultura estabelecida, da qual ela não deseja romper.

O autor recorre a uma imagem espacial para explicar o lugar do gozo. Na imagem metafórica proposta existiriam duas margens, uma primeira sensata, conforme, plagiária (trata-se de copiar a língua em seu estado canônico); e uma segunda margem móvel onde se entrevê a morte da linguagem. Nem a cultura hegemônica e nem a sua destruição são eróticas, o gozo é a fenda entre uma e outra. O gozo quer provocar o corte, a redistribuição da linguagem. O sujeito no imo do seu gozo busca exceder as leis da sociedade, mas não provocar a sua destruição. A cultura retorna como margem, ainda que deslocada (BARTHES, 2015).

Os homossexuais, em nossa perspectiva, seriam o que Barthes (2005) denomina de logotetas, fundadores de línguas. Não se trata, evidentemente, de uma língua linguística. Estamos nos referindo a uma forma de operar a linguagem que atravessaria a língua “natural”. Os seus textos buscam alcançar o gozo. Se trata de uma escritura que provoca uma crise no sistema da linguagem e estremece as bases históricas, culturais e psicológicas. Assim, ao adotar a escritura homossexual, ou melhor dizendo, assumindo essa escritura, os sujeitos estão se engajando, mesmo sem precisar dizer. Ao aderir a essa palavra de gozo, a escritura se torna uma espécie de assinatura abaixo de uma proclamação coletiva. Os textos passam a ser manifestações capazes de desvendar o passado, conferir uma história e escancarar uma realidade (BARTHES, 2000).

A escritura homossexual transmigra para dentro das vidas daqueles que a formulam. Se produz uma coexistência em que a escritura de um outro homossexual chega a escrever fragmentos de nossa própria cotidianidade. Trata-se de receber o autor que vem do seu texto e vai para dentro de nossa vida. Esse autor não tem unidade, não se trata de um herói ou pessoa física, e sim de um plural de “encantos”, uma espécie de “ordem fantasística”, que se torna fonte de vivos lampejos de pertencimento e, com isso, produz um corpo cultural (BARTHES, 2005).

O que gostaríamos de destacar é que as explicações dadas por Barthes sobre as lógicas dos textos escriturários e os de escrevências dialogam diretamente com a reflexão que apresentamos sobre as forças de violência e de utopia que movem os discursos circulantes do programa homossexual. Por isso, podemos dizer que o nosso material de análise, ao longo desta tese, são escritas sobre a homossexualidade e escrituras homossexuais.

Por fim, é preciso frisar que as narrativas possibilitarão não só a apreensão do tempo, mas também do espaço, outra categoria fundamental para a pesquisa. Nos textos ocorrem as fusões e diferentes formas de articulação entre tempo e espaço. O tempo ganha corporeidade, se torna visível, e o espaço incorpora-se ao movimento do tempo, do enredo e da história. “Os sinais do tempo se revelam no espaço, e o espaço é apreendido e medido pelo tempo” (BAKHTIN, 2018, p.12). Essa interligação, indissociável, das relações tempo-espaço presentes nas narrativas é chamada de *cronotopo* por Bakhtin (2018; 2011).

Os cronotopos, presentes nas narrativas que iremos analisar, vão permitir a percepção das dimensões espaço-temporais. A construção de uma particularidade brasileira, na história comunicacional da homossexualidade que buscamos contar, não ocorre pelas simples barreiras territoriais, como costumava crer uma abordagem clássica de comunidade. São nas redes e nos circuitos comunicacionais que essa “brasilidade”, para as práticas homossexuais, é estabelecida.

As vivências e os significados estabelecidos em uma comunidade, assim como, seus limites e, portanto, sua distinção para com outras comunidades, são atributos conferidos pelas mentes de seus membros e não por formas estruturais. As comunidades não podem ser compreendidas como resultado de fatores geográficos (COHEN, 2001). Dessa forma, é preciso se distanciar de uma percepção em que a fundação de uma comunidade ocorreria por questões territoriais ou consanguíneas (SODRÉ, 2009 p. 224).

Para compreender a relação entre o espaço habitado, o sujeito e a comunidade é preciso abandonar uma concepção moderna que percebe as cidades como um objeto, algo contraposto ou separado do sujeito. Precisamos ampliar as dimensões do lugar, pensá-lo como um território que tem em sua centralidade a ação humana e sua presença. A nossa referência, assim, não é mais topográfica, mas topológica. A cidade se torna, então, uma articulação de forças e linhas de tensão e atração que desenham um comum habitado (SODRÉ, 2014).

Pensar a cidade enquanto território do comum não significa impor uma dimensão abstrata e universal. Essa forma de apreender cidade não está alheia aos particularismos sociais e suas condições concretas. Não se trata de negar as materialidades impostas pelos contextos locais, mas enfatizar que as significações que as estruturam e as atravessam são da ordem do comum (SODRÉ, 2014).

É da relação intrínseca entre as ações no mundo e a linguagem que o espaço pode ser percebido, habitado e significado como território. O que as narrativas sobre as experiências homossexuais permitem perceber são os contornos e os tons que colorem o

mapa, dando vida ao geográfico e o tornando espaço produtor de subjetividades. As relações tempo-espaço presentes nas tramas que iremos analisar são o que permitem perceber as formas de habitar o mundo desses sujeitos em um dado contexto histórico.

As cidades são percebidas, no nosso trabalho, como ponto de partida ou de retorno de circuitos e trânsitos homossexuais que existiam entre diferentes lugares do país. Não é nosso objetivo descortinar os processos e práticas comunicacionais de um espaço enclausurado por uma premissa geográfica. Por acreditarmos que os atos comunicacionais nunca estão isolados, mas sempre em diálogo, buscamos perceber os territórios como interligados. Ao analisarmos os jornais homossexuais brasileiros já havíamos destacado que, mesmo entre as publicações mais artesanais, existia a presença de uma rede comunicacional entre diversos estados e sujeitos que somados a múltiplos circuitos de comunicação produziam um comum homossexual. Essa dimensão comum estava presente em uma “imanência despercebida”, que não apagava as particularidades de cada região e dos diferentes sujeitos, mas indicava uma unidade partilhada. Essa unidade era reforçada, muitas vezes, pela percepção de um modo de ser e viver singular que se diferenciava das informações que chegavam de outros lugares do mundo e de outras épocas (FERREIRA, 2017).

Assim, o que descreveremos dos espaços das cidades que iremos abordar são tramas em pedaços, inseridas em uma longa teia cultural e territorial. Cada cidade em alguns momentos ganha a centralidade, enquanto em outros, fogem para a periferia das narrativas. Nosso objetivo nunca será a totalidade histórica, mas pedaços esparsos que revelam um grupo em suas dinâmicas de vida, suas emoções, suas experiências, seus afetos, suas resistências, que ultrapassam, sempre, as fronteiras territoriais, de qualquer lugar que queiramos definir como ponto de partida físico.

A relação que buscamos estabelecer entre as cidades e o desenvolvimento da sexualidade busca superar uma abordagem em que os cenários urbanos são meramente o palco ou pano de fundo neutro para a formação identitária e das comunidades. Compartilhamos com Hubbard (2012) e Cook & Evans (2014) a concepção de que as cidades, compreendidas aqui como o território do comum, são agentes ativos na própria constituição da homossexualidade.

Historiadores urbanos e historiadores da sexualidade tem enfatizado como os espaços têm uma relação profunda com a constituição das homossexualidades. Os grandes centros permitem um efeito de liberdade para as pessoas identificadas como desviantes da heteronorma. São nas paisagens urbanas menos reguladas que a busca pelo

prazer, lazer e pertencimento a uma comunidade podem ser exercidas apesar dos perigos (COOK, EVANS, 2014, p. 7).

Os grandes centros urbanos oferecem o anonimato, a fuga do parentesco e das relações comunitárias mais claustrofóbicas das cidades menores. Com isso, cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador se tornaram destinos de homens vindos de diversas regiões que buscam por circuitos em que seja possível experimentar relações homoeróticas ou de homosociabilidade.

Os parques, banheiros, cinemas, saunas, bares e clubes utilizados para a caça, pegação ou confraternização passaram a fazer parte de uma cultura urbana que se atualiza e sobrevive ao ser transmitida a cada nova geração. Essa territorialização sexual faz parte das ações empreitadas pelos homossexuais para criar um mundo possível de ser habitado.

A ocupação dos espaços públicos por homossexuais, tanto pela prática sexual como pelas manifestações públicas de tal sexualidade, faz emergir uma *mundivivência* homossexual masculina onde há a suspensão e a reformulação da abjeção da homossexualidade. Esses espaços seriam para Munoz (2018) o resultado de uma memória utópica queer. Com isso, o autor quer enfatizar que esses territórios e as práticas neles possibilitadas representam a vivência de uma utopia no presente. Essa cidade queer é forjada pelas memórias compartilhadas com o passado, pelas táticas de sobrevivência e de gestão do risco estabelecidas pelos homossexuais ao longo do tempo. Essa mundivivência é carregada por expectativas de um futuro almejado em que aquela vida paralela pudesse livremente habitar o mundo, no entanto, esse futuro projetado parece ser continuamente retardado.

A própria cidade dificulta a vivência plena dessa utopia. Os espaços urbanos possuem uma relação ambivalente com relação à sexualidade, possibilitando tanto a experimentação sexual como sua regulação e controle. A representação da cidade sexualmente liberal não conta toda a história, esses territórios também são locais de governança em que o poder é exercido por meio de diversos dispositivos que examinam, policiam e disciplinam de forma intensa os corpos (HUBBARD, 2012)¹⁴. Logo, podemos dizer que as cidades são tracejadas por escritas e escrituras homossexuais.

As espacialidades também ganham lugar em nosso processo analítico por meio dos contextos. Eles não seriam um mero “pano de fundo”, mas um “exterior constitutivo”

¹⁴ A incidência do poder sobre os corpos também possui variações de acordo com os marcadores que atravessam cada sujeito. Os negros e periféricos, por exemplo, tendem possuir um acesso limitado a essa mundivivência homossexual masculina, a qual se refere Munoz (2018).

fundamental para compreender as relações de poder presentes nos discursos em circulação (RIBEIRO, MARTINS, ANTUNES, 2017). O chamado à contextualização, ao realizar a leitura crítica das práticas e processos comunicacionais, passa ser um esforço para apreender as inter-relações entre as dimensões temporais que permeiam esses periódicos. Não se trata de buscar um “antes” e um “depois” ou um “dentro” e um “fora” do texto, mas perceber “as textualidades simultaneamente como o que contém e projeta o ‘antes’ e o ‘depois’, o ‘dentro’ e o ‘fora’” (LEAL, CARVALHO, 2017).

Perceber historiograficamente a relação entre os vestígios do passado para com o seu contexto de produção envolve rememorar simultaneamente os antecedentes, o momento de circulação e os desejos de futuro que eram projetados nessas produções comunicacionais que estamos narrando. A comunicação feita por e/ou voltada para homossexuais reveste-se, em seu contexto, de carga ética e moral, dotada de capacidade de agência e promessas ao futuro. Assim, nessa complexa interconexão entre passado, presente e futuro, seguir os rastros comunicativos se torna um caminho vital para compreender o que somos na duração (LEAL, CARVALHO, 2017).

Cap. 2 – A longa duração da injúria

*“Violência não é força vital nem insanidade agressiva.
É cultural, tem espírito e, se estimulada,
cola como segunda pele em carrascos e vítimas.”
Muniz Sodré*

O rememorar da escrita injuriosa sobre a sexualidade, em sua longa linha de duração discursiva, coloca como desafio a delimitação temporal de em qual momento ocorreu uma virada nesses discursos, quando eles deixam de aferir apenas sobre uma prática, da sodomia por exemplo, para falar sobre uma identidade, uma “espécie homossexual”. Para perceber quando ocorre a instauração do que estamos denominando de programa homossexual, vamos retroceder ao “longo século XIX” brasileiro a partir de um olhar histórico que busca tensionar os documentos numa perspectiva foucaultiana.

Nesse sentido, gostaríamos de esclarecer nossa diferença com a visão adotada por David Halperin (2002). Segundo Foucault (2010), existiria uma distinção epistemológica entre atos homossexuais e identidade homossexual, essa última tendo como marco o final do século XIX. Essa é a perspectiva que adotamos. Ela se diferencia da Halperin (2002) que, ao contrário, defende a continuidade de uma subjetividade queer, que perduraria ao longo dos séculos por meio de diferentes experiências e tradições culturais.

O retorno a esses documentos históricos, considerados como “fundadores” da percepção de um sujeito homossexual, seriam importantes para entender como a homossexualidade, enquanto um fenômeno social, ocorreu no território brasileiro. Os grandes quadros teóricos que dão suporte ao debate sobre a homossexualidade têm como foco de suas narrativas acontecimentos situados no norte global, por isso, consideramos que cruzar os levantamentos históricos já realizados no Brasil com o debate teórico posto internacionalmente auxilia a situar o programa homossexual brasileiro, dada as suas especificidades.

No entanto, vale destacar que nossa intenção não é somente localizar no passado as origens da escrita homossexual masculina, mas, sobretudo, acompanhar sua duração no tempo para, a partir daí, problematizarmos a configuração das subjetividades contemporâneas. Nessa parte inicial do capítulo, vamos trabalhar com um recorte temporal que perdura até as décadas de 1960/1970. Nossa hipótese é que, embora ajam rupturas, as estratégias e o tom discursivo do final do século XIX permanece, em certa

medida, similar em muitos aspectos até os anos 1960, quando ocorre o surgimento de movimentos culturais homossexuais.

Da prática a identidade

A arquitetura temporal da homossexualidade masculina, regida por um programa composto por violência e utopia, é uma proposta de modelo teórico que formulamos para compreender e apreender as dinâmicas do projeto político identitário homossexual. Ou seja, trata-se de um modelo que tanto indica o que compreendemos enquanto homossexuais, como fornece os parâmetros históricos de observação da sua realidade. Nossa intenção é explicar como um comum homossexual se constituiu através do atravessamento de diversas forças de poder situadas no espaço-tempo. Esta estrutura de pensamento representa uma das várias abordagens possíveis para contar essa história. Será por meio das forças que identificamos como constituintes da homossexualidade que buscamos estabelecer as conexões entre os fatos, personagens e documentos.

Enquanto modelo, trata-se de uma hipótese que foi formulada por meio de um sistema de explicações interligadas que buscamos consolidar a partir de um dado referencial teórico. Sua utilização permite observar as relações estreitas e constantes entre as forças nele identificadas: a violência e a utopia. Isso possibilita perceber os traços existentes em comum em cenários de observação distintos, facilitando a compreensão dos acontecimentos históricos para além de sua ocorrência mais imediata, destacando os traços muitas vezes difusos da longa duração (BRAUDEL, 1981).

Para Braudel (1981, p.25), uma pesquisa na área das ciências sociais que almeje trabalhar com uma dimensão histórica precisa estabelecer com clareza os limites do seu modelo de investigação. Para o autor, a definição precisa da duração empregada é uma etapa central para o sucesso da proposta. Ele argumenta que a significação e o valor explicativo de um modelo estão intimamente ligados à sua concepção de duração.

Concordamos com o historiador francês sobre a centralidade ocupada pela delimitação temporal da pesquisa. A compreensão do que se entende por homossexualidade, por exemplo, pode ser totalmente modificada a partir das delimitações temporais adotadas por um pesquisador. Os clássicos estudos sobre a homossexualidade¹⁵

¹⁵ Para um estado da arte sobre os estudos sobre homossexualidade nas Ciências Sociais ler Soliva, *et al.* (2014), na História ler Green (2012) e na comunicação ler Iribure; Lizarin (2014^a; 2014^b) e Ferreira (2019). Um levantamento bibliográfico detalhado sobre a produção nacional até o início dos anos 2000 foi feito Green *et al.* (2003).

brasileira desenvolvidos por João Silveiro Trevisan (1986), Luiz Mott (1988), Ronaldo Vainfas (1989) adotam compreensões distintas da que propomos, e essa diferença pode ser explicada pelos contextos temporais de cada projeto.

O livro de João Silvério Trevisan, *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*¹⁶, utiliza a categoria “homossexual” como um instrumento linguístico para falar, de forma generalizada, de pessoas que têm relações sexuais com outras do mesmo sexo (TREVISAN, 2018, p.36). O autor reconhece que o termo é uma invenção do século XIX e dos seus jogos de poder (TREVISAN, 2018, p.31). No entanto, ele argumenta que por “questões práticas” denominará um espectro muito amplo de relações e identidades como homossexuais. Caberia em sua categoria homossexual um recorte temporal que vai do Brasil colônia até a contemporaneidade.

Por uma questão prática, aqui se denominou “desejo homossexual” uma gama muito diversificada de manifestações de amor entre pessoas do mesmo sexo, ainda quando essas manifestações não caibam na definição estrita de “homossexual” criada pelo discurso médico-científico e veiculada pela mídia em determinado momento histórico (TREVISAN, 2018, p.41).

Luiz Mott (1988) e Ronaldo Vainfas (1989) são reconhecidos no campo acadêmico da história da sexualidade por suas significativas contribuições na análise dos processos por sodomia no Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. Abordando o contexto do Brasil Colonial, ambos os autores situam a sodomia dentro do espectro mais amplo da homossexualidade. Luiz Mott (1988), em seu texto “Relações Raciais entre Homossexuais no Brasil Colonial”, privilegia os vestígios de racialidade presentes nas fichas dos acusados e emprega, de forma intercambiável e sem distinção, os termos sodomia e homossexualidade como sendo sinônimos. Vainfas (1989), por sua vez, adota uma perspectiva mais abrangente ao analisar o impacto da moral cristã na compreensão e na penalização da sodomia em seu livro *Trópico dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. O historiador brasileiro, em um diálogo direto com Foucault, reconhece que a homossexualidade é um “conceito típico do século XIX” (VAINFAS,

¹⁶¹⁶ A primeira edição da obra data de 1986, sendo o primeiro grande projeto nacional de cunho histórico com o objetivo de contar a história da homossexualidade ao longo dos séculos. Estamos utilizando a sua quarta edição, ampliada, atualizada e revisada, lançada em 2018.

1989, p. 144), mas discorda da perspectiva foucaultiana de que a sodomia se limitava a um ato ou um conjunto de atos pecaminosos. No entanto, ele também se refere aos sodomitas, e até mesmo aos homens que se relacionavam sexualmente com outros homens na Grécia Antiga, como “homossexuais do passado” (VAINFAS, 1989, p. 148).

A compreensão das práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo em contextos históricos anteriores à modernidade, tais como entre povos indígenas pré-colonização e os sodomitas perseguidos pela Igreja, apresenta desafios significativos devido às diferenças nas concepções culturais e sociais dessas épocas. Ler todas essas práticas como sendo homossexuais pode significar a imposição ao passado de uma visão anacrônica. Por isso, é necessária uma fundamentação histórica sólida para justificar tal escolha. Na literatura internacional, existe um debate teórico em prol de uma revisão crítica das contribuições de Foucault sobre a homossexualidade, em especial sobre a distinção entre atos sexuais (sodomia) como uma realidade pré-moderna e as identidades sexuais (homossexualidade) como uma concepção exclusivamente moderna.

David Halperin (2002) argumenta que a passagem de *História da Sexualidade* na qual Foucault (2010) discute a distinção entre sodomia e homossexualidade trata essencialmente das diferenças nas estratégias discursivas utilizadas pelas definições legais e canônicas pré-modernas de sodomia em comparação com os saberes da psiquiatria e da sexologia do século XIX sobre a homossexualidade. Halperin (2002, p.29) enfatiza que Foucault está abordando a diferença entre os sistemas discursivos formais usados para desqualificar o desejo entre homens, e não os comportamentos e atitudes da vida cotidiana. Nessa perspectiva, o teórico francês não estaria negando a possibilidade de um *ethos* homossexual entre as sociedades pré-modernas; ele estaria simplesmente evidenciando como o poder operava (HALPERIN, 2002, p.32). Vejamos o texto do Foucault em debate:

A sodomia – a dos antigos direitos civis ou canônico - era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, porém, como natureza singular. É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da

homossexualidade constituiu-se no dia em que foi caracterizada – o famoso artigo de Westphal em 1870 - sobre as “sensações sexuais contrárias” pode servir de data natalícia - menos como um tipo de relações sexuais do que como uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de interverter, em si mesmo, o masculino e o feminino. A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transformada, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie (FOCAULT, 2010, p.50-51)

Halperin (2002), com sua interpretação da obra de Foucault, visa alertar para o que ele considera um modelo excessivamente monolítico de "homossexualidade do século XIX", sugerindo, em vez disso, uma visão mais complexa, onde a homossexualidade moderna é compreendida como integrante de um processo em que modelos anteriores de sexualidade são continuamente incorporados aos posteriores. Nessa perspectiva, a homossexualidade é vista como uma amalgama cumulativa de vários estilos de sexualidade dissidentes que se sobrepõem historicamente ao longo do tempo. O autor sugere que elementos do que hoje chamamos de homossexualidade podem ter existido em diferentes épocas e lugares, embora o conceito como um todo seja uma construção específica da modernidade.

Apesar do reconhecimento acadêmico das contribuições de Halperin, discordamos de alguns de seus argumentos e, particularmente, sobre a validade da sua perspectiva para pensar o contexto brasileiro. Ainda que possamos concordar com seu argumento de que Foucault (2010) estaria interessado nos gestos e critérios da exclusão e não necessariamente sobre a vida dos excluídos, a releitura de Halperin (2002) parece ignorar que, na cosmovisão foucaultiana, o poder produz a realidade e cria modos de ser a partir do efeito de verdade mobilizado pelo saber. Ainda que o seu foco seja nos sistemas discursivos, suas reflexões são sobre as lógicas de funcionamento das sociedades, incluindo seus sujeitos. Por isso, nos mantemos na interpretação de que em contextos pré-modernos podemos falar em atos sexuais e não em uma subjetividade homossexual. O próprio Ronaldo Vainfas aponta que os documentos da Inquisição, por exemplo, não fornecem evidências que respaldem a existência de uma "espécie de caráter sodomítico" como um antecessor do personagem homossexual que virá a luz no século XIX (VAINFAS, 1989, p.147).

As reflexões de Halperin (2002) foram publicadas depois de mais de uma década de lançamento dos livros de Trevisan (2018), Mott (1988) e Vainfas (1989). Não existe entre essas obras nenhuma relação direta, mas elas demonstram o desejo de escrever a

história da sexualidade através de uma percepção ampliada sobre a presença da homossexualidade entre os vestígios históricos. Podemos elencar, ao menos, duas razões que justificam esse movimento. A primeira é de teor político, as primeiras obras sobre a história das pessoas que transam com pessoas do mesmo sexo, que não estavam vinculadas a uma visão negativa ou sanitarista, faziam parte de um movimento intelectual de construir uma nova imagem para os homossexuais. Os saberes produzidos por essas pesquisas eram utilizados para justificar, validar e munir de argumentos o movimento homossexual organizado. Existiria ainda uma segunda razão de ordem epistemológica, não inteiramente desassociada da primeira. A história da sexualidade era uma nova área do saber, que lutava por reconhecimento e sofria disputas internas entre as múltiplas vertentes em ebulição. A defesa de uma escrita da história da homossexualidade marcada pela possibilidade de um amplo campo de atuação pode ser lida como uma estratégia para incentivar mais pesquisas na área e mostrar sua relevância em um processo de revisão histórica.

Embora reconheçamos a importância das contribuições de Trevisan (2018), Mott (1988) e Vainfas (1989) nos afastamos dos seus posicionamentos sobre o que pode ser compreendido e nomeado enquanto homossexualidade. Seguimos a clássica premissa foucaultiana de que a sexualidade é produzida por um sistema de saber-poder-verdade que varia significativamente ao longo do tempo e do espaço. Sendo, para Foucault (2010), a heterossexualidade e a homossexualidade categorias modernas e, portanto, são construções sociais relativamente recentes se comparada ao curso da humanidade. Entre os textos clássicos sobre história da homossexualidade no Brasil, o livro de James Green (2000) é o que mais se aproxima da nossa perspectiva. Apesar de *Além do Carnaval* ter como subtítulo “a homossexualidade masculina no Brasil do século XX” o autor inicia sua pesquisa nos anos finais do século XIX. Para Green (2000, p.33), existia em cidades como o Rio de Janeiro e em São Paulo uma subcultura homossexual vibrante desde a virada para o século XX.

A dimensão urbana é central para pensar o surgimento da homossexualidade como uma identidade sexual munida de um modo de vida coletivo (WEEKS, 2011, p.86). As culturas urbanas permitiam um relativo anonimato que facilitava o desenvolvimento de estilos de vida alternativos. Movidos pela liberdade das grandes cidades houve um processo migratório, principalmente de homens considerados efeminados, das cidades de pequeno e médio porte para polos como o Rio de Janeiro e São Paulo (GREEN 2000). Redes sociais de apoio, cada vez mais complexas, foram então se constituindo entre esses

sujeitos, muitas vezes imitando as dinâmicas de uma família (GUIMARÃES, 2004). Dessa forma, surgiram espaços como praças, parques e posteriormente bares e clubes em que uma subcultura homossexual ditava as dinâmicas, permitindo o encontro afetivo, sexual e cultural entre sujeitos que não se identificaram enquanto heterossexuais.

O final do século XIX é marcado pelo crescimento das zonas urbanas. A cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, tem sua população quase duplicada entre 1872 e 1890, saltando de 275 mil para mais de 500 mil habitantes¹⁷. No início do século XX esse número já se elevava para 800 mil, atingindo a marca de mais de 1 milhão de habitantes em 1920¹⁸. Na imprensa carioca, da segunda metade do século XIX, já era possível encontrar relatos da utilização de espaços, como praças e estações de trem, para o encontro entre homossexuais. O *Jornal do Brasil*, em sua edição de 17 de dezembro de 1896, noticiava sobre e reincidência de um “pederasta passivo” que utilizava as estações de trem para a “prática de actos immoraes”. O acusado, que foi pego desta vez em flagrante na estação Central da estrada de ferro também já havia sido pego, semanas antes, com outros dois cavalheiros na estação do Meier (JORNAL DO BRASIL, 17 dez.1896, p.2). Chama a atenção que, na descrição feita pelo jornal, a homossexualidade ela assume traços físicos e de personalidade do sujeito.

Um miserável que leva vida arrastada confabulando pela rua do Ouvidor, figura esguia e cínica, de cabeça sempre baixa, curvada ao peso de muitas indignidades, para evitar que alguém enfrente as lívidas faces que traduz as torpezas do seu caráter, este tipo, conhecido como ébrio habitual e pederasta passivo, e por estes motivos conduzido muitas vezes à polícia (JORNAL DO BRASIL, 17 dez.1896, p.2).

O pederasta passivo, denunciado pelo jornal, não é definido apenas pelos seus atos sexuais. Ele possui uma identidade sexual que pode ser revelada pelos traços do seu rosto, por exemplo. No trecho destacado, podemos perceber um outro elemento recorrente do período: a associação da homossexualidade com outros delitos ou desvios. O personagem noticiado pelo *Jornal do Brasil* era também um bêbado.

¹⁷ Informações presentes no “*Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil em 31 de Dezembro de 1890*”. Documento disponível para consulta em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/267601>

¹⁸ Informação retirada do “*Recenseamento do Brasil: realizado em 1 de setembro de 1920*”. Documento disponível para consulta em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=26383&view=detalhes>

A prostituição e o aliciamento eram outros dois desvios morais recorrentemente associados a homossexualidade¹⁹. O jornal *Carbonario: órgão do povo* alertava, com frequência, da presença de pederastas procurando por sexo em espaços da cidade como o Largo do Rossio²⁰, Largo do Paço²¹, Praça das Marinhas²² e a própria rua do Ouvidor²³. No dia 3 de setembro de 1888, o jornal publica uma carta destinada ao Ministro da Justiça cobrando “providências adequadas para melhorar as condições de moralidade dessa corte”. O *Carbonario* denuncia que havia entre o Largo do Rossio, o Largo do Paço e nas casas de cômodos da Rua do Ouvidor muitos pederastas. O jornal exemplifica a presença desta “classe de indivíduos” relatando que um homem conhecido pelo nome de Bábá havia sido preso e quase deportado para o Mato Grosso por ser um pederasta conhecido. O sujeito é descrito como um “negro hediondo e feio” que “vive pelos lupanares” “esperando as sobras dos que fartos de mulheres rélis, se atiram aos gozos da pederastia” (CARBONARIO, Ano VIII, 3 de set. 1888, p. 2). O jornal critica então a soltura de Bábá, atribuindo sua liberdade a influência da famosa cafetina Medusa, que gozava de “bastante prestígios” junto a polícia.

Bábá seria apenas um entre “muitos outros há bem conhecidos de nomes, graças ao desbragamento do vício porque se distinguem em certas rodas” (CARBONARIO, Ano VIII, 3 de set. 1888, p. 2). O folhear das páginas da imprensa permitem ainda o contato com diversos outros relatos, como as recorrentes notícias de pederastas “que pervertem caixeiros” na Praça das Marinhas (CARBONARIO, Ano V, 16 de ago. 1886, p. 4).

A possibilidade de encontros homossexuais em zonas de moralidade mais permissivas também está presente na literatura da época. Adolfo Caminha lança em 1885 o livro *Bom Crioulo*, que narra a relação amorosa entre Amaro (Bom Crioulo) e Aleixo. O enredo do livro é ambientado em dois espaços, a corveta em que ambos serviam como marinheiros e um quarto alugado na Rua da Misericórdia²⁴. A habitação era alugada por

¹⁹ Para uma análise mais aprofundada sobre a relação entre homossexualidade e prostituição no Rio de Janeiro no final do século XIX até as primeiras décadas do século XX ler a dissertação de João Gomes Junior (2019). O autor também destaca a existência de uma subcultura homossexual marcada por uma forte rede de apoio entre os seus integrantes.

²⁰ É a atual praça Tiradentes, tendo sido conhecida anteriormente como Campo dos Ciganos. Situada nos limites do centro antigo, segundo Green (2000, p.53), essa praça era o principal ponto de encontro entre homossexuais.

²¹ Atual Praça XIX, era um centro de efervescência da cidade no século XIX.

²² A Praça das Marinhas era um dos principais centros de compra e venda de alimentos da corte. A imprensa relata que nesse espaço os homossexuais aliciavam os caixeiros que ali trabalhavam.

²³ A rua mais pulsante do Rio de Janeiro no século XIX.

²⁴ É considerada uma das primeiras ruas do Rio de Janeiro. Ela se chamava originalmente de Caminho de Manoel Britto e era o prolongamento da Ladeira da Misericórdia, um dos acessos ao Morro do Castelo, se estendendo até o Paço. Seu nome faz referência a Santa Casa de Misericórdia (principal hospital da cidade

uma portuguesa, chamada D. Carolina. Uma antiga prostituta que na velhice “vivia de sua casa, de seus cômodos, do aluguelzinho por mês ou por hora”. Sua clientela era formada por “pessoas de ‘certa ordem’, gente que não se fizesse de muito honrada e de muita boa, isso mesmo rapaz de confiança, bons inquilinos, patrícios, amigos velhos...” (CAMINHA, 2019 p.49).

No pequeno quarto, naquele sobrado de “vida obscura”, Amaro pode experimentar uma vida íntima com Aleixo. Por quase um ano os dois marinheiros “viveram um para o outro” no alto da Rua da Misericórdia. Amaro era um “marido feliz” (CAMINHA, 2019 p.60) e Aleixo “longe de seus pais, numa terra estranha, encontrava naquela casa um asilo de amor, um paraíso de felicidade” (CAMINHA, 2019, p.57). “Ele, D. Carolina e Bom-Crioulo eram como uma pequena família, não tinham segredos entre si, estimavam-se mutuamente” (CAMINHA, 2019, p.57).

No quarto da Misericórdia [...] Ficavam em ceroulas, ele e o negro, esponjavam-se à vontade na velha cama de lona, muito fresca pelo calor, a garrafa de aguardente ali perto, sozinhos, numa independência absoluta, rindo e conversando à larga, sem que ninguém os fosse perturbar – volta na chave por via das dúvidas...

Uma coisa desgostava o grumete: os caprichos libertinos do outro. Porque Bom-Crioulo não se contentava em possuí-lo a qualquer hora do dia ou da noite, queria muito mais, obrigava-o a excessos, fazia dele um escravo, uma ‘mulher-a-toa’ propondo quanta extravagância lhe vinha à imaginação. Logo na primeira noite exigiu que ele ficasse nu, mas nuzinho em pelo: queria ver o corpo... (CAMINHA, 2019 p.55).

O romance de Adolfo Caminha revela uma série de nuances adicionais sobre a homossexualidade, as quais também eram observáveis nos relatos da imprensa da época. Verifica-se que a compreensão da homossexualidade estava profundamente influenciada por fatores interseccionais, tais como raça, classe social e normas de gênero. Os documentos históricos registram a presença de homossexuais pertencentes a diversas raças, ocupando diferentes posições profissionais e com comportamentos variados. No entanto, a maneira como cada uma dessas experiências era qualificada variava significativamente, dependendo dos marcadores interseccionais que compunham a identidade dos sujeitos.

no século XIX). A rua atualmente não existe mais, em seu lugar foi construído a Praça do Expedicionário, com um monumento em homenagem ao Barão do Rio Branco, e o Fórum.

A degradação moral, considerada inerente a esse “tipo de sujeitos”, somava-se a outros “desvios de caráter” ao se tratar de homens podres e negros. Amaro, um escravizado que fugiu de uma fazenda de café e conseguiu ingressar aos 18 anos na marinha, é descrito como uma fera, que quando bebia aguardente se transfigurava, parecendo um demente entregue a toda sorte de loucuras (CAMINHA, 2019, p.14). Ele é apresentado no livro como o pederasta que alicia e impõe o desvio sexual a Aleixo, um jovem branco e sem experiências. No momento do encontro entre os dois marujos, Amaro tinha cerca de trinta anos e era descrito como um homem imponente por sua força física enquanto Aleixo, que tinha apenas 15 anos, era branco, frágil e tímido. O único ponto em que a narrativa de Caminha se distingue da representação habitual conferida aos homossexuais é sobre as performances de gênero atribuída aos personagens. A pederastia passiva era considerada o grande desvio, sendo atribuída geralmente aos homens afeminados. Neste caso, Aleixo, descrito como um rapaz frágil, de beleza delicada, é que foi seduzido e mantido, sem o seu real interesse, em uma relação com Amaro, um homossexual viril que desempenha com ele o papel de ativo.

Os relatos da imprensa sugerem que a classe social e a raça podem atenuar a execração pública dos sujeitos identificados como homossexuais. Enquanto homens negros e pobres são frequentemente expostos, com suas identidades e endereços divulgados, os sujeitos de maior status socioeconômico recebem um tratamento mais brando e desfrutam de um ambiente mais permissivo para viver suas experiências. A título ilustrativo, podemos considerar uma notícia veiculada sobre um comerciante abastado, pertencente a uma família tradicional, que estava sendo acusado de pederastia. O jornal *Carbonario*, que nas demais notícias descrevia os homossexuais pobres ou pretos como sendo grotescos na totalidade do seu ser, agora se refere ao novo personagem como sendo um “chefe de família, um negociante conceituado e um homem de negócios”. Embora a homossexualidade desse homem casado, proveniente de uma família produtora de café de prestígio, seja rotulada como “depravada e desmoralizadora”, as censuras direcionadas a ele são menos incisivas. Enquanto Bábá e o outro pederasta da Rua do Ouvidor já haviam sido presos diversas vezes em virtude de suas identidades sexuais, esse comerciante casado continuava a manter relações com diversos empregados em sua “casa comercial, bastante conhecida”. Mesmo com tal caso sendo de amplo conhecimento público, nenhuma ação foi tomada contra o “famigerado negociante” (CARBONARIO, ano VI, 22 de ago. de 1987, p.4).

A análise dos jornais do século XIX também revela que, apesar do modelo identitário da homossexualidade já estar estabelecido, a palavra "homossexual" ainda não era comumente utilizada. Na imprensa, assim como na literatura da época, era frequente o emprego dos termos "pederasta", "frescos", "putos" ou "rapazes afeminados" para se referir à identidade sexual em questão. A palavra "homossexual", que foi cunhada pelo escritor húngaro Karoly Maria Benkert na década de 1860 para descrever a atração sexual por alguém do mesmo gênero (Weeks, 2011, p.84), só se popularizou no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

A origem da palavra homossexual representa uma tentativa consciente de ruptura com a linguagem tradicional que estigmatizava e condenava experiências entre pessoas do mesmo sexo, geralmente associadas a práticas entre homens. A palavra é uma invenção do campo médico, especialmente da psiquiatria e da sexologia, e visava trazer a temática para o domínio das ciências, deslocando a centralidade previamente atribuída ao conhecimento religioso (WEEKS, 2011, p.84). No contexto europeu, outros termos, com o mesmo propósito, emergiram, tais como "invertido", "uranista" e "terceiro sexo". Na realidade brasileira, a expressão homossexual se popularizou, principalmente, graças ao esforço de médicos criminalistas que se dedicaram ao estudo da homossexualidade como uma anomalia que precisava ser tratada.

O jurista Francisco José Viveiros de Castro lançou em 1894 o livro *Attentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual*. A obra, em um de seus capítulos, discute sobre as atividades homossexuais. O autor apresenta casos da realidade carioca e promove um debate teórico entre os principais autores europeus que tinham se dedicado a estudar a homossexualidade no campo da sexologia. Contudo, sua obra “não apresentou ao leitor uma teoria médica clara” sobre a homossexualidade (GREEN, 2000, p. 86). Além disso, Castro usa somente de forma muito esporádica o termo homossexual em sua reflexão.

A obra reconhecida pelo pioneirismo sobre homossexualidade, dentro do campo da medicina no Brasil, foi escrita pelo médico Ricardo Pires de Almeida. Em 1906, ele lançou o livro *Homossexualismo – a libertinagem no Rio de Janeiro*. A publicação, além de refletir sobre a realidade carioca, apresenta um abrangente panorama sobre a questão, incluindo aspectos mitológicos, bíblicos e étnicos. Pires de Almeida, analisa aspectos históricos e os costumes da sua época para demonstrar a degeneração moral de pessoas uranistas. Sua maior preocupação era com a "higiene social" e a saúde da nação,

argumentando que a homossexualidade era uma prática "antinatural" que deveria ser controlada pelo Estado em prol da manutenção da higiene e da moral.

As obras do jurista José Viveiros de Castro e do médico Ricardo Pires de Almeida inserem-se no contexto de consolidação da República e seus valores, em termos de regime político. De acordo com Figari (2007), observa-se uma transição em curso, culminando com a instauração da República. Os bacharéis emergem como símbolo do novo poder simbólico, propagando um discurso positivista que acreditava ser capaz de resolver todos os problemas sociais. A razão instrumental introduz um novo *ethos* moral e corporal que permeia todas as esferas do cotidiano, inclusive a sexualidade. O novo regime entrelaça a ordem urbana com a ordem psíquica, unindo a moralidade e o corpo. Desenvolve-se, então, uma cidade com pretensões higienistas, influenciadas pelos discursos médicos predominantes na virada do século.

Apesar de não ser um médico legista, mas sim um clínico, Pires de Almeida teve impacto considerável sobre outros estudiosos no campo da Medicina Legal (GUERRA, 2019, p. 134). Nesse sentido, sua análise é relevante, pois aborda diretamente a missão que os médicos legistas assumiram de disseminar a "cura" e a "verdade" sobre a homossexualidade. Sua abordagem para a "doença" da "homossexualidade" difere de certas opiniões que defendem punições através de prisões. Para Pires de Almeida, o tratamento dessa "patologia" deveria envolver terapia e intervenções morais, tanto para os indivíduos considerados "invertidos natos" (aqueles que nascem com essa "anomalia") quanto para os "pervertidos" (aqueles que desenvolvem essa condição ao longo do tempo por diferentes motivos).

Após dez anos da obra seminal de Pires de Almeida é lançado o livro *Medicina Legal, psicopatologia forense* (1916) que desenvolve a hipótese da endocrinologia para explicar a homossexualidade. Seu autor, Afrânio Peixoto, se tornaria uma das grandes referências da área, lançando posteriormente mais duas obras sobre a temática: *Los Missexuales* (1931) e *Sexologia Forense* (1934). Peixoto, também médico, havia se doutorado pela Faculdade de Medicina da Bahia e desempenhava a função de professor universitário, além de ter exercido o cargo de deputado federal e ser um literário de prestígio, tendo ocupado uma cadeira na Academia Brasileira de Letras.

Afrânio Peixoto enfatiza que as “perversões sexuais” frequentemente estão associadas a obsessões e impulsos, podendo decorrer de diversas condições mentais e degenerativas. Ele argumenta que indivíduos homossexuais apresentam uma anomalia e, por isso, necessitam de tratamento. Peixoto ressalta que essa condição não deve ser

encarada como pecado, crime ou vício passível de punição, mas sim como um desvio orgânico, uma malformação interna que demanda diagnóstico, reconhecimento e intervenção. Além disso, ele destaca que a religião e o direito não devem influenciar nesse contexto, e que a higiene, a medicina e até mesmo a cirurgia podem ser necessárias para restabelecer a saúde normal dos indivíduos. Peixoto defende que a medicina deve buscar compreender esses pacientes para tratá-los adequadamente, sugerindo, por exemplo, o uso de hormônios suplementares em vez de recorrer a anátemas.

A noção de maldade, de culpa, de pecado desaparece. É da natureza, é escusado o anátema, que não compreendeu e foi injusto. A moral ignora a história natural (...) É, entretanto, possível aperfeiçoar a natureza, com tento, pois outro erro é que ela seja perfeita, ideal. Ela se está fazendo e o acabamento será, infinitamente ainda, demorado e distante. Por que não tiraremos o apêndice, já sem função, e que faz apendicite? Consertaremos os impotentes, os invertidos, os perversos. A catástrofe de Sodoma e Gomorra revela que a natureza não foi compreendida: em vez de chuva de enxofre, uma clínica, concertos endócrinos, opoterapia, opohigia. (PEIXOTO, 1934, p.186).

A abordagem de Afrânio Peixoto, de demarcar a autoridade da medicina como o detentor das “verdades” sobre a homossexualidade, produzia efeitos de sentido contraditórios. O autor enfatizava que os debates em torno do tema deveriam se desvincular dos preconceitos e das moralidades religiosas, além de defender que as responsabilidades penais atribuídas aos indivíduos com essa identidade sexual deveriam ser amenizadas, pois as intervenções médicas seriam a única solução eficaz por se tratar de um problema biológico e psíquico. No entanto, o seu discurso é permeado pela moralização da homossexualidade. O debate médico, nesse contexto, é fundamentalmente desenvolvido pelo olhar específico da medicina legal, com inquietações de cunho eugênico. Essas preocupações eugenistas são contextualizadas dentro do cenário político nacional e internacional da época, onde a ascensão do nazismo e do fascismo na Europa e o autoritarismo do Estado Novo no Brasil estavam em destaque. É relevante observar que Afrânio Peixoto demonstrava um fascínio político pelo governo de Mussolini, o que possivelmente influenciou sua abordagem em relação à homossexualidade, inserindo-a em um contexto político eugenista (PEREIRA, 2014, p.42).

A influência do pensamento de Peixoto no campo médico da época é evidenciada através de numerosos prefácios e apresentações redigidas pelo autor, assim como pelas frequentes citações encontradas nas obras lançadas sobre homossexualidade e Medicina

Legal. Essa constante presença de suas contribuições em textos acadêmicos e profissionais sugere não apenas o reconhecimento de sua autoridade intelectual e expertise na área, mas também o impacto significativo de suas ideias no desenvolvimento e na orientação do debate científico e prático sobre o tema.

A década de 1930 se destaca por uma explosão de lançamentos no mercado editorial brasileiro sobre a homossexualidade, especialmente sob uma perspectiva médica. Para além dos dois já mencionados livros de Afrânio Peixoto, outros autores contribuíram significativamente para o debate, como: Estácio de Lima com os lançamentos de *A inversão dos sexos* (1934) e *Ensaio de sexologia* (1952), Antonio Bello da Motta com *Homossexualismo em medicina legal* (1937), Edmur Aguiar Whitaker por meio da divulgação de sua pesquisa *Estudos Homo-sexuais* (1937) e Leonídio Ribeiro com o lançamento de um dos livros mais influentes da década, *Homossexualismo e endocrinologia* (1938). Essas obras, consideradas de vanguarda no campo da medicina no Brasil, desempenharam um papel fundamental na fundação da discussão moderna em torno da homossexualidade no país.

Esses textos apresentam uma abordagem que privilegiava argumentos de base biológica, especialmente relacionados à endocrinologia, bem como aspectos mentais. Eles sustentavam a ideia de uma "degenerescência" associada à homossexualidade, alegando a articulação da sexualidade com tendências criminais. Influenciados pelas teorias fascistas do criminologista italiano Cesare Lombroso, esses autores acreditavam em uma determinação dos comportamentos delinquentes e em uma predisposição para o crime decorrente de características biológicas ou de certos aspectos biotípicos. Vejamos alguns trechos ilustrativos do que estamos falando:

A inversão sexual, destarte, é o fruto concomitante de anomalias funcçionaes orgânicas e de traumatismos psychicos, choques moraes, conflictos interiores, dependentes do meio familiar, do ambiente educacional, das influências nefastas da sociedade... Pode haver grande predominância de um ou de outro factor: o invertido mais glandular, ou o mais social. Este último, factível de tratamento, si afastado do meio prejudicial, e posto em condições mesologicas favoráveis. O outro, o constitucional typico, resistindo, na hora actual, a toda e qualquer therapeutica imaginável. E o que chegamos a deduzir do meticoloso estudo realizado, através as páginas das maiores autoridades, como pela observação dos documentos vivos são os vários desgraçados portadores da cruel inversão sexual (LIMA, 1934, p. 235).

Delicadeza das formas, o arredondado dos contornos, a exiguidade dos pêlos, a abundância de cabelos, frisados geralmente, a ginecomastia, as ancas e nádegas roliças e salientes, a cintura fina, a voz aguda a

incapacidade de assoviar (MOLL), os gostos artísticos, a vaidade excessiva... são caracteres de muitos (PEIXOTO, 1934, p. 151-152);

7- João de Abreu, 32 anos. Solteiro, 'Garçom'. Brasileiro. Procedente de São Paulo. Examinado em 29/9/1937.

Resumo da observação- Trata-se de um indivíduo cujo aparelho sexual é susceptível de funcionar normalmente, porém preferindo a cópula anal, que lhe traz completa satisfação genésia. A sua personalidade, bastante medíocre, é de tipo esquizoide, com tendências à instabilidade. Obedecendo aos seus pendores e características, adaptou-se ao ambiente social, até ao limite em que este tolera a sua anomalia, residindo com uma irmã e trabalhando para viver.

Do ponto de vista do hábito externo, salientar, além do tipo corpóreo (L 4-V. -B.), o aspecto normal à inspecção, executada a largura da bacia, ligeiramente exagerada. O panículo adiposo a esse nível e regiões circunvizinhas é regularmente desenvolvido, determinando contornos arredondados (bacia de tipo feminino) e a distribuição de tipo mixto dos pelos do púbis. Ausência de pelos no tronco.

Diagnóstico: Pederasta passivo, endógeno, Eschizoidia. Instabilidade Leve.

Parecer médico-social- Adaptação ao social, relativa. Necessidade de uma acção médico-correcional (WHITAKER, 1939, p. 220)

Foram 143 os homossexuais por nós estudados, no Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro, sob o ponto de vista biotipológico [...] Esses indivíduos foram todos detidos em casas de prostituição, algumas exclusivamente masculina, pelo Delegado dr. Dulcídio Gonçalves, a quem aqui agradecemos o valioso concurso prestado às nossas verificações.

A alteração mais importante, por nós observada, foi a hipotensão arterial, verificada em 85 indivíduos, isto é, em 60% dos casos. A distribuição dos pelos do púbis foi encontrada de tipo nitidamente feminino em 32 casos, sendo do tipo intermediário em 36, num total de 71, isto é, mais de 60% fora do tipo masculino normal, sendo que em 6 deles estavam raspados. Em 52 casos não havia absolutamente pelos no tórax, sendo apenas 3 os casos em que havia exagero dos mesmos nessa região. A bacia do tipo feminino foi observada em 20 casos, e a cintura feminina igualmente em 20 indivíduos. A ginecomastia franca só existia em 3 casos, mas era esboçada em 13 deles.

Donde se conclui que, em quase dois terços dos casos por nós estudados, havia pelo menos um sinal de desvio da **normalidade somática**, sendo que em 60% ficou apurada a hipotensão arterial nítida, havendo em mais de 50% uma distribuição anormal dos pelos do púbis. Tais fatos revelam indiscutivelmente distúrbios acentuados da fórmula endocrínica, especialmente em relação com as funções das glândulas suprarrenais (RIBEIRO, 2010, p.505-506, grifos nossos)

Os estudos analisados demonstram a articulação feita pelos autores entre a identidade sexual dos sujeitos com sua estrutura anatômica, gostos, impulsos e aptidões. Um outro aspecto relevante dessas análises é a evidente colaboração entre médicos e

autoridades policiais. Muitos pederastas detidos eram conduzidos coercitivamente pelas autoridades para centros de pesquisa dirigidos por médicos legalistas. Fry e MacRae (1991, p.69), alertam que, embora a homossexualidade não fosse criminalizada pelo Código Penal Brasileiro, ao contrário do que ocorria em outras nações ocidentais do mesmo período, o parecer médico recomendando intervenções corretivas poderia resultar na prisão de um indivíduo.

Dentre os médicos legalistas brasileiros que seguiam a "escola Lombroso", Leonídio Ribeiro destaca-se como uma figura proeminente. Sua trajetória acadêmica e profissional evidencia sua influência e prestígio no cenário da medicina legal. Com passagem pela vida acadêmica, Ribeiro foi professor na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e na Faculdade de Medicina de Paris (PEREIRA, 2014, p.42). Foi também o responsável pela criação do Laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro, atuando como seu diretor. Ainda organizou cursos e foi o responsável pelo treinamento de comandantes e comissários de polícia do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Belo Horizonte (GREEN, 2000, p.130).

A influência das teorias de Lombroso é evidente nas análises de Ribeiro, que chegou a realizar treinamentos na *Polizei Institut do Terceiro Reich*, em Berlim (TREVISAN, 2018 p.177). O seu trabalho interdisciplinar, que conecta elementos de medicina legal, antropologia e criminologia em uma investigação sobre a relação entre sexualidade e criminalidade, se tornou notável nacional e internacionalmente. Chegando a receber o Prêmio Lombroso de 1933, conferido pela *Academia Real de Medicina Italiana* (GREEN; POLITO, 2006. p.88).

As associações feitas por Leonídio Ribeiro entre sexualidade e aspectos biotipológicos levava a conclusões que, muitas vezes, estabeleciam correlações entre homossexualidade, criminalidade, delinquência e loucura. Um dos casos mais emblemáticos analisados pelo autor é sobre Febrônio, um indivíduo descrito como "mestiço escuro" com características típicas de um "caboclo-preto" que era acusado de diversos crimes, incluindo homicídios. Ribeiro (1938) explora as dimensões raciais e sexuais do caso, investigando como os traços biológicos de Febrônio podem indicar a "biologia do homem criminoso em nosso meio".

O caso, popularmente conhecido como "Febrônio, o índio do Brasil", é um símbolo da atuação violenta adotada pelo sistema jurídico e médico em relação à homossexualidade, sobretudo no tratamento dispensado a indivíduos negros e pobres. Em 1927, Febrônio foi condenado como "louco moral", após ser acusado de ter cometido

uma série de infrações, incluindo assassinatos. Leonídio Ribeiro (1938) examina, em um dos capítulos de sua obra, o sadismo de Febrônio de forma detalhada. O médico produz um extenso dossiê em que compila uma vasta gama de observações, incluindo relatórios e documentos jurídicos. Esses registros revelam uma intrincada conexão estabelecida pelo conhecimento médico-legal entre questões de raça, homossexualidade, profecia espiritual, insanidade e criminalidade, justificando assim o internamento de Febrônio no Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro, onde foi o primeiro paciente a ser admitido. Permanecendo recluso nessa instituição até seu falecimento em 1984, aos 89 anos de idade. Febrônio passou 57 anos sob custódia psiquiátrica.



Imagem 01: Fotos de Febrônio tiradas durante o seu exame criminológico e reproduzidas na obra de Leonídio Ribeiro (1938, p. 120a)
Fonte: Biblioteca de História das Ciências e da Saúde (COC/Fiocruz)

Febrônio nasceu em São Miguel de Jequitinhonha (MG) e cresceu em um ambiente familiar conturbado, marcado pela presença de um pai violento e autoritário. Theodorão, como era conhecido seu pai, era um açougueiro, que frequentemente agredia a sua esposa e os seus 13 filhos. Para escapar desse ambiente hostil, Febrônio fugiu de casa aos doze anos de idade, iniciando uma vida errante que o levou ao Rio de Janeiro aos quatorze anos.

No Rio de Janeiro, Febrônio logo se viu envolvido com o sistema penal, “recolhido à Casa de Detenção, em 30 de Setembro de 1912, com o nome de José Mattos, sendo internado em sua enfermaria e, logo depois, remetido para a Colonia Correccional, como vadio” (Ribeiro, 1938, p. 119). O crime de vadiagem, estipulado pelo artigo 399 do Código Penal de 1890, era usualmente utilizado pela polícia como um subterfugio legal para justificar a prisão de homossexuais (GREEN, 2000; TREVISAN, 2018).

Além do crime de vadiagem, pelo qual foi preso mais três vezes, Febrônio também foi acusado de furtos, estelionatos e de exercer ilegalmente as profissões de dentista e médico, o que o conduziu novamente à cadeia (RIBEIRO, 1938). Sua relação com a justiça e o sistema prisional atingiu um ponto crítico quando ele foi identificado como o assassino dos menores Alamiro José Ribeiro e João Ferreira. Esses crimes chocaram a sociedade carioca, especialmente pela forma cruel como foram perpetrados. A polícia acusava Febrônio de iludir suas vítimas com promessas de emprego, levando-as para um local isolado na Ilha do Ribeiro, onde as seduzia e forçava relações sexuais (RIBEIRO, 1938, p. 125).

A principal prova de acusação contra Febrônio era sua confissão. No entanto, em juízo, e em diversas outras ocasiões, ele negou ter cometido os assassinatos e alegava que a confissão dada a polícia era resultado da coerção que havia sofrido. Febrônio afirmava que policiais o agrediram fisicamente até obterem a declaração desejada. Seu advogado, o recém-formado Letácio Jansen, inicia sua defesa apontando as fragilidades das acusações e os graves problemas ocorridos ao longo do processo de investigação. Jansen destaca que a Quarta Delegacia, responsável pelo caso, gozava de notória fama pública por “arrancar-se declaração com espancamentos, ou então vencendo o acusado pela sede” (JANSEN apud FRY, 1983, p.70).

Para salvar Febrônio de uma condenação, seu advogado alegou que o réu era um doente mental e, por isso, não poderia ser responsabilizado criminalmente pelos delitos. Foram produzidos, pelo menos, três laudos médicos que opinaram sobre a “loucura moral” do índio do Brasil (FRY, 1983, p.71). Leonídio Ribeiro (1938) considerava que a

retirada do caso das mãos da Justiça, delegando-o à psiquiatria, seria “mais justo e mais científico”. Em seu relatório, sugere que a homossexualidade, a sua raça e alguns elementos da sua constituição biológica como a “ginecomastia bilateral, ausência de pelos no tórax e um ligeiro grau de escoliose” indicavam a predisposição para um sadismo agressivo, que tornaria Febrônio capaz de cometer as infrações pelas quais estava sendo acusado.

O saber médico-legal não se limitou a identificar os sintomas da suposta doença, suas causas e apontar os possíveis tratamentos. Ao contrário, o foco recaiu em compreender a etiologia de Febrônio, ou seja, os estigmas físicos e as características somáticas associadas à inversão. Essa abordagem pode ser entendida como a resolução de um quebra-cabeça complexo, no qual as peças e os cenários finais estão previamente determinados, cabendo ao médico reconstruir tanto o corpo quanto a identidade do indivíduo. Um extenso corpus de literatura foi dedicado à conformação morfológica do homossexual, abrangendo desde características como orelhas e mamas desenvolvidas (ginecomastia), até aspectos como olhar terno, dedos pontudos e afilados, formas corporais arredondadas, nádegas proeminentes, voz em falsete e a ausência de pelos. Dentro dessa lógica lambrosiana, a descrição contínua dessas características não apenas reforçava sua associação com a homossexualidade, mas também gerava a identificação de novos traços, alimentando um ciclo incessante de criação de sintomas e patologias, perpetuando assim a estigmatização e medicalização dessa orientação sexual.

O psiquiatra Heitor Carrilho, então diretor do Manicômio Judiciário, é nomeado oficialmente pelo juiz como o perito responsável pela elaboração de um laudo médico-psicológico. Carrilho defendida a mesma tese de Ribeiro, de que se tratava de um homossexual sádico que cometera seus crimes em decorrência de uma “loucura moral”. Tal parecer seria decisivo para determinar o veredito e o destino final da vida de Febrônio. Apesar do discurso do promotor, que se opunha ao argumento de que Febrônio era um louco, o juiz acatou a opinião dos médicos. Febrônio não chegou a ser julgado pela autoria dos assassinatos, foram os laudos indicando sua delinquência moral e o seu potencial risco para a sociedade que o conduziram para o manicômio, local que permaneceria por décadas até o dia de sua morte.

1º – Febrônio I. do B. é portador de uma psychopathia constitucional caracterizada por desvios ethicos revestindo a fôrma de ‘loucura moral’ e perversões instintivas, expressas no homossexualismo com

impulsões sadicas – estado a esse que se juntam idéas delirantes de imaginação, de carater mystico.

2º – As suas reacções anti-sociaes ou os actos delictuosos de que se acha accusado, resultam desta condição mórbida que lhe não permite a normal utilização da sua vontade.

3º – Em consequencia, a sua capacidade de imputação se acha prejudicada ou dirimida.

4º – Deve-se ter em conta, porém, que as manifestações anormaes de sua mentalidade são elemento que definem a sua inilludível temibilidade e que, portanto, deve elle ficar segregado ad vitam, para os effeitos salutaes e elevadas da defesa social, em estabelecimento apropriado a psychopathas delinquentes (CARRILHO, 1930, p. 100).

Febrônio, nos anos seguintes a sua condenação, solicitou em diversas ocasiões a revisão do caso ou a elaboração de um outro parecer médico que pudessem atestar sua sanidade mental. Os seus pedidos, quando atendidos, eram encaminhados para o mesmo legista, que reafirmava sua delinquência moral e recomendava a continuidade do isolamento forçado sob custodia do Estado. O último registro de Febrônio foi documentado pelo diretor Silvio Da-Ran em 1984, quando gravou seu depoimento para o documentário *O Príncipe do Fogo* (1985), que narrava sua história²⁵. Nas imagens, vemos um senhor frágil, quase sem dentes e que vivia em condições precárias. A altivez que o caracterizava no passado deu lugar a uma gradual decadência, resultado dos efeitos acumulativos de anos de tratamento com eletrochoque e medicamentos psiquiátricos.



Imagem 02: Febrônio durante uma refeição em sua casa no Manicômio Judiciário
Fonte: Frame do documentário *O Príncipe do Fogo* (1985).

²⁵ O documentário pode ser visto no *Youtube*, link: https://www.youtube.com/watch?v=4Z_Q03Rt1E8

O caso Febrônio revela como a sociedade brasileira da época compreendia as noções de homossexualidade, loucura, crime, punição e correção. A imprensa realizou uma ampla cobertura sobre todos os elementos da história. Notícias com depoimentos dos envolvidos, os relatos da investigação e os possíveis desdobramentos do julgamento eram quase diárias em setembro de 1927²⁶. A projeção foi tamanha que o nome Febrônio se tornou sinônimo de homossexualidade para toda uma geração de cariocas, sendo utilizado até mesmo como gíria.

Peter Fry (1982), em sua análise sobre o drama de Febrônio, enfatiza que o espaço ocupado na grande imprensa sobre o assunto teve um papel altamente didático, sendo um dos principais responsáveis pela popularização, no Brasil, da concepção médica da homossexualidade e da loucura, bem como suas conexões com o crime e o desvio moral. Para o autor, é através do drama público de Febrônio que as ideias de legistas e dos médicos conseguem alcançar o cotidiano do cidadão comum que, assim toma conhecimento das teorias eruditas da época. A cobertura jornalística sobre o caso tornava o debate mais acessível e empolgante e, com isso, a homossexualidade ganhava contornos de anomalia a partir dos tratados médico-legais.

O olhar médico conferido à homossexualidade na década de 1930 permaneceu praticamente inalterado ao longo de grande parte da primeira metade do século XX. Médicos legalistas como Afrânio Peixoto, Estácio de Lima, Edmur Aguiar Whitaker e Leonídio Ribeiro produziram uma vasta rede discursiva que veio se produzindo e reproduzindo ao longo de décadas (PEREIRA, 2014). Nos anos 1960, por exemplo, o médico psiquiatra Luiz Ângelo Dourado, chefe do Serviço de Biopsicologia da Penitenciária do Rio de Janeiro lança o livro *Homossexualismo (masculino e feminino) e delinquência* (1967). A obra, que apresentava uma série de investigações psicológicas, psicotécnicas e criminológicas de 300 presos identificados como homossexuais, chegou a ter mais de uma edição e repetia os argumentos de que a homossexualidade estava ligada a criminalidade. Entre suas conclusões, Dourado (1967, p.60) defende que “muitos indivíduos ingressam em instituições penais porque violaram a lei em virtude da homossexualidade”. Segundo o autor, isso ocorreria porque existiram predisposições biológicas e psíquicas entre os homossexuais que os tornariam incapazes de se ajustarem

²⁶ Para uma investigação detalhada sobre a cobertura que a imprensa carioca conferiu ao caso Febrônio ler a dissertação de Hugo de Nilson Damasceno (2018).

às exigências sociais e legais em virtude de suas deficiências morais. Vejamos um trecho do seu trabalho:

O criminoso e o neurótico ainda possuem em comum a precocidade e a hipertrofia da vida instintiva, a instabilidade emocional, a heteragressividade e a deficiência intelectual, condições que determinam o estado periculoso e podem ensejar o crime. Semelhantes características foram encontradas em praticamente todos os homossexuais por nós estudados. Assim, **não se pode fugir à relação homossexualismo e delinquência**. É óbvio que nem todos uranista é necessariamente criminoso e vice-versa mas, em muitos casos, **o homossexual, quer seja ostensivo ou latente**, pelas características já assinaladas, geralmente presentes, **é, sem dúvida, um predisposto ao crime** (DOURADO, 1967, p.12, grifos nossos)

A associação entre homossexualidade, criminalidade e delinquência, como expressa no discurso da medicina criminalista, foi um tema central nos debates em curso no Brasil. Essa matriz discursiva influenciou profundamente a compreensão predominante sobre as sexualidades dissidentes, ocupando um espaço significativo nas páginas da imprensa e reverberando na literatura nacional. Notavelmente, a influência do olhar médico na representação da homossexualidade na literatura brasileira é anterior ao auge da produção sanitária dos anos 1930, remontando ao final do século XIX com o Naturalismo, como veremos.

As múltiplas faces da violência

A medicina legal e o higienismo exerceram uma influência direta na produção literária naturalista. O estilo de escrita dessa corrente da literatura, marcado pelo cientificismo, o determinismo e biologismo, reforçou a patologização da homossexualidade. Para Figari (2007, p.352) o naturalismo literário descreve os mesmos casos abordados pelos médicos legistas em seus tratados, diferenciando-se apenas pelo caráter ficcional. Em essência, ambos os discursos são idênticos: homossexuais são retratados como tendo infâncias difíceis, pais alcoólatras ou degenerados, vidas e relacionamentos complexos, voluptuosos e, por fim, trágicos. Sempre subjaz a uma moral burguesa que reforça o padrão de normalidade, onde vidas "desregradas" inevitavelmente terminam mal. A moralidade do esquema narrativo é fechada, não admitindo outras possibilidades de vida além daquela considerada "correta" e socialmente aceitável, a da família patriarcal.

A literatura naturalista, que emergiu no final do século XIX, destacou-se por sua tentativa de representar uma suposta realidade das condições de existência humana. Os personagens marginais da sociedade, incluindo os homossexuais, tornaram-se os protagonistas dessas narrativas. Paralelamente à perspectiva médica da época, a produção literária naturalista procurou retratar a sociedade e suas injustiças como os responsáveis pela formação dos chamados "monstros sociais" (FIGARI, 2007, p. 281). Nessa linha discursiva, há uma clara finalidade moralista, na qual os indivíduos considerados anormais ou delinquentes devem se redimir ou enfrentar um destino trágico.

O médico higienista Ferreira Leal é reconhecido como autor do primeiro texto em prosa da literatura brasileira a abordar a homossexualidade masculina, datado de 1885 (THOMÉ, 2009, p.38; MAIA, 2018, p.275). Esta obra, intitulada *Um Homem Gasto*, exemplifica a influência do pensamento médico na produção literária da época. Publicado originalmente sob o pseudônimo de L.L., que se identificava como estudioso naturalista, o romance é estruturado em formato epistolar, dividido em cinco partes. As correspondências, focalizadas na vida do casal Alberto e Luiza, exploram a infelicidade conjugal, a melancolia do marido e a maneira como ele trata sua esposa. Em uma das cartas, especificamente a de número XXII, enviada por Alberto ao médico Paulo de Andrade, o protagonista relata detalhadamente sua vida marcada por experiências "orgásticas e desvirtuadas", culminando na indicação do seu ato suicida como a única solução para encerrar a "depravação de sua sexualidade" e suas "consequências nefastas".

Chama a atenção que entre as tantas cartas que compõe o livro, a única em que Alberto fala abertamente sobre sua sexualidade e sobre suas experiências com outros homens seja a destinada a um médico. Trata-se de uma carta confissão. Segundo Foucault (2010), a confissão é historicamente uma das técnicas ocidentais mais utilizada para produzir a verdade do sexo, em uma articulação com o saber e o poder. Na confissão, ocorre um ritual discursivo que se desenrola em uma relação desigual de poder. Pois quem confessa o faz na presença, ao menos virtual, de um parceiro que não é um mero interlocutor. No caso da carta escrita por Alberto, o personagem elabora uma enunciação de si que, independentemente de suas consequências externas, visa produzir modificações intrínsecas em seu ser. Com a carta, o protagonista buscava livrar-se de suas falhas e almeja encontrar a salvação. Já o médico Paulo de Andrade é quem exerce a instância da dominação, com o poder a ele atribuído pelo saber médico. Ainda que virtualmente o interlocutor da carta requer a confissão, julga e avalia a fala de Alberto.

O autor identifica sua própria narrativa como uma "análise das anomalias", que "tem merecido e merecerá ainda os mais variados estudos". Nele, busca-se demonstrar como a "higiene entretém relações de intimidade com a moral" e como "a transgressão dos preceitos, estabelecidos pela primeira, gera inevitavelmente o dano da segunda" (LEAL, 2019, p.34). No entanto, Ferreira Leal adota uma escrita nebulosa em que as práticas sexuais e a identidade sexual do protagonista são apresentadas de forma vaga e pouco descritivas (THOMÉ, 2009). Os breves relatos do início das experiências homossexuais do protagonista no colégio interno são utilizados como evidências para explicar a degeneração de Alberto. Em contraste com de *Bom Crioulo*, livro de Adolfo Caminha lançado dez anos depois, no qual a relação amorosa e sexual do casal protagonista é detalhada, em *Homem Gasto*, a homossexualidade não assume a centralidade da narrativa. O trecho a seguir exemplifica bem a questão:

Tal foi, meu amigo, o lóbrego antro de perversidade, onde me vi soterrado, desde o verdejar dos anos. Comecei de ser Antinóo de muitos Adrianos até subir à graduação de Adriano de muitos Antinóos. O principal dos meus requestadores foi o professor de português, homem versado em latinidades, onde bebeu quiçá os gérmenes dos próprios indecoros. Distingui-me entre todos os condiscípulos, como o talento mais aproveitável e como tal apresentou-me ao diretor. Esses dotes, reais ou exaltados, valeram-me privilegiado acesso no seu aposento particular, onde me abarrotava de confeitos e especiarias, arrematadas adrede para prêmio de adiantamento. Em compensação, não havia paixão caprina com que não me enodoasse, de tal forma que nunca o deixava no aposento, sem lhe haver esvurmado toda a peçonha da impudica bostela.

Aos quinze anos mudei de colégio e de norma de vida.

Já me sentia estafado dos privilégios do favoritismo. Os motejos mordazes, as ironias repassadas de fel e ódio e, máxime, o asco que me votavam parte dos colegas, acabaram por me dissipar as névoas de inexperiência, em que me envolvera por dilatado tempo, cofiando nas sofisticadas prédicas do preceptor.

Desenvolveu-se-me então a tendência de vingativa represália, revigorada pelo estabelecimento definitivo da puberdade. Atafulhei-me na ceva da depravação, com a indecência de que era capaz a idade fogosa e o temperamento incandescente. Atasquei-me até a boca no lodaçal de impurezas e, na retaliação excessiva, aproveitando antigas instruções, só parei às primeiras convulsões das consequentes epilepsias (LEAL, 2019, p. 118-119)

O livro de Ferreira Leal, apesar do silêncio que paira atualmente sobre ele, foi objeto de acaloradas discussões entre os críticos dos jornais cariocas no momento de seu

lançamento. Críticas e resenhas sobre a obra foram publicadas em periódicos como o *Jornal do Commercio*, *A Semana*, *Folha Nova* e *Gazeta da Tarde* (MAIA, 2018. p.280-281). O primeiro texto publicado no *Jornal do Commercio* sobre o livro é resgatado aqui. Na matéria de divulgação do lançamento da obra, o periódico alerta os possíveis leitores sobre as "questões physiologicas assás espinhosas" abordadas na narrativa. O jornal, visando alertar o público leitor sobre o conteúdo do livro, sugere que "quem tiver meninas e crianças em casa não deixe aquelle volumito por cima das mesas" (JORNAL DO COMÉRCIO, ano 64, n. 115, domingo, 26 de abril de 1885, p.1). No entanto, o *Jornal do Commercio* destaca que a obra serve como um alerta sobre os perigos da vida degenerada e, portanto, seria uma leitura recomendada para os homens.

Quanto aos 'mancembos' que alegremente se depauperam e arruinam pelo traiçoeiro caminho da vida pandega, bom é que se precatem, lendo este episódio e dele tirem a moralidade antes que lhe cheguem o epílogo, e com ele o tardio e inútil arrependimento (JORNAL DO COMÉRCIO, ano 64, n. 115, domingo, 26 de abril de 1885, p.1).

Denílson Lopes (2002, p.126), em sua história da homotextualidade na literatura brasileira, também destaca o naturalismo como a corrente literária em que surge uma prosa homossexual no Brasil, cujas ramificações têm influência significativa na representação da homossexualidade até os dias atuais. Em suas considerações, um aspecto particularmente relevante para o debate em questão é ressaltado: a associação da homossexualidade com a violência e a criminalidade se tornou um dos legados, que perduram até hoje. Para Lopes (2002b, p.127) “não seria demais lembrar que a associação entre violência e relações entre homens tem uma fecundidade sobretudo no que se refere às representações da homossexualidade nas classes populares, especialmente entre grupos marginalizados”.

Para compreender as implicações literárias da relação entre homossexualidade e violência em uma perspectiva sócio-histórica é necessário realizar uma análise que articule as redes de afinidades sem violentar as especificidades dos textos isolados (LOPES, 2002b, p.124). Essa abordagem permitirá perceber a trilha discursiva da violência na literatura, tornando visíveis aspectos, por vezes secundários, nas obras. Utilizamos, como pontos de partida documental para demonstrar esse enquadramento, o livro *Capitães de Areia* (1937), de Jorge Amado, e a peça teatral *Navalha na Carne*, de Plínio Marcos (1978). A seleção dessas obras não foi arbitrária. Escolhemos textos que podem ser considerados emblemáticos (ou significativos) para mostrar uma certa

continuidade no tempo do que estamos entendendo como a longa duração da injúria. Nesse sentido, escolhemos uma publicação lançada em meio a explosão higienista sobre a homossexualidade e outro do final dos anos 60.

Jorge Amado lançou *Capitães de Areia* aos 25 anos de idade no contexto literário nacional em que a tendência regionalista do modernismo vivia o seu auge²⁷. O autor baiano, privilegiava seu estado natal como cenário de suas narrativas. Isso pode ser percebido em *Capitães de Areia*, que é ambientado nas ruas de Salvador. Sua obra está intrinsecamente ligada ao movimento modernista brasileiro da geração de 1930, conhecido pela ausência de idealizações, adotando o neorrealismo e engajando-se em críticas sociopolíticas aliadas ao determinismo. As obras dessa corrente literária valorizavam a dimensão espacial para a construção de seus personagens, enquanto o narrador, de forma objetiva e envolvente, apresentava o destino de alguns personagens determinado pelo meio em que vivem.

O livro em análise conta a história de um grupo de crianças e adolescentes abandonados que crescem pelas ruas de Salvador em meio a miséria e a criminalidade. Na trama, os jovens eram popularmente conhecidos como um “grupo de meninos assaltantes e ladrões que infestam a cidade” (AMADO, 2009, p.9). Denominados de “Capitães da Areia”, “porque o cais é o seu quartel general” (AMADO, 2009, p.9), o grupo morava em um Trapiche abandonado. Entre as figuras que habitavam a espécie de armazém à beira do cais se destacam Pedro Bala, Gato, Sem-Pernas, Volta Seca, Professor e Pirulito. O desfecho da trama ilustra como o ambiente pode determinar uma marginalização definitiva, como nos casos de Sem-Pernas, Gato e Volta Seca e como, pelo esforço dos sujeitos e com o apoio de pessoas externas, pode ocorrer a mudança de vida, com Pirulito, que vira frade capuchinho com a ajuda do Padre José Pedro, e Professor, que com a ajuda de um pintor se torna um intelectual e passa a viver no Rio de Janeiro.

O autor insere em sua narrativa cartas e trechos de jornais para conferir veracidade aos fatos que envolviam os menores. Trata-se de um artifício criado para fornecer a história um grau de verossimilhança além de ser uma ferramenta discursiva capaz de demonstrar os atores sociais envolvidos no processo de conformação e perpetuação dos estigmas. Em um trecho atribuído ao *Jornal da Tarde* é cobrado das autoridades policiais

²⁷ O marco do início do regionalismo é a publicação de *A Bagaceira* de José Américo de Almeida em 1928. Nomes como Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos marcaram, juntamente com Jorge Amado, esse movimento literário.

a solução dos problemas causados pelos garotos. A imprensa defende que “urge uma providência que traga para semelhantes malandros um justo castigo e o sossego para as nossas mais distintas famílias”(AMADO, 2009. p. 11). Em resposta a pressão midiática a polícia se manifesta informando que vai “tomar sérias providências para que semelhantes atentados não se repitam e para que os autores do de anteontem sejam presos para sofrerem o castigo merecido” (AMADO, 2009, P. 13). Esses trechos revelam que o caso é tratado como uma questão de delinquência e não um problema social, que demandava assistência dos menores abandonados. Os Capitães da Areia são apresentados como os corpos abjetos da sociedade que precisavam ser combatidos de forma violenta para garantir a segurança das “famílias de bem”.

A homossexualidade aparece na obra sempre associada à ambiência de delinquência, seja no Trapiche ou na prisão. Entre os Capitães da Areia, a homossexualidade era comum. Os meninos mais velhos dormiam com os mais jovens e bonitos, como, por exemplo, Boa-Vida que tentou conquistar Gato quando este se juntou ao bando. Boa-Vida, descrito como um “mulato troncudo e feio” ofereceu cigarros, comida e um tênis roubado para o vaidoso Gato, um adolescente “alvo e rosado” que crescera com “Índios Maloqueiros” sob as pontes de Aracaju. Boa-Vida, após o cortejo, se deitou a noite com Gato e “quando pensou que o outro estava dormindo o abraçou com uma mão e com a outra a puxar-lhe as calças devagarinho”. No entanto, a reação não foi positiva:

Num minuto o Gato estava de pé:

— Tu te enganou, mulato. Eu sou é homem.

Mas Boa-Vida já não via nada, só via seu desejo, a vontade que tinha do corpo alvo de Gato, de enrolar o rosto nos cabelos morenos de Gato, de apalpar as carnes duras das coxas de Gato. E se atirou em cima dele com intenção de derrubá-lo e forçá-lo. Mas Gato desviou o corpo, passou-lhe a perna, Boa-Vida se estendeu de nariz. Já tinha se formado um grupo em torno. O Gato disse:

Ele pensava que eu era maricas. Tu te faz de besta. (AMADO, 2009, p.39).

Apesar dos recorrentes casos de homossexualidade entre os Capitães da Areia, a prática foi “oficialmente proibida” e passou a ser severamente punida pelo líder do grupo. A interdição veio após inúmeras tentativas do Padre José Pedro, que prestava assistência aos jovens, de conscientizá-los sobre as supostas consequências negativas da

homossexualidade. Liderados por Pedro Bala, que apesar da pouca idade exercia o papel de pai de toda a turma, os Capitães possuíam regras de convivência, dentre as quais passou a se incluir a expulsão de indivíduos associados à homossexualidade – denominados entre eles pelos termos populares "xibungos", "maricas" e "frescos".

Padre José Pedro achava que Deus perdoaria e queria ajuda-los. E como não encontrava meios, e sim uma barreira na sua frente (todos queriam tratar os Capitães da Areia ou como criminosos ou como a crianças iguais a àquelas que foram criadas com um lar e uma família), ficava como que desesperado, por vezes ficava atarantado. Mas esperava que Deus o inspirasse um dia e a até lá ia acompanhando os meninos, conseguindo por vezes evitar atos de malvadeza das crianças. **Fora mesmo ele um dos que mais concorreram para exterminar a pederastia no grupo.** Isso foi uma das suas grandes experiências no sentido de como agir para tratar com os Capitães de Areia. **Enquanto ele lhes disse que era necessário acabar com aquilo porque era um pecado, uma coisa imoral e feia, os meninos riram nas suas costas e continuaram a dormir com os mais novos e bonitos. Mas no dia em que o padre, desta vez ajudando pelo Querido-de-Deus, afirmou que aquilo era coisa indigna num homem, fazia um homem igual a mulher, pior que uma mulher, Pedro Bala tomou medidas violentas, expulsou os passivos do grupo.** E por mais que o padre fizesse não os quis mais ali.

— Se eles voltar, a safadeza volta, padre. (AMADO, 2009, p.108, grifos nossos)

Mesmo antes da proibição oficial, existia uma marginalização dos rapazes que desempenhavam a função de passivos nas relações homossexuais. O tratamento diferenciado se baseava em uma visão enraizada pela percepção médica e que se tornou popular, principalmente entre as classes mais populares, segundo Fry (1982). Esta visão classificava os passivos como os "verdadeiros homossexuais", associados ao papel feminino, enquanto os que penetravam eram vistos como mantendo sua masculinidade.

Dentro do universo descrito por Jorge Amado em Capitães da Areia, Almiro e Barandão emergem como os personagens homossexuais mais notáveis. O autor insere diversas camadas de significado na história do casal, especialmente ao nomear Barandão como o "negrinho", um termo carregado de conotações raciais pejorativas. Entre as conversas dos membros do bando, sugere-se que Barandão é o parceiro ativo da relação, enquanto Almiro era “um menino bonito” e frágil. É presumível que ele fosse branco, já que nenhum marcador racial é atribuído a ele. Essa representação reflete, mais uma vez, a presença de uma divisão binária e desigual dos papéis de gênero e raça dentro das relações homossexuais. A trama do casal se complica ainda mais quando Almiro é o primeiro entre os Capitães da Areia a apresentar sintomas da crise de varíola, que assolava

Salvador na época. Nesse contexto, o corpo do homossexual passivo rapidamente se torna um bode expiatório, e a sexualidade de Almiro é associada à nova calamidade que assombra o grupo.

Almiro foi o primeiro dos Capitães da Areia que caiu com alastrim. Uma noite quando o negrinho Barandão o procurou no seu canto para fazer o amor (aquele amor que Pedro Bala proibira no trapiche), Almiro lhe disse:

— Tou com uma coceira danada.

Mostrou os braços já cheios de bolhas a Barandão:

— Parece que também tou queimando de febre.

Barandão era um negrinho corajoso, todo o grupo sabia disto. Mas da bexiga, da moléstia de Omolu, Barandão tinha um medo doido, um medo que muitas raças africanas tinham acumulado dentro dele. E sem se preocupar que descobrissem suas relações sexuais com Almiro saiu gritando entre os grupos:

— Almiro tá com bexiga. Gentes, Almiro tá com bexiga.

Barandão o olhou assustado. Depois Sem-Pernas falou para todos, apontando Almiro com o dedo:

— Ninguém aqui vai ficar bixiguento só por causa deste fresco.

Todos o olhavam, esperando o que ele diria. Almiro soluçava, as mãos no rosto, encolhido na parede. Sem-Pernas falava:

— Ele vai sair daqui agorinha mesmo. Vai se meter em qualquer canto da rua até que os mata-cachorro da saúde pegue ele e leve pro lazareto.

— Não. Não — rugiu Almiro.

— Vai, sim — fez Sem-Pernas. — A gente não vai chamar os mata-cachorro aqui para toda polícia saber onde a gente se acoita. Tu vai por bem ou por mal e leva teus trapo. Vai pro inferno, que a gente não vai ficar com bexiga por você. Por amor de você, xibungo...

Almiro fazia que não, que não, e seus soluços enchiam o trapiche. O negrinho Barandão tremia, **Pirulito clamava que era castigo de Deus por causa dos pecados deles**, os outros não sabiam que fazer. Sem-Pernas se preparava para forçar sua ideia. Pirulito se abraçou com um quadro de Nossa Senhora e disse:

— **Vamos rezar todo mundo que isto é um castigo de Deus pros pecados da gente. A gente peca muito, Deus tá castigando.** Vamos pedir perdão... — e sua voz era como um clamor, soava anunciando vinganças. (AMADO, 2009, p.140-141, grifos nossos)

A produção literária de Jorge Amado se difere de forma radical das peças e roteiros de filmes escritos por Plínio Marcos, mas podemos estabelecer alguns pontos em

comum entre as obras. Ambos os autores produzem em seus textos críticas mordazes sobre a estrutura social do país e os seus costumes. A centralidade ocupada pela dimensão espacial e o determinismo, a ela atrelada, também é um outro aspecto comungado. Na peça *Navalha da Carne* (1969), assim como em *Capitães de Areia*, a homossexualidade aparece como parte de um submundo marcado pela marginalidade e delinquência.

Plínio Marcos, nascido em Santos em 29 de setembro de 1935, é um dos responsáveis por revolucionar a linguagem teatral brasileira, notabilizando-se por sua capacidade de inovar e subverter os paradigmas da linguagem teatral ao trazer para o palco a realidade marginal, com os seus personagens e linguagem. Sua trajetória multifacetada, tanto pessoal quanto profissional, é marcada por uma diversidade de experiências, que vão desde sua atuação no circo até seu serviço prestado na Aeronáutica. Sob a influência da renomada escritora e jornalista feminista Patrícia Galvão, conhecida como Pagu, Plínio deu seus primeiros passos no teatro amador, eventualmente consolidando-se como uma voz proeminente no cenário teatral nacional. Sua estreia como dramaturgo, com a peça *Barrela* em 1958, já revelava os traços que marcariam a sua escrita: uma narrativa incisiva, por vezes acida e dilacerante, que confrontava os problemas sociais e institucionais de sua época. *Barrela* contava a história de um estupro coletivo sofrido em uma cela masculina da cadeia e os seus desdobramentos. A peça abordava questões como o sistema carcerário precário e a marginalização dos indivíduos na sociedade.

Diante da repercussão estrondosa de *Barrela*, Plínio Marcos decide se mudar para São Paulo, com o objetivo de consolidar sua carreira no campo artístico. Entretanto, sua empreitada passa a ser marcada por desafios. As múltiplas censuras impostas pelo regime da ditadura militar à sua obra levam a uma profunda crise financeira. Nesse contexto adverso, em 1967, escreve a peça *Navalha na Carne*, marco fundamental em sua carreira e responsável por consolidar seu nome como um dos dramaturgos mais importantes de sua época (CONTIERO, 2007, p.235).

Navalha na carne é um texto curto, uma peça de apenas um ato, que mergulha nas profundezas da crueldade humana, desdobrando-se em uma trama marcada por violência física e moral, ambientada em um sórdido quarto de pensão onde se enfrentam três personagens emblemáticos: Neusa Sueli, prostituta em declínio; Vado, cafetão vicioso e tirânico; e Veludo, faxineiro homossexual. O conflito explosivo se desencadeia logo na primeira cena, quando Neusa Sueli retorna do trabalho e encontra Vado em seu quarto. O cafetão, enfurecido pela ausência do dinheiro que esperava encontrar, desencadeia uma

série de insultos e agressões físicas contra Neusa. O ponto focal do conflito emerge quando a mulher acusa Veludo do roubo do dinheiro, desencadeando uma cascata de violência e discriminação ao longo da peça.

Neusa Sueli - Será? ... Será que foi o desgraçado? ...
 Vado - Que desgraçado?
 Neusa Sueli - O Veludo. Será que foi ele?
 Vado - Ele?... Ficou batusquela? Ele não ia ter peito.
 Neusa Sueli- Ele entrou aqui hoje depois que saí?
 Vado – Como vou saber? Estava dormindo.
 Neusa Sueli - Acho que o sacana veio arrumar o quarto, viu você apagado, passou a mão na erva e se mandou.
 Vado - Não inventa! Ele não ia ser tão cara-de-pau assim.
 Neusa Sueli - Não sei, não. Vi o garoto do bar saindo do quarto do Veludo.
 Vado - E daí? Ele dá o que é dele.
 Neusa Sueli - Pois é. Mas há muito tempo ele vem cozinhando o garoto e não arrumava nada porque estava duro. O garoto cobrava caro para entrar na dele (MARCOS, 1978, p.20)

Diante da convicção de Neusa Sueli de que Veludo é o responsável pelo desaparecimento do dinheiro, Vado se vê tomado por uma fúria ainda mais exacerbada. A quantia, deixada diariamente no criado-mudo por Sueli, era responsável por sustentar o vício de Vado e sua vadiagem noturna. Privado desses recursos financeiros, o cafetão se vê forçado a permanecer confinado no quarto da pensão, angustiado pela abstinência e frustrado pela noite desperdiçada. A raiva de Vado crescia na medida em que ele percebia que Veludo tinha se divertido com o garoto do bar, utilizando o seu dinheiro e a poucas portas de distância, enquanto ele “sofria” sozinho no quarto. Em um ímpeto de fúria, Vado decide que vai “acertar o passado dessa bichona” e manda Sueli chamar “essa bicha miserável” para que ele possa resolver o problema.

O embate verbal e físico entre os personagens expõe as entranhas de um submundo onde o poder e a submissão se entrelaçam de forma perversa. Neusa Sueli, retratada como uma figura fragilizada pela opressão social e pela violência de Vado, reflete a dor e a indignidade da condição humana subjugada. Vado, por sua vez, encarna a brutalidade do patriarcado, utilizando-se da violência para subjugar e controlar Neusa. Já Veludo, figura homossexual e viciada, tenta enfrentar corajosamente a tirania de Vado e reivindicar sua própria identidade em meio à opressão, mas acaba sucumbindo às diversas ameaças e agressões sofridas. A interação entre esses três personagens revela as nuances complexas

das relações de poder e submissão, além de expor as feridas abertas de uma sociedade corroída pela violência e pela marginalização.

Vado – Presta bem atenção no que vou te dizer, seu veado de merda!
Veludo – Se o senhor começar a me xingar, me mando. A Neusa Sueli sabe como eu sou. Não gosto de desaforo. Nem dos meus homens aguento mau-trato.

Vado – Filho da puta! Veados Nojentos

Veludo – Você está vendo, Neusa Sueli? Vou me arrancar. Depois você reclama que eu não gosto de vir fofocar no seu quarto. É por essas e outras, Ninguém gosta de estupidez.

Vado – Isso não é nem o começo.

Veludo – Para mim é o fim.

(Veludo tenta sair, Vado o agarra com violência.)

Veludo – Bruto! Cafajeste!

Vado – Cala essa boca, fresco de uma figa!

Veludo – Me deixa sair.

Vado – Senta aí!

(Vado bate em Veludo e faz com que ele se sente numa cadeira)

(MARCOS, 1978, p.22-23)

(Vado continua sempre batendo em Veludo)

Veludo – Ai, Ai! Esse homem me mata! Socorro! Socorro!

Vado – O que você fez com a minha grana, miserável?

Veludo – Não em bate! Não em bate!

Vado – Então se abre.

Neusa Sueli – A gente sabe o que você fez com a grana.

Vado – Confessa logo, bicha, senão vou botar pimenta no teu rabo.

(MARCOS, 1978, p.25)

(Vado agarra Veludo pelos cabelos.)

Veludo – Ai, ai! Esse homem vai me deixar careca!

Neusa Sueli – Sabe que por sua causa eu levei um couro do Vado, seu sacana?

Veludo – Bem feito!

(Neusa Sueli arranha o rosto de Veludo.)

Veludo – Ai, você me paga, sua porca! Com você eu posso. Eu te pego sozinha, sua vaca! Você vai ver!

Vado – Você não vai pegar ninguém.

Veludo – Ela é mulher. Com ela eu posso.

Vado – Que é que você fez com o dinheiro? Fala!

Veludo – Não peguei.

Neusa Sueli – É teimoso como uma mula. Vou te ajudar a lembrar.

(Apanha uma navalha na bolsa.) Vou te arrancar os olhos!

(Aproxima a navalha do rosto de Veludo.) (MARCOS, 1978, p.27-28)

Vado interroga Veludo referindo-se a ele como “veado” e “bicha”, termos pejorativos que são carregados de violência simbólica. As interações entre os personagens evidenciam o desprezado pela identidade homossexual, mesmo dentro de um contexto de marginalização social. Veludo é visto, pela prostituta e o seu cafetão viciado, como um

ser abjeto e desonrado. Belani (2006) ressalta que essa representação é recorrente no universo dramático de Plínio Marcos, em que personagens homossexuais são sistematicamente retratados em uma posição moralmente inferior, mesmo entre os marginalizados. Seus personagens homossexuais estão ligados a ambientes de criminalidade, prostituição e uso de drogas. Isso pode ser observado também, por exemplo, na peça *O Abajur Lilás* (1969).

Desde a virada para o século XX, a indústria cultural literária tem periodicamente explorado visões violentas e marginalizadas da homossexualidade. Em diversos gêneros literários, como novelas, contos, poesias e manuais que orientam a vida e a sexualidade, o homoerotismo é integrado à metáfora literária das vidas desafortunadas e das imagens trágicas do ser humano, perpetuando uma moralidade que associa a “sexualidade anormal” aos desvios que conduzem o ser humano à degradação e à morte. Carlos Figari (2007, p.337) aponta o livro *Internato*, de Paulo Hecker Filho, como uma das primeiras obras da literatura brasileira a tratar da homossexualidade sem apelações ao vício e à patologia. Além disso, acrescenta-se à argumentação de Figari (2007) o fato de que, a partir dos anos 1960, ocorreu uma ruptura com o discurso hegemônico heterocentrado sobre a homossexualidade. Surgiram grupos de socialização homossexual em grandes cidades como Rio de Janeiro e Salvador, os quais passaram a produzir materiais impressos, como pequenos jornais e panfletos, apresentando uma nova matriz discursiva sobre a homossexualidade (FERREIRA, 2017). Essa produção, realizada por homossexuais e para homossexuais, incluía uma produção que contestava e combatia a “verdade representacional” dos discursos dominantes.

Precisamos fazer uma última digressão histórica, desta vez direcionada à análise da influência da imprensa, antes de prosseguir para o nosso argumento central: a existência, entre os discursos circulantes, de uma longa duração da violência que, por mais de um século, interpela a homossexualidade. No início deste capítulo, já exploramos como a imprensa conferia visibilidade e atribuía significados aos indivíduos considerados pederastas no final do século XIX. Agora, focalizaremos nossa atenção na cobertura jornalística durante a primeira metade do século XX, particularmente após a consolidação das concepções médicas sobre o tema

A imprensa brasileira foi profundamente influenciada pelo campo da saúde no que diz respeito à discussão sobre a homossexualidade. O discurso clínico, quer de forma direta ou indireta, permearam toda a cobertura jornalística relacionada ao tema ao longo do século XX. Médicos, psiquiatras e psicólogos, em particular, foram frequentemente

consultados como autoridades científicas para fornecer informações sobre questões relacionadas ao tema. Além disso, textos de divulgação científica e debates sobre as teorias do campo da saúde sobre sexualidade, especialmente provenientes da psicanálise e da medicina legal, exerceram influência significativa nesse contexto. A presença e o respaldo desses profissionais da saúde na mídia moldaram as percepções públicas e contribuíram para a compreensão dominante da homossexualidade no país.

As seções de cultura e polícia figuravam como os espaços, dentro dos jornais e revistas, nos quais predominavam a presença de textos com a temática homossexual. As resenhas e críticas abordando a presença do assunto em produções culturais ou destacando personalidades homossexuais estavam, frequentemente, associadas à divulgação de obras cinematográficas, literárias e teatrais internacionais, bem como a ensaios sobre a produção literária de autores renomados como Oscar Wilde, André Gide e Tennessee Williams. Essa tríade de escritores, em particular, atraíam a maior parte da discussão sobre a homossexualidade nas páginas dedicadas à cultura. As críticas e resenhas geralmente enfatizavam a qualidade estética das obras, enquanto simultaneamente apontavam a suposta imoralidade de seus autores, destacando as punições legais que enfrentaram ou apresentando análises psicológicas de seus comportamentos e obras. Por outro lado, notícias relacionadas à realidade brasileira dos homossexuais eram predominantemente encontradas nas páginas voltadas para crimes, revelando a perspectiva da imprensa de considerar a temática como um critério de noticiabilidade devido à sua associação com a delinquência. Era frequente, por exemplo, encontrar notícias que enfatizavam a homossexualidade dos acusados em casos criminais, perpetuando essa conexão entre orientação sexual e comportamento delinquente. Vejamos alguns exemplos:

Uma notícia publicada com fotografia na imprensa gaúcha, deu motivo a que a polícia local prendesse o homossexual João Marconi da Silva, acusado do furto de 200.000 cruzeiros (GAZETA DE NOTÍCIAS, quinta-feira, 10 de fev. de 1944, p.9).

Como O JORNAL revelou ontem, avolumam-se cada vez mais as suspeitas de que se trata de um crime monstruoso, diante das declarações contraditórias do motorista Paulino Solimaria, vulgo “Gaucho”, que, em companhia de José dos Santos, um indivíduo homossexual, roubaram os objetos de valor dos dois cadáveres. Tratar-se-ia, assim, de um bárbaro latrocínio, segundo se inclinam a crer as autoridades policiais (O JORNAL, quarta-feira, 19 de jan. de 1949, p.5)

Já se regressou de São Paulo, onde foi investigar mais uma vez o paradeiro do ladrão e homossexual Sidney Martins de Oliveira, o principal autor do sensacional furto de 20 milhões em joias do palacete dos Bezerra de Melo (ULTIMA HORA, quarta-feira, 18 de maio de 1960, p. 2)

As notas e notícias que se espalhavam pelos cadernos policiais dos mais variados jornais destacavam, sempre que possível, a homossexualidade dos acusados. No entanto, a sexualidade dos “criminosos” não possuía qualquer relação direta com os eventos em investigação. A identidade sexual dos envolvidos não era uma informação relevante para a elucidação dos casos, mas na lógica implícita da imprensa ser homossexual era, por si só, considerado um fator que justificava a delinquência e o crime daquele sujeito.

Os jornais e revistas frequentemente utilizaram a estratégia da “notícia escândalo”, focando-se na associação entre crime e homossexualidade e explorando o interesse mórbido e a curiosidade dos leitores (FIGARI, 2007, p. 353). Além disso, esses veículos de comunicação recorriam à desqualificação, especialmente quando se tratava de atacar um inimigo ou quando havia suspeitas de alguma “perversão”. A ironia, o humor e as piadas que ridicularizavam o diferente foram outras estratégias adotadas para reforçar a noção de alteridade e perpetuar estigmas relacionados à orientação sexual não heteronormativa.

O jornalismo policial culpa os homossexuais mesmo quando eles são as vítimas. As narrativas empregadas pela imprensa enfatizam que o desvio moral desses sujeitos está na origem do problema que os vitimou. Essa abordagem, ao invés de focar na investigação imparcial dos fatos, tende a sugerir que a identidade sexual clandestina vivida à margem da sociedade os coloca em contato com pessoas não confiáveis e delinquentes. Argumenta-se que o prazer dos homossexuais é responsável por expô-los às situações que os vitimam, sugerindo que para satisfazer seus desejos considerados imorais, eles precisam se relacionar com pessoas sem escrúpulos. Dessa forma, o agressor é retratado como o fruto desse universo imoral habitado pelos homossexuais. Esta visão, além de simplista, contribui para a perpetuação de estereótipos negativos e culpabiliza a vítima pela violência sofrida, desviando o foco da verdadeira questão.

Personalidade da Vitima

Hugo Vari era natural da Áustria, naturalizado brasileiro, filho de Julio Vari e Herminia Vari. Contava 65 anos de idade e era solteiro. Empregava sua atividade no comercio como sócio-

gerente da firma ‘Organização Monteiro de Imóveis Ltda’. Hugo Vari era **um homossexual dado a pratica dos mais repulsivos atos de pederastia. Frequentava com certa regularidade locais habitualmente frequentados por inúmeros pervertidos sexuais**, tais como a Cinelândia, Galeria Alasca e Cine Metro, em Copacabana, pontos em que **costumava aliciar rapazes que conduzia a seu apartamento** (ÚLTIMA HORA, terça-feira, 31 de dez.de 1957, p.8, grifos nossos).

O trecho acima faz parte de um dos múltiplos exemplos em que vítimas são responsabilizadas pelos crimes em decorrência do seu comportamento homossexual. O texto em questão, publicado pelo jornal *Última Hora*, faz parte de uma grande matéria sobre o assassinato de Hugo Vari. A vítima, cujo corpo foi encontrado na sala de seu apartamento, morava sozinho e o depoimento de sua empregada, Conceição, desempenhou um papel fundamental para a elucidação do crime. Com base em seus relatos à polícia, foram identificados como principais suspeitos dois homens que haviam visitado a residência de Hugo Vari na noite anterior e no dia do homicídio. Os referidos suspeitos foram localizados graças a um esforço conjunto, que envolveu a condução de Conceição aos locais “mais frequentados pelos jovens transviados da zona Sul” e a investigação pela polícia de “numerosos indivíduos, frequentadores das rodas de pederastas”. Segundo as conclusões da investigação, Vari foi assassinado por Carlos Alberto de Almeida e Nilo Antônio de Moura, dois indivíduos desconhecidos e perigosos que a vítima convidou para sua residência com intenções sexuais.

A identificação e a prisão dos suspeitos envolvidos em homicídios de homossexuais, como observado no caso Hugo Vari, eram eventos raros. Apesar da significativa reincidência desses crimes, a maioria acabava arquivada devido à falta de progresso nas investigações policiais. O jornal *Última Hora* aponta que os crimes cometidos contra homossexuais dificilmente eram esclarecidos e isso ocorria devido ao estilo de vida e comportamento das vítimas. Para a publicação, a razão para a não identificação dos culpados se deve pela “multiplicidade de conhecimentos e contatos superficiais com desconhecidos aliciados nas ruas e em lugares escusos, mas também pelo desejo daqueles que vivem na intimidade de tais anormais de se conservarem no anonimato” (ULTIMA HORA, terça-feira, 31 de dez. de 1957, p.8). Esse argumento, desconsidera a relação historicamente violenta da polícia com os homossexuais, sobretudo os mais pobres. A posição do *Última Hora* escamoteia um outro cenário: o

possível descaso na condução das investigações por causa de as vítimas serem considerados “vadios imorais”.

A afirmação feita pelo *Última Hora*, de que os homicídios de homossexuais não eram solucionados em razão das próprias características da cultura homossexual, foi uma explicação que perdurou por décadas. Mais de vinte anos após a publicação da reportagem pelo diário carioca, o jornalista policial Ari Moraes escreve para a *Folha de S. Paulo* a matéria “Alguns crimes que só o acaso pode esclarecer”. Nesse texto, Moraes reitera os mesmos argumentos. Sua publicação ocorre em meio ao aumento alarmante de homicídios de homossexuais na capital paulista e inclui entrevistas com os policiais encarregados de investigar esses casos, os quais corroboram a teoria de que o ambiente marginalizado em que vivem os homossexuais facilita a ocorrência dos crimes, enquanto seus padrões de comportamento e relacionamentos dificultam a resolução dos assassinatos.

Marginalizado – explica o policial – o homossexual esconde-se da opinião pública e vive uma vida onde tenta imitar o dia-a-dia do homem comum. Trabalha em lojas e em empresas diversas e, só à noite, procura amigos e tem aquilo que se pode chamar de vida privada. Alguns procuram companhia ao acaso, nas ruas, já que nas grandes cidades as pessoas não precisam se conhecer para passarem algumas horas juntas, bebendo, discutindo sobre um assunto de interesse comum. Esse tipo de relacionamento pode significar morte, conclui o policial. Há jovens desocupados, que vivem unicamente explorando e roubando homossexuais (FOLHA de S. PAULO, segunda-feira, 11 de set. de 1978, p.10).

Nos jogos narrativos das tramas jornalísticas, os assassinos são frequentemente retratados como produtos do meio em que vivem e, por vezes, como homens que reagem violentamente ao aliciamento a que são submetidos devido à necessidade dos benefícios financeiros ofertados. Muito se falava, como forma de justificar/explicar as agressões, em crimes de honra. Por sua vez, o destaque conferido a imoralidade das vítimas homossexuais e a sugestão, seja implícita ou explícita, de que seus hábitos contribuem para a realização do crime reforça as múltiplas camadas de violência pelas quais os sujeitos homossexuais eram submetidos. O caso Hugo Vari também evidencia uma segunda tendência na visibilidade conferida pela imprensa para homens homossexuais: os crimes são predominantemente cometidos por seus amantes.

O jornal *Lampião da Esquina*, reconhecido como uma das principais publicações voltadas para o público LGBTQIA+ durante o período de formação do Movimento

Homossexual Brasileiro, veiculou em 1978 uma grande reportagem sobre os crimes perpetrados contra homossexuais. O texto, assinado por Aguinaldo Silva, um dos fundadores do jornal e seu editor-chefe, ocupou duas páginas e apresentou “quatro casos de homossexuais confessos mortos por pessoas que, eventualmente, foram seus parceiros sexuais” (LAMPÃO DA ESQUINA, ano 1, nº6, nov. 1978, p.6). Esta reportagem, caracterizada por uma abordagem reflexiva, sugere que a recorrência do perfil dos assassinos e a extrema violência dos crimes revelam uma tendência psicológica subjacente: tratam-se de homossexuais que por não conseguirem lidar com os seus desejos tentam aniquilar o Outro com o objetivo de pôr fim a homossexualidade em si. Além disso, Aguinaldo Silva argumenta que, mesmo entre os homossexuais que se assumem publicamente, persiste uma “homofobia internalizada”. Estes indivíduos, sentindo-se culpados por sua orientação sexual, continuam a se envolver em relacionamentos potencialmente perigosos como uma forma inconsciente de busca por punição.

Um sério estudo sobre a motivação de tais crimes – não a ‘legítima defesa da honra’, o roubo puro e simples ou os demais argumentos geralmente aceitos pela justiça, mas ao mesmo tempo, a atração e a rejeição que estes criminosos sentem pelo homossexualismo – ainda não foi tentando entre nós. E por isso, tudo o que se tem, neste terreno, são os estudos de alguns psicólogos ingênuos; um deles, Luís Ângelo Dourado, tem até livro publicado sobre o assunto, no qual se limita a estabelecer relações entre homossexualismo e a delinquência: pessoas como Van der Lindem, dessa forma, mesmo assassinadas, nunca escapam às classificações de marginalismo e promiscuidade.

Basta examinar o material existente nos arquivos de jornais sobre os crimes aqui citados: os criminosos conviviam habitualmente com homossexuais, embora transformando essa convivência num negócio: deixavam sempre bem claro que, se aceitavam o jogo, era em troca de dinheiro; os crimes foram cometidos de modo violento demais para que o motivo apresentado fosse aceito sem discussões pela polícia e pela justiça; e os criminosos – pelo menos dos que se tem notícias –, uma vez em liberdade, continuaram a circular pelos mesmos locais, em busca do mesmo tipo de parceiros, o que comprova sua confusa – mas inevitável – atração por eles.

Por esse caminho, não é preciso ir muito longe: sem temer o risco dos psicologismos fáceis, diríamos que **pessoas como Nilton Sirio e seus irmãos de crime estão, na verdade, matando o homossexualismo que existe dentro deles, numa tortuosa espécie de exorcismo** (LAMPÃO DA ESQUINA, ano 1, nº6, nov. 1978, p.5. grifos nossos).

Não é surpresa para ninguém que seja esta a atitude da polícia e da justiça [bicha tem mais é que morrer]. O que não pode se pode aceitar é que os próprios homossexuais, de uma maneira geral, encarem a coisas também dessa maneira, administrando de tal modo o seu

sentimento de culpa que acabam por procurar um possível matador a cada esquina (...) Mergulhados no silêncio e no medo, cada um rezando para não ser a próxima vítima – e **alguns até ansiando pelo carrasco que os punirá** –, os homossexuais acabam aceitando a tese de Aníval: bicha tem mais é que morrer (LAMPPIÃO DA ESQUINA, ano 1, nº6, nov. 1978, p.6, grifos nossos).

A reportagem do *Lampião* revela a existência de um sofisticado mecanismo de controle sobre a sexualidade que recorrentemente atribui a violência contra homossexuais ao desejo sexual reprimido do agressor. Trata-se de uma lógica perversa, na medida em que o responsável pela homofobia seria um homossexual que não se aceita e viveria no armário. Essa estrutura de pensamento isenta “heterossexuais bem resolvidos” da prática de crimes e agressões contra homossexuais. Tal explicação é uma armadilha produzida a partir do saber hegemônico do campo da saúde, na medida que se considera a violência perpetrada como um transtorno, uma fobia elaborada pelo recalçamento de instintos homossexuais. Com isso, adiciona-se mais uma camada de patologização sobre o desejo homossexual.

Leandro Colling (2018, p. 129-132) chama a atenção para o fato de que, mesmo entre os discursos progressistas e de defesa dos homossexuais, continua havendo uma subjugação há determinados paradigmas opressores advindos do campo da saúde. Esta condição expõe a hegemonia de uma perspectiva patologizante e medicalizante sobre as experiências humanas em geral e sobre a sexualidade em particular. O autor argumenta em favor da superação da predominância da saúde como única esfera capaz de elucidar as múltiplas dimensões das sexualidades, ressaltando o constante surgimento de novas categorias patológicas. Uma possível abordagem seria apresentar à sociedade uma perspectiva alternativa que rompa com os saberes historicamente violentos sobre as pessoas LGBTQIA+. Ao mesmo tempo, é crucial reconhecer que a tentativa de patologizar indivíduos homossexuais que não se assumem publicamente é uma manifestação do dispositivo de poder da sexualidade, que busca determinar o que é considerado saudável ou não.

Soma-se a mais essa leitura patológica as já mencionadas faltas de moralidade, a delinquência e a criminalidade atribuídas aos homossexuais. Como consequência, a imprensa em suas representações e a polícia em suas investigações, recorrentemente, atribuem a culpa por crimes de homofobia aos amantes e a parceiros das vítimas. O jornal carioca *Tribuna da Imprensa*, por exemplo, noticia no dia 27 de julho de 1954 sobre um

“crime misterioso na Gávea”. A pequena nota publicada informava que “morreu ontem, à noite, no Hospital Miguel Couto, um homem de cor branca, de 25 anos presumíveis, vestido com calça branca, com camisa amarela e casaco de veludo, que momentos antes fora encontrado desfalecido na rua do Cedro, próximo ao prédio 55, na Gávea” (TRIBUNA DA IMPRENSA, terça-feira, 27 de jul. de 1954, p.6). Segundo o 1º Distrito, o crime era um mistério, pois não se sabia ao certo a identidade da vítima e nem as razões da violência. No entanto, quando a apuração dos fatos apontou que se tratava de um homossexual as diligências policiais passaram a tratar o responsável pelo ato como um de seus amantes. Segundo a *Tribuna da Imprensa*, “afirma-se agora que o morto era homossexual, acreditando-se, por isso, que o criminoso seja um íntimo seu” (TRIBUNA DA IMPRENSA, terça-feira, 27 de jul. de 1954, p.6).

Os homossexuais eram violentados tanto simbolicamente como fisicamente. Existia um circuito vicioso da violência que iniciava com os discursos injuriosos, responsáveis por incitar e legitimar todos os tipos de perseguição e agressão. Quando a violência alcançava a sua consequência final, a morte, uma nova dimensão da injúria era acionada, os homossexuais eram responsabilizados por todo o mal a qual foram submetidos, ignorando toda a cultura de opressão, segregação e incitação ao ódio que de fato produziu os crimes. Dessa forma, uma rede discursiva complexa agia produzindo uma realidade para os homossexuais marcada constantemente pela violência.

O Grupo Gay da Bahia (GGB), a mais antiga organização ainda em funcionamento na América Latina em prol dos direitos LGBTQIA+, tem sido responsável, desde 1981, pela divulgação de boletins que documentam o número de mortos no Brasil em decorrência da homofobia. Em seu terceiro boletim, publicado em abril de 1982, a entidade observa que “a maior parte desses assassinos continuam soltos” e faz uma crítica, de forma satírica, sobre a emergência de um especialista em matar gays: “o Bichicida” (GRUPO GAY DA BAHIA, 2011, p. 35).

No 1º Boletim do GGB, divulgamos uma lista de 20 homossexuais assassinados nos últimos dois anos. Mais 7 no 2º Boletim, mais 16 no último e agora, mais 13 – total de gays assassinados em crimes sexuais: 56! Fora os que não ficamos sabendo. **Há quem diga que essas bichas morreram por que buscaram a morte, pois gostavam do perigo, de transar com marginal, com qualquer um.** Tenho minhas dúvidas. Em todo caso, **duvido que desejassem acabar seus dias assim, esfaqueadas, enforcadas, torturadas.** (BOLETIM INFORMATIVO DO GRUPO GAY DA BAHIA, 2011, p. 48, grifos nossos)

Luiz Mott, o fundador da entidade, percebeu a necessidade de criar o grupo após ser agredido enquanto contemplava um pôr do sol junto com o seu então namorado no Farol da Barra em Salvador. O GGB, surgiu em 29 de fevereiro de 1980, após Mott convocar, pelas páginas do *Lampião da Esquina*, os homossexuais da Bahia a se unirem para lutar por seus direitos. Com o objetivo de criar e fazer circular um discurso alternativo, científica e politicamente, sobre a população hoje identificada como LGBTQIA+, a entidade denunciou, ao longo das décadas, as mais variadas formas de expressão da homofobia. Demonstrando que, a partir da segunda metade do século XX, as matrizes discursivas em circulação sobre a homossexualidade se complexificam e os discursos de resistência ganham maior visibilidade.

No entanto, o que podemos observar no contexto que se estende desde o final do século XIX até a primeira metade do século XX é que tanto a literatura quanto a imprensa desempenharam um papel significativo como veículos para disseminar as teorias eugênicas e médicas predominantes. Estes circuitos de comunicação refletiram os postulados científicos relativos às perversões e à homossexualidade, adaptando-os para uma linguagem narrativa de fácil compreensão pelo público e com um efeito discursivo mais marcante.

O conjunto de discursos provenientes das esferas médica, jurídica, literária e midiática frequentemente se materializava em políticas de intervenção social, que visavam interditar a homossexualidade. O que não podia ser alcançado por meio da educação ou da persuasão direta das pessoas era, muitas vezes, implementado pelos aparelhos repressivos do Estado, particularmente através da instituição policial. O Estado, em colaboração com a ciência médica, não apenas buscava impor uma colonização do corpo baseada no conceito de sanidade, mas também perseguia ativamente a conformação do indivíduo de acordo com determinados padrões sociais e normativos. As interseções entre o poder estatal e o conhecimento científico revelam a complexidade das estratégias utilizadas para controlar e moldar corpos e identidades dentro do contexto histórico analisado.

A análise de diversas fontes científicas, jurídicas, jornalísticas e literárias permite perceber a existência de uma longa duração da injúria, que constitui os discursos em circulação e interpela os sujeitos sobre a homossexualidade. Quando falamos sobre uma longa duração da injúria estamos nos baseando em dois conceitos: o de longa duração e o de injúria, conforme delineados por Fernand Braudel (1981, 2014) e Judith Butler (2021), respectivamente. A longa duração é caracterizada por uma história quase imóvel,

refere-se a uma tendência secular da relação do homem com o meio ao longo do tempo, marcada por mudanças lentas. Certos traços, como a injúria, ao perdurarem por períodos extensos, tornam-se elementos estáveis que atravessam gerações, enquanto ao seu redor, ocorrem continuidades, rupturas e agitações que renovam a face do mundo.

A jornada histórica que realizamos neste capítulo foi conduzida, de forma quase incessante, da realidade social em direção a demonstração do modelo da homossexualidade regido por uma matriz violenta. Por meio de uma série de aproximações e de repetidas incursões, buscamos produzir um ensaio explicativo da estrutura de uma escrita violenta que auxilia na produção de um comum homossexual. A percepção de uma longa duração atravessando os documentos analisados serve como um instrumento de comparação e verificação da solidez e da própria vida da arquitetura homossexual, tal como estamos defendendo.

Nesse contexto, consideramos que os discursos circulantes sobre a homossexualidade estão permeados pela injúria, cuja significância vai além de meras palavras que ferem e ofendem. Conforme destacado por Butler (2021), estamos diante de um problema que transcende o âmbito do discurso verbal para adentrar o território da violência e do ódio, os quais interpelam os sujeitos, constituindo-os em um processo contínuo (BUTLER, 2017, 2021).

A injúria assume uma dimensão específica no tempo, conforme observado por Butler (2021). Ela não é apenas um evento momentâneo, mas uma rede de horizontes temporais, uma condensação de iterabilidade que transcende o momento presente. Nesse sentido, é importante compreender o mundo por meio da definição de hierarquias de forças e movimentos temporais diversos. O tempo de cada acontecimento data, ao mesmo tempo, de ontem, de anteontem, de outrora. Isso significa que palavras injuriosas como veado, bicha, xibungo, fresco e todo o modo de endereçamento do termo homossexual têm uma história, que é invocada e reforçada nos diferentes momentos de sua enunciação. A historicidade dos nomes injuriosos, portanto, não é apenas uma história de seus usos, contextos e objetivos, mas também uma história que se tornou interna ao próprio nome, constituindo o significado sobre os desejos, identidades e corpos homossexuais por meio da repetição e sedimentação de seus usos (BUTLER, 2021, p. 67).

A força do nome injurioso não é meramente um efeito causal de um golpe infligido, mas depende também de uma memória discursiva ou de uma violência que vive na linguagem e é transmitido por ela. Essa força está relacionada não apenas à iterabilidade do nome, mas também a uma forma de repetição que remete ao trauma, revivendo-o na e

pela substituição linguística do acontecimento traumático. O trauma social, portanto, não se manifesta como uma estrutura mecânica repetitiva, mas como uma sujeição contínua, uma reencenação da injúria por meio de signos que simultaneamente obstruem a cena e a reconstituem em ação.

Para Butler (2021), os discursos injuriosos, com seus principais interesses retóricos e políticos, desencadeiam uma teia complexa de relações entre linguagem e violência. Ao afirmarmos que fomos feridos pela linguagem, lhe atribuímos uma agência poderosa, capaz de infligir danos psicológicos profundos. Essa afirmação não apenas reconhece a vulnerabilidade inerente à nossa condição como seres linguísticos, mas também evidencia a interseção entre a violência simbólica dos discursos injuriosos e a violência física perpetrada contra homossexuais.

A conexão metafórica entre a vulnerabilidade física e discursiva é crucial para compreender a profundidade da injúria. Quando os homossexuais são chamados de maneira injuriosa, eles são interpelados e expostos à vulnerabilidade linguística que precede e condiciona qualquer resposta que possam formular. A linguagem, ao mesmo tempo em que os constitui, os fere desde o princípio com seu poder. A análise da vulnerabilidade simbólica revela uma interação intrínseca entre a dimensão somática e a discursiva. Certas palavras e formas de endereçamento não apenas ameaçam o bem-estar físico, mas também moldam e condicionam a experiência humana de maneira profunda. Com isso, Butler (2021) afirma que a linguagem opressiva não é meramente uma representação da violência; ela é a violência em si mesma. Essa compreensão desloca a narrativa de que a violência ocorre apenas em uma instância material exterior à linguagem, destacando que falar é, em si mesmo, um ato.

A ameaça presente na injúria não apenas prefigura um ato futuro, mas também comunica uma intenção que pode ser efetivamente performatizada. A linguagem, portanto, não apenas descreve a violência, mas também a ativa, perpetuando seu ciclo de maneira contínua, como podemos perceber nos exemplos que elencamos ao longo do texto. A injúria, ao amalgamar-se com a vulnerabilidade física, cria uma atmosfera na qual o trauma é reiterado e perpetuado, não apenas na esfera do discurso, mas também nas experiências corpóreas dos sujeitos.

Dessa forma, a relação entre injúria e violência é intrincada e multifacetada e a produção da subjetividade homossexual é um tema complexo que envolve tanto aspectos teóricos quanto práticos. Para compreender essa dinâmica, é crucial analisar o conceito de interpelação tal como apropriado Judith Butler (2017, 2021). A interpelação é um

processo pelo qual o sujeito é constituído através da linguagem, sendo convocado a reconhecer-se como parte de determinadas estruturas sociais. Esse chamado não apenas cria o sujeito, mas também o posiciona dentro de relações de poder pré-existentes. Butler argumenta que o discurso de ódio produz ferimentos no momento da fala e constitui o sujeito por meio dessas injúrias. Assim, o discurso de ódio exerce uma função interpelativa, subordinando os indivíduos que são alvo dessas palavras violentas.

A origem do discurso injurioso muitas vezes remonta ao saber médico, que historicamente patologizou a homossexualidade e a descreveu como uma anomalia. Essas concepções médicas, conforme vimos, foram então replicadas em discursos literários e jornalísticos, contribuindo para a perpetuação de estigmas e discriminação contra pessoas homossexuais. Portanto, o saber médico não está isento de responsabilidade pelas consequências da violência injuriosa contra homossexuais, pois suas narrativas influenciaram a forma como a homossexualidade foi percebida e tratada ao longo do tempo.

O discurso injurioso não apenas reflete uma relação de dominação social, mas também a cria e reforça, tornando-se o meio pelo qual essa dinâmica social é perpetuada. A responsabilidade por esse tipo de discurso recai sobre aqueles que o proferem, pois ao repeti-lo, eles reafirmam e fortalecem suas ideias discriminatórias. A origem do discurso pode ser citacional, mas sua reprodução contínua contribui para a manutenção das hierarquias sociais e para a vulnerabilidade dos sujeitos que são alvo dessas palavras injuriosas.

A análise documental aqui apresentada nos conduz a uma compreensão mais profunda da injúria e sua relação com a construção da homossexualidade. Somos instigados a considerar não apenas a superfície dos discursos injuriosos, mas também suas raízes históricas e seus efeitos traumáticos, destacando a complexidade e a profundidade dessa questão. Com isso, podemos perceber que a construção do sujeito homossexual é intrinsecamente ligada aos discursos circulantes sobre a homossexualidade, que possibilitaram a emergência de uma “nova coletividade” para as sexualidades dissidentes. Ao longo de mais de um século, os discursos injuriosos desempenharam um papel fundamental na produção e consolidação do sujeito homossexual como um “Outro” do heterossexual, destacando as diferenças e marginalizando aqueles que se desviam das normas estabelecidas.

Quando uma pessoa ou um coletivo é constantemente alvo de algo injurioso, eles não são apenas menosprezados e humilhados, mas também adquirem, paradoxalmente,

uma certa possibilidade de existência social (BUTLER, 2017, 2021). A linguagem médica legalista, por exemplo, ao interpelar os sujeitos nos termos da injúria, torna possível uma forma de existência social do corpo homossexual, que transcende os propósitos prévios da denominação. Assim, os discursos injuriosos não apenas ferem, mas também conferem uma identidade social e discursiva para os homossexuais, inserindo-os em uma rede complexa de relações de poder e significados.

No entanto, é importante reconhecer que a produção discursiva da homossexualidade não equivale necessariamente ao desejo sobre o qual ela fala. Embora os discursos sobre a homossexualidade configurem sua realidade social e simbólica, eles não captam completamente a complexidade do “desejo homossexual” (BUTLER, 2021, p.207). O desejo impõe limites à descrição referencial, desafiando a tentativa de categorizá-lo de maneira definitiva. Isso não implica que o desejo seja um referente que possamos descrever de maneira alternativa ou mais apropriada²⁸; ao contrário, o desejo estabelece limites específicos para a descrição referencial como um todo. Por isso, defendemos que a homossexualidade, enquanto um projeto político coletivo e identitário, está situado no tempo. Assim, embora os discursos injuriosos tenham um poder constitutivo significativo na produção do sujeito homossexual, é fundamental reconhecer que eles não abarcam toda a diversidade e complexidade das experiências e identidades homossexuais.

²⁸ Essa constatação sobre os limites da linguagem na elaboração de um saber sobre as sexualidades não invalida as reivindicações por abordagens eticamente mais responsáveis.

Cap. 3 - Fluxos e refluxos no tempo: entre violências e utopias

A força que declara a dor é a mesma que reclama o futuro

Raimundo Neto

No Brasil, historicamente, o campo da saúde adotou uma postura patologizante em relação à homossexualidade, associando-a com a anormalidade e a delinquência. Em 1985, o Conselho Federal de Medicina passou a desconsiderar as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo como uma doença. A decisão, em 1973, da *Associação Americana de Psiquiatria* de retirar a homossexualidade da sua lista de distúrbios foi fundamental para mobilizar a opinião médica nacional em prol da mudança. Apesar dos intensos debates acadêmicos e sociais que sustentaram a necessidade de alteração do status atribuído pela área da saúde à homossexualidade, somente em maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde deixou de classificá-la como doença.

É necessário ressaltar que estamos nos referindo as mudanças institucionais na abordagem discursiva da saúde em relação à homossexualidade. Com esse alerta, buscamos destacar a persistência, por parte de alguns profissionais, da crença na possibilidade de uma "cura gay". De forma irregular, alguns psicólogos e psiquiatras continuam a oferecer tratamentos direcionados a pessoas homossexuais. Este debate em torno da patologização da sexualidade ressurgiu na agenda política contemporânea, em meio ao fortalecimento da extrema direita e à crescente influência da bancada evangélica no Congresso Nacional²⁹. No entanto, é importante frisar que esse não é o foco da nossa discussão. Nosso interesse, neste capítulo, é compreender como ocorreu a transformação do discurso médico em relação a esse tema. Para isso, adotamos como pressuposto teórico a visão processual da história, conforme pensado por Thompson (1987). Nossa análise considera que há um entrelaçamento entre rupturas e permanências, de forma que cada prática e processo comunicacional apresenta vínculos e descontinuidades, de durações profundas, com o fenômeno analisado.

Para compreendermos a fissura da longa duração dos saberes da saúde, revisitaremos certos conceitos relativos ao funcionamento do discurso e suas dinâmicas de poder. Como discutido anteriormente, segundo Foucault (2010; 2014), o poder produz o sujeito, moldando não apenas sua condição de existência, mas também a direção de seus

²⁹ Para um debate contemporâneo sobre a "cura gay" ler Quintão (2017), Gama (2019), Novaes (2021).

desejos. O processo de subjetivação seria permeado por uma ambiguidade intrínseca, onde a noção de "assujeitamento" implica tanto a emergência do sujeito quanto seu enquadramento em relações de submissão.

A palavra sujeito, nesse contexto, significa tanto a sujeição a um controle e a dependência de uma força, como também se refere ao indivíduo que dinamiza a própria identidade por uma consciência (FOUCAULT, 1995). Ambas as dimensões sugerem uma forma de poder que subjuga e que confere a autonomia do sujeito mediante sua submissão a uma forma de poder, uma dinâmica que implica em uma dependência radical. Dessa forma, o poder não se restringe meramente a “dominação”, mas também diz respeito, de maneira significativa, às estruturas nas quais apoiamo-nos para existir, e que nutrimos e perpetuamos em nossa própria identificação social.

O duplo aspecto da sujeição pode nos conduzir, inicialmente, a um dilema aparentemente insolúvel: as ações dos sujeitos parecem ser tanto resultado quanto causa de sua subordinação. Este impasse teórico nos lança em um labirinto de questões complexas, tais como: toda tentativa de desafiar essa subordinação inevitavelmente a reafirma? Se, como delineado no capítulo anterior, a homossexualidade é produzida por uma longa duração do discurso injurioso, com uma clara intencionalidade de subjugação, como o sujeito conseguira ressignificar sua posição de subalterno? O que significa, para a ação de um sujeito, admitir sua própria subordinação? O ato de admitir equivale ao ato de reafirmar, ou há uma ruptura entre o poder presumido e o poder reinstaurado? Mesmo que uma escrita violenta se esforce para construir um sujeito através de meios discursivos, essa construção é definitiva e absoluta? Há a possibilidade de interromper e subverter os efeitos gerados por esse discurso, uma brecha exposta que poderia desfazer esse processo de construção discursiva?

As teorias de Foucault e de Judith Butler (2017) fornecem algumas respostas para essas perguntas e indicam um caminho para compreender o processo de transformação dos discursos de patologização e criminalização dos homossexuais. Ambos os autores indicam que os fatos históricos e as lógicas de funcionamento da linguagem demonstram que a reduplicação da "estrutura social", em cada enunciação do discurso de injurioso, não ocorre de forma integral. A “estrutura” replicada passa, continuamente, por uma maquinaria do poder que a desarticula e a recompõe. O sujeito, nesse sentido, não é produzido em sua totalidade instantaneamente. Ao contrário, ele é o resultado de um processo ininterrupto. Existiria um *continuum* temporal na produção da subjetividade. Desse modo, o sujeito foucaultiano nunca está totalmente constituído na sujeição, mas

nela se constitui repetidamente; e é, na possibilidade de uma rearticulação constante, que a sujeição adquire seu poder involuntariamente habilitador – sua dimensão transformadora.

A dinâmica temporal do poder no processo de sujeição revela-se como uma complexa relação entre duas modalidades temporais distintas e, muitas vezes, conflitantes. De um lado, o poder é concebido como uma entidade pré-existente ao sujeito. Essa visão implica numa compreensão do poder como uma força que precede a formação do sujeito, influenciando sua constituição desde o momento inicial. Por outro lado, o poder é um efeito desejado pelo sujeito. Neste contexto, a sujeição não é meramente uma imposição externa, mas sim uma subordinação que o sujeito impõe a si mesmo como meio de alcançar determinados objetivos. No entanto, esta concepção vai além da autossujeição voluntária, reconhecendo que a própria submissão contribui para a produção e constituição do sujeito. Assim, a sujeição não apenas o subordina, mas também o capacita a se posicionar como agente de sua própria resistência e oposição, tornando-se o próprio garantidor de sua autonomia dentro do contexto do poder (BUTLER, 2017, p. 23).

A rearticulação discursiva no ato enunciativo não apenas reafirma a subjugação do homossexual, mas também engendra a produção de resistência e a emergência de um contradiscurso. Ao compreender que a estrutura de subjugação depende de sua enunciação para manter-se, reconhecemos que é no espaço de sua enunciação que a questão de sua continuidade deve ser problematizada (BUTLER, 2021). Esse afrouxamento da relação entre ato e injúria abre uma brecha para o contradiscurso, uma reação que seria inviável caso essa ligação fosse mais estreita. Dessa forma, a lacuna que separa o ato de fala de seus efeitos futuros possui implicações significativas: esse intervalo não só viabiliza a repetição e a resignificação, mas também sugere como as palavras podem, ao longo do tempo, desvincular-se de seu poder de ferir e recontextualizar-se de maneiras mais afirmativas. Essa relação ambivalente entre as condições de subordinação e a assunção do poder evidencia a complexidade presente da ação do processo de sujeição. Em relação à possibilidade de agência do sujeito perante o poder constituidor do discurso, é importante destacar que, embora o sujeito não seja totalmente determinado pelo poder, tampouco é totalmente determinante dele.

Foucault (1995) concebe as relações de poder como intrínsecas às ações humanas, sendo essencialmente um conjunto de estratégias que operam sobre o campo de possibilidades das condutas individuais e coletivas. O termo conduta talvez seja o que

melhor, para o autor, permite expressar o que há de específico nas relações de poder. Pois a conduta é, ao mesmo tempo, o ato de conduzir os outros e a maneira de se comportar. Com isso, queremos ressaltar que o poder não se resume a uma violência ininterrupta ou a um consentimento passivo; ao contrário, é um mecanismo que incita, induz, desvia e facilita comportamentos, ampliando ou limitando suas probabilidades. Assim, o poder se manifesta como uma ação sobre ações, uma vez que influencia a capacidade dos sujeitos de agir ou de serem suscetíveis à ação.

Na visão apresentada, a resistência não é simplesmente uma reação externa ao poder, mas sim um elemento inerente às próprias dinâmicas. A resistência, para Butler (2017), se manifesta de duas maneiras principais: primeiro, através de uma subjetivação que ultrapassa os objetivos normalizadores, como exemplificado pelo "discurso reverso"; e segundo, pela convergência com outros regimes discursivos, onde a complexidade discursiva inadvertidamente mina os objetivos da normalização. Tomemos como exemplo o caso da homossexualidade, aqui estudada. O termo homossexual, inicialmente utilizado para reforçar a normalização heterossexual, posteriormente é reapropriado para desafiar esse mesmo regime normativo. No entanto, é crucial notar que essa oposição não é pura, já que a própria homossexualidade é empregada de maneira ambígua, às vezes servindo à normalização e outras vezes à sua subversão.

A relação dialógica do discurso permite que mesmo nos "arquivos de repressão", ainda que de forma fragmentada, consigamos acessar a mentalidade coletiva de uma época, incluindo suas estratégias de resistência. Os textos de interdição são constituídos por uma circularidade discursiva que nos possibilita vislumbrar o horizonte de possibilidades latentes para a cultura de uma dada época (BAKHTIN, 2013). Os documentos que expressam a norma heterossexual são importantes porque, para além de revelarem como o poder age, também permitem entrever suas reapropriações e são, em muitos casos, as únicas fontes históricas disponíveis sobre as experiências homossexuais do passado.

A interdição que pairava sobre a homossexualidade estava menos relacionada a impossibilidade de falar sobre o assunto do que como se podia se falar. Implicava, sobretudo, em quem detinha a "autorização" para se expressar publicamente sobre tais práticas e identidades. Ao longo de séculos, pessoas que se identificavam como gays, lésbicas, travestis e transexuais foram impedidas de produzir e registrar suas próprias narrativas. A produção de textos, imagens e gravações audiovisuais sobre suas vidas poderia servir como evidência para sua estigmatização e perseguição social e legal. Os

registros que eventualmente eram criados, muitas vezes confinados a esferas domésticas, não foram reconhecidos, até recentemente, como documentos históricos a serem preservados, resultando em sua perda gradual ao longo do tempo.

Os discursos circulantes sobre a homossexualidade masculina, identificados no capítulo anterior, auxiliaram a delimitar, catalogar e definir os corpos homossexuais e o lugar que eles deveriam ocupar na sociedade. Essas matrizes discursivas produzem corpos eivados de subjetividades tidas como desviantes e marcações identitárias perversas, que habitam zonas de moralidade solta (contraespaços, como parques, praças e banheiros públicos). Esses espaços sociais delegados aos homossexuais operacionalizam opressões, mas também fornecem uma potência gregária de subversão. Neste tópico, vamos apresentar os “contraespaços” e as redes de socialização criados para possibilitar a vivência da experiência homossexual no Brasil.

Entre os inúmeros textos de escrita violenta sobre a homossexualidade no país, o *Estudo Biográfico dos homossexuais (pederastas passivos) da capital de São Paulo. Aspectos de sua atividade social (costumes, hábitos, ‘apelidos’, ‘gíria’)*, publicado na década de 1930, é uma das publicações que melhor permite acessar a voz direta do homossexual do passado. Isso ocorre porque o estudo transcreve os textos autobiográficos escritos por dois dos nove personagens analisados. O trabalho apresenta o resultado de uma pesquisa desenvolvida na Cadeira de Psicologia e Psiquiatria Jurídicas do Instituto de Criminologia de São Paulo, que tinha como professor responsável Edmur de Aguiar Whitaker. O trabalho em questão, foi feito em parceria com os seus alunos, Eddi Krauss, Magino Roberto de Oliveira, Joel Botto Nogueira e Aldo Sinisgalli e tinha como objetivo “conhecer a vida dos homossexuais (pederastas passivos) residentes na Capital de São Paulo”. Para isso, foram aplicados formulários “nos locais onde se encontram habitualmente e nas próprias residências”. Com essa abordagem a equipe buscava “captar-lhes a confiança” necessária para conseguir alcançar respostas mais fidedignas possíveis (WHITAKER *et al.*, 1939, p. 244).

Edmur de Aguiar Whitaker, responsável pela pesquisa, era um médico psiquiatra, recém-formado, que tinha uma presença ativa na cena médica paulista. Ele foi um dos responsáveis pela *Revista de Neurologia e Psiquiatria de São Paulo*, onde publicou inúmeros textos, como também atuou em diversos cargos na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, na Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo e na Seção de Neuropsiquiatria da Associação Paulista de Medicina. Sua rápida projeção, no campo da saúde, pode ser atribuída, entre outros fatores, pela sua alta produtividade.

Whitaker publicou, nos três primeiros anos após sua formatura, mais de 20 trabalhos científicos, em sua maioria, relativos à psiquiatria (REVISTA DE NEUROLOGIA E PSYCHIATRIA DE SÃO PAULO, vol. 2, n.4, out.-dez. de 1936, s/p). Entre sua vasta produção, os homossexuais, especialmente os pederastas passivos, eram um assunto recorrente³⁰.

A pesquisa, objeto da nossa análise, foi publicada nos *Arquivos de Polícia Civil e de Identificação de São Paulo*, em seu segundo volume, referente aos anos de 1938-1939. Esse estudo possui um valor histórico significativo, não apenas por revelar a ação do saber médico para esquadrihar e delimitar a homossexualidade, mas também por oferecer insights sobre a vida e a auto percepção desses indivíduos. Os nove casos fornecem fragmentos das experiências dos homossexuais brasileiros que habitavam os grandes centros urbanos nas primeiras décadas do século XX. Nas fichas, além dos relatos de violência, encontramos narrativas sobre o prazer e a realização pessoal na vivência desse “amor maldito”. Por exemplo, as observações sobre a vida de A. S., apelidado de Gilda Abreu, revelam um contexto precário, evidenciando que ele enfrentava “momentos difíceis, sem dinheiro”, devido a problemas sociais associados à sua sexualidade. No entanto, os pesquisadores observam que Abreu não tem intenção de mudar, pois, em suas próprias palavras, “adora a pederastia” (WHITAKER et al., 1939, p. 245).

O personagem mais emblemático dentre os apresentados é o de número 6, Z.B.G, conhecido como Zazá. O que torna seu perfil tão marcante é a descrição de sua vida, redigida por ele mesmo e anexada ao estudo pelos pesquisadores. Zazá era um homem branco, solteiro, com 24 anos de idade. Assim como a maioria dos entrevistados, deixou sua cidade natal ainda na adolescência em busca dos atrativos dos grandes centros urbanos, como a liberdade. Na época da pesquisa, residia em São Paulo, no número 332 da Rua Vitória, “prédio esse em que moram outros pederastas”. Seu quarto, “é o que se

³⁰ Localizamos, somente entre os anos de 1937 e 1938, quatro pesquisas sobre a homossexualidade que contam com a participação de Whitaker. Na *1ª Semana Paulista de Medicina Legal*, realizada entre os dias 12 e 17 de julho de 1937, ele proferiu duas palestras. Uma delas intitulada *Estudo dos homo-sexuales* apresentado em parceria com Oscar Ribeiro de Godoy no Gabinete de Identificação no dia 14 de julho (REVISTA DE NEUROLOGIA E PSYCHIATRIA DE SÃO PAULO, vol. 3, n.4, out.-dez. de 1937, 197). No ano seguinte, mais três trabalhos foram apresentados durante o *1º Congresso Paulista de Psychologia, Neurologia, Psychiatria, Endocrinologia, Identificação, Medicina Legal e Criminologia*, realizado na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Na sessão de Criminologia do congresso foram apresentados três trabalhos sobre a homossexualidade, a saber: o *Estudo biográfico dos homossexuais (pederastas passivos) da Capital de S. Paulo. Aspectos de sua atividade social (costumes, hábitos, ‘apelidos’, ‘gíria’)*, *Considerações gerais sobre o homossexualismo e Observações sobre os hábitos, costumes, condições de vida dos homossexuais (pederastas passivos) em S. Paulo*. O primeiro texto foi escrito juntamente com Eddi Krauss, Magino Roberto de Oliveira, Joel Botto Nogueira e Aldo Sinisgalli e os dois últimos somente com Aldo Sinisgalli.

pode chamar, sem receio de cometer erro, de antihigiénico. De mais ou menos 6 ms², não possui janelas para ventilação, é cimentado e muito baixo”. Apesar das condições precárias, Zazá se destacava diante dos outros entrevistados por sua educação formal, possuindo “diploma de grupo escolar e conhecendo princípios de protética”. Ele era descrito como “inteligente, vivo e muito bem-humorado” (WHITAKER et al., 1939, p. 248).



Imagem 03: Foto de Zazá e seu amigo Tabú reproduzidas na obra de Edmur de Aguiar Whitaker et al. (1939, p. 256) Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional

O texto autobiográfico de Zazá abrange quatro páginas, nas quais ele narra sua vida, relatando sua mudança para São Paulo, sua primeira experiência sexual, sua temporada de “farra” no Rio de Janeiro e seus relacionamentos amorosos. No entanto, a edição do texto utilizado para consulta, pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional, apresenta uma folha arrancada, na qual estavam contidas as duas páginas iniciais do testemunho de Zazá. Felizmente, foi possível acessar esse trecho perdido por meio de uma transcrição publicada no livro *Frescos Trópicos*, de James Green e Ronald Polito (2006, p.132-135).

O relato, intitulado *Resumo rápido de meu passado*, inicia-se com a mudança para São Paulo em 1927, ano em que o narrador declara: “fugi de uma cidade linda do

interior deste estado, cidade onde eu garoto ainda, cheio de ideias tolas, pensando em um mundo de belezas e de gozos, já via que era impossível satisfazer os meus desejos. Fugi, então para a Capital” (ZAZÁ apud GREEN e POLITO, 2006, p.132). É significativo que o texto memorialístico comece dessa forma. A mudança de cidade reforça não apenas a inviabilidade de uma vivência homossexual em centros urbanos menores e médios, mas também a percepção de que a narrativa da vida do autor passa a ser construída a partir do momento em que ele encontra certa liberdade necessária para se expressar plenamente.

Nas recordações de Zazá sobre o período que viveu no Rio de Janeiro, de 1931 a 1933, existem indícios de uma rede de sociabilidade homossexual, que incluía um sistema de apoio, ainda que incipiente. Zazá partiu para a então capital federal aos 17 anos de idade e, em suas próprias palavras, “lá chegando, todos admiravam a minha juventude e todos queriam gozar dela”. Ele passou a se sustentar através da prostituição, afirmando que “ganhava quanto queria; primeiro, por ser novo no lugar e segundo, por ser ainda jovem”. Por meio do seu testemunho podemos vislumbrar lampejos de um Rio de Janeiro agitado, que permitia uma vida homossexual entre *cabarets*, hotéis e casas particulares.

1931 ... Embarquei para o Rio de Janeiro.

Fui morar numa hospedaria, onde em quartos especiais, que o dono alugava pela quantia de 5\$000, eu recebia os pederastas ativos. Nessa mesma hospedaria moravam dezenas de passivos. Alguns já velhos; outros doentes, quase todos pobres em vida; outros gozando do bom e do melhor, enquanto alguns, sem mesmo roupa para vestir, eram obrigados a pedi-las emprestadas àqueles que deles se compadeciam. Havia dias que eu recebia tantos membros, que o meu ânus ficava tão dolorido, a ponto de precisar banhar-me em água quente e sal grosso, a fim de poder estar bom à noite para recomençar a vida que eu gostava tanto... E a minha cabecinha oca achava que aquilo era uma coisa do outro mundo!

E tinha sempre homens moços que gostavam de mim, alguns dos quais propunham-me “amigações”, por vezes vantajosas. Mas eu queria ser livre e por isso lhes dava sempre o “não”. Explicava-lhes que eu gostava daquela vida dos meus colegas, das 36 farras que faziam em casa, nos “cabarets”, nos lugares retirados e que, amigando-me, ficaria privado de tudo isso. E eles, então, desapareciam e não mais me procuravam. Chegou 1932. Fiquei doente, mal de vida, tendo, porém, a sorte de restabelecer-me logo.

E caí, de novo, na farra, com mais sede ainda, porque tinha ficado dois meses longe do mundo, longe dos membros que me davam tanto prazer, tanto gozo... [...] Passava o tempo... Passava, também, a minha juventude.

Uma ou duas vezes por mês eu tomava de dois a três dias de prisão. Nesta eu ficava quase que sem comer, só me alimentando de água e pão, por não querer me alimentar com comida de preso.

As tristezas e decepções já estavam aparecendo em minha vida. Porém, eu sempre firme, resistia a tudo. Nada me desencorajava e nada fazia com que eu abandonasse esta vida.

Volto a São Paulo em 1933. De novo a mesma vida, porém agora mais sossegada, por não ter aqui tantos pederastas ativos como no Rio (ZAZÁ apud GREEN e POLITO, 2006, p.134-135)

As prisões, tristezas e decepções não foram suficientes para fazer Zazá abandonar os circuitos e o estilo de vida que possibilitavam a expressão de sua homossexualidade. Pelo contrário, mesmo enfrentando o sentimento de estar “envelhecendo antes do tempo, devido às muitas prisões injustas, amores loucos e desenfreados” (ZAZÁ, 1939, p.252), ele considerava que todos esses elementos integravam o caminho "da pederastia, da desgraça e da desonra" que havia escolhido trilhar (ZAZÁ apud GREEN e POLITO, 2006, p. 135). Para Zazá, essas experiências faziam parte, de alguma forma, de sua liberdade e prazer, os quais ele "adorava" poder vivenciar.

O testemunho de Zazá como um todo ilustra o processo de sujeição que estamos discutindo teoricamente. As interpelações dos discursos injuriosos impactavam os homossexuais, fazendo com que eles se percebessem como "defeituosos física e moralmente" (ZAZÁ apud GREEN e POLITO, 2006, p. 132). No entanto, à medida que essa identidade passava a ser performada, ocorriam reformulações e ressignificações dos valores negativos. Quase chegando às conclusões de seu testemunho, Zazá produz o que consideramos uma frase síntese das nuances de sua subjetividade: "Eu sou simplesmente um passivo sem remédio e sem esperanças de deixar de ser repudiado; eu sou o Zazá das noites quentes ou frias desta Pauliceia querida" (ZAZÁ, 1939, p. 252).

O texto elaborado por Zazá proporciona uma ilustração pertinente para elucidar um ponto destacado pelos autores com os quais estamos em diálogo. No âmbito dos discursos sobre sexualidade, a função repressiva é enfraquecida, uma vez que a própria se torna objeto de excitação e investimento erótico. Assim, o aparelho disciplinar, ao ser erotizado, acaba incitando a sexualidade, anulando parcialmente seus próprios objetivos repressivos. Portanto, a identidade sexual se torna uma contradição produtiva, uma vez que é formada em parte pela proibição da própria sexualidade que a identidade assume, e a sexualidade, quando ligada à identidade, tende a subverter a própria ordem estabelecida. Em suma, para Foucault e Butler, o sujeito é formado e posteriormente investido de sexualidade por meio de um regime de poder complexo e multifacetado.

Michael Pollak (1985, p.58), fazendo eco à célebre frase de Simone de Beauvoir (2016), postula que “não se nasce homossexual, aprende-se a sê-lo”. Essa afirmação

reflete sua intenção não apenas de delinear a natureza histórica e socialmente construída das identidades sexuais, mas também de salientar a existência de uma cultura homossexual na qual os indivíduos interessados em integrar-se precisam se familiarizar com suas práticas e processos compartilhados. A “vida homossexual” iniciaria, entre outros aspectos, pelo reconhecimento de desejos sexuais e pelo aprendizado dos lugares e modos de encontrar parceiros. Isso ocorre em virtude da clandestinidade imposta à homossexualidade, a qual demanda um ambiente cultural que possibilite a gestão da vida afetiva e social, visando a minimização dos riscos e a maximização da eficácia dos encontros.

A vivência de Zazá em São Paulo evidencia outras estratégias de resistência adotadas para contornar o poder repressivo que se abatia sobre os corpos homossexuais. Whitaker e os seus alunos indicam que o personagem número 6 compartilhava rotinas e comportamentos semelhantes a muitos outros homossexuais analisados. Os relatos revelam o desenvolvimento de uma maneira particular de habitar as cidades. Zazá, por exemplo, seguia uma rotina diária em que ele “levanta-se tarde, passeia depois, visitando amigos, ou vai ao cinema; a noite pratica a pederastia”, frequentemente no Parque Anhangabaú, onde esperava ser abordado pelos ativos. Essa distribuição do tempo e a ocupação dos espaços permite observar uma economia erótica do prazer, cujo objetivo era minimizar os riscos. Ao dormir durante a manhã e em parte da tarde, evitava-se os horários de maior movimento nas ruas. Além dos locais reconhecidos para encontros sexuais, os espaços ocupados eram também ambientes privados ou onde sua presença pudesse causar menos alvoroço.

Conforme observado por Pollak (1985), a cultura homossexual propiciou o desenvolvimento de um sistema de comunicação caracterizado por sutilezas distintivas que possibilitavam o reconhecimento mútuo entre os indivíduos e a compreensão de suas intenções sexuais. Esses sinais de identificação e pertencimento eram manifestados através de diversos elementos, incluindo a aparência corporal, vestimentas e até mesmo nuances específicas de humor e expressões linguísticas. Tal dinâmica ressalta a importância de uma comunicação verbal e não verbal que fosse eficaz nos espaços destinados as interações sociossexuais, uma vez que nesses ambientes, como parques, saunas e sanitários públicos, o silêncio era tido como uma norma de conduta essencial para preservar o anonimato e garantir a segurança dos participantes

Um exemplo ilustrativo dessa dinâmica pode ser encontrado novamente no caso de Zazá, cujo comportamento e aparência contribuíam para a projeção de uma imagem

que permitia a identificação de suas preferências sexuais. Zazá optava por trajes considerados "da moda", embora com um estilo "um tanto exagerado", caracterizado por paletós curtos, calças de cintura alta, ajustadas nos quadris e amplas na bainha. Além disso, ele adotava práticas estéticas associadas à feminilidade, como o uso de batom, rouge e pó de arroz, juntamente com a depilação das sobrancelhas (WHITAKER et al., 1939, p. 248). Esses traços de comportamento e aparência funcionavam como marcadores identitários da pederastia passiva dentro da cultura homossexual. Isso possibilitava que Zazá não precisasse abordar diretamente outros homens, eram os ativos interessados que iam à sua procura no Parque Anhangabaú.

A clandestinidade ainda impulsionou o desenvolvimento de outros traços distintivos da cultura homossexual, tais como a linguagem. A pesquisa conduzida por Whitaker também evidencia que os analisados usavam frequentemente expressões próprias. Esses termos são transcritos, em um formato semelhante a um minidicionário, possibilitando a compreensão histórica das marcas identitárias construídas por meio da linguagem adotada pelos homossexuais. Esse universo de signos, repleto de significados e valores inerentes a essa comunidade, foi posteriormente denominado de Pajubá.

Micha: homem rico
 Bofe: rapaz moço sem dinheiro
 Bicha: pederasta passivo
 Bicha sucesso: pederasta passivo que leva boa vida
 Vou dar baile: expressão usada quando estão com raiva ou vão brigar
 Tirar o scratch: ser identificado pela polícia
 Fazer micha: copular
 Frango: pederasta novo
 Bangalô: mictório
 Chatô: quarto
 Gaita: dinheiro
 Lugar para sucesso: salão de baile
 Rédea: pênis
 Fazer crochet: passar a mão no pênis de um indivíduo
 Chafra: soldado
 Bicha bacana: pederasta com certos recursos monetários
 (WHITAKER et al., 1939, p.254)

O estudo das expressões empregadas por homossexuais também recebeu destaque na pesquisa pioneira conduzida por José Fábio Barbosa da Silva. Esta monografia, elaborada durante um curso de especialização na Universidade de São Paulo, é considerada a primeira empreendida por um cientista social no Brasil a romper com o discurso médico-legal sobre a homossexualidade (GREEN e TRINDADE, 2006). A

pesquisa de Silva, realizada a partir de 1958, insere-se em um movimento que ganhou ímpeto nos anos 1960 - o de narrar as histórias dos homossexuais brasileiros sob a perspectiva de seus próprios protagonistas, visando transcender o status de anomalia atribuído à homossexualidade (FERREIRA, 2019, p.409).

A pesquisa de José Fábio, intitulada *Homossexualismo em São Paulo: estudo de um grupo minoritário*, realizou incursões etnográficas entre 1958 e 1959 na área metropolitana da cidade de São Paulo, tanto na Praça da República e adjacências, quanto nas festas e reuniões promovidas nas residências da população analisada. A observação participante e as entrevistas realizadas com os indivíduos reconhecidos pela proeminência nesses circuitos de sociabilidade permitiram ao sociólogo traçar um panorama abrangente das dinâmicas sociais que permeavam a comunidade homossexual paulistana. Entre os resultados observados, ele ressalta o desenvolvimento de um "sistema de comunicação simbólica" que facilitaria a interação entre os membros da comunidade, ao mesmo tempo em que dificultaria a compreensão por parte de indivíduos externos à mesma cultura (SILVA, 2006, p.145). O autor chama a atenção para a variação linguística conforme a origem dos sujeitos, seu estrato social e nível de educação formal, mas destaca que, de modo geral, a linguagem homossexual é caracterizada "quase sempre por leveza e comicidade, semiliterária ou esnobe" (SILVA, 2006, p.148). Nos anexos do trabalho, o autor inclui o que denomina de "vocabulário de gíria homossexual", contendo sete páginas de expressões utilizadas por homossexuais e seus respectivos significados. Alguns desses termos são:

Assoprar a vela: Desenvolver intercurso anal com uma outra pessoa, no sentido passivo.

Babalú: (adjetivo) Homossexual ativo ou prostituto que se serve da venda de favores sexuais para homossexuais como parte da sua fundamentação econômica.

Bem servido: Aquele que tem um grande pênis, usualmente utilizado no sentido apreciativo, mas em alguns casos negativo, principalmente naqueles em que implicitamente se insinua adismo durante a relação sexual.

Bicha: Em gíria homossexual, um sinônimo para perobo. Pode ser usado muitas vezes com o mesmo sentido depreciativo, e nesse contexto implica alto grau de julgamento depreciativo negativo. Pode ser utilizado, no entanto, no sentido afetivo, dependendo da ênfase e das pessoas a que se refere no contexto da situação.

Boneca: Um homossexual passivo atraente, implica juventude, mas não necessariamente; (adjetivo) usado de maneira afetiva por um homossexual em relação a um amigo homossexual passivo.

Caçar: Procurar um parceiro sexual para relação sexual, aproveitar todas as oportunidades potenciais dos indivíduos que passam; também

se refere aqueles que usam automóvel para tal ação; olhar com desejo um parceiro sexual potencial, ou a uma outra pessoa para uma possível relação sexual.

Cata-cavalo: Coito com comparsa passivo semi-suspenso, apoiado nas pernas e braços.

Desfilar: Demonstrar em público o interesse pela possível relação sexual; mostrar-se como homossexual passivo em público com interesse de caça; desfilar, no sentido tradicional, em travesti, numa festa homossexual.

Enrustido: Um homossexual, usualmente efeminado, que é acanhado, elusivo, e que não desenvolve relações íntimas com outros homossexuais.

Mala: O volume destacado da genitália sob calças, maiô ou bermuda, expressão utilizada para referir-se ao tamanho do pênis; o mesmo que pau, vara.

Mercado: Lugar de reunião de homossexuais, usualmente onde mais frequentemente se apresentam possibilidades de parceiros para relações sexuais.

Néctar: Ou “divino néctar”, esperma, ejaculação

Quebrar louça: Manter relação semi-sexual (marginal) com outro indivíduo reconhecidamente homossexual; também utilizado para expressar atitudes negativas em relação a um parceiro homossexual do qual o indivíduo não recebeu satisfação imaginada.

Salão de chá: Um banheiro público masculino

Telefonar: Felação.

Volta ao mundo: Contato com a língua durante a experiência sexual com um parceiro do mesmo ou oposto sexo; tal contato é feito sem reservas sobre o corpo

(SILVA, 2006, p.185-191).

O Pajubá emerge como um dialeto intrínseco à comunidade homossexual, estabelecendo-se como um fenômeno linguístico de notável importância na construção da identidade e coesão social dentro desse grupo. Sua origem está intimamente ligada à clandestinidade e à violência enfrentada por seus falantes, que buscavam meios de comunicação que lhes conferissem pertencimento. Assim, o Pajubá assume a função de uma "língua secreta", cujos sentidos restritos dificultam os demais que não se enquadram na comunidade de compreendê-los, proporcionando aos seus utilizadores um espaço de expressão livre e autêntica, longe das ameaças externas (BARROSO, 2017).

A influência linguística do Pajubá é multifacetada, resultando da combinação de diversos elementos linguísticos. Este dialeto incorpora novos sentidos às palavras já em circulação. Na sua origem, continha palavras de diversos idiomas, como o francês, línguas indígenas e, especialmente, o iorubá (NASCIMENTO, MARIANO E SANTOS, 2021, p.78). Essa miscigenação linguística confere ao Pajubá uma riqueza e complexidade únicas, tornando-o um veículo não apenas de comunicação, mas também de preservação cultural e de resistência. Ao adotar o Pajubá, os membros da comunidade hoje

demominada LGBTQIA+ não apenas estabelecem sua identidade, mas também reivindicam seu espaço na sociedade, reafirmando suas diferenças e fortalecendo seus laços de solidariedade e pertencimento.

O uso particular da linguagem, caracterizado por nuances de uma ironia satírica, também se faz presente na utilização de nomes próprios no feminino, bem como de certos adjetivos e diminutivos. No estudo de Whitaker (1939, p.254), praticamente todos os personagens são socialmente identificados por pseudônimos como “Zazá”, “Tabú”, “Jurema”, “Preferida”, “Gilda de Abreu”, “Alfredinho”. Conforme observado por Pollak (1985, p. 67), os nomes adotados por homossexuais frequentemente expressam um jogo de esconde-esconde social e a ironia que muitos cultivam em suas auto apresentações.

As contribuições teóricas relativas ao processo de interpelação proporcionam uma compreensão mais profunda das camadas de significado presentes nas nomeações no feminino, bem como através de adjetivos e diminutivos. Ao reconhecermos que o ato de nomear é o ponto de partida para a formação de subjetividade, a adoção desses "codinomes de guerra" por parte de membros da comunidade homossexual denota a emergência de uma dada subjetividade, representando um sujeito submetido às normas e valores culturais associados a uma cultura homossexual.

O olhar contemporâneo direcionado a esses sujeitos do passado, construídos socialmente com elementos femininos (nomes próprios, roupas, maquiagem etc.), pode conduzir nossa interpretação a categorizá-los como travestis ou transexuais. Sem dúvida, entre os corpos percebidos como homossexuais, haviam pessoas que se identificam com a transitividade de suas identidades de gênero. No entanto, precisamos ter o cuidado histórico ao analisar tais experiências. Como salienta Gayle Rubin (2003, p.203-204), a partir do século XIX, gradualmente se delineou uma distinção entre o desejo afetivo/sexual e a identidade transgênera. Entretanto, a concepção de homossexuais másculos ou de lésbicas femininas era ainda considerada “inconcebível” dentro dos parâmetros dos modelos hegemônicos de sexualidade e de gênero no Brasil na primeira metade do século XX. Nesse sentido, ser um homem homossexual significava, em grande medida, assumir símbolos e práticas associados ao universo feminino.

As observações que estamos desenvolvendo, baseadas nos documentos históricos disponíveis, no entanto, possibilitam uma compreensão mais multidimensional, refletindo uma perspectiva abrangente das experiências homossexuais compartilhadas. É importante ressaltar que haviam outras formas possíveis de vivenciar a homossexualidade, mesmo que essas vivencias não fossem apontadas como predominantes. Além disso, os

elementos que destacamos também não eram universalmente adotados por todos os indivíduos. Por exemplo, entre os personagens analisados por Whitaker (1939, p.245), o nº2, abreviado como R. M. não possuía um nome feminino e tampouco “frequentava os pontos preferidos pelos outros pederastas”. Por outro lado, Alfredinho, o caso de nº4, não era exclusivamente passivo, pois sentia prazer tanto como ativo quanto em relações sexuais com mulheres. Esses casos demonstram que, mesmo em um estudo com uma amostragem limitada, existia uma complexidade nas experiências homossexuais. Os aspectos que enfatizamos são características identificadas como comuns ao longo do tempo, contribuindo para o desenvolvimento dos laços vincutivos e dos valores predominantemente compartilhados pela comunidade.

A complexidade e a diversidade das experiências, intrínsecas à condição humana, não impedem a identificação de certos elementos vincutivos dominantes, utilizados por homossexuais, que contribuía para a formação de uma comunidade. Privilegiamos em nosso texto as práticas e as estratégias que são relatadas de forma recorrente. Tomamos como exemplo a narrativa testemunhal de Zazá com o intuito de conceder protagonismo aos próprios sujeitos na construção dessa história, porém, os demais textos sanitaristas que circulavam sobre a homossexualidade também refletem os pontos que apresentamos. Ao comparar as pesquisas realizadas ao longo de algumas décadas, podemos observar que muitas estratégias de resistência perduraram e foram atualizadas ao longo do tempo.

A existência de uma comunicação, tanto verbal quanto não verbal, praticada por homossexuais em áreas de encontro casual (zona de pegação), é relatada desde o primeiro livro sobre a temática publicado no Brasil por Francisco José Viveiros de Castro em 1894. Em sua obra dedicada aos atentados ao pudor praticados na cidade do Rio de Janeiro, o jurista relata que:

O largo do Rocio foi antigamente célebre por ser o lugar onde à noite reuniam-se os pederastas passivos à espera de quem os desejasse. Tinham eles uma *toilette* especial por onde podiam ser facilmente reconhecidos. Usavam paletó muito curto, lenço de sêda pendente do bolso, calças muito justas, desenhando bem as formas das coxas e das nádegas. Dirigiam-se aos transeuntes pedindo fogo para acender o cigarro, em voz adocicada, com meneios provocantes e lascivos. Durante o carnaval, vestidos de mulher, invadiam os bailes de máscara do teatro S. Pedro.

Um destes *frescos*, como eram eles conhecidos na gíria popular, tornou-se célebre pelo nome Panela de Bronze. Vestia-se admiravelmente de mulher, a ponto de enganar os mais perspicazes. Dizem que chegou a adquirir alguma fortuna por meio de sua torpe indústria e que era tão grande o número de seus frequentadores, pessoas de posição social, que

era necessário pedir com antecedência a entrevista (VIVEIROS DE CASTRO, 1948, p. 221-222).

No trecho destacado acima, podemos observar que elementos como o uso de pseudônimos, a adoção de vestimentas específicas, certos rituais de socialização e o emprego particularizado da linguagem já integravam um sistema de comunicação compartilhado por homossexuais desde o final do século XIX. Outro aspecto que precisa ser destacado diz respeito aos locais de paquera, essas zonas de moralidade solta (contraespaços, como parques, praças e banheiros públicos), já então constituídos como uma instituição-chave da vida homossexual.

Os discursos circulantes sobre a homossexualidade masculina, auxiliam a delimitar, catalogar e definir os corpos homossexuais e o lugar que eles ocupavam na sociedade. Os espaços sociais que lhe eram delegados operacionalizam opressões, mas também forneciam uma potência gregária de subversão. A consolidação de regiões frequentadas por homossexuais em áreas urbanas desempenhou um papel essencial para possibilitar a vivência das suas experiências. Tais espaços, muitas vezes localizados nos bairros centrais ou em locais de passagem, como parques e banheiros públicos, representam realidades sociais e culturais alternativas, onde as normas dominantes são subvertidas e novas formas de identidade e interação são cultivadas. É possível argumentar que essa modalidade de contraespacialidade opera como uma ruptura no continuum espaço-temporal. Os territórios compartilhados pelos homossexuais se configuram como áreas disruptivas caracterizadas pela intensa ritualização da quebra das convenções sociais e pela celebração do prazer.

Esses espaços podem ser considerados, a partir da perspectiva de Foucault (2003; 2013), como heterotopias. O autor desenvolveu o conceito a partir do diálogo com a noção de utopia, fundamentando-se na ideia de espaços reais que existem dentro da sociedade e que desafiam, representam ou invertem outras estruturas sociais. Enquanto as utopias são posicionamentos sem um lugar real, mantendo uma relação simbólica com a sociedade existente, as heterotopias são espaços efetivos, ainda que distintos de todos os outros posicionamentos conhecidos. Foucault destaca que as heterotopias são locais concretos que, devido à sua peculiaridade e aos contrapositionamentos em relação às normas sociais predominantes, desafiam a ordem estabelecida. Ele identifica um princípio das heterotopias modernas: elas funcionam como espaços de desvio, nos quais indivíduos cujo comportamento diverge da norma podem instaurar uma outra forma de habitar o

tempo. Esses espaços heterotópicos não apenas representam uma variedade de formas culturais, mas também desempenham um papel crítico ao questionar e reconfigurar as estruturas sociais dominantes.

Na produção literária podemos encontrar diversas narrativas que exploram certos espaços urbanos como cenários significativos para a habitação, socialização e interações afetivas/sexuais de indivíduos homossexuais. Um exemplo é o livro *Memórias de Guerra*, de Aguinaldo Silva, que combina elementos de realidade e ficção para relatar suas experiências vividas em contraespaços da cultura homossexual. A coletânea é classificada pelo autor como um “livro das memórias que eu gostaria de ter”, reconhecendo a natureza seletiva e subjetiva da memória. Está estruturado em três partes distintas. Nesta análise, nos concentraremos na primeira parte, que retrata experiências vividas pelo autor na região da Lapa, no Rio de Janeiro, quando ele tinha vinte anos. Dois textos dessa seção se destacam: “Nas Matinês do Cinema Íres” e “Memórias de Guerra”. O primeiro relata eventos ocorridos em 1966, enquanto o segundo descreve experiências de 1968.

Para Aguinaldo Silva (1986, p.8), as travestis, as putas, os mendigos, os michês e os policiais do 5º Distrito eram a “prova viva” da história da minha vida. A escolha por ressaltar a importância dos personagens que habitavam a região da Lapa como um elemento de autenticação das suas memórias demonstra como essa região da cidade constituiu um território, na qual suas vivências estão indissociáveis. Dessa forma, o autor enfatiza a conexão vital entre esses indivíduos e a tessitura do espaço urbano, destacando como os laços vinculativos desempenham um papel crucial na articulação do ambiente. A Lapa, cenário central da narrativa, emerge como um espaço boêmio onde os corpos marginalizados da sociedade se encontram e interagem. A vivência desse cenário, conforme delineado pelo autor, só se torna palpável e significativa através da lente desses sujeitos e da coletividade que representam. As memórias individuais retratadas no livro encontram sua base e sustentação nessa coletividade marginal.

As histórias que são narradas nos dois textos destacados ocorrem poucos anos após Aguinaldo Silva ter chegado ao Rio de Janeiro. De origem pernambucana, o escritor e jornalista deixou a capital Recife em 1964, devido às complicações decorrentes do golpe militar. Na época, ele trabalhava no jornal *Última Hora – Nordeste*, cuja sede foi invadida e destruída pelos militares na madrugada do dia 1º de abril. Posteriormente, foi proibido de trabalhar em outros jornais ou agência de publicidade de sua cidade, o que o forçou a um êxodo que o levou ao Rio de Janeiro, uma cidade na qual ele chegou sem ter moradia ou emprego garantido (SILVA, 2016, p.33-36). No primeiro texto, intitulado “Nas

matinês do Cinema Íris”, ele narra o período uma incursão pontual e guiada por interesses específicos pela geografia homossexual da cidade. É quando se dá a descoberta do Cine Iris.

O Cine Iris fica na Rua Carioca, “uma rua meio sórdida que desemboca na Praça Tiradentes³¹” (SILVA, 1986, p.16). Inaugurado no início do século XX o prédio, em *art nouveau*, está entre outros antigos sobrados históricos da cidade. “A decadência, irreversível em que entrou o cinema vai, aos poucos, tomando conta de sua entrada, que já foi elegante, com seus frisos e corrimãos trabalhados, com seus espelhos que o tempo esfumou” (SILVA, 1986, p.17). Os frequentadores do passado, interessados nos filmes reproduzidos, deram lugar a uma plateia formada por bichas e trabalhadores da região central em busca de sexo.

Quem o vê pelo lado de fora, em dias de sessão contínuas, imagina uma colmeia: na sala de espera, pelas escadas de frisos *art-nouveau*, que levam aos seus dois balcões, multiplicados ao infinito pelo que ainda resta de sua decoração de espelhos emoldurados em bronze, os espectadores se movimentam num vaivém constante. Os sinais, as palavras amistosas que trocam entre si, indicam que a maioria se conhece, provavelmente dali mesmo, do cinema (SILVA, 1986, p.16-17).

A história do cinema de pegação, como narrada por Aguinaldo, ganha contornos a partir do atravessamento de diversos personagens, que habitam e conferem sentido ao espaço. Mesmo diante da não uniformidade e da aparentemente desconexão do aglomerado de corpos que frequentam o lugar, existe um comum compartilhado entre eles, que se assemelha, segundo o autor, ao complexo funcionamento de uma colmeia.

O autor/narrador toma conhecimento sobre o local através de uma conversa com outros homossexuais na Casa de Irene, localizada na Lapa, na Rua dos Arcos. No sobrado, “moravam nos seus três andares, em intermináveis fileiras de quartos divididos por tabiques, dezenas de pessoas que nunca poderiam sair à rua durante o dia sem serem apedrejadas: bichas horrendas, malandros em fim de carreira, prostitutas viciadas e seus pouco exigentes cafetões” (SILVA, 1986, p.13). Em meio à “sordidez” que caracterizava a Casa Irene, Débora se destacava como uma “verdadeira rainha”. Aguinaldo tinha ido até lá apenas para conhecê-la. A ilustre moradora tinha se tornado famosa após ter “voado”, em meio a uma fuga policial, da janela do terceiro andar de um velho sobrado

³¹ Antigo Largo do Rossio, um dos locais historicamente mais frequentadas por homossexuais na cidade do Rio de Janeiro.

na Rua Frei Caneca³², onde administrava a prostituição de outras “cinco bichas e sete putas”.

Aguinaldo, acompanhado por um advogado e um sargento do Exército, encontrou Débora deitada em um sofá que mais se assemelhava a um "velho e roto caixão de defunto". A “bicha que voava” estava indisposta, sendo tratada com “copos de leite e maçãs” por “outras bichas que saltitavam constantemente em torno dela” (SILVA, 1986, p.14). Débora estava envolta em um xale enfarrapado, segurava um leque quebrado e exibia braços marcados por cicatrizes e veia roxas, resultado das numerosas picadas de remédios para esquizofrenia que aplicava, embora não sofresse da doença, considerando essas drogas como o "combustível que a fazia voar". Foi Débora quem mencionou que, se melhorasse, iria fazer uma "incursão no velho Íris" naquela noite. Alex, o bancário que acompanhava Aguinaldo, comentou tal afirmação citando uma frase escrita na porta de um dos banheiros do cinema: “O Íris também é Brasil”. Essa frase impactante instigou o narrador a querer conhecer o local.

Débora e Alex foram os responsáveis por apresentar um novo espaço de sociabilidade homossexual para Aguinaldo e, com isso, uma nova zona com possibilidades foi aberta a partir dessa descoberta. Ao chegar no Íris uma outra personagem foi responsável pelo acolhimento naquele novo universo: “a porteira”, um outro cliente, descrito como uma “bicha alta e preta” que conduziu o “debutante” pelo novo espaço. Na noite da primeira visita de Aguinaldo ao Íris, havia uma dupla exibição, com um filme de ação e seguido por uma pornochanchada. A agitação no *hall* de entrada era refletida dentro da sala de projeção. Contudo, foi no banheiro masculino que ele testemunhou as cenas que mais o marcariam e que não seriam possíveis de serem vividas sem a ajuda da “porteira”.

Mas era no banheiro que eu pretendia encontrar a minha preciosidade – a frase citada pelo bancário Alex. Para chegar lá, tinha que caminhar até o fim através do longo corredor, entre as filas de cadeiras e as paredes. Uma outra luz vermelha, lá no fundo, indicava a porta: ‘Homens’. Tentei abri-la, mas como se adivinhasse o meu gesto, alguém, do lado de dentro, se antecipou – uma bicha alta e negra, que foi logo anunciando: “Eu sou a porteira”. Passei por ela, subi os dois degraus que me parecem o pórtico do próprio inferno, e no último deles divisei com esforço – através das ondas de fumaça de cigarro que o brilho amarelado da lâmpada de quarenta velas mal conseguia atravessar – o banheiro de homens do Cinema Íris.

³² Rua localizada na região central do Rio de Janeiro.

Era apenas um corredor, no qual se comprimiam umas trinta pessoas. Os três mictórios eram usados ao mesmo tempo por seis, oito, dez pessoas que se manipulavam friamente, que se olhavam e se apalpavam e se examinavam com uma tranquilidade, uma curiosidade quase científica. Dos três banheiros, dois estavam com as portas fechadas, e deles vinham estranhos ruídos – suspiros, lamentos, cantigas de ninar, roncões, uivos, gritos, imprecções. O terceiro, com a porta aberta mas igualmente ocupado, era palco de uma cena que atraía vários curiosos que, amontoados à porta, a tudo assistiam. A fumaça, os sons, a luz amarelada, o rosto impassível das pessoas – o mesmo rosto, tudo igual –, tudo isso me assustou mortalmente, e eu já pensava em recuar, voltar ainda dos degraus e fugir dali, mas a porteira, que acompanhava cada um dos meus passos, já se postara habilmente contra a porta, e quando eu me virei ela disse, numa voz sibilante: ‘Pode entrar, meu bem. Não tenha medo’ (SILVA, 1986, p.17-18).

A precariedade evidente na Casa Irene, assim como o cenário descrito por Aguinaldo sobre o Cine Íris, revela como a marginalização e subalternização impostas à homossexualidade relegavam esses corpos a zonas abjetas. Entretanto, nesses territórios marginais, emergiam dinâmicas que permitiam contornar essa violência estrutural. Nessas esferas, embora as normas não estejam ausentes, há um jogo distinto de valores, práticas e processos que possibilitam a ascensão de figuras como Débora como uma rainha desse pequeno universo, ou que permitem que homens realizem seus desejos com outros homens no anonimato do cinema. São nessas zonas heterotópicas que nuances de uma nova forma de sociabilidade pode ser vivida.

Contudo, os contraespaços habitados pelos homossexuais não devem ser romantizados. Reconhecer sua capacidade subversiva e a existência de laços de cooperação não transforma esses ambientes em espaços totalmente seguros ou capazes de proporcionar qualidade de vida aos seus frequentadores. É importante destacar os traços de resistência, sem perder de vista a persistente vulnerabilidade que permeava esses territórios.

A dualidade constitutiva da geografia homossexual das cidades permeia todo o texto “Memórias de Guerra” de Aguinaldo Silva. Na história vivida em 1968, o escritor e jornalista havia se demitido do jornal *Última Hora*, no Rio, por não querer “manter qualquer tipo de compromisso com o sistema” (SILVA, 1986, p.20). Sem dinheiro e passando fome, ele se muda para o “bira”, uma birosca na Lapa com características semelhantes às da Casa de Irene, onde Débora vivia. Seu “quarto-gaveta” era minúsculo, cabendo apenas uma cama que terminava no armário, com uma pequena janela fechada por grades de arame. Diante da precariedade da nova moradia, surge uma parceria,

inclusive sexual, com outro morador, Adolfo. Juntos, os dois aplicam três golpes até que Adolfo é preso em outra circunstância. A história de Aguinaldo no Bira não termina bem; durante uma batida policial no prédio, sua máquina de escrever é levada, privando-o de sua ferramenta de trabalho e obrigando-o a deixar o local. A rede de apoio existente não foi suficiente para superar as dificuldades.

Nos diferentes textos aqui citados – de Aguinaldo Silva, Edmur de Aguiar Whitaker, José Fábio Barbosa da Silva e Francisco José Viveiros de Castro – encontramos narrativas sobre as múltiplas formas de vivenciar a homossexualidade e como essas práticas e processos operacionalizaram regimes de historicidade particulares. Um marcador privilegiado, para a compreensão sobre os aspectos de resistência presentes no comum homossexual é a percepção da amizade como um ordenador da vida. Os documentos históricos analisados, com sua diversidade de objetivos e ancoragens temporais, permitem perceber que a cultura homossexual tinha nos laços afetivos, não necessariamente sexuais, um ponto de articulação e de sustentação para as redes de sociabilidade que permitiam o exercício das experiências homossexuais.

A centralidade ocupada pela amizade demonstra que a homossexualidade estava para além do ato sexual e de uma relação amorosa, se tratava de um “modo de vida”, que possibilitava a reabertura de virtualidades relacionais (FOUCAULT, 1997). Nessa perspectiva, o legado da experiência homossexual permitiria vislumbrar um horizonte de possibilidades em aberto sobre a maneira como compreendemos as identificações sociais, as suas formas de acessar o prazer e as maneiras de estar comum. Dessa forma, o “perigo” da homossexualidade não seria o seu sexo, mas a sua capacidade disruptiva de nos fazer trabalhar sobre nós mesmos e inventar uma maneira de ser ainda improvável.

Foucault (1997), em uma das suas últimas entrevistas, já apontava que o modo de vida que caracterizaria a homossexualidade teria como elemento central a amizade que, nessa perspectiva, representa a possibilidade de formar alianças e traçar linhas de força relacional baseadas em afeto mútuo, com carinho, fidelidade e companheirismo. Dessa forma, a amizade seria um projeto político, na acepção mais larga da palavra. A amizade, como base para as relações sociais, seria responsável pela invenção de um espaço comum, uma espécie de “estranhamento compartilhado” (ROACH, 2012).

Nesse sentido, vale destacar uma forma de organização coletiva de homossexuais, denominadas Turmas, que surgiu, no Brasil, no final dos anos 1950. Na década seguinte, elas ganharam força e se multiplicaram como expressão da potência da amizade como articulador da vida. Tais coletivos eram grupos e/ou agremiações homossexuais que

começaram a eclodir em cidades como Rio de Janeiro e Salvador e que possuíam estruturas e hierarquias internas próprias contando, muitas vezes, com estatuto, ata das reuniões, eleições e um grupo dirigente. Suas atividades se concentravam na promoção de atividades sociais nas esferas pública e privada. As práticas de socialização desses grupos foram responsáveis por iniciar uma verdadeira revolução de costumes, mesmo não estando ligadas a uma postura estritamente política e militante (COSTA, 2010; SOLIVA, 2012; FERREIRA, 2017).

As Turmas representam um momento importante no processo de acessão da tomada da palavra por parte da comunidade homossexual. Elas são um símbolo do projeto político-identitário baseado na amizade. Esses coletivos, muitas vezes, passavam a desempenhar o papel tradicionalmente ocupado pela família e pelo Estado. Os vínculos estabelecidos entre os membros das turmas possibilitavam a criação de raízes de pertencimentos para esses corpos refugiados que, habitualmente, não encontravam na sociedade segurança e formas de integração.

Durante os anos de 1963 e 1964, foram identificadas pelo menos nove agremiações ou grupos conhecidos como Turmas na cidade do Rio de Janeiro. Esses incluíam a Turma do Catete, Turma de Copacabana, Turma da Zona Norte, Turma do Leme, Turma OK, Turma da Glória, Turma da Mafalda, Turma de Botafogo e o Grupo Snob. Em Salvador, durante o mesmo período, destacaram-se os Carimbós, Os Intocáveis e a Turma Vid's - *Very Important Dolls*. A diversidade desses coletivos reflete a vitalidade e a presença marcante da comunidade homossexual nos principais centros urbanos brasileiros (FERREIRA, 2017).

As turmas começaram a publicar seus próprios jornais, marcando um momento importante na consolidação e na visibilidade desses grupos. Essas publicações surgiram como resposta à necessidade de comunicação interna e externa dentro das comunidades homossexuais, que buscavam espaço e reconhecimento em uma sociedade predominantemente heteronormativa. A criação desses jornais foi motivada por diversos fatores. Primeiramente, serviram como mecanismo de divulgação dos eventos promovidos pelas turmas e como plataforma para discutir questões pertinentes à vida dos membros e suas relações sociais. Além disso, os jornais foram essenciais para destacar figuras proeminentes dentro da comunidade e suas narrativas, contribuindo para uma identidade coletiva e visibilidade dos indivíduos hoje denominados LGBTQ+³³.

³³ A imprensa surgida nessa época foi objeto de análise detalhada na minha dissertação de mestrado, desenvolvida na Escola de Comunicação da UFRJ entre os anos 2016 e 2017. Cf. FERREIRA (2017).

Cada turma, apesar de operar de maneira informal e amadora, empenhava-se em produzir sua própria publicação. Um exemplo disso é a Turma Ok, que lançou diversos jornais como o *Taradinho*, o *Glamour*, *Terceira Força* e *Okzinho*. Em Salvador, a Vid's assumiu a edição do *Gay Society* e *O Tiraninho*. Durante os anos 1960, mais de 30 publicações homossexuais ligadas às turmas circularam, evidenciando a efervescência editorial desse período. A maior parte dessas edições se perdeu com o tempo, os jornais remanescentes, como *O Snob*, *Le Sophistique*, *Felinos*, *Gay Society*, *Le Femme*, *O Tiraninho* e *Baby* são os documentos da primeira década da imprensa homossexual brasileira que resistiram às vicissitudes do tempo. Esses vestígios históricos proporcionam uma visão abrangente sobre o funcionamento das turmas e o surgimento dessa imprensa pioneira.

Entre as fontes documentais disponíveis, o jornal *O Snob*, de 1963, representa a publicação mais antiga produzida por uma turma homossexual. Inicialmente publicado pela Turma de Copacabana, que também abrigava um grupo considerável de moradores do Catete, o jornal reflete a iniciativa desses coletivos em criar espaços de expressão e sociabilidade. De acordo com Costa (2010, p.33), a turma responsável pelo *Snob* contava com 173 membros no ano de lançamento do periódico. No ano seguinte, esse número mais do que dobrou, chegando a 375 homossexuais. Esse crescimento expressivo indica a expansão e consolidação das turmas como agrupamentos importantes para identificação e pertencimento da comunidade homossexual naquela época.

O primeiro número do jornal *O Snob* expressou, por meio de um editorial de apresentação não assinado, a celebração de um desejo há muito esperado pela Turma. O texto comemorativo no editorial destaca: “até que enfim eis lançado o primeiro número do nosso jornal. Jornal da nossa turma. Para fazermos comentários das festas, das fofocas, os disse-me-disse” (*O SNOB*, ano 1, n.1, 1963, p.1). Essa citação revela a importância atribuída ao jornal como um veículo essencial para registrar e compartilhar as atividades e interações sociais. Os jornais não apenas informavam, mas também desafiavam a marginalização enfrentada pela comunidade. Ao assumirem o papel ativo de produtores de notícias, esses periódicos contribuíram para a construção de uma narrativa interna que refletia as experiências e preocupações dos próprios membros. Dessa forma, a imprensa homossexual desse período foi essencial na construção de uma identidade coletiva e na afirmação política e social dos grupos homossexuais no Brasil.

Na mesma edição inaugural, uma matéria assinada por Agildo Guimarães oferece um vislumbre das atividades realizadas pelas turmas e seus valores. No texto intitulado

"Comentando os Candidatos", Agildo relata sua prática de realizar uma premiação dos "melhores do ano" em sua residência. Esse tipo de evento, organizado por membros das turmas em suas casas, era uma prática comum na época. No entanto, à medida que o número de participantes crescia, as turmas passaram a alugar sedes para a realização de suas atividades, indicando o aumento da adesão e visibilidade desses grupos. Um aspecto relevante destacado por Agildo são as categorias da premiação, que incluíam "melhor amigo" e "melhor amiga". Isso evidencia o reconhecimento coletivo da importância dos laços sociais e afetivos dentro das dinâmicas das turmas. A valorização dessas relações não apenas fortalecia os vínculos entre os membros, mas também contribuía para a construção de uma identidade comunitária compartilhada.

O *Snob* foi o primeiro de muitos jornais homossexuais lançados por Agildo Guimarães. Ele ainda seria o responsável pela publicação de *Gente Gay*, nos anos 1970, e pelo *Okzinho*, na década seguinte. Sua atuação junto as turmas o tornaram uma figura proeminente, sendo um dos principais nomes dos anos 1960. Até mesmo nos jornais publicados em Salvador, como *Gay Society*, era comum encontrar matérias assinadas por ele ou falando sobre as ações sociais e editoriais promovidas por Agildo.



Figura 04: Capa do jornal baiano *Gay Society* em homenagem ao jornal *Snob*. Entre as ilustrações consta Lady Gilka, nome utilizado por Agildo Guimarães. Fonte: Acervo Particular

Ao privilegiar a amizade enquanto base do projeto homossexual, a solidariedade emerge enquanto o elemento ético vinculativo. Nesse sentido, consideramos pertinente discutir sobre os modelos éticos propostos não só pelas turmas, mas também pela militância organizada. Para aferir sobre o surgimento de uma ética homossexual vamos seguir um percurso argumentativo baseado em Blasius (1992; 1994). O autor considera que conceituar a existência homossexual, como detentora de um *ethos* e de uma ética própria, implica na necessidade do desenvolvimento de uma história que considere as dimensões políticas-identitárias desses sujeitos. Consideramos que o surgimento de uma esfera pública na qual gays podem aparecer, debater e agir, possibilita a invenção de um "nós" de atuação conjunta. Esse senso de comunidade coletiviza as relações afetivo-sexuais, as traduzindo em relações sociais, o que possibilita a criação de laços vinculativos intensos.

A insurgência dos coletivos homossexuais e a ocupação da esfera pública despertou novas sensibilidades e atitudes, assim como outras formas de fazer política e de lutar contra a discriminação. Nesse contexto, uma dada ética se conforma, a partir de um conjunto de padrões e valores que pretendem comunicar um modo de vida, de ação, de comportamento e de sociabilidade (VIDARTE, 2019, p.21). Vale destacar que entre as turmas não existia um único projeto político, totalizante e unívoco. Havia múltiplas variações de posicionamento entre os grupos e, até mesmo, entre os membros de um mesmo coletivo (FERREIRA, 2017).

As atividades desenvolvidas pelas turmas sofrem um impacto profundo com a implementação da ditadura militar no Brasil, especialmente após o estabelecimento do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968. O clima político de repressão e medo, afetou diretamente as atividades desenvolvidas pelas turmas e a circulação de seus periódicos. Temia-se represálias por parte das autoridades, que podiam interpretar as reuniões ou publicações como subversivas. Como consequência dessa ambiência, ocorreu o enfraquecimento dessas coletividades e muitos periódicos pararam de circular. Um exemplo emblemático desse impacto foi a prisão de dois colaboradores do *Snob*, que permaneceram 22 dias no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Agildo Guimarães relata o acontecimento para a reportagem de Joaquim Ferreira dos Santos publicada no *Pasquim*. Segundo Agildo: "dois dos nossos colaboradores foram presos. Vendiam o jornal na porta de uma boate quando a polícia passava. Até que mostrassem que não era material subversivo ficaram alguns dias na cadeia" (*Pasquim*, ano IX, n.436 nov. 1977, p.4).

Os "porões da ditadura", no entanto, não eram habitados somente por opositores políticos, mas também por todos os corpos que não se enquadravam em seu projeto de sociedade e moralidade. Por isso, pensar no período do regime militar, inclui também discutir a opressão à população homossexual (QUINALHA, 2018; 2021). O regime tinha como uma de suas bases ideológicas o mito heterossexual de nação³⁴ para sustentar os seus arroubos antidemocráticos e a violação dos direitos humanos. O levante conservador foi marcado pela circulação de discursos sobre o patriotismo, o nacionalismo, a identidade nacional e a ordem familiar.

A organização do governo ditatorial no Brasil não se esgotou na supressão de direitos e liberdades para controlar o plano político. Seu projeto almejava forjar uma sociedade à sua própria imagem. Tratava-se de uma verdadeiro "delírio autoritário" com pretensões de alcançar todas as dimensões da vida social. É nesse sentido que podemos falar em uma ditadura hetero-militar (QUINALHA, 2018; 2021), na medida que a sexualidade passou a ser tema de segurança nacional para os militares. A ânsia do controle autoritário da ditadura pretendia sanear moralmente a sociedade, com isso, a homossexualidade se tornou um obstáculo a ser controlada.

A ocupação do espaço público pelos homossexuais era vista como uma ameaça para o mito nacional e os seus valores e, por isso, deveria ser combatida. Isto significou, que as mudanças postas em curso pela revolução sexual, que se iniciou nos anos 1960, com a crescente escalada da esfera pública por parte dos grupos homossexuais, precisava ser contida para evitar que seu projeto ético-político modificasse as estruturas da nação.

Dessa forma, consideramos que a ditadura militar faz parte de um contra-ataque conservador. Seria, no que tange ao aspecto sexual, parte do movimento de um *backlash* homofóbico que não é uma conspiração planejada por um único líder ou tem seus comandos ordenados em uma "sala de controle central". Muitas vezes, nem mesmo as pessoas que se prestam aos seus fins estão conscientes dos seus papéis. O movimento surge de forma viral. Os *backlashs* são percebidos em momentos em que a intolerância e o medo em relação ao tido como "outro", "o novo" e ao diferente atingem a fase aguda (FALUNDI, 2001). O período histórico vivido durante o regime militar brasileiro é um desses momentos de refluxo que é ao mesmo tempo perversamente requintado, banal e orgulhosamente retrógrado.

³⁴ Segundo Richard Miskolci (2012) a ideia de nação no Brasil tem a construção do mito nacional brasileiro sedimentado pelos valores de um desejo conservador masculino, heterossexual e branco.

O impacto dos anos de chumbo da ditadura militar pode ser percebido na ausência de publicações homossexuais entre os anos de 1969 e 1976 (FERREIRA, 2017). Somente com o início de uma fase mais "branda" e de abertura do regime é que os coletivos homossexuais retomam as suas atividades, juntamente com a publicação de jornais e revistas. O próprio contexto político fez com que as novas publicações e organizações homossexuais adotassem um tom mais militante, incluindo pautas político partidárias.

A nova fase das publicações tem como símbolo o jornal *Lampião da Esquina*³⁵, cujo surgimento foi desencadeado pela visita de Winston Leyland ao Brasil em 1977. Leyland, um jornalista e ativista homossexual britânico-americano conhecido por editar o *Gay Sunshine*, teve sua conexão inicial com o país por meio de João Antônio Mascarenhas, o único assinante sul-americano da publicação internacional. Mascarenhas, havia conhecido o jornal em 1972, por meio de um amigo que morou na Inglaterra, e já havia colaborado em 1974 enviando um artigo sobre a situação dos homossexuais no Brasil (MASCARENHAS, 1995)³⁶. Quando Leyland teve um projeto aprovado pelo *National Endowment for the Arts*, um instituto criado pelo Congresso Americano, para publicar um livro de literatura homossexual latino-americana, ele escreveu uma carta a Mascarenhas informando sobre o projeto e pedindo apoio para sua estada no Rio de Janeiro. Mascarenhas prontamente ofereceu toda a estrutura necessária, já vislumbrando que a vinda de Leyland poderia catalisar a criação de uma publicação similar ao *Gay Sunshine* no Brasil.

Em 1976, recebi uma segunda carta deste Winston Leyland... ainda como dono do mesmo jornal. Ele dizia ter apresentado um projeto a *National Endowment for the Arts*, para uma antologia de artistas plásticos e escritores gays brasileiros, e que esse projeto tinha sido aprovado (...) Winston Leyland dizia ter recebido esse prêmio... e que gostaria muito de vir ao Brasil, mas não podia porque os hotéis eram muito caros e o prêmio era pequeno. Naquela época, eu morava em Copacabana, mas tinha um pequeno apartamento em Ipanema... o qual mantenho até hoje. Esse apartamento era uma *garçonnière*... naquele tempo se usava esta palavra que agora está fora de moda. Era um lugar

³⁵ No contexto de abertura política dos anos 1970, surgiram diversos jornais e revistas voltados para a comunidade homossexual no Brasil, além do *Lampião da Esquina*. Destacam-se publicações como o *Boletim Informativo da Caixinha*, *Gente Gay*, *Mundo Gay*, *Entender*, *Jornal do Gay*, *Gay News* e *Suruba*. Entre essas iniciativas existiam perspectivas distintas sobre a homossexualidade e os caminhos para reivindicação de direitos. Não havia consenso único quanto à compreensão da identidade homossexual ou das estratégias de luta. Para um estudo sobre os diferentes regimes discursivos presentes na imprensa homossexual brasileira da década de 1970, recomenda-se a leitura de Ferreira (2016), que aborda essas nuances e diversidades dentro do contexto editorial voltado para a comunidade homossexual na época.

³⁶ Entrevista de história oral, concedida por João Antônio Mascarenhas em 24 de agosto de 1995 para Claudio Roberto da Silva (1998)

onde levava alguém que não queria levar na casa onde morava... era muito prático. O local era mobiliado com muita simplicidade, *localizado* num bom prédio. Neste caso, pensei: ‘- Bom! Esse sujeito pode contribuir para a eclosão de um movimento semelhante aqui no Brasil. Se tenho vontade que isso aconteça, ele, talvez, venha ajudar a concretização da minha idéia!’ (MASCARENHAS, 24 ago. 1995, p. 267).

A leitura da revista *Gay Sunshine* despertou o interesse de Mascarenhas pelo "movimento homossexual" e o levou a refletir sobre aspectos de sua sexualidade que ele "nunca havia racionalizado antes". A publicação de Winston Leyland privilegiava extensas entrevistas e textos mais reflexivos. A seção de livros presente no *Gay Sunshine* levou João Antônio Mascarenhas a começar a encomendar livros dos Estados Unidos sobre aspectos da homossexualidade que ainda não eram abordados pela produção nacional, a qual era caracterizada por "livros extremamente machistas, referindo-se como doença ou vício ... Não havia ensaios antropológicos, sociológicos, históricos ou coisas do gênero" (MASCARENHAS, 1995, p. 265). Isso o fez tomar conhecimento do cenário internacional de efervescência do *gay liberation* e o inspirou a buscar que um movimento semelhante ocorresse no Brasil.

Havia uma boa revista, mas heterossexual... chamava-se *Senhor*. Essa revista me chamou a atenção, pois ela publicou uma entrevista com o Darcy Penteado... um ou dois anos antes. Nela o Darcy falava abertamente sobre a homossexualidade dele. Naquela época, isso era um escândalo! Pensei em nos dirigimos à revista *Senhor*. Ir consultar a possibilidade deles publicarem uma seção, onde nós trataríamos de homossexualidade de uma forma séria, ainda desconhecida no Brasil... nunca eu tinha visto nada publicado assim, muito menos num periódico! Assim, fiz esta proposta a um grupo formado pelo Darcy Penteado, Gasparino Damata, Francisco Bittencourt, Aguinaldo Silva, Clóvis Marques e Adão Acosta - este último era jornalista da *Última Hora*. Alguns entraram depois, como João Silvério Trevisan, Antônio Chrysóstomo, Peter Fry e teve um sujeito de São Paulo que foi indicado... um belga: Jean Claude Bernardet! Desta forma, refletiu-se muito sobre a ideia. Na mesma ocasião, parece-me que o Aguinaldo Silva disse o seguinte: ‘- Mas... por que nós não fazemos um jornal?’ Eu disse: ‘- Não! Um jornal é uma coisa muito cara!’ Eu imaginava que o jornal tinha de ter o prédio, a impressora e outras coisas. Ele disse: ‘- Não! Não é necessário’. Na época, ele era copy-desk de *O Globo*. Além disso, começaram a circular alguns jornais alternativos. Havia um periódico, mensal, que se chamava *O Beijo*... surgiu pouco antes do *Lampião*. O Aguinaldo disse: ‘- Tem esse jornal *O Beijo* que foi...’ e falou sobre a quantidade de capital necessário... não me lembro qual era o valor, mas era uma quantia mínima. Depois, acho que era levado ao *Jornal do Comércio* para ser impresso. Então eu disse: ‘- Ah! Bom, sendo deste modo... está ótimo’. Assim, nasceu a ideia do *Lampião*.

A criação do *Lampião da Esquina* foi um marco importante na luta por direitos e na reivindicação de uma nova representação para a comunidade homossexual, especialmente em um cenário de abertura política após anos de ditadura. A censura aos principais jornais do Brasil exigia a criação de meios que possibilitassem denunciar as arbitrariedades do regime e dar voz aos movimentos e grupos silenciados. O projeto idealizado por João Antônio Mascarenhas se concretizou. O novo jornal homossexual brasileiro tinha um padrão próximo ao *Gay Sunshine*, publicando textos mais reflexivos e grandes entrevistas e reportagens. Contudo, os movimentos de resistência política e a esquerda nacional questionavam a necessidade de promover reivindicações de gênero e sexualidade, pois, consideravam que essas pautas "menores" podiam dispersar a luta contra o principal inimigo: a ditadura (GREEN, 2003). Com isso, uma pergunta ecoava: "Mas um jornal homossexual, para quê?", a resposta a essa pergunta é apresentada na edição zero do *Lampião*, de abril de 1978

O que o *LAMPIÃO* reivindica em nome dessa minoria [homossexuais] é não apenas se assumir ou ser aceito – o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal. Para isso, estaremos mensalmente em todas as bancas do País, falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e da criatividade humana.

Mostrando que o homossexual recusa para si e para as demais minorias a pecha de casta, acima ou abaixo das camadas sociais, que ele não quer viver em guetos, nem erguer bandeiras que o estigmatizem, que ele não é um eleito e nem um maldito, e que sua preferência sexual deve ser vista dentro do contexto psicossocial da humanidade como um dos muitos traços que um caráter pode ter. *LAMPIÃO* deixa bem claro o que vai orientar a sua luta: nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor – que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, ano 1, nº0, abr. 1978. p.2),

O regime ditatorial, em todas as suas fases, demonstrou que seu controle autoritário não se limitava à esfera político partidário e utilizou da estrutura do Estado para processar os editores do *Lampião da Esquina*. Em agosto de 1978 todos os membros do conselho editorial foram alvo de investigação pelo Departamento da Polícia Federal do Rio de Janeiro. A equipe enfrentava acusações de atentar contra a moral e os bons costumes, conforme o Art. 17 da Lei de Imprensa, com a ameaça de prisão caso fossem

considerados culpados (SANTOS e FERREIRA, 2019). Uma reportagem escrita por João Silvério Trevisan, publicada na edição zero do jornal, foi apontada como o motivo central do processo. O texto criticava o uso abusivo da Lei de Imprensa e a postura das autoridades envolvidas na denúncia feita pela Promotoria Pública de São Paulo contra o jornalista Celso Curi, responsável pela seção "A coluna do meio", que abordava questões relacionadas à homossexualidade no jornal *Última Hora*. Este episódio ilustra a persistência do autoritarismo estatal em silenciar perspectivas dissidentes e reprimir movimentos que desafiavam as normas vigentes.



Imagem 05: Capa da edição nº12 do *Lampião da Esquina*, de maio de 1979. A parte inferior da página ilustra as fotos do registro policial a qual os editores da publicação foram submetidos. Fonte: CEDOC do Grupo Dignidade

Peter Fry (1995, p.391), um dos membros fundadores da *Lampião*, ao recordar da decisão da equipe de continuar com a publicação, reconhece que: “tínhamos noção de que estávamos arriscando”, indicando que apesar da abertura política o contexto “não era um mar de rosas, tanto que fomos processados”. A investigação policial sobre o caso durou

oito meses. Somente em abril de 1979 o delegado responsável pelo inquérito finaliza as apurações e encaminha o caso para a justiça. O advogado Luís Eduardo Greenhalg, conhecido por sua atuação na defesa de diversos presos políticos em São Paulo, assumiu gratuitamente a defesa da equipe do *Lampião*. O jornal anunciou, na capa de sua edição de maio de 1979, que os membros da equipe tinham sido fichados e questionou, de forma irônica, a importância do suposto crime que haviam cometido frente aos inúmeros escandalosos criminosos da época que permaneciam sem solução. A matéria, publicada no interior da edição, sobre a acusação imputada ao jornal, ainda expressa confiança no arquivamento do processo, citando precedentes semelhantes, como o caso de Celso Curi, para respaldar essa expectativa. Essa abordagem irônica e confiante demonstra a postura desafiadora e crítica adotada pelo *Lampião* diante da repressão estatal, buscando deslegitimar as acusações e questionar a seletividade do sistema judiciário em casos de censura e perseguição política.

No dia 2 de abril cinco editores de *LAMPIÃO da Esquina* compareceram à sede do Departamento de Polícia Federal, na Praça Mauá, Rio (que, ironicamente, possui à porta este letreiro: ‘Imprensa Nacional’), para serem identificados criminalmente. Antônio Chrysóstomo, Francisco Bittencourt, Aguinaldo Silva, Clóvis Marques e Adão Acosta foram fotografados de frente e de perfil (e não de costas, como se esperava), e tiveram suas impressões digitais tiradas dezenas de vezes, indiciados que estão no inquérito de n.º25/78 daquela repartição policial, sob a acusação de ‘ofensa à moral e ao pudor público’ (decreto 1077, Lei de Imprensa).

A identificação criminal encerra a fase de inquérito, já que agora cabe ao delegado que conduziu os trabalhos enviá-los à Justiça. E esta decidirá se deve denunciar os editores de *LAMPIÃO*, OU SIMPLISTEMENTE ARQUIVADO. As absolvições recentes de Celso Curi em São Paulo, e do poeta Nicolas Behr em Brasília, ambos enquadrados no mesmo item do decreto 1077, mostra qual é a posição da Justiça, a essa altura dos acontecimentos – e da vida nacional – quanto a esse tipo de acusação (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, Ano 1, n.º 12, maio de 1979, p. 3).

O desfecho do processo contra os editores do *Lampião da Esquina* só ocorreu em outubro de 1979, quando o juiz da Vara Federal da Seção Judiciária Federal do Rio de Janeiro sentenciou o arquivamento das acusações. Apesar do processo não ter resultado em condenações, as ações do órgão censor indicaram um monitoramento constante sobre a publicação. O episódio funcionava como alerta sobre possíveis consequências adversas, caso o jornal seguisse adotando uma postura contrária ao regime. O autor da matéria investigada, João Silvério Trevisan, destacou que o propósito de toda a investigação era

intimidar a equipe do *Lampião*, enfatizando que a "punição seria exemplar, viria rápida e não haveria diálogo" (TREVISAN, 1994, p.249)³⁷.

É relevante evidenciar que a estratégia repressiva fracassou mesmo antes do desfecho do processo. A tentativa de instalar um clima de temor visando à censura prévia não obteve sucesso. O *Lampião* manteve sua linha combativa em defesa da liberdade de expressão, resistindo às pressões do regime autoritário. Esta postura foi viabilizada, em parte, pelo prestígio e pela reputação dos membros do jornal, todos jornalistas ou intelectuais renomados, o que gerou uma significativa repercussão negativa em relação ao inquérito. A reprodução, nas páginas do *Lampião*, da matéria "Enfim, um jornal-maravilha", escrita por Nando Ramos e publicado originalmente na revista *Singular & Plural* reflete a solidariedade promovida pela imprensa em apoio ao jornal.

A abertura de um inquérito pela Polícia Federal contra os 12 editores responsáveis do jornal *Lampião da Esquina* para averiguar se os indiciados estariam ou não atentando contra a moral e as bons costumes ao produzirem um jornal dirigido à homossexuais, foi mais uma dessas atitudes do poder, em que o feitiço mostra grandes tendências de se virar contra o feiticeiro [...] O único problema é que a repressão do jornal, a intimidação dos seus realizadores como a ameaça de até um ano de prisão, terminaram na atual conjuntura provocando uma imensa onda de solidariedade (até o pasquim, de início avesso ao jornal, já se manifesto solidário), que só faz ampliar o debate e colocar a questão do homossexual como mais uma frente na luta de oprimidos contra opressores (*Lampião da Esquina*, 1979, nº12, p.4)

O sucesso do *Lampião da Esquina*, marcado pelo reconhecimento dos seus pares e pela comunidade homossexual, não assegurou a estabilidade interna da publicação. A equipe enfrentou divergências profundas sobre o papel que o jornal deveria desempenhar. O primeiro grande conflito surgiu entre João Antônio Mascarenhas e Aguinaldo Silva, figuras importantes na estrutura do jornal. Mascarenhas, como articulador responsável pela criação do *Lampião*, defendia uma abordagem militante, voltada para a promoção dos direitos e visibilidade da comunidade homossexual. Por outro lado, Aguinaldo Silva, como editor-chefe e responsável pela produção técnica, defendia uma perspectiva mais abrangente e menos ativista sobre a homossexualidade. Essa discordância resultou na saída de Mascarenhas do corpo editorial do jornal no final de 1978, com seu nome deixando de constar no expediente da edição de dezembro. Esta cisão reflete as tensões

³⁷ Depoimento de João Silvério Trevisan colhido por meio do método da história oral em entrevista realizada em 29 de janeiro de 1994 por Claudio Roberto da Silva (1998, p. 249).

internas e as diferentes visões sobre o papel e a direção do *Lampião da Esquina*, ilustrando os desafios enfrentados pelas publicações homossexuais em um contexto de movimentos emergentes de liberação sexual e política.

O Aguinaldo Silva ficou encarregado da direção, mas ele nunca tinha ouvido falar nada do movimento. O Aguinaldo sempre assumiu a homossexualidade dele. Quando ele chegou aqui ao Rio... ele até se maquiava, saía lá pela Cinelândia, mas provavelmente com o objetivo de encontrar um parceiro... não havia compromisso com a questão de ordem social. E o Aguinaldo tomou o jornal. Não há dúvida nenhuma que o Aguinaldo é um homem muito trabalhador, mas o que tinha sido proposto deixou de ser. Ele ficou com a direção do jornal, com as assinaturas, com a distribuição, com a pauta... dou risadas quando questiono o que sobrou!! (MASCARENHAS, 1995, p.272)

Havia pessoas que sabiam escrever, não eram debilídes, não estavam escrevendo pornografia... tratavam os assuntos com seriedade. Porém, sob a orientação do Aguinaldo, o jornal cada vez mais se afastava da minha idéia. Então, achei melhor dar minha cota ao Francisco Bittencourt. Pensei comigo: “- Bom! Não vou combater o jornal de maneira nenhuma! De qualquer forma, acho que ele é mais do que nada... mas vou me retirar”. Assim, saí do jornal (MASCARENHAS, 1995, p.273)

O segundo grande embate interno envolveu Aguinaldo Silva e João Silvério Trevisan. A divergência provocou discussões mais acaloradas que levaram a um racha entre a equipe de São Paulo, onde João Silvério Trevisan tinham uma presença influente, e a equipe do Rio de Janeiro, liderada por Aguinaldo Silva. A controvérsia, mais uma vez, girava em torno da relação do jornal com a militância. A tensão escalonou ao ponto de a relação entre as duas equipes ficar insustentável, o que contribuiu significativamente para o encerramento das atividades do *Lampião*.

O *Lampião* teve uma vida muito difícil, por causa de problemas financeiros, mas também começou a ter problemas de divergência interna. Houve várias rupturas, e no final de sua existência ele começou a apresentar problemas entre a equipe de São Paulo e a equipe do Rio de Janeiro. Apesar da redação ser no Rio, o combinado era a equipe do Rio preparar algumas matérias e a equipe de São Paulo preparar outras. Num primeiro momento, chegou-se a discutir a possibilidade de um número ser feito em São Paulo e o outro no Rio, mas não funcionou por falta de dinheiro. Mesmo porque as reuniões de pauta acabaram ocorrendo sempre no Rio de Janeiro. O Aguinaldo Silva tinha seu secretário que, por puro problema financeiro, tornou-se também secretário do *Lampião*. E foi mais simples as coisas se arranjam assim. Meu ponto-de-vista a respeito da questão homossexual obviamente começou a se chocar com o do Aguinaldo. Em São Paulo eu era a pessoa mais ativa e no Rio de Janeiro, indiscutivelmente, era o Aguinaldo. Ele tomou o papel de editor

do jornal. Havia vários editores, mas na prática ele acabou sendo o editor-chefe. Profissionalmente, mandava e desmandava, já pelo fato de ser jornalista profissional. Várias vezes mandei matérias de São Paulo que não saíam publicadas. Certa vez, mandei uma matéria a respeito de comida vegetariana (...) Fiz uma introdução bastante irônica à comida vegetariana, muito brincalhona, até dava receitas, dentro da matéria, mas o artigo não foi publicado... e não houve explicação (TREVISAN, 1994, p. 250-251).

Os paulistas, liderados por João Silvério Trevisan, que já haviam conseguido até uma entrevista com o então líder sindicalista Luiz Inácio da Silva (publicada sob o título “E na classe operária, não vai nada?”), queriam que o *Lampião* e tornasse mais político e fosse uma espécie de braço gay do Partido dos Trabalhadores, já os cariocas, liderados por Francisco Bittencourt, preferiam que o jornal se tornasse ainda mais debochado. Houve duros embates, que resvalaram para a velha rivalidade entre cariocas e paulistas (...) As discussões na redação se tornavam frequentes e chegaram ao auge num dia do mês de junho de 1981, em que recusei publicar um artigo de oito páginas, escrito por um dos colaboradores paulistas, sobre as vantagens – inclusive políticas – que os gays teriam na vida se fossem vegetarianos. Meu argumento – ‘veado gosta mesmo é de carne!’ – provocou uma troca de acusações e insultos tão violenta que dela não poderia haver retorno e que só terminou quando anunciei que não editaria mais o jornal, e fui embora. Como não sou de olhar para trás depois que abandono um barco, nunca soube como a discussão em torno das vantagens de não comer carne (menos humana) se encerrou. Mas Adão Costa me contou depois que, como ninguém se habilitou a me substituir no cargo de editor, trataram todos de ir para casa depois de decretar que a partir daquele dia o ciclo de vida do *Lampião da Esquina* estava encerrado (SILVA, 2016, p.112-113).

Apesar do dissenso interno em relação à adoção de uma linha editorial centrada no ativismo, o *Lampião da Esquina* é reconhecido como a publicação nacional que estimulou a criação dos primeiros grupos homossexuais engajados em políticas identitárias (MACRAE, 2018). Um exemplo notável é o SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual, criado em 1978 na cidade de São Paulo, que é amplamente reconhecido na historiografia nacional como um marco fundador da militância homossexual no Brasil (GREEN, 2000, TREVISAN, 2018; FACCHINI, 2003). A sua fundação, juntamente com outros coletivos, é atribuída ao impacto provocado pelo *Lampião*. Edward MacRae (2011, p.179), um dos integrantes do SOMOS, relembra que: “havia um grande entusiasmo e o *Lampião* chamou muita atenção. Muita gente comprava o *Lampião* e começava a ter outra visão. E esse foi o fundador do Somos, são muitas as notícias do Somos no *Lampião*. Em poucos meses, sei lá, já havia uns 20 grupos gays espalhados pelo Brasil”. Na matéria “Grupo SOMOS: uma experiência”, publicada pelo *Lampião* em maio de 1979, é possível

vislumbrar o processo de criação do coletivo e sua forma de atuação, destacamos os trechos a seguir:

A experiência do grupo SOMOS, cuja história coincide com a própria existência do LAMPIÃO. Houve uma tentativa de organização em 1976, quando um grupo de entendidos começou a se reunir para discutir seus problemas, em São Paulo. Entretanto, 70% do grupo se julgava anormal, em função de sua homossexualidade. Como dizia um deles: ‘Eu daria tudo para ser um senhor casado e com filhos’. Evidentemente, o resultado foi desastroso, com tanta culpa, autodesprezo e ausência de auto-imagem. Não deu em nada, depois de poucos meses.

SOMOS surgiu em São Paulo, em maio de 78, a partir de uma ideia comum a várias pessoas, para possibilitar o encontro de homossexuais, fora dos costumeiros ambientes de badalação e pegação (boates, bares, saunas, cienmas e calçadas), procurava-se com isso um conhecimento mútuo que fosse menos aleatório e a discussão de nossa sexualidade, de maneira franca e digna (...) Enfrentamos fantasmas de todos os tipos e cores, fora de nós e dentro de nossa cabeça já feitas. Discutimos acirradamente, por exemplo, o que seria para nós fazer política. Queríamos, sem dúvida, propor uma maneira especificamente nossa de fazer política, rompendo possivelmente com as propostas autoritárias e patriarcais da esquerda tradicional. Muitos achavam que tínhamos contribuições específicas a apresentar, enquanto homos. Era fundamental desfazer o muro entre política e vida pessoal: nossas trepadas (nosso prazer) eram atos políticos e nossa atuação política (no sentido de mudança social direta) devia estar cheia de ternura que tínhamos aprendido fora e debaixo dos lençóis (LAMPIÃO DA ESQUINA, Ano 1, nº 12, maio de 1979, p. 2).

No final dos anos 1970, houve uma notável efervescência do ativismo homossexual, com o surgimento de diversos grupos militantes. Além do Somos de São Paulo foram criados o Somos – Rio de Janeiro, o Somos – Sorocaba, o Beijo Livre (Brasília), o Eros (São Paulo), o Facção Lésbico/Feminista (São Paulo), Libertos (Guarulhos), o Auê (Rio de Janeiro) e o Grupo de Atuação e Afirmação Gay (Duque de Caxias). A explosão de novos coletivos homossexuais, juntamente com a expansão das suas pautas de luta e áreas de atuação, demandou um diálogo mais amplo entre os grupos. Em resposta a essa necessidade, o *Lampião da Esquina*, em parceria com o Grupo Somos de São Paulo, decide promover o *Encontro Nacional do Povo Guei*³⁸. Esse evento histórico ocorreu no dia 16 de dezembro de 1979 na sede da Associação Brasileira de

³⁸ Existia um debate interno no *Lampião* sobre a utilização de expressões em inglês para se referir as práticas homossexuais. Existia o temor de uma possível importação de um modelo de subjetividade e de militância norte-americana. Por isso, expressões como gay eram escritas, muitas vezes como guei. No caso do Encontro Nacional do Povo Gay o jornal usa as duas grafias. Na capa emprega a escrita original e no texto interno da matéria a versão abreviada.

Imprensa, no Rio de Janeiro, reunindo 60 participantes representando São Paulo, Guarulhos, Sorocaba, Brasília, Belo Horizonte, Duque de Caxias e Rio de Janeiro. A reunião, que se estendeu por sete horas, teve como objetivo principal: “organizar e expor o conjunto de pontos de vista e de ideias que começa a tomar corpo como resultado do nascimento de grupos de ativistas homossexuais por todo o Brasil” (LAMPIÃO DA ESQUINA, Ano 2, nº 20, jan. 1980, p. 7).

Durante o *Encontro Nacional do Povo Guei*, foi proposto por Marcelo, do grupo Auê, que se “se iniciasse uma campanha para obter uma pequena alteração no capítulo da Constituição Federal em que se proíbe a discriminação por sexo, para que passasse a figurar por opção sexual, e que se abrisse a luta para que o homossexualismo deixasse de ser catalogado no capítulo das ‘doenças mentais’” (LAMPIÃO DA ESQUINA, Ano 2, nº 20, jan. 1980, p. 8). Essas pautas de atuação foram reconhecidas como importantes pelos demais grupos presentes, que se propuseram a criar uma agenda política colaborativa. Foi decidido realizar um segundo encontro em São Paulo, com o objetivo de pactuar e planejar as ações necessárias para impulsionar essas mudanças.

A capital paulista foi escolhida como sede do *I Encontro Brasileiro de Homossexuais* devido ao alto número e a consolidação dos grupos atuantes na cidade. O evento ocorreu durante a Semana Santa, entre os dias 4 e 6 de abril de 1980, sendo organizado pelos grupos Somos de São Paulo, Eros e Libertos, que utilizaram dois espaços para a sua realização. As atividades restritas aos inscritos foram realizadas no Teatro do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina da USP, com a participação de cerca de 200 pessoas. No último dia, um ato público foi realizado no Teatro Ruth Escobar, reunindo mais de mil participantes. O *1º EBHO* tinha como objetivo principal “discutir os temas gerais e os específicos aos grupos”, mas “não teriam essas discussões caráter deliberativo”. Os pontos discutidos seriam recomendações para a atuação dos coletivos (LAMPIÃO DA ESQUINA, Ano 2, nº 24, maio de 1980, p. 4). Os participantes, entre debates acalorados, brigas internas e muita comoção, chegaram a alguns consensos, que foram sintetizados em uma matéria escrita por Leila Miccolis para o *Lampião*. Destacamos a seguir algumas das recomendações acordadas:

Consensos

1. Realização em cada grupo de uma comissão que estude os prós e os contras da legalização jurídica dos grupos organizados.
2. Dinamização das relações intergrupais em dois níveis: Entre Estados, através de cartas, e, regionalmente, não só através de reuniões a

- serem posteriormente combinadas, como também através de jornais e boletins, a exemplo do que ocorre no Somos de São Paulo.
3. Entrar em contato com médicos, psicológicos, psiquiatras e interessados, dentro dos grupos e fora deles, para confeccionar trabalhos sobre homossexualismo, a fim de criar discussão dentro do Congresso Anual do SPPC.
 4. Criação, em cada grupo, de uma comissão encarregada de estudar medidas para viabilizar: 1) a alteração da Constituição Brasileira ao que diz respeito à opção sexual, incluindo esse termo nos direitos individuais do cidadão; 2) alteração no Código Internacional de Doenças – OMS – 302.0, código esse seguido pelo INPS, que inclui o homossexualismo como desvio mental.
 5. Criação de uma comissão de médicos e advogados para pressionar a OMS, a Pan América e a OAB, no sentido de viabilizar, na prática, as alterações propostas no Código Internacional de Doenças e na Constituição Brasileira.
 6. Elaboração de uma carta, a ser lida na parte aberta do Encontro, destinada à Associação de Psiquiatria e de Psicologia do Brasil, denunciando o tratamento dado aos homossexuais (LAMPÍÃO DA ESQUINA, Ano 2, nº24, maio de 1980, p. 7).

O número significativo de participantes do *I Encontro Brasileiro de Homossexuais* refletia o crescimento do movimento homossexual brasileiro, que já se expandia por todo o país na década de 1980. Os diversos coletivos, apesar de suas dinâmicas regionais e áreas específicas de atuação, buscaram adotar as recomendações do 1º EBHO. Entre as ações pactuadas, a criação de jornais e a intensa troca de cartas foi uma das atividades mais executadas pelos grupos. Pelo menos dez coletivos lançaram publicações, entre elas estavam: o *Gatho* do Grupo de Atuação Homossexual, o *ChanacomChana* e o *Informativo Associação Galf* do Grupo de Ação Lésbico Feminista, o *Facção Homossexual* do grupo Facção Homossexual ligado à Convergência Socialista, *Boletim do G.G.B* do Grupo Gay da Bahia, o *Boletim Informativo do Grupo Dialogay* do Grupo Dialogay, o *Triângulo Rosa* do Triângulo Rosa, o *Jornal do Jatobá* do Movimento de Emancipação Homossexual e o *Boletim Informativo LAMBDA* do Movimento pela Livre Orientação Sexual (FERREIRA e SACRAMENTO, 2019. p.236-237).

Entre os coletivos dos anos 1980, o Grupo Gay da Bahia e o Triângulo Rosa se destacam por terem avançado com as propostas debatidas e encaminhadas durante o *Encontro Nacional do Povo Gay* e no *I Encontro Brasileiro de Homossexuais*. Notavelmente, foram os primeiros grupos homossexuais a obter registro como sociedade civil sem fins lucrativos, conforme recomendava o primeiro ponto pactuado no 1º EBHO. O GGB formalizou o seu registro em 1983, seguido pelo Triângulo Rosa em 1985 (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p.123-124). O sucesso na execução das atividades

planejadas é atribuído a estrutura de organização desses dois grupos. Ambos possuíam uma liderança reconhecida, que garantia a coesão e os recursos simbólicos e materiais necessários. Luiz Mott, no GGB, e João Antônio Mascarenhas, no Triângulo Rosa, eram as figuras aglutinadoras, responsáveis por estimular e garantir as ações de suas respectivas entidades.

O Grupo Gay da Bahia foi o grupo que colocou em prática a campanha para a retirada da homossexualidade do Código de Classificação de Doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS)³⁹. Tal mudança foi sancionada pelo Conselho Federal de Medicina em 1985. Essa conquista foi o resultado do desenvolvimento de uma série de atividades junto a sociedade civil e aos órgãos de Estado. O GGB, liderado por Luiz Mott, foi criado em 29 de fevereiro de 1980 e desde o seu primeiro ano de existência já promovia ações visando a despatologização da homossexualidade. No primeiro *Boletim do Grupo Gay da Bahia*, publicado em agosto de 1981, a entidade apresenta para os seus leitores um resumo das atividades desenvolvidas pelo grupo no seu primeiro ano de existência. Entre as ações, é apontado o envio de cartas abertas, um outro ponto pactuado nos Encontros Homossexuais, visando denunciar a homofobia existente.

CARTAS ABERTAS: denunciando o preconceito – contra homossexuais- a todos os Bispos do Brasil, por ocasião da visita do Papa João Paulo II, aos Cientistas e participantes da 32º e 33º *Reunião anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência)*; aos Médicos participantes do VI Congresso da Associação Brasileira de Psiquiatria, pela ‘despatologização’ da homossexualidade.

CAMPANHAS: contra a publicidade das Casas Stella, que instigava a violência contra os homossexuais, campanha de assistência médico-social gratuita junto aos Travestis do Pelourinho; campanha nacional pela extinção do §302.0 do Código de Saúde do INAMPS que rotula o homossexualismo como ‘desvio e transtorno sexual’ (BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, ano I, nº1, 2011(1981), p.10)

A atividade profissional de Luiz Mott desempenhou um papel significativo na orientação das estratégias de atuação do GGB. Com formação em antropologia, Mott

³⁹ O Sistema Único de Saúde (SUS) foi oficialmente instituído em 1990 por meio da Lei 8.080. Antes disso, a responsabilidade pela saúde pública era atribuída ao Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social. O INAMPS foi estabelecido em 1977 e estava vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

seguiu a carreira acadêmica, iniciando sua docência na Unicamp e posteriormente se estabelecendo na UFBA. Sua atuação como pesquisador respaldava as ações do GGB e abria portas em fóruns relevantes de discussão social. As campanhas em prol da despatologização da homossexualidade, realizadas durante as reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, foram possíveis, em grande medida, devido à atuação de Mott. A SBPC, que contava com aproximadamente 30 mil sócios no final do período militar, havia se consolidado como um dos principais espaços de debate e manifestação pública das questões sociais diante do autoritarismo vigente (NADER, 2014). A *33ª Reunião Anual da SBPC*, que ocorreu entre os dias 8 e 15 de julho de 1981, em Salvador, na UFBA, tinha como um dos temas de debate a questão das minorias, especialmente a homossexualidade. O *Jornal do Brasil* (primeiro caderno, segunda-feira, 27 de abril de 1981, p.5), ao divulgar o evento, ressaltou que em sua programação incluía um “encontro de homossexuais do Nordeste com participação especial no painel sobre minorias e oprimidos”. O jornal carioca mencionou que o GGB estava à frente da organização e que o objetivo do encontro era denunciar “as maneiras preconceituosas como os cientistas tratavam os invertidos sexuais”.

A repercussão do evento foi descrita pelo *Boletim do Grupo Gay da Bahia* que informava a participação de mais de mil pessoas durante o ato público em prol dos direitos homossexuais e que a “barraca gay” foi o estande mais concorrido de toda a reunião. Na ocasião, o GGB coletou mais de 4 mil assinaturas em um abaixo-assinado contra o código do INAMPS, que considerava a homossexualidade uma doença. O evento também contou com a participação de outros grupos convidados por Luiz Mott, como o Dialogay (Sergipe), o Nós Também (Paraíba), o Gathó! (Pernambuco), Facção Homossexual da Convergência Socialista (São Paulo), Grupo de Ação Lésbico Feminista (São Paulo) Somos Rio de Janeiro e Auê (Rio de Janeiro) e o Somos de São Paulo, que enviou uma carta aberta para a diretoria da SBPC (BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, ano I, nº1, 2011 (1981), p.10-11).

Os eventos científicos se consolidaram como um dos espaços privilegiados para a militância do GGB. Ainda em 1981, o grupo participou do *36º Congresso Brasileiro de Dermatologia*, onde entregou uma carta aberta denunciando a falta de fundamentação e o preconceito presentes em uma declaração proferida pelo presidente da entidade, o médico Newton Guimarães, que em uma entrevista veiculada no jornal *A Tarde*, de Salvador, estabeleceu uma relação direta entre a homossexualidade e as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). A carta ainda enfatizou a necessidade da retirada da

homossexualidade da lista de doenças do INAMPS. Um ponto de destaques dessa ação é a presença do Ministro da Previdência Social, Dr. Jair Soares, responsável pelo INAMPS. Distribuída entre os participantes no evento e entregue pessoalmente ao ministro, a carta argumentava sobre a necessidade de acompanhar as atualizações do saber científico, destacando a urgência de uma mudança no tratamento conferido à homossexualidade pelo campo da saúde no Brasil. O trecho a seguir resume a reivindicação apresentada pelo GGB:

EM TEMPO: Este 36º Congresso Brasileiro de Dermatologia será solenemente encerrado pelo Dr. Jair Soares, Ministro da Previdência Social, órgão supremo que através do §302.0 continua antiquado e anticientífico, a rotular o homossexualismo como ‘desvio e transtorno sexual’. A inquisição queimava os sodomitas, no Irã os homossexuais são apedrejados, o INAMPS nos faz ‘doentes mentais’. Isto apesar do Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria ter declarado, exatamente um ano atrás, neste mesmo Centro de Convenções da Bahia, que ‘homossexualismo não é doença mental’. Isto apesar da Assembléia dos Cientistas membros da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência ter aprovado por unanimidade, também aqui em Salvador (julho/81) a moção que compromete a direção da SBPC a ‘lutar energeticamente contra todas as leis, códigos e posturas que rotulam o homossexualismo como patologia’. Um abaixo-assinado corre Brasil a fora, contando já com mais de 8 mil assinaturas, exigindo a extinção imediata do §302.0 do Código de Saúde do INAMPS. QUE TAL SR. MINISTRO, APROVEITAR ESTA OPORTUNIDADE PAR SOLENEMENTE V.Sª. APOIAR A DECISÃO DOS CIENTISTAS BRASILEIROS EM LUTAR CONTRA A DISCRIMINAÇÃO ANTI-CIENTÍFICA CONTRA OS HOMOSSEXUAIS?! ESTEJE CERTO, SR. MINISTRO, QUE NÃO SÓ OS MAIS DE 10 MILHÕES DE HOMOSSEXUAIS DO BRASIL, MAS TAMBÉM TODOS OS BRASILEIROS ESCLARECIDOS E TODA A COMUNIDADE CIENTÍFICA –E SOBRETUDO A HISTÓRIA – HÃO DE SE LEMBRAR QUE FOI EM SEU MINISTÉRIO QUE O BRASIL ABOLIU A ESCRAVIDÃO DOS HOMOSSEXUAIS (BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, ano I, nº2, 2011 (1981), p.25)

A carta entregue ao Ministro da Previdência Social, Dr. Jair Soares, evidenciava o apoio de uma parcela da comunidade científica brasileira à despatologização da homossexualidade. A SBPC era uma das principais aliadas do GGB nessa reivindicação. Essa colaboração foi reforçada durante a 34ª Reunião Anual da SBPC, realizada entre os dias 6 e 14 de julho de 1982 na UNICAMP. O evento contou com uma sessão dedicada a sexualidade no Brasil, na qual Luiz Mott foi o responsável por abrir os trabalhos, apresentando os resultados de uma pesquisa desenvolvida em colaboração com Haroldo Assunção, sociólogo da UFBA. Essa apresentação visava refutar a afirmação do médico

Newton Guimarães de que os “homossexuais são dez vezes mais perigosos para o contágio (IST) do que as próprias prostitutas”. O *Jornal do Brasil* (primeiro caderno, dom. 11 de julho de 1982, p. 12), ao comentar sobre a primeira semana do evento, destacou que a “sexualidade foi o tema mais concorrido” da 34ª *Reunião Anual da SBPC*, com 2 mil pessoas presentes para ouvir Luiz Mott. A publicação enfatizou que os homossexuais apresentariam uma “moção pedindo mais espaço à diretoria da sociedade, devido, segundo eles, ao interesse despertado pelos problemas debatidos”.

O ano de 1982 ainda é marcado pelo envio de duas cartas do Ministro da Previdência Social ao GGB, a primeira datada de 11 de março e a segunda de 10 de maio. Nas correspondências, o Dr. Jair Soares informa que o pedido de exclusão do parágrafo 302.0 do Código de Saúde do INAMPS foi encaminhado ao órgão competente do ministério para avaliação de sua viabilidade. Posteriormente, ele indica que tal mudança deve ser promovida pelo Ministério da Saúde. Embora as respostas não atendessem o objetivo desejado, foram recebidas com entusiasmo, pois significavam que um Ministro de Estado reconhecia o Movimento Homossexual Brasileiro como uma instância social legítima (BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, ano I, nº 2, 2011 (1982), p. 27).

A necessidade de reiniciar as tratativas, agora com o Ministério da Saúde, não esmoreceu a campanha liderada pelo Grupo Gay da Bahia. Pelo contrário, as iniciativas já em curso foram mantidas e novas frentes foram abertas. Além do envio de cartas, da participação em eventos e da parceria com entidades científicas, iniciou-se uma busca por apoio político. A campanha por alianças partidárias iniciou em março de 1983, com o GGB conquistando o apoio de 23 vereadores da Câmara de Salvador. Em 1984, o número de políticos eleitos favoráveis a despatologização da homossexualidade já chegava a 288, espalhados por todo o país (BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, ano II, nº7, 2011 (1983), p.81). Esse diálogo com os poderes legislativo e executivo, na instância municipal, estadual e federal, foi possível graças ao trabalho conjunto do grupo da Bahia com outros coletivos e militantes homossexuais, dentre os quais se destacavam João Antônio Mascarenhas e o Triângulo Rosa.

Enviamos centenas desses abaixo-assinados para todo o Brasil, e com o auxílio dos militantes dos grupos gays de SP, Pernambuco, RJ e de muitos colaboradores do RGS, Sergipe, etc., atingimos até agora a cifra de 16.222 assinaturas, incluindo todos os estados do Brasil (...) Nestes dois últimos anos, sobretudo a partir da última campanha eleitoral, decidimos concentrar nossa ação de coleta de assinaturas entre a classe política, considerando que os ‘representantes do povo’

nas assembleias e câmaras constituem importante força de pressão dentro de nossa sociedade. E poderiam ser nossos fortes aliados para conseguirmos que o Ministério da Saúde determine que tal parágrafo fique sem efeito e nosso país. Contando com a insubstituível garra, paciência e dinamismo do Dr. **João Antônio Mascarenhas** e com a colaboração de inúmeros gays e não-gays de norte-a-sul do Brasil, até o presente nosso abaixo-assinado conta com surpreendente adesão de 288 políticos (eleitos em 1982) (BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, ano III, nº8, 2011 (1984), p.89-90)

João Antônio Mascarenhas, após deixar a equipe do *Lampião da Esquina*, continuou sua militância no Movimento Homossexual de forma independente. Durante um evento realizado no Rio de Janeiro, na Casa do Estudante Universitário – CEU, ele conheceu o trabalho desenvolvido por Luiz Mott, que o “impressionou”. Mascarenhas considerou Mott “uma pessoa séria” e, por isso, passou a colaborar nas ações do GGB. Suas contribuições, como ele mesmo recorda, consistiam em realizar pesquisas, escrever cartas e sugerir estratégias de atuação (MASCARENHAS, 1995, p.274). João Antônio Mascarenhas era advogado e trabalhava no funcionalismo público. Sua formação jurídica influenciou uma forma de militância marcadamente legalista. A busca por apoio de políticos e o estímulo à proposição de monções nas assembleias, visando o fim do parágrafo 302.0, são exemplos de seu estilo de militância. Em um texto, assinado por ele, publicado no *Boletim do GGB*, podemos perceber a importância que atribuía as alterações no ordenamento jurídico.

Se o §302.0 for considerado “sem efeito” – como pleiteamos – tudo mudará radicalmente de figura; A partir daí não haverá fundamento JURÍDICO para sustentar qualquer discriminação por motivo de orientação sexual. Evidentemente, isso não será suficiente para terminar, de uma penada, com os preconceitos sociais, mas isso é outra e longa história. Dizem os franceses: ‘*Petit à petit, l’oiseau fait son nid*’ (‘pouco a pouco o passarinho faz seu ninho’). Se a homossexualidade não é crime (no Brasil), nem doença, em que se podem basear proibições em relação a ela? Em nada. Dese momento em diante, só considerações de ordem moral poderão ser apresentadas, e a moral encontra-se no campo da Religião, extrapola o Direito. Num estado laico, como o Brasil, as questões de ordem religiosa não podem afetar o ordenamento jurídico nacional. Em consequência, todas as proibições, de ordem legal hoje existentes, viriam automaticamente abaixo, deixariam de existir por falta de fundamentação válida (BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, ano III, nº8, 2011 (1984), p.92)

A crença de João Antônio Mascarenhas nas transformações que seriam produzidas pela mudança do aparato legal adquire contornos utópicos, especialmente sob uma leitura contemporânea. A retirada da homossexualidade da lista de doenças não implicou em desdobramentos imediatos, nem mesmo na esfera legal. Conquistas como o reconhecimento da união homoafetiva, e a possibilidade de adoção por casais homossexuais foram alcançadas apenas recentemente. O reconhecimento e a garantia dos direitos pelo Estado são permeados por múltiplas dimensões, de forma que o fim do parágrafo 302.0 representou um avanço, mas não garantiu, por si só, mudanças mais amplas. A participação direta de Mascarenhas nas atividades do grupo baiano durou até 1985, ano em que a homossexualidade deixou de ser considerada uma doença e quando ele fundou o Triângulo Rosa no Rio de Janeiro.

Em 9 de fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina atendeu às reivindicações do Grupo Gay da Bahia e deixou de considerar a homossexualidade uma doença. O Ministério da Saúde já havia indicado anteriormente que essa mudança dependia de um pronunciamento do conselho, o qual possuía competência técnica necessária para tal decisão. A notícia foi anunciada como “a maior vitória do movimento brasileiro de libertação homossexual” (BOLETIM DO GRUPO GAY DA BAHIA, ANO IV, nº11, 2011 (1985), p.117-118). Com a anulação do parágrafo 302.0, não existia mais no Brasil nenhuma lei ou código que criminalizasse ou considerasse a homossexualidade uma patologia. Essa vitória, considerada histórica pelo GGB, foi reconhecida como resultado de um esforço coletivo. Todas as cartas, cobranças e audiências marcadas pelo grupo, liderado por Luiz Mott, foram respaldadas por mais de 16 mil pessoas que assinaram o abaixo-assinado.

A conquista do GGB incentivou a criação do Triângulo Rosa, um grupo dedicado à defesa dos direitos e liberdades individuais dos homossexuais. Em sua apresentação, o coletivo destacava que: “uma das motivações para fundarmos o grupo foi a ideia de se elaborar uma Lei que puna como CRIME a manifestação de ódio e preconceito devido a orientação sexual” (BOLETIM INFORMATIVO TRIANGULO ROSA, nº1, jan. 1986, p. 2). Para isso, iniciou-se uma “campanha a fim de conseguir a solidariedade de políticos e de entidades representativas da sociedade civil ((BOLETIM INFORMATIVO TRIANGULO ROSA, nº4, 1986, p. 7). Entre as estratégias adotadas pelo grupo, incluíam-se: a campanha eleitoral de candidatos comprometidos com a causa, reuniões com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e sindicatos de classe, como o Sindicato

dos Jornalistas, envio de cartas para os parlamentares eleitos e, por fim, a participação direta nos debates da Assembleia Constituinte, realizadas no Congresso Nacional.

Apesar de toda a articulação política, o Triângulo Rosa não conseguiu incluir na nova constituição a discriminação contra homossexuais. O trecho do texto que mencionava a “opção sexual” foi retirado da redação final, apesar dos esforços de deputados aliados como José Genoíno (PT/SP) e Luiz Salomão (PDT/RJ) (BOLETIM INFORMATIVO DO TRIANGULO ROSA, nº7, out. 1987, p.1-2). Essa campanha marca o fim de uma fase do Movimento Homossexual Brasileiro. O contexto social da Constituinte era marcado pelo agravamento da crise provocada pelo HIV/AIDS, o que mobilizou a rearticulação dos grupos homossexuais.

Regina Facchini (2005) aponta que, na segunda metade dos anos 1980, novos grupos surgem, mobilizados pelo HIV/AIDS. Esses coletivos, apesar de contarem com a presença de inúmeros homossexuais, não restringiam suas pautas a essa população específica. A doença exigia uma ampla resposta, incluindo outras minorias e a necessidade de atender as parcelas mais vulneráveis da sociedade. O Grupo de Apoio e Prevenção à Aids (GAPA -SP), criado em 1985 em São Paulo, foi a primeira entidade que surgiu nessas configurações. O GAPA contava, entre suas lideranças, com diversos membros do extinto Somos, que agora lutavam pela garantia do acesso ao tratamento público e de qualidade. Nos anos 1990, a autora já observa uma retomada dos coletivos com centralidade nas pautas identitárias, porém com novas configurações. Travestis, Transexuais e lésbicas diversificam o debate, criando espaços próprios para expressar suas experiências e levantar suas reivindicações.

A crise do HIV/AIDS produziu transformações que transcenderam a forma de fazer política dos grupos de militância. Além de moldar novas estratégias de articulação política e mobilização social, a epidemia alterou profundamente os discursos circulantes, tanto em termos de violência quanto de afirmação identitária. A emergência do HIV/AIDS intensificou o estigma e a discriminação contra a comunidade homossexual, ao mesmo tempo em que estimulou a formação de redes de solidariedade e apoio mútuo. Essas mudanças impactaram os laços vinculativos e na produção de um comum. A segunda parte desta tese examinará essas transformações e seus impactos, explorando como a resposta ao HIV/AIDS redefiniu as relações internas e externas da comunidade homossexual e contribuiu para a construção de uma nova identidade coletiva.

Parte 2 – Aids: o tempo de *aion*

De repente, tudo parou [...]

Perplexo, olhei para seu rosto e, pela primeira vez, me dei conta de que o tempo começava a correr. **A aids é uma doença que acontece no tempo.**

Eduardo Jardim (Grifos nossos).

Existem muitas formas de abordar os primeiros anos da pandemia do HIV/AIDS. Aquelas primeiras décadas fornecem, aos olhares atentos, uma multiplicidade de problemas e objetos que revelam não só sobre um passado, mas sobre significados que perduram, que afetam profundamente quem somos. Escolhemos o tempo como chave de leitura para descortinar os sentidos presentes nos rastros e vestígios que nos chegam desse momento histórico. Com as nuances da temporalidade, buscamos desenrolar as linhas de escrita e escritura que, segundo nossa hipótese, colocaram desestabilizada de forma radical o programa homossexual, dando início a um novo projeto de subjetividade.

Aion, o título metáfora que anuncia as páginas daquilo que, na estrutura desta tese, ocupa a segunda parte, revela, a rigor, um dos movimentos temporais de uma história comunicacional da homossexualidade no Brasil, objetivo maior a ser perseguido. *Aion*, grosso modo, pode ser concebido como tempo de uma ruptura extraordinária. Nada do que houve antes parece indicar tudo o que se segue. É como se o tempo anterior tivesse sido de tal forma esgarçado, apagado, colapsado, que tudo o que vem depois instaura uma espécie de presente, sem passado e sem futuro. A palavra, nominada pelos gregos, para uma espécie de temporalidade vivida em catástrofe sintetiza o tempo da AIDS e o fim do que estamos denominando projeto identitário e político homossexual. Nesse sentido, os capítulos que seguem, completam o itinerário proposto para historicizar a crise de um comum homossexual brasileiro.

Esta parte da tese está dividida em três capítulos: o primeiro trata do rompimento da catástrofe e da mediatização do adoecer, destacando a supressão da vida como consequência. No segundo capítulo, abordamos a complexidade dos sentimentos envolvidos diante de uma doença multifacetada, como é o caso do HIV/AIDS. Por fim, no terceiro capítulo, exploramos algumas escritas de si como resistência diante das adversidades da vida.

No primeiro capítulo, apresentamos a pandemia do HIV/AIDS como um acontecimento catastrófico que impactou profundamente a comunidade homossexual (CARVALHO *et al*, 2020), tal como enfatizamos na introdução. Sua insurgência desencadeou uma ruptura temporal significativa, uma suspensão do tempo, que alterou, de forma abrupta, a maneira de compreender e habitar o mundo. Além disso, analisamos o papel da mídia na construção social dos significados atribuídos ao HIV/AIDS e na disseminação do pânico moral. Nossa análise se concentra em como a midiatização da nova doença contribui para a virtualização do adoecimento e da morte, resultando na supressão do tempo presente, da vida. É importante ressaltar que nossa abordagem se baseia na análise crítica da violência como uma matriz discursiva predominante na cobertura midiática do HIV/AIDS e sua associação com a homossexualidade.

No segundo capítulo, direcionamos nossa atenção para as narrativas construídas em torno da doença e sua relação com determinados comportamentos sexuais e hábitos hedonistas. Nossa análise se concentra no papel desempenhado pelo jornalismo. Argumentamos que a imprensa, ao se valer de estratégias retóricas que apelam à emoção, recorre, frequentemente, a uma imaginação melodramática (BROOKS, 1995) para significar os acontecimentos do HIV/AIDS. Nesse capítulo, exploramos os vestígios de memória das primeiras décadas da epidemia, particularmente aqueles associados à biografia do cantor e compositor Cazuza, por meio da investigação de arquivos permeados de emoções (Cook, 2017).

Colocando em conexão e em oposição, ao mesmo tempo, escrita e escritura formam um arco narrativo de produção de sentidos ao longo de toda a tese. Assim, enquanto nos processos midiáticos a escrita ganha destaque, no subitem seguinte o foco de nossa análise são as escrituras. Nasce, então, como ponto final o capítulo “Cartas para o presente”, que revelam, através dos testemunhos homossexuais, mais do que simples relatos, constituindo em “escrituras pela vida”.

Do ponto de vista metodológico, podemos dizer que estes capítulos utilizam um verdadeiro caleidoscópio de materiais empíricos que se revelam no diálogo entre teoria e problematizações de pesquisa. Assim, em alguns momentos emergem as matérias jornalísticas, em outros são relatos autobiográficos, filmes e seriados, imagens em movimento, movimentado ideias que querem também transformar o mundo numa grande escritura.

Cap. 4 - O rompimento da catástrofe e a midiaticização do adoecer

*O médico que procurei, numa emergência, me comunicou que eu estava doente, me deu uma receita, me cobrou quarenta mil cruzados e me dispensou do seu gabinete. Tudo isso em **quarenta segundos. Foi este o tempo de que dispôs e me deu, para absorver o choque.** Enquanto isso me encarava com uma olímpica indiferença, de técnico de laboratório. **Eu era apenas uma doença. E, o que é pior, uma doença homossexual.***

Herbert Daniel (Grifos nossos).

O trecho do texto “Notícias da outra vida”, epígrafe deste capítulo, foi escrito por Herbert Daniel, em 1989⁴⁰, assim que ele descobriu que estava com HIV. Esse fragmento de memória oferece pistas históricas preciosas sobre a relação entre ser homossexual, o HIV/AIDS, o tempo e a vinculação social geradora de um comum. Os 40 segundos, aos quais o autor se refere, permitem perceber a emergência de um novo tempo, caracterizado pela ruptura abrupta com a maneira de estar no mundo. Após o instante do diagnóstico, uma nova vida é elaborada. O passado, o presente e o futuro desse sujeito são postos em suspensão e, em seu lugar, emerge o “ser aidético” ou o “estar com AIDS” como formas dominantes de se inscrever no tempo.

O testemunho deixado por Herbert Daniel não se refere a uma situação isolada, como ele mesmo afirma, “situações como esta têm sido tristemente frequentes” (DANIEL, 2018 p.22), entre os relatos da descoberta das sorologias positivas por homossexuais. Narrativas semelhantes existem em profusão na produção literária do que é denominado comumente geração pré-coquetel⁴¹.

Em *A Doença*, um texto no limite entre o relato da experiência de “ser aidético” e a ficção, Jean-Claude Bernardet (1996 p. 27) confessa: “não sou mais o mesmo, o mesmo indivíduo de antes só que agora doente”. Para o cineasta e professor universitário, a descoberta da sua sorologia “criou um novo indivíduo” (BERNARDET, 1996 p. 28). Contudo, ele se interroga se foi a doença quem produziu essa nova forma de habitar o mundo ou ele próprio quem criou um novo sujeito para viver com a doença. De todo modo, o que era incontestado é a formação de uma outra imagem de si mesmo. A sua

⁴⁰ O texto originalmente foi publicado no Caderno B do *Jornal do Brasil* em 5 de março de 1989. Utilizamos a versão presente na compilação de textos do autor sobre HIV/AIDS lançado pela ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS - no livro *Vida Antes da Morte* (DANIEL, 2018).

⁴¹ Na teoria literária há uma divisão das textualidades produzidas sobre o universo do HIV/AIDS, que categorizam as produções literárias em duas temporalidades distintas: geração pré e pós-coquetel.

sensação era de ter sido “substituído”, tinha se “tornado artificial” (BERNARDET, 1996 p. 51). Com seu sistema imunológico completamente destruído sobrevivia apenas à custa dos antivirais, antibióticos e vacinas.

No livro *Risco de Vida*, de Alberto Guizik, o protagonista Thomas, jornalista e professor de teatro assumidamente homossexual, começa a se ver cercado por casos de Aids entre amigos próximos. Porém, o processo de adoecimento do seu companheiro, Cláudio, é o que torna essa doença, até então inominável, real. A cena no quarto do casal, em que Thomas vê pela primeira vez Cláudio após o exame confirmar a presença do vírus, demonstra como o corte radical na forma de estar no mundo não parte somente de quem vive com HIV, mas também dos que estão em seu entorno.

Cláudio estava recostado nos travesseiros. Acordado. Thomas olhou-o como se há muito tempo não o visse. Teve a impressão de que quem estava ali era um desconhecido, assustadoramente magro. Mas não foi a falta de peso que o impressionou. Foram a palidez, o cansaço, as covas no rosto, sob os pômulos (GUIZIK, 1995, p. 397).

O encontro narrado ocorre no instante após Thomas saber o resultado dos exames de Cláudio. A magreza e os outros aspectos físicos não eram novidade para o protagonista, que convivia diariamente com Cláudio. O estranhamento é provocado, então, pela presença irrefutável da doença, que lhe apresentava um novo sujeito.

A doença e o processo do adoecimento, ao longo da história, são responsáveis por instaurar formas específicas de habitar o tempo. Moulin (2008) argumenta que, na modernidade ocidental, era comum a existência de um período de convalescença, durante o qual se estabelecia uma espécie de ritual, um verdadeiro teatro da recuperação. Nesse período, enfermo ficava em repouso, cercado por familiares e amigos que prestavam a assistência necessária. Era uma espécie de “recuo do tempo”, que perdeu relevância na contemporaneidade, marcada por uma antibioterapia sistemática, em que é exigido ao corpo manter sua eficácia, embora ainda seja possível pensar num tempo associado ao adoecimento, marcado pela desestabilização do sujeito que, diante da dor, reconhece a fragilidade do seu corpo.

A temporalidade associada à AIDS compartilha um elemento comum com o regime temporal usual do processo de adoecimento: o tempo da dor, uma presença sistêmica em qualquer condição de saúde debilitada. Aqueles que enfrentam um câncer, por exemplo, experimentam dores físicas e emocionais. Da mesma forma, os diagnosticados com HIV/AIDS nos anos 1980 e 1990 testemunhavam, ao longo de

poucos meses, a deterioração de sua saúde, refletida nas mudanças visíveis em seus corpos. No entanto, o tempo da dor não encontra reconforto em uma perspectiva de futuro em que a cura é alcançada. Para aqueles que viveram com HIV/AIDS nos primeiros anos da epidemia, a esperança de um futuro livre da doença não se apresentava como um horizonte viável.

O escritor colombiano Fernando Vallejo, reconhecido por seus romances autobiográficos, apresenta em *O despenhadeiro* uma história em que lembranças se sobrepõem enquanto o autor vê, na antiga casa de sua família, o adoecimento do seu pai, por câncer de fígado, e do seu irmão Dario, que estava morrendo “dessa doença de veados que está na moda” (VALLEJO, 2008, p.8). A narrativa, que transita entre o real e o imaginário, exemplifica os diferentes tempos do adoecimento a qual estamos nos referindo. O narrador, que se autoexilou da Colômbia por motivos políticos, retorna ao seu país de origem devido às doenças que acometem seu pai e seu irmão. Agora ele conta o tempo do pai pelas gotas de soro, mantendo a esperança de que a enfermidade seja apenas uma cirrose tratável. Enquanto com o seu irmão, ele antecipa o fim da vida a cada novo sintoma que surge.

No final, eu falava e ele não me ouvia; uma névoa de tristeza o envolvia e minhas palavras não chegavam a ele. A ampulheta, inexorável, deixava caírem os seus últimos grãos de areia. **Depois o conectamos a um frasco de soro e o tempo começou a ser contado em gotículas de uma solução glicosada.** Uma, mais uma, mais uma, iam caindo indecisas, incertas, como seu coração cansado (VALLEJO, 2008, p. 80. Grifos nossos).

O instante da doença do pai de Vallejo destaca não apenas as dores e mágoas que do passado lhe chegavam pelo acionamento de sua memória, mas sobretudo o tempo da convalescência que indicamos acima. Seu pai, um político importante, estava recluso em seu quarto, rodeado pela família que buscava tratamentos para o mal que o abatia. A metáfora do soro comparado a uma ampulheta coloca em cena, com tintas contundentes, o tempo da espera. O frasco do soro, tal como a ampulheta, marcava não pela queda dos grãos de areia, mas pela queda do remédio (que prolongavam a vida na espera de um diagnóstico melhor) demonstrava o tempo se esvaindo lentamente. O tempo do seu pai e de toda a família passava a ser regido pelo gotejar do soro. A solução glicosada servia para “contar o tempo em gotículas”, elas ritmavam um tempo incerto, mas ainda esperançoso.

Apesar da disrupção do tempo da vida cotidiana e a instauração do tempo da doença, com todas as suas incertezas, havia a esperança e a possibilidade da cura. Existia um futuro habitável no horizonte. O autor, em seu “otimismo oscilante”, tinha decidido “que ele [seu pai] viveria ainda dez anos” (VALLEJO, 2008, p.78). Havia um futuro como expectativa, que se desenvolvia em brechas da memória. No HIV/AIDS, a doença e o seu adoecer não são regidos por esse mesmo regime de temporal, trata-se, de sobre maneira, de um tempo marcado pelo apagamento do sujeito e da sua vida. A diferença, nas formas de habitar o tempo, pode ser percebida no trecho que se segue, onde Vallejo fala sobre o seu irmão:

Acho que é porque já sabia que ia morrer. Eu ia até o centro de Medellín para ver o que conseguia: pamonha, pastel. Mas a pamonha e o pastel estimulavam a diarreia. Nada lhe caía bem. **Dario estava morrendo. Então sem postergar mais o assunto, resolvi lhe dar a sulfaguanidina das vacas com água benta. Com isso ou eu o mato ou o salvo, pensei. Não o matei nem o salvei. A sulfaguanidina funcionou por uma semana e depois a diarreia voltou,** a mesma que Deus, com sua bondade eterna, lhe havia mandado (VALLEJO, 2008, p. 22. Grifos nossos).

O tempo da catástrofe insurge na descrição. Não havendo o que ministrar para talvez curar, remédios improváveis e inventados eram manipulados e impostos a Dario. Mas não adiantava. As invenções medicamentosas não o salvavam. E o tempo implacável em direção à morte era medido entre uma diarreia e outra, numa febre ou um gânglio que se insinuava mostrando de maneira intermitente a presença da doença/morte. O tempo presente estava sem espessura, o conhecimento passado em nada podia auxiliar e o futuro se enunciava avassalador.

O tempo da vida passa a ser medido pelo intervalo entre uma crise e outra e pelos horários das medicações. No relato de Bernardet (1996), fica evidente presença de um novo regime de temporalidade marcado tanto pela urgência de viver como pela força do tempo da doença, que comprime e paralisa o cotidiano e o horizonte de expectativas. O uso do DDI, medicação semelhante ao AZT, empregado para o controle da AIDS no organismo, é descrito como um aborrecimento que passa a ritmar o dia. É necessária uma dose desses “malditos comprimidos” a cada doze horas com uma hora e meia de jejum antes e uma hora e meia de jejum depois (BERNARDET, 1996, p.29).

A rotina terapêutica, descrita por Bernardet, é apenas um dos exemplos das transformações experienciadas. A forma de estar no mundo e de se relacionar com os

sujeitos e objetos passa por uma mudança profunda. “Uma agenda eletrônica ritma minha vida tocando as horas dos remédios, nunca a desligo, virou uma prótese” (BERNADET, 1996, p. 36). Com isso, o HIV/AIDS o inscreveu em um outro paradigma, em que “não perder tempo, a não ser que seja de modo agradável” (BERNADET, 1996, p.31) se tornou um imperativo.

Em linguagem velada, **falo de um ponto de não retorno**, interromper o tratamento, desligar a máquina. Não me preocupo. Melhor acelerar o processo, do que conhecer meses de inércia em uma cama, o citomegalovírus, a cegueira, a diarreia incontrolável, os distúrbios celebrais, a lentidão agônica do final. **Tudo reside neste ponto de não retorno** (BERNADET, 1996, p. 67. Grifos nossos).

O ponto de não retorno, tão insistentemente mencionada no livro de Bernadet ao se referir aos meses após o diagnóstico, transcende a mera imagem metafórica e encapsula os significados que estamos identificando ao estabelecer esse novo tempo - o "aion" - associado ao HIV/AIDS. Por um lado, este ponto pode ser visto como um momento crucial que marca uma ruptura de proporções avassaladoras, capaz de obliterar qualquer concepção prévia de passado ou futuro. Trata-se de um tempo de suspensão, no qual a vida parece estar em pausa, aguardando o desfecho final.

Estou em stand by, não entendo por que estou vivo, me sinto um super-herói, evitar as ilusões, sentir-se um super-herói é infantil, tenho consciência, mas ajuda (...). Recebo um telegrama de Jean François. Apenas: **a celebração da vida pela aceitação da morte**. (BERNADET, 1996, p. 68. Grifos nossos).

O tempo *aion* é disruptivo, sem espessura, sem materialidade. Não é linha, nem círculo. Poderia ser um ponto?⁴² O diagnóstico, no nível pessoal, e o alastramento da doença, em nível social, possui tamanha força disruptiva que é capaz de abalar a identificação com as instâncias vinculativas, inclusive com um comum homossexual, criando um corpo à deriva.

Aion é uma das figuras do tempo da Grécia antiga. Para os gregos, as percepções sobre o tempo se confundiam com as histórias míticas dos seus deuses, sendo Aion o deus da eternidade, do tempo da vida. Enquanto Chronos seria o tempo cronológico, o deus tirânico que a tudo devora, e Kairós seria o deus de um certo momento no tempo, o da oportunidade (RÊGO, 2014, p.37)

⁴² As expressões com dimensão metafóricas que estamos usando estão em referência ao conceito de arquitetura temporal de K. Pomian (1990).

Poderíamos, em meio a tantas concepções do tempo, nos indagar por que teriam os gregos tantas palavras para designar a temporalidade - *khronos*, *kairós*, *aion* e *ethos*. Marcio Tavares D'Amaral responde a essa inquietação levantando outras perguntas: existiria uma conceituação unívoca capaz de explicar o fenômeno temporal? “Por que eles inventariam tantas palavras se estão dizendo uma coisa só?”. Claro que não é uma coisa só. “Nós é que empobrecemos extremamente a compreensão do que é tempo” (D'AMARAL, 2003, p. 26).

Não almejamos aqui uma abordagem exaustiva para a conceituação do tempo conforme percebido pelos gregos. Em vez disso, focalizamos particularmente em *aion* como uma metáfora que possibilita compreender uma das sutilezas da experiência temporal. Optamos por explorar *aion* devido à sua associação com os eventos catastróficos, sejam eles grandes ou pequenos, tanto de natureza coletiva quanto individual (PELBART, 1993, p. 81). Esse é esse tempo sem medida, indefinido que não cessa de dividir-se quando chega. Estamos falando de um instante, que faz jorrar de dentro de si o tempo.

Embora se referir a *aion* como tempo dos gregos seja uma generalização perigosa, o pensamento filosófico, ao o mencionar, coloca em proeminência a figuração de uma forma específica do tempo. Conceitos que nos parecem, em um primeiro momento, universais e homogêneos, como tempo e espaço, mostram-se caledoscopicamente diversos, ao olharmos atentamente um período histórico. Quando nos referimos a palavras como *khronos*, *kairós*, *aion* e *ethos*, parecem que estiveram presentes de maneira uniforme em toda a civilização grega. Entretanto, estes termos aparecem apenas de forma secundária entre os gregos arcaicos, por exemplo. E mesmo entre os que se utilizavam destas formas de perceber o tempo existiam variações nestas concepções. Deleuze (2015), por exemplo, retorna a *aion* para explicar a sua lógica dos sentidos, mas o *aion* por ele empregado remonta a uma concepção em específico, a estoica.

Em sua obra *Lógica do Sentido*, Deleuze (2015) oferece uma explicação sobre *aion* a partir da dicotomia com outro regime temporal, o de *chronos*. Seguindo a tradição estoica, Deleuze caracteriza *chronos* como o tempo do presente vivo, o tempo dos corpos e suas interações, dos estados de coisas tangíveis. Por outro lado, *aion* é concebido como um tempo que engloba um passado e futuro ilimitados, representando o domínio dos acontecimentos incorpóreos, daquilo que é expresso nas proposições, no sentido. Essa distinção reflete a influência da concepção estoica sobre Deleuze, que reconhece a dualidade entre o tempo limitado dos corpos e o tempo expansivo dos acontecimentos

imateriais. Portanto, a contraposição entre *aion* e *chronos*, em Deleuze, constitui uma reinterpretação do tempo, evidenciando a complexidade e a inter-relação entre diferentes modos de temporalidade no seu pensamento.

De tal forma que o tempo deve ser apreendido duas vezes, de duas maneiras complementares, exclusivas uma da outra: inteiro como presente vivo nos corpos que agem e padecem, mas inteiro também como instância infinitamente divisível em passado-futuro, nos efeitos incorporais que resultam dos corpos, de suas ações e de suas paixões. Só o presente existe no tempo e reúne, absorve o passado e o futuro, mas só o passado e o futuro insistem no tempo e dividem ao infinito cada presente (DELEUZE, 2015, p.6).

De acordo com Cronos, só o presente existe no tempo. Passado, presente e futuro não são três dimensões do tempo; só o presente preenche o tempo, o passado e o futuro são duas dimensões relativas ao presente no tempo (DELEUZE, 2015, p. 166).

Segundo Aion, somente o passado e o futuro insistem ou subsistem no tempo. Em lugar de um presente que absorve o passado e o futuro, um futuro e um passado que dividem a cada instante o presente, que o subdividem ao infinito em passado e futuro, em ambos os sentidos ao mesmo tempo. Ou melhor, é o instante sem espessura e sem extensão que subdivide cada presente em passado e futuro (DELEUZE, 2015, p. 169).

Para Deleuze, a distinção entre *chronos* e *aion* implica uma diferença temporal fundamental, delineando dois regimes temporais distintos que refletem modos contrastantes de compreender a experiência. Enquanto *chronos* se refere a um regime centrado no presente e em sua multiplicidade de níveis internos, caracterizado pela imanência dos eventos e sua relação direta com o momento presente, *aion*, por outro lado, é marcado pela persistência de um passado e de um futuro ilimitados. Dessa forma, para Monegalha (2018), o tempo aiônico tem assim uma clara relação com a virtualidade do acontecimento, a produção de sentidos e a produção de subjetividade, na medida em que ele é basicamente o tempo infinito que não cessa de renascer a cada instante.

Em uma interpretação menos usual, *aion* pode ser traduzido como vida, ao invés de tempo. Nessa lógica, seria o próprio deus Dionísio. Puente (2010), ao estudar o tempo da Grécia Antiga, acredita que Heráclito parece defender uma doutrina da identidade dos contrários. Não existe diferença entre o vivo e o morto, os mortais e os imortais ou o início e o fim. Nesse, é possível falar em virtualização da vida. Com isso, *aion* seria, num sentido mais radical, a ausência do tempo. Trata-se do que entendemos comumente por eternidade, ou seja, algo que dura para sempre, que se estende infinitamente.

A compreensão grega de *aion* como o tempo da eternidade é caracterizada por nuances semânticas e filosóficas que transcendem uma mera tradução literal, de um contínuo sem alteração (ZOURABICHVILI, 2004, p.11). Segundo os estóicos, a distinção em relação a *chronos* é fundamental para esse entendimento. Enquanto *chronos* denota a sucessão ordenada de eventos, com um antes que é sucedido por um depois dentro de um presente englobante, *aion* transcende essa linearidade, abrangendo uma abertura ilimitada tanto para o passado quanto para o futuro. A eternidade de *aion* pode ser interpretado, nesse caso, como um "entre-tempo", um domínio onde a temporalidade se desdobra em sua plenitude, afetando não apenas os acontecimentos, mas também a subjetividade.

O “estender no tempo” também não é um simples estar no tempo, ou seja, uma mera morada, mas um prolongar-se infinitamente, marcado por forças contrárias que governariam todas as mutações: o amor que atrai e o ódio que separa, por exemplo (PUENTE, 2010). Dessa forma, quando nos referimos ao tempo de *aion* como a instância que rege a arquitetura temporal das primeiras décadas do HIV/AIDS, buscamos enfatizar que os sujeitos que viviam com o vírus ou os grupos sociais atrelados à doença, como o homossexual, passaram a viver em um tempo em que o presente perde sua espessura frente à força esmagadora de um passado e de um futuro que retornam, incessantemente, ou para relembrar atos de negligência que levariam a morte ou para projetar um horizonte que direciona para a morte.

Outro aspecto significativo do conceito de *aion*, especialmente evidenciado nas dinâmicas associadas ao HIV/AIDS, é a virtualização das experiências temporais. Nesse caso, o tempo vivenciado está intrinsecamente ligado aos efeitos da linguagem e dos sentidos. Por isso, *aion* não se refere ao presente, mas sim à contínua influência das virtualidades geradas pelo passado e pelo futuro. Um exemplo ilustrativo dessa concepção é a noção de "portador do HIV/AIDS", que reflete essa forma particular de vivenciar o tempo. Esta dimensão será explorada mais detalhadamente nos próximos capítulos.

Este estado de habitar o tempo se diferenciaria de uma outra forma concebida pelos gregos: *ethos*. O termo é muito difícil de ser traduzido. A língua francesa, por exemplo, talvez seja a que mais tenha conseguido conservar a sua essência de significado, com a palavra *demeure*, que, literalmente, quer dizer demora/permanência, ou seja, onde uma pessoa fica, portanto, também significando o seu endereço. É a demora em um lugar que é seu (D'AMARAL, 2003, p.26). Assim, como um outro estado de estar no tempo, *aion* designaria a ausência desse lugar próprio de morada (D'AMARAL, 2004, 245). O

homossexual portador do HIV/AIDS é, então, um ser do tempo de *aion* ou, melhor dizendo, um ser sem lugar na duração. O esvaziamento do vincutivo é um dos fatores que leva à elaboração de novas estratégias de estar em comum, que segundo nossa hipótese, passa a elaborar um outro projeto ético-político de subjetivação.

A “ausência do tempo” desencadeada pelo diagnóstico/revelação da doença no nível individual e pela emergência da pandemia no nível coletivo instaura um ponto de ruptura catastrófico. Com o tempo em suspensão, precisava-se descobrir, na sequência, como narrar o inenarrável. Se a história moderna é escrita a partir de uma sucessão de catástrofes, para a comunidade homossexual o HIV/AIDS seria o acontecimento catastrófico por excelência.

As catástrofes, que permeariam o contemporâneo, seriam marcadas pela destruição da esperança e de um tempo dominado pela ideia de um progresso racional. Com a insurgência desses acontecimentos desestabilizadores, o mundo ficaria refém de um tempo caracterizado pela descontinuidade e pelo caos.

Ao falar de acontecimentos catastróficos não estamos nos valendo de mera metáfora. Estamos considerando as conturbações materiais, físicas e psicológicas desencadeadas por um acontecimento limite de natureza inédita. Portanto, catástrofe assume aqui seu sentido etimológico, na sua acepção grega, como um tempo de “revolvimento”, como um “fim” com consequências frequentemente insuperáveis. Este movimento, de contorno teatrais, seria também demarcado por um “deslanche”, que sucederia a sua eclosão, e inseriria uma origem provisória de um tempo de caráter fugaz (ROUSSO, 2016, p. 26).

O deslanche que sucede a catástrofe, segundo nossa hipótese, é marcado por duas matrizes de reorganização temporal. Em uma delas a tríade passado-presente-futuro tem como força organizativa a violência, achatando o presente em virtude de um futuro avassalador, caracterizado pela morte, e de um passado visto como terreno gerador do caos.

Enquanto estes corpos são inicialmente interpelados por esta nova lógica de habitar o tempo, insurge uma segunda forma de significar as relações temporais para a comunidade homossexual. Nessa, o presente se expandiria, se tornando onipresente, por ser o espaço possível de ser habitado. O passado, em contrapartida, se torna um lugar a ser disputado, na busca pelo orgulho, ao mesmo tempo, em que há uma permanente ausência de futuro possível.

Essas matrizes de organização temporal serão melhor desenvolvidas nos próximos capítulos. Aqui cabe, refletir sobre o acontecimento catastrófico em si e sua influência em uma percepção da história, sua escrita e as apropriações/sedimentações de memórias produzidas.

Ao pensar a história contemporânea Henry Rousso (2016) afirma que ela é feita a partir de catástrofes e, sendo assim, se desenvolve uma outra concepção do processo historiográfico e da sua escrita. Emerge uma história feita de lampejos, de ruínas, caracterizada por um tempo desorganizado, marcado/configurado por rupturas, mesmo que se considere o movimento das permanências. O testemunho insurge como valor fundamental para atestar um passado vivido, ocupando um lugar de destaque na produção dessa escrita. Nesse passado, visto como traumático, emerge a figura da vítima enquanto protagonista das narrativas. Estaríamos diante de uma história que se orgulha do seu engajamento político e que visa cumprir o seu dever de memória e de justiça.

Deve-se remarcar que esta história, fundada num regime de historicidade que coloca em proeminência a catástrofe, produz a dificuldade de superar as lembranças dos grandes traumas recentes e de, assim, reinstaurar as continuidades históricas de maior duração (ROUSSO, 2016). O sentimento de continuidade do tempo, movida pela esperança de futuro e na crença do progresso, é substituída pela sensação de se “afogar na avalanche dos segundos” no caos marcado pela sucessão de crises. Emergem, nesse horizonte, eventos limite que impedem, em um primeiro momento, a simbolização do choque, produzindo a difícil tarefa de superar o indizível (SELIGMANN-SILVA, 2003).

A impossibilidade de narrar os acontecimentos limites, que assolaram a história recente da humanidade, foi o objeto de reflexão de toda uma geração de estudiosos e escritores. Em torno do *Soah*⁴³, por exemplo, existe uma onda de estudos que afirma o seu caráter inarrável. Entre esses autores está Agamben (2008) que, ao discorrer sobre os testemunhos dos sobreviventes de Auschwitz, afirma que a violência experienciada nessa catástrofe está para além da compreensão do homem. Para ele, é necessário escutar o não dito presente nos depoimentos já que a natureza inimaginável dos campos de concentração produziria uma realidade que excede a capacidade da linguagem de descrever e representar.

O indizível não estaria escondido nos testemunhos das vítimas do holocausto ou das outras catástrofes que assolam a história. Ele está na natureza dos próprios eventos-

⁴³ Termo hebraico utilizado para se referir ao holocausto judeu perpetrado pelos nazistas na Segunda Grande Guerra.

limites que desencadearam uma profusão de narrativas que tentam dar conta do inimaginável. Para Seligmann-Silva (2003) só com a arte esta intraduzibilidade poderia ser desafiada, apesar de nunca totalmente superada. Por isso, privilegiamos a literatura de testemunho sobre os primeiros anos da pandemia de HIV/AIDS como fonte para o nosso diálogo ensaístico. Livros como *A doença*, de Jean-Claude Bernardet e *Risco de Vida* de Alberto Guizik são capazes de articular um campo de forças complexo, composto, de um lado, pela permanente necessidade de narrar as experiências vividas e, do outro, pela percepção da insuficiência da linguagem diante desses eventos ou da percepção do caráter inimaginável dos mesmos.

A cena da confirmação da sorologia de Cláudio, parceiro a mais de sete anos do protagonista Thomas em *Risco de Vida*, revela as nuances do indizível a qual estamos nos referindo. Ao tentar confortar Cláudio a voz de Thomas “estrangulou-se na garganta como um grasnido esquisito e inesperado”. Ele se sentiu um “tolo, inepto, desanimado” com aquela reação, afinal, ele já vinha se preparando para o recebimento do diagnóstico positivo do companheiro. “Os últimos dias tinha pensado muito naquele momento. ‘Para o caso de o pior acontecer’, raciocinava. Ensaíara discursos, pensara em coisas para dizer. Agora tudo lhe fugia da cabeça”.

Cláudio estendeu as mãos para Thomas. Este teve um momento de hesitação. E se... Estremeceu com a reação absurda. Apesar de aquele homem estar doente, apesar da sensação inominável que lhe causava a doença inominável, era o homem que ele amava, com quem ele vivia há anos. Os melhores anos de sua vida (GUIZIK, 1995, p.397).

A doença provocou em Thomas um atordoamento. Ela insurgia a sua frente, na figura de Cláudio, suspendendo seus valores, roubando sua linguagem. O HIV/AIDS seguia enquanto “uma doença inominável”, desestabilizadora e estimuladora de “sensações inomináveis”, mesmo com todas as tentativas se de preparar para a sua revelação. Os discursos ensaiados, os diálogos imaginados, as reações mentalmente coreografadas não foram capazes de lhe preparar para aquele evento-limite. Até mesmo seu amor e todos os anos vividos com Cláudio pareciam, naquele momento, perder o seu valor. Ele estava à deriva no tempo.

Compreender a impossibilidade de representar a catástrofe faz parte de uma “virada freudo-kantiana” que guia, rumo a um novo paradigma, o entendimento das relações entre catástrofe, trauma e linguagem (SELIGMANN-SILVA, 2000). Da teoria

freudiana advém a noção do trauma como uma ferida na memória que impede a elaboração dos acontecimentos traumáticos o que, posteriormente, leva compulsivamente ao retorno das cenas catastróficas. Para Seligmann-Silva (2000, p. 84), o trauma, conceito-chave da psicanálise, é caracterizado pela incapacidade de recepção de um evento transbordante que se torna algo sem-forma.

As contribuições de Kant (2002, 2005) orbitam entre a sua noção de sublime e os textos por ele escrito sobre o terremoto de Lisboa de 1775. A extraordinariedade e irrepresentabilidade da catástrofe são atestadas pela definição de sublime, que designa fenômenos súbitos, instantâneos e rápidos em que a força da natureza rompe ou suspende momentaneamente a nossa capacidade de representação em relação ao acontecimento (RIBEIRO; SAGRAMENTO; BORGES; MELO, 2020). Com isso, Kant (2002) busca revelar a inferioridade do espírito em relação à natureza e indicar o efeito catártico do sublime como um fenômeno sobre-humano. Ainda dentro desta lógica, a interpretação de Kant (2005) sobre o terremoto de Lisboa é fundamental para explicar as catástrofes como efeito e consequência de causas naturais e não como uma punição sobrenatural aos pecados dos homens.

A explicação da catástrofe como fruto de causas naturais foi importante para separar esses acontecimentos limites do campo do divino. No entanto, esses eventos também extrapolam a esfera da natureza. Como destaca Pomian (1993) a capacidade de repará-los depende de um sistema técnico-econômico e cultural. O qualificador do desastre está para além da sua realidade material, se trata de uma ameaça radical à ordem cultural e social. Dessa forma, o significado da catástrofe não é dado pelo evento em si, mas pelos seus modos de reconhecimento cultural.

Perceber a catástrofe como um fenômeno cultural evidencia que a sua própria natureza traumática está imersa em um sistema de representações que auxilia a localizar o acontecimento e os sujeitos no mundo dos sentidos. Dessa forma, refletir sobre o trauma produzido pelo HIV/AIDS demanda perceber a íntima relação entre os seus modos observáveis de reprodução e a sua possibilidade de experienciar essa realidade.

Falar em catástrofe é pensar, igualmente, nos efeitos por ela produzidos no mundo habitado por seres históricos. Ao colocar em proeminência os sentimentos, pode-se pensá-la como produtora de prejuízos, marcadamente instaurando uma visão pessimista de mundo e, assim, um espírito do tempo que privilegia, no plano da memória coletiva, os momentos mais mortíferos do passado. São tramas que têm dificuldades de passar.

Esta visão presente do tempo (um presente que não passa) é acompanhada pela obsessão da visão traumática do passado (ROUSSO, 2016).

Este presente que não passa pode ser compreendido a luz da psicanálise freudiana, em que um acontecimento traumático pode desencadear algumas reações do mecanismo psíquico. Se mais recorrentemente associamos a eventos traumáticos o recalçamento, no qual o sujeito não pode lembrar, existe uma outra estratégia mental baseada numa hiperativação da memória (FREUD, 1990; 1996a; 1996b)

Nossa hipótese é que ao refletir sobre as memórias traumáticas do HIV/AIDS estaríamos lidando com a memória superativada socialmente. Ricoeur (2007), baseado em uma leitura psicanalítica, fala sobre acontecimentos traumáticos, em uma dimensão hiperativada, que não conseguem ser elaborados pela sociedade e, por isso, se constituem como um presente mesmo na ausência.

No caso do HIV/AIDS, acreditamos, que as memórias produzidas num primeiro momento de forma abundante, sobretudo, porque tornaram-se memórias midiáticas, produz uma memória social hiperativada, que não é elaborada posteriormente, quando já se sabe que a doença pode ser tratada de maneira medicamentosa, tal como outras doenças crônicas.

Assim, a ação midiática, no nosso entendimento, contribuiu de maneira decisiva para tornar o HIV/AIDS o que Perlongher (1987), de forma pioneira, denominou como “fantasma” da homossexualidade. Assim, o HIV/AIDS não reelaborado na dimensão do que se transformou - uma doença crônica - pelos meios de comunicação, tornou-se metaforicamente o fantasma de uma doença que, passando, é um mal que não passa nunca.

O estigma marcado no corpo homossexual pela doença produziu não só prejuízos, mas foi responsável por ações aglutinadoras, a partir da construção de um *efeito unificador* (POMIAN, 1986). Assim, a necessidade interposta pela incerteza da catástrofe levou, como veremos nos próximos capítulos, a necessidade de rearticulação do projeto identitário, político e coletivo para gays, lésbicas, travestis, transexuais. Outras estratégias vinculativas e novas formas de produção de subjetividade começaram a ser gestadas, visando superar a crise para, assim, tentar se manter/transformar um tempo que se demonstrava sufocante.

Estes movimentos específicos de reorganizar o tempo e ressignificar a vida são atravessados por uma melodramatização, estratégia narrativa adotada por múltiplos sujeitos para dar conta da tragédia que circunda o HIV/AIDS. No próximo capítulo, que

tem em Cazusa o personagem-objeto empírico na nossa trama reflexiva, objetivamos mostrar como através de estratégias discursivas se lidou com a catástrofe. Se era necessária uma maneira própria de manusear a linguagem, podemos aferir que uma matriz melodramática foi prioritariamente acionada, na qual a lógica das sensações ocupou lugar central nas narrativas. Porém, antes de chegarmos em nosso personagem-objeto precisamos compreender as particularidades discursivas da construção dos sentidos sobre o HIV/AIDS. A mídia, em especial o jornalismo, foi o local privilegiado para a produção/circulação dos saberes sobre a doença. Por isso, na segunda parte deste capítulo iremos refletir sobre os efeitos do imbricamento da doença com as lógicas da mídia.

A mediatização do adoecer

Michel Pollack (1990), ao escrever *Uma Sociologia da Epidemia da AIDS*, afirma que a doença tomou forma por meio da explosão de discursos em circulação sobre a temática, dentre os quais, se destacava o midiático. Houve uma avalanche de notícias sobre a nova doença. A cobertura jornalística bombardeava diariamente a sociedade com informações alarmantes sobre o vírus e os corpos por ele infectados. De setembro de 1987 a dezembro de 1996, por exemplo, a *Folha de S. Paulo* publicou 7.074 matérias que, de forma direta ou indireta, faziam referência à doença. Foram duas matérias por dia, ao longo de quase uma década. Em 1996, chegou a publicar 1.550 reportagens apenas naquele ano, chegando a uma média de 4,24 matérias por edição. O jornalista Aureliano Biancarelli, no seu relato, chama a atenção que enfermidades como a tuberculose ou a malária, que “continuam matando mais, nunca ganharam uma pequena parte dessa atenção” (BIANCARELLI, 1997, p. 144).

O HIV/AIDS ganhou os contornos de um *acontecimento monstruoso*, expressão cunhada pelo historiador francês Pierre Nora (1995). Para o autor, com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação, os acontecimentos passaram a ganhar uma nova dimensão. Em sua perspectiva, é impossível separar um acontecimento de seus suportes de produção e difusão midiáticos. Isso se deve, porque é através da visibilidade conferida via meios de comunicação que os acontecimentos passam a existir socialmente. A alcunha de monstro, para se referir a esse novo tipo de acontecimento, é carregada de uma visão crítica, porque, para Nora (1995), as lógicas midiáticas constroem

acontecimentos de alcance mundial imbuídos por uma esfera sensacional, que fabrica permanentemente o novo para alimentar uma fome por acontecimentos⁴⁴.

Herbert Daniel (2018) acredita que os problemas sociais de estigmatização atrelados ao HIV/AIDA estariam associados ao grande número de narrativas sobre a nova doença, espetacularizadas e melodramáticas, postas em circulação pela mídia. Afirmar ele: “Estamos sendo bombardeados por informações sobre a Aids, e quando digo bombardeados estou querendo dizer isto mesmo” (DANIEL, 2018, p.30)

A metáfora do bombardeio utilizada por Herbert Daniel para qualificar a cobertura sobre o HIV/AIDS é mais do que um simples jogo de palavras. Remete à construção de um recurso de linguagem recorrente quando a dimensão catastrófica emerge. A relação entre doenças pandêmicas e metáforas bélicas não é exclusividade do HIV/AIDS. Ao longo do século XX, são muitos os exemplos, como ocorreu nas campanhas de saúde pública em relação à sífilis durante a I Guerra Mundial e no combate à tuberculose no pós-Guerra. O que esta estratégia evidencia é a ideia de uma doença que invade a sociedade e as tentativas controlá-la “são chamadas de lutas e guerras” (SONTAG, 2007, p. 50).

Ao transformar a doença em um inimigo social, seu combate não era mais empreendimento atribuído somente aos médicos, mas a toda sociedade. Dessa forma, as metáforas bélicas mobilizam ideologicamente à população que passa a encarar o novo mal e seus portadores como inimigos. Derrotar a doença é derrotar o inimigo.

A imaginação acionada, quando o tema guerra emerge no repertório dos que se referem a nova doença, identifica assim, tal como nas guerras modernas, o inimigo como um outro, quase um alienígena, possuidor de valores exógenos, que põe em risco a ordem social. E a doença passa, também, a ser encarada da mesma forma.

No quadro de valores que se desenha em torno das metáforas de guerra é preciso destacar o lugar assumido pelo corpo acometido pelo mal. Ao atribuir a doença o lugar de inimigo público, o doente, para Susan Sontag (2007), passa a ocupar um duplo lugar: de vítima e culpado. Na argumentação da autora, a ideia de vítima decorre de uma presumível inocência quase naturalmente inerente ao doente, enquanto a culpa é resultado da qualificação da doença como um inimigo público.

Mas no caso dos homossexuais que viviam com HIV/AIDS emerge uma espécie de dupla culpa, uma vez que é construído em torno da doença uma percepção que associa

⁴⁴ Para uma discussão mais ampliada sobre os acontecimentos monstros, ler Dosse (2013).

o contágio com comportamentos tidos como desregrados, pervertidos e, portanto, perversos. O diagnóstico de Susan Sontag (2007) sobre os acometidos pelo HIV, na nossa interpretação, não se refere igualmente a todos os espectros de doentes. Se a doença é vista como inimigo público por carregar os valores externos a moral e aos costumes de uma dada coletividade, os doentes que infringiriam estas normas, ao longo da vida, não seriam, dentro dessa lógica, encarados enquanto vítimas. Ao contrário, recaí sobre eles uma dupla culpa: a de ser, na essência, a origem do mal e de carregar também no seu corpo o mal. Nessa lógica, aos homossexuais seria negado o papel de vítima, enquanto para os outros corpos acometidos pela infeção (mulheres, crianças, hemofílicos) esse duplo lugar proposto por Sontag (2007) é reconhecido.

O HIV/AIDS, como abordado anteriormente, pode ser considerado como integrante de uma espécie de "Era das Catástrofes" (ROUSSO, 2016). A jornalista e escritora Svetlana Aleksiévitch, vencedora do Prêmio Nobel de Literatura, ao analisar outro evento catastrófico, o acidente nuclear de Chernobyl, o qualifica como antes de tudo uma catástrofe do tempo. Embora o HIV/AIDS e um acidente nuclear sejam acontecimentos de naturezas muito distintas, as reflexões de Aleksiévitch, baseadas em anos de coleta de entrevistas utilizando a metodologia da história oral, permitem identificar traços comuns entre as duas catástrofes. Em ambos os casos, as metáforas militares permeiam as narrativas sobre esses *acontecimentos monstros*.

Entre o momento em que aconteceu a catástrofe e o momento em que começaram a falar dela houve uma pausa. O momento de mudez. E todos se lembram dele. A história sempre foi a história das guerras e dos caudilhos, e a guerra se tornou, como costumamos dizer, a medida do horror. Por isso, as pessoas confundem os conceitos de guerra e catástrofe. E isso dificulta o entendimento do que nós nos encontramos diante de uma história nova: teve início a história das catástrofes ..., mas o homem não quer pensar nisso, porque nunca ninguém pensou nisso. Esconde-se atrás do que é conhecido. Atrás do passado. (ALEKSIÉVITCH, 2016, p. 31-33).

O cenário descrito por Svetlana (2016), nos momentos subsequentes à explosão dos reatores de Tchernóbil, faz lembrar o rompimento da catástrofe que configura a insurgência da AIDS como momento de suspensão do tempo. O instante de mudez foi gradualmente substituído pelos bombardeios das palavras. O passado surgia impotente, não oferecendo caminhos, apoio, possibilidades de transformação. A medicina que, habitualmente, se apresentava como onipotente, invencível e detentora das respostas

sobre as doenças, se via diante de uma encruzilhada de incertezas. Restavam metáforas, alusões a tempos de guerra.

A profusão de notícias sobre a doença levou não só a um processo de abundância de informação e a uma superativação da memória com relação a este momento da experiência do HIV/AIDS. Concordamos com Antônio Fausto Neto (2007) quando o autor afirma que a história da AIDS no Brasil é atravessada pela emergência do processo de midiatização, que assumiria, alguns anos mais tarde, sua máxima potência, modificando a relação entre sociedade, mídia e o jornalismo.

A midiatização implica em um novo modo de presença do sujeito no mundo, uma qualificação da vida marcada pela virtualização das articulações pessoais e institucionais (SODRÉ, 2009). Nesse regime de vinculação, as lógicas comunicacionais estão permeadas de tal maneira no tecido da sociedade, da cultura e de suas instituições que não é possível compreendê-las de forma separadas. Mesmo as realidades e práticas não mediadas midiaticamente são também afetadas pela presença dos meios de comunicação. Trata-se de uma midiatização indireta em que determinada atividade é cada vez mais influenciada em sua forma e no seu conteúdo pelos mecanismos midiáticos. O desenvolvimento do discurso intertextual entre os meios de comunicação e as outras instituições da sociedade, como o campo da saúde, são um exemplo (HJARVAD, 2012).

O surgimento do HIV/AIDS provocou, em muitos aspectos, uma transformação radical na forma como o campo da saúde e a sociedade lidavam com a doença. A ideia de portador, grupo de risco e posteriormente doença crônica impõe uma nova modalidade temporal do adoecer. A distância entre o corpo saudável e o corpo enfermo desaparece, a doença passa a ser vivida virtualmente no presente, ainda que, muitas vezes, seus efeitos sejam só uma projeção de futuro (MOULIN, 2008).

Tomemos como exemplo o risco, enquanto fator que incide sobre o corpo saudável provocando um curto-circuito. O desenvolvimento da medicina preventiva identificou certos comportamentos, hábitos e grupos populacionais como predisposições para o desenvolvimento de certas doenças. Com isso, se estabelece uma escalada dos fatores de risco, que passam a ser acompanhados com exames periódicos, cada vez mais regulares, responsáveis por identificar em cada um de nós uma inevitável desordem. Este quadro se potencializou com o surgimento da medicina predictiva, que explora os genes (MOULIN, 2008).

Com os investimentos massivos na medicina preventiva e predictiva se descobriu, por exemplo, que o câncer de mama é produzido por um oncogene detectável. Isso

possibilita, por exemplo, que uma pessoa com incidência razoável de casos de câncer na família e que tenha identificado nos seus exames a predisposição da doença recorra preventivamente a cirurgia de retirada da mama, como no caso da atriz Angelina Jolie. Neste exemplo, a probabilidade anunciada pelo risco, que é da ordem do virtual, foi encarada como real. Um câncer de mama futuro que ainda não existe e poderia não se desenvolver foi antecipado ao presente com força capaz de determinar as ações e promover uma mastectomia (D'AMARAL, 2003, p. 21).

Para Paulo Vaz et al. (2007), as notícias sobre saúde publicadas pelo jornalismo, ao utilizarem da noção de risco, tem provocado o fim da separação tradicional entre saúde e doença, resultando em um estado de cuidado crônico em relação à saúde. Nessa perspectiva, existe uma crise na demarcação entre saúde e doença que promove a construção de um estado generalizado de quase-doença, que incita os indivíduos a adotarem medidas preventivas. Esse cuidado antecipatório implica na proposição de uma experiência médica, na qual os indivíduos são instigados a manter a morte a uma distância adequada. Essa distância é definida como aquela na qual os indivíduos acreditam ser capazes de evitar a morte por meio de suas ações cotidianas.

A lógica instaurada por noções como grupo de risco e portador implica em uma reconfiguração da relação temporal dos indivíduos com a doença, na medida em que se propõe que eles sofram no tempo presente, por meio da abstenção de seus prazeres e pela negação de suas identidades, para evitar, no futuro, um possível ou provável sofrimento. Essa articulação contribui para a construção de um futuro concebido como uma “punição justa”. Assim, pode-se argumentar que, a noção de fator de risco retoma uma crença arcaica de que o sofrimento é um castigo, associando toda falta moral a uma punição iminente ou futura (VAZ, 2007).

Dessa forma, existe uma subversão da ordem causa e efeito. O futuro, que é uma virtualidade, é que passa a determinar o presente e, com isso, embaralhar as fronteiras entre o corpo saudável e enfermo. Essa virtualidade, típica de uma sociedade impregnada por uma lógica midiática, se faz presente nas concepções de grupo de risco e de portador. Ideias que foram centrais na construção do entendimento do HIV/AIDS.

O que observamos no processo de descoberta do vírus HIV e do desenvolvimento da epidemia da AIDS é a presença das lógicas comunicacionais atravessando a compreensão sobre o que é a doença e as formas de a experimentar. A construção social do HIV/AIDS evidencia que não se estava lidando apenas com um mal natural, mas um problema cultural e político.

Com isso, estamos partindo do pressuposto de que a doença extrapola o estado biológico. Sua significação envolve o acionamento de um amálgama de aspectos que abrangem tanto questões sociais e econômicas, quanto aspectos culturais e históricos. O jornalismo se insere nessa rede discursiva, contribuindo para consolidar saberes e valores sobre as doenças perante a uma ampla audiência (FERRAZ; LEMER, 2017).

O HIV/AIDS, em especial desde a sua fase pandêmica, extrapolou os critérios biológicos. As significações sobre essa doença, inseridas em lógicas bélicas mesmo no campo biomédico, colocou o doente (com um perfil identitário específico) também como inimigo. Com isso, se permitiu o uso da violência, inclusive médica, e a suspensão dos direitos civis normais.

Segundo Waldby (2005), o saber biomédico e os seus protocolos promoveram diversas formas particulares de violência em torno do HIV/AIDS. Para a autora, existe um amplo espectro da violência que pode ser percebido desde os relatos clínicos de agressão (simbólica e física) cometidos em paciências que vivem com o HIV até a violência classificatória utilizada pelas políticas de saúde públicas que se valeram do discurso da biomedicina para hierarquizar as práticas e corpos sexuais. No caso brasileiro, por exemplo, argumentos de fundo sanitarista baseavam a existência de uma lei que proibia homossexuais de doarem sangue, violando assim seu direito civil de igualdade perante aos demais membros da sociedade. Tal proibição só foi derrubada apenas em 2021.

Dessa forma, o HIV/AIDS, para Waldby, deve ser interpretada como o sintoma não da atividade de um vírus, mas de um momento particular na história da política sexual. Enquanto doença, a AIDS não deve ser vista como um evento natural com consequências sociais. Ao contrário, as suas próprias condições de surgimento enquanto doença são derivadas de um conjunto de fatores sociais, com interesses políticos de controle da sexualidade, em especial da homossexualidade.

O diagnóstico da sorologia seria a peripécia responsável por reconfigurar a vida e suas narrativas. Segundo nossa hipótese, existe um movimento inicial marcado pelo achatamento do presente. A iminência da doença faz dos portadores “mortos-vivos”, marcados por uma sentença de morte que se desenha em um futuro esmagador. Por vez, o passado se torna o local onde são apresentados os indícios de conduta que levaram ao contágio. Aqui as ações são lidas como imorais e pecaminosas, sendo o sujeito apresentado negligente com o seu corpo e com sua saúde e, por isso, responsável pelo mal pelo qual está acometido.

Para demonstrar a construção simbólica do HIV/AIDS pela mídia, em especial pelo jornalismo, iremos recorrer a cobertura realizada pelos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*. Contudo, vale destacar que nossa análise é atravessada pela lente da percepção da homossexualidade masculina em sua processualidade. Com isso, queremos enfatizar que nosso objetivo é perceber as construções feitas sobre a nova doença em associação com a homossexualidade⁴⁵. Para isso, em um primeiro momento, selecionamos os textos jornalísticos que empregavam as expressões “câncer gay” e “peste gay” para significar o HIV/AIDS. Utilizamos um recorte de amostragem de dez anos. Adotamos como marco inicial da coleta o ano de 1983, momento reconhecido pela identificação do primeiro caso da doença no país. Ao todo, localizamos 73 textos jornalísticos que utilizam os marcadores “câncer gay” ou “peste gay” para se referir ao HIV/AIDS

Para observar os sentidos dominantes atravessadas pelos marcadores “câncer gay” e “peste gay” escolhemos como recorte os anos 1980 e o início dos anos 1990. As primeiras décadas da doença foram priorizadas por representar um momento de obscurantismo sobre a temática, em função do desconhecimento médico/científico que se impunha. Consideramos também este momento como o que se molda uma construção social sobre a doença, em que existem diversas matrizes discursivas disputando a autoridade de fala. Os jornais estampam estas disputas e a polifonia discursiva em torno da doença.

O HIV/AIDS aparece nas páginas da imprensa inicialmente de forma pontual e tímida. As primeiras notícias surgem nos obituários, que destacam a morte de personalidades conhecidas, como Marcus Vinícius Rezende Gonçalves, o Markito, costureiro famoso na época, que, aos 30 anos, faleceu de AIDS em um hospital em Nova Iorque (*Jornal do Brasil*, 5/06/1983, p. 28; *O Globo*, 5/05/1983, p. 21). A figura pública, que antes era notícia por seu sucesso como figurista de artistas como Gal Costa, Simone e Diana Ross, representando para muitos homossexuais o sucesso que poderiam alcançar, agora era apenas uma jovem vítima da doença.

⁴⁵ O papel do jornalismo na construção simbólica do HIV/AIDS foi tema de estudo de diversos outros pesquisadores, tais como: Antônio Fausto Neto (2007, 1991), Rosana de Lima Soares (2001), Cristina Ponte (2004), Nelson Traquina (2005) e Carlos Alberto de Carvalho (2009), apenas para citar algumas pesquisas de fôlego em língua portuguesa. Contudo, apesar desses autores mencionarem a associação direta dos primeiros casos para com a homossexualidade e a estigmatização provocada pela doença, suas pesquisas não têm como foco principal o marcador sexual.

As notícias se espalham por todas as editorias conforme chegam informações do exterior. As que se originam dos Estados Unidos ganham contornos avassaladores, construindo um cenário distópico de uma peste que vinha dizimar as conquistas de uma comunidade homossexual que se tornara cada vez mais forte nos grandes centros urbanos, na esteira do sucesso conquistado em cidades símbolos de liberdade sexual como Nova Iorque e São Francisco (cf. por exemplo *Jornal do Brasil*, 27/07/1983, p. 8; *O Globo*, 27/06/1983, p. 12; *O Globo*, 30/06/1983, p. 18; *O Globo*, 31/10/1983, p. 12).

O enquadramento conferido à doença nessas matérias guia o olhar sobre o que ocorreria também no Brasil. Os números de novos contaminados e dos que haviam morrido há pouco tempo ganham centralidade nas estratégicas narrativas. São dados inflados por textos que parecem desenhar um cenário apocalíptico. Os números de casos e de mortes cresciam em ritmo acelerado, ainda que nunca haja nas matérias menção à proporcionalidade desses dados em relação à população americana. Essa informação silenciada produzia a sensação de um cenário avassalador. Esta apresentação fria dos números, normalmente, era construída a partir da centralidade estatística descontextualizada, tal como aparece na matéria “Vírus pequeno provoca câncer-gay”, publicada no *Jornal do Brasil*: “Nos Estados Unidos foram diagnosticados 1 mil 552 casos da doença e 897 pacientes morreram” (*Jornal do Brasil*, 21/06/1983, p. 12).

Se, de um lado, havia as estratégicas discursivas do jornalismo presente nos dados estatísticos, de outro emerge a fala dos cientistas como autoridade para desvelar os mistérios da doença. São matérias que tentam explicar que organismo provoca a doença ou que tipo específico de vírus contamina os portadores ou ainda as maneiras possíveis de ser contaminado.

Ainda que nesses textos, de forma implícita ou explícita, esteja presente a ideia de um progresso da ciência, não aparece na fala desses pesquisadores uma possibilidade de cura ou de tratamento eficaz a curto prazo. São destacadas inúmeras pesquisas, diversas instituições de prestígio internacional e muitos caminhos possíveis para explicar a pandemia que se alastrava a partir dos anos 1980. O mito do saber científico como detentor de todas as verdades e da medicina como erradicadora dos males humanos se faz presente nos textos jornalísticos, assim a autoridade é afirmada. No entanto, esse mesmo saber se mostra frágil em relação à possibilidade de cura para a doença. O diagnóstico, independentemente do cenário, parecia prescrever o fim da vida para aqueles que contraíam o vírus. “Mesmo se o adenovírus for identificado positivamente como causador

da síndrome, isso não significa, na prática, muita esperança a curto prazo para os doentes” (*Jornal do Brasil*, 21/06/1983, p. 12).

No final de 1983 e em 1984, os jornais começam a noticiar a invasão do vírus de norte a sul do Brasil. A doença, inicialmente identificada como um mal dos homossexuais norte-americanos, passa, cada vez mais, a ser noticiada em cenários e com personagens brasileiros. A mudança de território não significou o afastamento da doença de sua identidade homossexual. Mesmo quando o portador é identificado na matéria como pai de família, acrescenta-se o rótulo indispensável de ele ser homossexual. “O primeiro caso comprovado de AIDS [no Sul do país] foi registrado no Rio Grande do Sul e o paciente, que tem cerca de 40 anos, é homossexual e pai de família” (*Jornal do Brasil*, 03/01/1984, p. 7).

Os números nas notícias sobre o espriamento da doença pelo Brasil são, de novo, utilizados para demonstrar a possibilidade de contágio da doença e, sobretudo, a inexorabilidade da morte daqueles que contraem o vírus. Reafirma-se o achatamento do presente em relação a um futuro para o qual se reversa a contaminação e/ou a morte. “Foram registrados no estado [São Paulo] 49 casos de pessoas vítimas de AIDS (síndrome da imunodeficiência adquirida) dos quais 26 já morreram (...) O número de casos do chamado câncer gay vem aumentando desde o final de 1983. Atualmente, das cerca de 40 consultas mensais, a AIDS é constatada em 5 pacientes”. (“AIDS vitimou 49 em um ano”. *Jornal do Brasil*, 29/05/1984, p. 12).

O achatamento do presente produzido por este bombardeio numérico também pode ser percebido em outra estratégia discursiva. Ao se achatar o presente nega-se o direito à vida. Nas matérias, a impossibilidade da vida já se anuncia quando os próprios sujeitos vítimas da AIDS não aparecem. Deles se retira a voz, as experiências, os afetos. Tornam-se números, símbolos do seu “comportamento perverso”, que se tornam visível na face da doença.

Na nossa percepção, todas essas estratégias narrativas, desveladas nos parágrafos anteriores, são responsáveis por produzir pânico morais. Hall et. al (1978) afirmam que o rótulo de pânico moral é apropriado quando a reação a uma pessoa, grupo de pessoas ou série de eventos é tirada de proporção com relação à ameaça que de fato se oferece, quando especialistas - sejam eles chefes de polícia, judiciário, políticos ou editores de jornais - percebem uma determinada ameaça de forma idêntica e falam em uníssono sobre diagnósticos, prognósticos e soluções, quando a mídia exhibe representações que enfatizam universalmente aumentos “repentinos e dramáticos” (em números envolvidos

ou eventos) no lugar de avaliações realistas. Para o autor, o pânico moral é um deslocamento ideológico.

O pânico moral, gerado pela mídia nas primeiras décadas da epidemia do HIV/AIDS, desempenhou um papel significativo na estigmatização e perseguição dos homossexuais. A construção feita pela imprensa ao redor de conceitos como "câncer gay" ou "peste gay" mobilizou estratégias que ampliaram e reconduziram os preconceitos sociais, alimentando o medo e a discriminação. Embora existam diversas abordagens teóricas para a análise dos pânicos morais, a estrutura proposta por Cohen (2002) é frequentemente empregada. Todas as características percebidas pelo autor estão presentes na cobertura realizada pela imprensa sobre o HIV/AIDS e a homossexualidade. Segundo Cohen, o pânico moral se inicia com a emergência de uma condição percebida como uma ameaça aos valores e interesses sociais, seguida pela apresentação estereotipada do fenômeno pela mídia de massa. Posteriormente, pessoas influentes assumem posições sobre o assunto, contribuindo para o estabelecimento de barricadas morais, enquanto especialistas socialmente credenciados pronunciam diagnósticos e soluções.

A imprensa nacional produziu o pânico em torno da nova doença e do seu bode expiatório, os homossexuais, em um processo que podemos esquematizar, a partir das contribuições de Cohen (2002), em três fases fundamentais: inventário, mobilização e reação. Na fase de inventário, a mídia recorre a exageros, distorções, predições e simbolização para aguçar ansiedades sociais. Durante a mobilização, as imagens coletadas no inventário são cristalizadas em opiniões e atitudes mais organizadas, identificando-se as consequências dos comportamentos e os indivíduos demonizados. Por fim, na fase de reação, importa não apenas o que foi pensado, mas o que foi feito ou planejado em relação ao problema. No próximo capítulo, iremos de forma mais detalhada demonstrar, a partir do caso Cazuza, a operacionalização dos pânicos em torno da doença, o maniqueísmo operado pelas narrativas midiáticas e os seus potenciais efeitos.

Cap. 4 - Uma doença, muitos sentimentos

Costuma-se ter duas doenças ao mesmo tempo: a diagnosticada e a imaginada.
Carlos Drummond de Andrade

No início dos anos 1980, o HIV/AIDS assume o protagonismo das discussões mundiais sobre a saúde e a sexualidade. Os meios de comunicação bombardeavam a população sobre os riscos da nova doença, a falha da ciência no seu tratamento e insinuavam quais eram os grupos responsáveis pelo novo mal. A cobertura jornalística e o audiovisual produziram uma midiaticização do adoecer que, entre outros aspectos, conferia tons melodramáticos e uma cultura imagética à narrativa do HIV/AIDS. No Brasil, o estilista Marcus Vinícius Resende Gonçalves, o Markito, foi o primeiro grande personagem midiático dessa história. Sua morte, em 4 de junho de 1983, foi amplamente noticiada como "a primeira vítima brasileira" da crise sanitária provocada pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV).

A morte de Markito é simbolicamente importante porque também representa a associação, através da mídia, do HIV/AIDS com a homossexualidade (BARTOLOZZI, 2021, p. 177). Markito era um famoso estilista de celebridades nacionais e internacionais. No imaginário popular, sua figura – assim como de outros estilistas da época, como Clodovil e Denner – estava associada a um certo ideal de homossexualidade afeminada, as "bichas" (FRY, 1982). A sua notoriedade, em certos circuitos nacionais, amplificou a cobertura sobre sua morte. Ele representava o "personagem ideal" da nova doença, que já dominava as páginas da imprensa internacional.

A morte de Markito completou, em 2023, quarenta anos. Ao longo destas décadas, houve grandes conquistas dos grupos de militância e nas formas de tratamento do HIV/AIDS. O Brasil se tornou um país referência no combate à doença, com um histórico de amplas campanhas nacionais de prevenção e distribuição gratuita dos antirretrovirais utilizados no tratamento da infecção⁴⁶. Os consideráveis avanços biomédicos fizeram que a enfermidade passasse a ser considerada como crônica e controlada, porém, na imaginação popular, a presença do vírus no organismo segue como uma sentença de morte (SCHAURICH; COELHO; MOTTA, 2006). A associação da doença com os ditos grupos de risco ainda produz estigmas, apesar da ciência demonstrar que não existe base para tais correlações (PARKER; AGGLETON, 2021). O que podemos perceber é que,

⁴⁶ O SUS (Sistema Único de Saúde) também disponibiliza Profilaxias Pré-exposição (PrEP) e Pós-exposição (PEP) que auxiliam de forma eficaz na prevenção da infecção.

nos jogos da memória, os sentidos produzidos nas primeiras décadas da doença parecem perdurar no tempo. A imagem dos corpos esqueléticos marcados segue assombrando o presente.

Nestor Perlongher (1987), ainda nos primeiros anos da epidemia, propôs uma metáfora para pensar a nova doença que tem se demonstrado ainda eficaz no presente. Para o antropólogo, o HIV/AIDS é um fantasma que atua como um poderoso mecanismo de moralização e controle sobre os corpos e suas sexualidades. Compreender a doença enquanto um fantasma auxilia no processo de entendimento das constantes ondas de pânico que estão sempre a assombrar, em especial, os sujeitos identificados como homossexuais⁴⁷. Como nos lembra Pelúcio e Miskolci (2009), o HIV/AIDS é um eficaz dispositivo para repatologizar o sexo entre homens.

O fantasma do HIV/AIDS comunga duas faces: a da morte e a da sexualidade (SOARES, 2001 p.91). Nesse sentido, falar sobre a doença é produzir narrativas e acionar uma imaginação que produz uma equação complexa: a sexualidade é a morte. A homossexualidade, em especial, seria a materialização desse sexo que mata. Quando enxergamos o fantasma não estamos olhando para a doença em si, mas para a moralização desencadeada em torno dela. É o dispositivo do HIV/AIDS que se torna visível por meio das assombrações.

O fantasma, em uma dimensão historiográfica, é uma figura analítica interessante por ser simultaneamente passado e presença viva. Trata-se de uma permanência que perturba a noção linear do tempo e torna legível a sobrevivência das representações e dos significados de outrora da doença. Derrida (1994) desenvolveu a espectrologia, um tipo de estudo sobre fantasmas e o aspecto fantasmático. O autor discorre sobre heranças, traumas e o luto em uma duração que é geracional (“gerações fantasmas”). O espectro é um não-objeto, um “devir-corpo”, o “estar-aí de um ausente”, que não é dócil com o tempo. Ao contrário, o seu aparecimento é intempestivo e furtivo, não pertencendo a um encadeamento temporal pensado nas modalidades presente/passado, presente/presente e presente/futuro, tal como proposto por Santo Agostinho (2015).

⁴⁷ O HIV/AIDS não assombra somente aos homossexuais, apesar da maior associação simbólica da doença com esses sujeitos. Como o próprio Perlongher (1987) apontou, o medo em relação a doença foi construído inicialmente de forma “guetificada” (homossexuais masculinos, haitianos, usuários de drogas injetáveis, profissionais do sexo e hemofílicos) mas, com o passar dos anos, começou a ser anunciada como uma ameaça a família. Pelúcio e Miskolci (2009) complementam o campo de atuação do fantasma do HIV/AIDS identificando sua associação com todos os desejos e práticas sexuais considerados moralmente não respeitáveis.

Daniel Kvller (2022) também evoca a figura do fantasma, sob o prisma teórico da espectrologia, para tentar explicar o atual contexto do HIV/AIDS no Brasil. Para Kvller (2022), viveríamos em um momento paradoxal. Todas as conquistas das últimas décadas (incorporação universal de uma série de novas tecnologias de prevenção e tratamento, redução dos índices de mortalidade e a cronificação da doença) indicam o estabelecimento de uma fase de “desdramatização da AIDS”⁴⁸. No entanto, “boa parte da população brasileira provavelmente ainda associa o tema ao rosto esquelético de Cazuza estampado na capa da revista *Veja* em 1989” (KVLLER, 2022, p. 148). A doença está associada a uma poderosa memória discursiva.

O fantasma instala um tempo regido pelo anacronismo. Olhamos o presente e enxergamos o passado. Não somos capazes de ver uma pessoa com o HIV como um *indetectável*⁴⁹. Nossa imaginação nos direciona para a figura do aidético (um morto-vivo). O fantasma da AIDS carrega a imaginação do corpo aidético. O corpo esquelético, símbolo no passado da presença do vírus no organismo, se faz visível mesmo quando não é mais possível vê-lo.

Leite (2006), por exemplo, em sua pesquisa sobre pessoas que vivem de forma indetectável com o vírus relata que, ao realizar suas primeiras visitas exploratórias na ONG RNP+/Ceará4 (Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/aids), ficou instigada ao encontrar pessoas felizes e sorridentes. A pesquisadora esperava encontrar a imagem de Cazuza na capa da revista *Veja*: um corpo magro, cabisbaixo, com pouco cabelo e manchas (LEITE, 2006, p.13). Houve um estranhamento, porque a realidade seguia, na sua imaginação, assombrada pelo fantasma da AIDS.

Nas apropriações que a passagem do tempo conferiu as memórias traumáticas da AIDS, Cazuza passou a permitir tangibilidade ao intangível do fantasmagórico. O fantasma, mesmo sem carne, sempre precisa de uma materialidade para assumir as suas feições (DERRIDA, 1994, p. 22). No caso do fantasma do HIV/AIDS no Brasil, Cazuza

⁴⁸ A ideia de desdramatização da AIDS é compartilhada por diversos autores que estudam a doença (POLLAK, 1990, p.138-155; JARDIM, 2019, p.10; SACRAMENTO, CIRINO, 2024, p.207). Para Pollak (1990) essa seria uma nova fase social da doença e se iniciaria a partir dos anos 90 com os avanços da medicina e com a transformação da cobertura midiática sobre o tema. O pânico, o ódio e o sensacionalismo deixariam de ocupar a centralidade dos sentidos sobre o HIV/AIDS.

⁴⁹ Segundo o Ministério da Saúde, a terapia antirretroviral (TARV), quando usada corretamente, pode reduzir a quantidade do HIV no sangue para níveis tão baixos que se tornam indetectáveis nos exames utilizados para contá-los. Pesquisas demonstraram que alcançar e manter uma carga viral “continuamente indetectável” não só preserva a saúde da pessoa que vive com HIV, mas também evita a transmissão sexual do vírus. Por isso, existe uma ampla campanha social, por parte do governo e da militância, em prol da indetectabilidade. Para saber mais acesse: [Indetectável \(aids.gov.br\)](https://www.aids.gov.br/pt-br/indetectavel)

assumiu essa função. O seu espectro tem a potência de produzir uma dobra no tempo, através da irrupção do passado sobre o presente.

Quando o tempo está “out of joint”⁵⁰ (fora dos eixos), é necessário que as preocupações éticas e políticas extrapolem a vida presente (DERRIDA, 1994). Nenhuma transformação sobre o status do HIV/AIDS será possível sem antes a elaboração do seu passado e o enfraquecimento dos seus fantasmas. Nesse contexto, um conjunto de questões se colocam. Como a memória da doença e de suas vítimas tem sido contada? Que usos temos dado a esse passado? A essas perguntas uma resposta parece se impor: estamos tratando de um trauma social ainda não devidamente elaborado, que produziu uma ferida na memória coletiva. Como consequência, experienciamos um passado que *parece não querer passar*.

O trabalho memorial nas zonas traumáticas da história não visa somente reportar os acontecimentos do passado, mas retomar essas lembranças como indícios das fraturas produzidas na memória coletiva (DOSSE, 2003). Dessa forma, a história da memória sobre o HIV/AIDS se faz como um imperativo que visa tanto sanar as dívidas com as vítimas do passado, como busca evitar/combater as patologias da memória no presente. Para isso, todo aporte crítico é necessário. A percepção de que o passado não é um fardo, mas uma “mina de sentidos”, é uma condição para sua elaboração, liberando o presente de repetições patológicas e recalcamientos (DOSSE, 2003).

Entre os vários caminhos possíveis a serem trilhados, nos interessa escrever uma história da memória cultural do HIV/AIDS, privilegiando o papel da mídia e sua relação com as memórias coletivas e individuais ao longo do tempo. Com esse intuito, a investigação seguirá por dois movimentos: um de natureza sincrônico e outro, diacrônico. A ação de rememorar, em um primeiro momento do texto, partirá das minhas recordações pessoais. A partir das minhas lembranças busco demonstrar como a dinâmica de rememoração sobre o HIV/AIDS se inscreve em um mundo cultural. Assim como Assman (2011), acredito na potência de uma “memória envolvida”, que se ancora na materialidade dos produtos da mídia e se atualiza em processos comunicacionais interpessoais ao longo das gerações.

Na segunda parte do texto, o trabalho de lembrança recai sobre os suportes materiais da memória. Retomamos a cobertura feita pela mídia, ainda nos primeiros anos

⁵⁰ A frase, “time is out of joint”, dita por Hamlet ao fantasma de seu pai, ocupa a centralidade do pensamento desenvolvido por Derrida. O trecho, oriundo da obra de Shakespeare, permite ao filósofo francês pensar a dessincronização do tempo provocado pela fantasmagoria a partir de uma dimensão ética-política.

da epidemia do HIV/AIDS, com objetivo de recuperar os fios narrativos dos múltiplos quadros sociais que enredam, em tramas temporais, a memória sobre a doença. Buscamos observar as especificidades da escrita e da fotografia jornalística enquanto tecnologias de memória, que borram as fronteiras entre o individual e o coletivo, o intra e o extrapsíquicos.

Dessa forma, seguimos por uma linha de investigação que percebe a memória como potência, em que o ato de recordar produz uma interação entre a imaginação e a razão (ASSMAN, 2011). Para contar a história da memória do HIV/AIDS, escolhemos os arquivos produzidos por e sobre Cazuza como fio condutor. Utilizamos, preferencialmente, as matérias publicadas de 1982 até a sua morte, em julho de 1990, no *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e na revista *Veja*⁵¹, compondo um corpus de análise de 386 textos⁵². Recorremos também as canções gravadas e escritas por Cazuza ao longo do mesmo período. Com isso, buscamos formar um quadro amplo do contexto midiático da época, com uma amostragem que revela tanto os olhares lançados sobre o artista como a sua escrita de si, por meio de músicas autobiográficas.

Separamos, para a análise, os textos em três categorias. Na primeira, tratamos daqueles que, de alguma forma, relacionam Cazuza à rebeldia, ao exagero e às atitudes desviantes, associando essas condutas, vistas como autodestrutivas, ao fato de ele ser homossexual⁵³. O segundo conjunto de textos já anunciam o artista como uma pessoa que vive com HIV. E, por fim, as matérias do desfecho da sua trama melodramática que, apelando aos valores imemoriais das sensações, apresentam a morte como destino.

Uma imaginação mnemônica sobre o HIV/AIDS

Agenor de Miranda Araújo Neto, que passou à história e à memória como Cazuza, não foi a primeira pessoa a viver com HIV no Brasil, nem foi a primeira vítima fatal célebre da doença⁵⁴. Entretanto, como destaca Fausto Neto (1991, p. 124), o cantor se

⁵¹ Priorizamos em nossa análise estes veículos por serem, no contexto analisado, os jornais e a revista de circulação nacional com maior tiragem. Ao longo do texto vamos também traçar um paralelo entre a cobertura realizada por esses órgãos da grande mídia e outras formas de cobertura.

⁵² No processo de seleção do material empírico, consideramos enquanto textos os diversos formatos jornalísticos, como: notas, entrevistas, matérias, reportagens, cartas dos leitores, artigos e capas.

⁵³ Embora, o músico, em alguns momentos, se definisse publicamente como bissexual, a leitura à época o enquadrava como homossexual. “Acusação” por ele mesmo eternizada em um de seus sucessos, “*O tempo não para*”: “te chamam de ladrão, de bicha, de maconheiro. O “pacto da homossexualidade”, como uma identificação coletiva, era um grande guarda-chuva indenitário para as sexualidades e gêneros dissidentes, apesar de existir uma hegemonia do homem branco gay nas representações e reivindicações.

⁵⁴ A morte do costureiro Marcus Vinícius Resende Gonçalves, o Markito, foi amplamente noticiada em junho de 1983 como o primeiro caso conhecido de um brasileiro que faleceu em decorrência do vírus HIV.

tornou sigla/signo do “fatal mal-estar moderno” que emergia no final do século XX. Seu nome e imagem passaram a ser vinculados culturalmente à doença e suas consequências. Cazuza, investido de características exemplares, de natureza simbólica, representa uma geração de ideais e valores – pautada pela liberdade sexual e de comportamento, que deveria ser definitivamente abatida pela AIDS enquanto dispositivo de sexualidade (PERLONGHER, 1987; MISKOLCI; PELÚCIO, 2009).

As narrativas que circulavam nos meios de comunicação sobre Cazuza e o seu adoecimento assumiram a centralidade na formação de um discurso semantizador sobre os primeiros anos da doença. A mídia, com suas representações e enquadramentos, ocupou um lugar de destaque na produção de uma memória coletiva nacional em que Cazuza cristaliza um saber sobre HIV/AIDS associado a liberdade sexual a um processo de definhamento que levaria à morte.

As suas músicas e a trajetória da sua vida perduram no tempo, se reinscrevendo em novos produtos midiáticos e em experiências individuais. Cazuza segue na memória cultural como um ídolo do rock e sigla/signo da AIDS enquanto dispositivo de sexualidade. Minha imaginação acerca da homossexualidade e do HIV/AIDS como um fantasma à espreita é atravessada por memórias herdadas e atualizadas do “universo Cazuza”. Lembro, em especial, do lançamento da sua cinebiografia – *Cazuza: o tempo não para*⁵⁵. O ano era 2004, eu tinha 13 anos, morava no nordeste brasileiro, em uma cidade em que nada ao meu redor parecia amistoso a um jovem gay que vivenciava clandestinamente suas primeiras experiências sexuais. Acompanhava fascinado pela televisão as chamadas do filme e os debates sobre suas cenas em revistas e programas de auditório. O encanto impulsionado pela projeção de representatividade era seguido por uma recusa pública. Ver o filme, demonstrar interesse por aquele universo poderia significar uma condenação por associação.

Haviam se passado quase 14 anos desde a morte de Cazuza quando o filme foi lançado, mas o dispositivo de controle sobre a sexualidade desempenhado pelo HIV/AIDS continuava ativo, em vigilância. Não fui ao cinema, aluguei o DVD em uma

Em relação as vítimas célebres da doença no Brasil, o primeiro caso emblemático foi o do ator Lauro Corona, que nunca admitiu publicamente ter a doença, e faleceu em 1989.

⁵⁵ Baseado no livro “*Só as mães são felizes*”, escrito por Lucinha Araujo, mãe de Cazuza, em parceria com Regina Echeverria, o filme conta a história da carreira do cantor. Ao longo dos mais de 10 anos retratados os diretores Sandra Wernech e Walter Carvalho passeiam pela vida pessoal, o processo criativo e o enfrentamento da AIDS. A obra foi um sucesso comercial, garantindo já na primeira semana de exibição uma audiência de 500 mil pessoas (O GLOBO, Segundo Caderno, 20 de jun. 2004, p. 5) e na segunda semana atingindo a marca de 1 milhão de pessoas (O GLOBO, Segundo Caderno, 27 de jun. 2004, p. 5).

locadora distante do meu bairro durante a visita a casa de uma amiga. Em sua casa, sozinhos, víamos a Daniel de Oliveira interpretar Cazuza. Estávamos em um quarto, de portas fechadas e volume do som era baixo. Eu não podia ser pego. Assumir a minha sexualidade, naquele momento, significava ter que pagar um preço alto.

Buscava, na pequena tela da TV, por representatividade, por descobrir que mundos novos a vida me reservava. Encontrei a AIDS como destino. Minha experiência pessoal sobre o consumo da cinebiografia de Cazuza revela a presença de uma memória imaginativa, fantasmagórica, sobre o HIV/AIDS que segue sendo atualizada.

Um segundo relampejo de memória merece ser aqui ainda lembrado, no que diz respeito a articulação de uma imaginação social latente sobre Cazuza e o HIV/AIDS. Alguns anos após o lançamento do filme, quando já tinha 22 anos e era publicamente assumido, fiz uma bateria de exames de rotina. Ao retornar no consultório do médico, que me acompanhava regularmente, para saber os resultados, sou surpreendido com um falso positivo para o HIV.

Aquele breve momento produziu uma intensa força disruptiva em mim. Após um momento atônito sou acompanhado, pelo médico consternado, a porta do consultório. Ao se despedir, me solicitou o exame de confirmação, que descartaria a doença. No entanto, foram os minutos em frente a porta de sua sala que marcaram a minha memória. Na tentativa de me acolher, meu médico iniciou um discurso em que afirmava que a utilização da medicação de forma correta me possibilitaria ter uma vida plena mesmo tendo HIV. Segundo ele, o que me condenaria a morte era se “fizesse igual a Cazuza”.

O nome, Cazuza, despertou um choro incontrolável. Manter-me vivo significava, a partir daquele momento, me distanciar de quaisquer exageros. O médico seguiu com seu discurso, afirmando que o comportamento boêmio, “desviante”, é o que me levaria à ruína. Os avanços biomédicos alcançados nas últimas décadas pareciam ter desaparecido. Era o fantasma do HIV/AIDS, enquanto dispositivo de controle da sexualidade, que assombrava a cena e Cazuza assumia, novamente, a cara da morte.

Os fragmentos da minha memória pessoal ilustram a complexidade do envolvimento mútuo da memória com a autoconsciência e as representações públicas. As significações sobre o passado são preenchidas por traços de memória privada misturadas com representações midiáticas, como fotografias, músicas, notícias e filmes.

A ação mnemônica permite a permanência no tempo dos significados ao cruzar histórias pessoais, processos cognitivos, elementos de ordem social e pertencimento cultural. As lembranças, constantemente produzidas, atualizam e mantem viva a memória

coletiva sobre o HIV/AIDS, enquanto as práticas culturais contribuem para ordenar e padronizar as significações. Sendo a *imaginação mnemônica* vital em todo esse processo. Porque é, através dela, que estabelecemos conexões entre o autobiográfico e as lembranças mantidas em comum (KEIGHTLEY e PICKERING, 2012).

Nesse sentido, a imaginação atua, no processo de perceber o mundo e o seu passado, não como produtora de fantasias, mas como executora do trabalho de construção histórica. Precisamos superar uma falsa ideia de que a imaginação só produz aquilo que é fictício ou irreal. Banir esse preconceito envolve dissolver uma barreira, muitas vezes estabelecida, entre memória e imaginação, em que a primeira é confinada a testes empíricos de veracidade e a segunda diz respeito a tudo aquilo considerado suspeito, um “delírio” da realidade.

O engajamento imaginativo e a imaginação são centrais nos atos e nos processos da recordação. O sujeito que se lembra, o faz, envolvendo imaginativamente os lampejos de vestígios do passado. Ao passo que ajuda a integrar as memórias, a imaginação também as reorganiza, em meio a uma miscelânea de experiências, conferindo uma narrativa coerente baseada em padrões culturais estabelecidos. Com isso, a imaginação mnemônica é capaz de transformar os rastros da memória em recurso para pensar as transações entre passado, presente e futuro (KEIGHTLEY e PICKERING, 2012).

A história também se seve da imaginação. É por meio da *imaginação histórica* que um acontecimento, personagem ou objeto que não existe mais pode se tornar presente em nosso pensamento. Reside na *imaginação histórica* a capacidade do historiador de acessar outros momentos no tempo, de perceber as conexões entre as experiências individuais e coletivas. A teia de construção imaginativa é responsável não só por preencher as lacunas entre os elementos fornecidos pelas fontes, mas por imaginar todo o quadro do passado a partir do presente. Essa forma específica de imaginar está intimamente ligada com a consciência histórica de cada momento, de tal modo que a imaginação que executa o trabalho de construção histórica fornece igualmente os meios necessários à sua crítica e a percepção dada às suas fontes (COLLINGWOOD, 1972).

Neste capítulo, vamos trabalhar a imaginação para descortinar as lógicas presentes nas práticas e processos comunicacionais que construíram uma narrativa pública sobre o caso Cazuza. Com isso, seremos capazes de perceber os fenômenos comunicacionais como integrantes do mundo visto como universo histórico. As ações comunicacionais passam a ser percebidas em suas processualidades e particularidades, permeadas de inserções e apropriações temporais em suas tramas (RIBEIRO, LEAL E GOMES, 2017).

Ribeiro, Leal e Gomes (2017) baseiam as suas reflexões sobre a imaginação histórica e a importância de sua aplicação nas pesquisas em comunicação, em um texto clássico de Wright Mills (1982). O autor desenvolve a ideia de uma imaginação sociológica e advoga em sua defesa, enfatizando a importância de uma abordagem em que os problemas postos nas pesquisas sejam encarados com um olhar capaz de articular criativamente o eu e a sociedade, o indivíduo e a história.

Gostaria de retornar a um ponto específico da argumentação elaborada por Mills (1982). Segundo seus apontamentos, raramente temos consciência, no calor do desenrolar dos acontecimentos, da complexa relação entre as vidas individuais e o curso da história. Dessa forma, imaginar é ser capaz de sentir o jogo que se processa entre os homens e a sociedade, o biográfico e o histórico, o eu e o mundo. Para o autor, a tarefa e a promessa do emprego científico da imaginação residiria na capacidade de compreender o cenário histórico de forma mais ampla e ser capaz de ir das relações mais impessoais e remotas às características mais íntimas do ser humano, conseguindo estabelecer uma teia imaginativa entre ambas.

A trajetória de Cazuza é um bom estudo de caso para demonstrar as possibilidades de construção imaginativa entre as dimensões mais íntimas e pessoais do sujeito e as questões sociais do contexto histórico vivido. As narrativas sobre Cazuza extrapolavam as notícias sobre sua atuação e produção artística. O cantor era uma celebridade do seu tempo, atraindo olhares curiosos e a atenção para a sua vida privada. O borramento entre os limites do privado e público é, nesse caso, um elemento facilitador para análise da imaginação histórica.

A vida nas páginas da imprensa

A vida pública de Cazuza tem como marco inicial sua participação no *Barão Vermelho*, grupo de rock nacional que lançou seu primeiro álbum em 1982. As primeiras notícias enquadram o artista como representante da nova geração do rock nacional⁵⁶. Cazuza é apresentado como símbolo de uma juventude de classe média alta, que vivia

⁵⁶ Os anos 80 foram marcados musicalmente pela efervescência de bandas de rock que passaram a dominar comercialmente o cenário cultural do país. O *Barão Vermelho* ao lado de bandas como *Paralamas do Sucesso*, *Ultrage a Rigor*, *Titãs*, *Kid Abelha* e *Legião Urbana* foram responsáveis por consolidar o rock como um segmento de sucesso no país. Esse movimento musical representava também uma mudança comportamental e uma nova cara para a juventude nacional, para uma análise aprofundada ler Afonso (2016).

uma vida desregrada e que, por meio do seu comportamento e das suas músicas, trazia para a discussão tabus como o sexo e as drogas.

A imprensa, ainda que confira destaque a Cazuza, não recebe com entusiasmo o primeiro LP da sua banda. O reconhecimento da crítica e de público é impulsionado por regravações e manifestações públicas de artistas já consagrados como Caetano Veloso⁵⁷ e Ney Matogrosso⁵⁸. Com avalistas de renome, a atuação de Cazuza, enquanto letrista, começa a ser destacada. Inicia-se a construção da sua imagem como poeta da nova geração. A validação da sua produção artística, no entanto, é acompanhada por comentários cada vez mais mordazes sobre a sua vida pessoal.

As notícias que falavam de seu cotidiano, destacavam os “excessos” da sua vida. Num primeiro momento, a liberdade sexual e o consumo de drogas eram o que conferia noticiabilidade aos acontecimentos da sua vida privada. Na grande mídia, esses aspectos apareciam nas entrelinhas ou em piadas. Essas temáticas não eram abordadas diretamente, até o início das primeiras internações em 1985. No entanto, nas revistas de entretenimento e na imprensa alternativa, a sua sexualidade já era trabalhada de forma mais explícita, apelando para as sensações.

A capa do Pasquim, de dezembro de 1984, ilustra o enquadramento explícito conferido a Cazuza, fora do circuito da grande imprensa tradicional. O cantor, que era o entrevistado especial da edição, é apresentado como o kamikaze⁵⁹ do rock. Todos os elementos da capa direcionam o leitor a compreensão de que se trata de um sujeito com comportamento suicida. Na fotografia, Cazuza faz uma pose em que seu rosto denota as faces de um louco apalermado que aponta uma arma em direção aos seus “miolos”, um ataque a sua razão. A imagem também coloca, simbolicamente, em destaque um traço do seu comportamento considerado autodestrutivo. Cazuza está com a braguilha da calça aberta, seu sexo está livre, desconforme com as normas sociais. Este elemento presente na capa transpassa toda a entrevista com o cantor, que é questionado, em diversos momentos, sobre aspectos de sua vida sexual, definida literalmente como “promiscua”.

⁵⁷ Caetano em sua temporada de shows, no Canecão, do álbum *Uns* (1983) faz uma versão voz e violão da canção “*Todo Amor que Houver Nessa Vida*”. A música, com letra de Cazuza, fazia parte do primeiro LP do Barão lançado no ano anterior. Na ocasião Caetano teceu inúmeros elogios ao grupo (FRANÇA, Jamari. *Misturas Explosivas*. *Jornal do Brasil*, 4 de set. 1983, Caderno B, p. Pg.2, ed.00149; SALEM, Helena. Caetano, sempre Caetano. Mesmo quando o show decepção. *O Globo*, 10 jun. 1983, Cultura p.15.)

⁵⁸ Amigo e amante de Cazuza, Ney Matogrosso regrava “*Para o dia Nascer Feliz*” presente no segundo álbum do Barão Vermelho, lançado em 1983. O lançamento da canção na voz de Ney foi o ponto de partida para furar o bloqueio das rádios as músicas do Barão. (FRANÇA, Jamari. Barão Vermelho: os malditos chegam ao sucesso. *Jornal do Brasil*, 24 fev. 1984, Caderno B, Pg.2/ed.00320)

⁵⁹ Os kamikazes eram os pilotos de aviões japoneses que, carregados de explosivos, realizavam missões suicidas contra alvos inimigos durante a Segunda Guerra Mundial.



Imagem 06: Capa do *Pasquim* de dez. de 1984 com Cazuza

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O efeito gráfico que compõe a imagem produz um balão de pensamento que reforça a significação do suicídio ao atribuir a Cazuza o dizer: “saio da história para entrar no *rock’n’roll*”⁶⁰. Estas palavras seguem uma característica já notada por Barthes (1990) como presente na relação entre o texto e a fotografia jornalística, elas tornam a imagem mais pesada, impondo-a uma cultura, uma moral, uma imaginação. A leitura convoca a feitura de elos históricos com a carta testamento deixada no celebre suicídio cometido pelo ex-presidente Getúlio Vargas. A associação com a figura do governante aciona uma imaginação coletiva sobre o suicídio, mas também estabelece um jogo de diferenciação entre as duas personalidades. Enquanto a ação de Getúlio Vargas de “sair da vida para entrar na história” era um ato político, Cazuza estava deixando a história para entrar no *rock’n’roll*. Ou seja, ele estava negando a concretude da vida para viver em um universo paralelo regido por sexo, drogas e diversão.

⁶⁰ Essa afirmação, atribuída ao cantor, não consta entre as respostas dadas por Cazuza na entrevista transcrita no interior das páginas desta edição.

A saída de Cazuzza do *Barão Vermelho*, na véspera da gravação do quarto LP da banda, em agosto de 1985, é um marco na mudança da cobertura conferida pela grande imprensa. O grupo carioca de rock estava em seu auge quando o seu líder anunciou que ia seguir carreira solo. O racha interno ganha ampla repercussão na mídia, sendo simultaneamente noticiado a internação de Cazuzza para tratar de uma doença viral. A vida privada do cantor, em especial aspectos relacionados a sua saúde, passam, a partir desse momento, a ganhar cada vez mais espaço em jornais como *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e na revista *Veja*.

O interesse da mídia pelo fim da formação original da banda dividia a atenção com a saúde do cantor. O jornal *O Globo*, ao informar sobre os desdobramentos da separação anunciada pelo *Fantástico*, em sua edição do dia 14 de agosto, fala sobre um Cazuzza que está “hospedado na casa de sua mãe, Lúcia Araújo, convalescendo-se de uma virose” (O GLOBO, 30/07/1985, p.3). O *Jornal do Brasil*, dois dias depois, lança uma nota informando que Cazuzza tinha sido “internado às pressas quarta-feira no Hospital São Lucas com 42 graus de febre provocados pela mononucleose⁶¹ que o acometia há dias” (JORNAL DO BRASIL, 02/08/1985, p.9). As notas sobre o seu adoecimento seguem na imprensa, aludindo um “mal maior”. Os rumores ganham outra proporção quando a revista *Veja*, em sua edição de 14 de agosto, insinua, em sua reportagem de capa sobre a Aids, que a internação de Cazuzza possuía relação com a doença. O alarde provocado pela publicação logo foi desmentido pelo cantor, em entrevista concedida à *Folha de S. Paulo*.

Em primeiro lugar, não aguento mais falar sobre este assunto. Uma chatice! Eu acho o seguinte: todo mundo, hoje em dia, que tem uma febre ou dor de cabeça, já acha que está com AIDS. O bombardeio de informações é enorme, ok, tem que falar, é claro. Mas aí, a paranoia é enorme também [...] Eu não vou ter AIDS (FOLHA DE S. PAULO, 01/09/1985, p.3).

⁶¹ A mononucleose, uma infecção causada pelo vírus Epstein-Barr, possui sintomas muito próximos aos sintomas iniciais da AIDS, como crises de febre, emagrecimento, linfadenopatia e diarreia. A semelhança entre os sintomas das duas doenças fez com que diversos casos de pacientes homossexuais, entre os anos 1978 e 1979, fossem identificados como possuidores de uma síndrome parecida com a mononucleose (Laurindo-Teodorescu; TEIXEIRA, 2015, p.28-29). Nesses casos iniciais ainda não se conhecia Aids, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, que viria a ser registrada pela primeira vez nos Estados Unidos, em 1981. Mesmo com os avanços da medicina e as significativas descobertas dos últimos quarenta anos sobre o HIV/AIDS ainda hoje é comum casos de infecção primária pelo HIV serem diagnosticadas como mononucleose ou outras doenças infecciosas como a citomegalovirose e a toxoplasmose (síndromes mononucleoselike) (BARBOSA; SOUZA, 2007).

A matéria da *Folha*, intitulada “Nova fase, nova forma”, busca apresentar um Cazuza “mais saudável do que nunca” e demarcar o posicionamento, tanto do artista como do periódico, contra um certo tipo de prática jornalística: a sensacionalista.

De tempos em tempos, surge, vai saber porque, um boato envolvendo artistas e doença [...] A última desta boataria foi Cazuza Araújo, ex-líder do grupo Barão Vermelho. Cazuza estaria com AIDS, diziam os boatos, até internado no hospital. Uma matéria na revista ‘Veja’, onde aparecia uma foto dele na cama, tomando soro, em vez de acabar com a confusão, aumentou ainda mais (FOLHA DE S. PAULO, 01/09/1985, p.3).

Os boatos publicados na imprensa, cada vez mais recorrentes, sobre a saúde do cantor assumem características que remontam a um romance folhetinesco, mas com personagens retirados da realidade. A estrutura narrativa constrói uma cena dramática que convoca o leitor a preencher as lacunas do texto a partir da sua imaginação criadora. As notícias negativas sobre o comportamento sexual e os hábitos de Cazuza compõe o horizonte simbólico utilizado para produzir sentidos sobre suas constantes internações e problemas de saúde. Uma imaginação de longa duração sobre a homossexualidade e a vida boemia interpela os leitores e atravessa os conteúdos da imprensa, provocando a reprodução de mitos de um passado imemorial.

Este tipo de jornalismo apela para toda uma ordem de sensações do público por meio de uma narrativa que mescla uma pretensa objetividade com elementos de uma imaginação imemorial criadora. Existe uma espécie de “fluxo do sensacional” (BARBOSA, 2007) que permanece interpelando o popular a partir de uma narrativa que repete os mitos e as representações, reforçando a ideia de uma ordem presumida e de acontecimentos e sujeitos capazes de instaurar a desordem e um modelo de anormalidade.

A cobertura conferida ao cantor seguiu, pelos anos seguintes, com o mesmo estilo narrativo, que Barbosa (2007) denominou de jornalismo de sensações. As notícias em circulação recorriam a uma imaginação melodramática (BROOKS, 1995), para significar esse acontecimento excepcional, por vezes, inominável. Além disso, a imprensa imprimiu um tom emocional à crise da AIDS que afetou os atores sociais do momento, os interpelando para absorver ou reagir aos sentimentos propostos (COOK, 2017). A retórica emocional modelou como as pessoas se sentiam, falavam e agiam perante a nova doença.

O jornalismo, mesmo aquele considerado de referência, e que aqui estamos denominando de “a grande mídia”, adotou na cobertura da AIDS um tom folhetinesco,

com detalhes particularizados e relatos comoventes envoltos em uma ambiência de excepcionalidade/anormalidade. Os textos convocavam os leitores a sentirem uma plêiade de sentimentos, como a piedade, o medo, o ódio e a dor. Emoções sempre carregadas por uma dualidade moral, do bem contra o mal e da vítima em oposição ao vilão, por exemplo.

Antônio Fausto Neto, em seu clássico estudo da cobertura midiática sobre o HIV/AIDS no Brasil, considera que o *fait divers* é o gênero discursivo privilegiado pelo jornalismo para noticiar os casos de Lauro Corona e Cazuza. Discordamos dessa conclusão. Ao olharmos retrospectivamente para a cobertura que a grande mídia conferiu ao caso Cazuza, consideramos que os textos comungam de diversos elementos que classicamente estão associados ao *fait divers*, porém há uma importante distinção na matriz cultural e nos elementos da estrutura básica do gênero. Não se trata apenas de expor as características técnicas de uma categoria, o interesse nessa reflexão consiste em pensar as significações da narrativa jornalística e sua relação com o social. Por isso, vamos realizar dois movimentos teóricos/analíticos: em um primeiro momento retornaremos à definição do *fait divers* para então, em um segundo movimento, apresentar o que consideramos discrepante, com esse gênero, na cobertura feita pela grande imprensa.

Antes de iniciarmos esse debate, uma ressalva precisa ser feita. Mesmo não considerando o *fait divers* o gênero jornalístico privilegiado, seguimos apontando que a cobertura sobre o caso Cazuza foge do que normalmente se considera a reprodução factual da realidade, pretendida pelo jornalismo moderno tradicional. Isso porque, o *fait divers* evidência as sensações como uma estratégia narrativa, mas a utilização das emoções pela imprensa não se limita ao *fait divers*. A expressão francesa remonta ao final do século XIX quando passou a ser utilizada na imprensa e por grandes escritores, como Balzac e Mallarmé, para se referir aos textos com fatos diversos que entretinham o público (SODRÉ, 2012, p. 227). A expressão era, não raramente, empregada para desqualificar a importância do conteúdo, tido como inferior em comparação as pautas políticas e econômicas. Seu valor-notícia costuma fugir dos critérios então canônicos do jornalismo, tendo como principal qualidade o interesse humano. O sucesso do *fait divers* depende da capacidade do redator de alcançar, com um acontecimento do cotidiano, algum impacto emocional (SODRÉ, 2012).

Apesar do termo se referir a uma prática antiga na imprensa (DION, 2007), a expressão só ganha notoriedade acadêmica quando Roland Barthes publica seu ensaio

crítico sobre o assunto⁶², destacando a importância desse tipo de notícia nas dinâmicas sociais modernas. Para Barthes (2013b), a definição do *fait divers* não pode ser estabelecida de forma privativa, considerando sob o seu domínio todos os textos que não se enquadram nas editoriais de prestígio (política, economia, guerra, artes e ciência). Para o autor, a compreensão do gênero só seria possível a partir de uma conceituação que levasse em consideração a sua estrutura narrativa.

Dessa forma, Barthes (2013b) propõe que a primeira característica definidora do *fait divers* seria a sua “estrutura fechada”. Trata-se de notícias que contem em si todo o seu saber. O acontecimento narrado não remeteria formalmente a nada além dele próprio. Suas causas, suas circunstâncias e seus desdobramentos estariam explicitamente contidos no seu texto. Essa estrutura se diferencia, por exemplo, das informações sobre política que possuem uma estrutura aberta, em que o acontecimento só pode ser entendido se o leitor possuir um conhecimento exterior. Pois, nas notícias políticas, o fato narrado remete necessariamente a uma situação que existe fora dele, antes dele e em torno dele: a política. Por isso, Barthes (2013b, p.38-39) sugere que a imanência⁶³ do *fait divers* confere a ele a aparência de um conto enquanto as notícias políticas se assemelhavam a um romance.

A “estrutura fechada” do *fait divers* é o primeiro elemento que distancia os textos publicados na imprensa sobre Cazuzu. Fausto Neto (1991) já indicava que a imprensa, muitas vezes, não fazia nenhuma alusão direta ao HIV/AIDS, que essa significação só era possível por meio de subentendidos que o leitor era capaz de compreender por estar a par de um contexto exterior ao que era noticiado. Também concordamos com o autor quando ele destaca que o fluxo de publicações se assemelhava a capítulos de um romance, em que a cada nova edição das revistas e dos jornais era possível encontrar um novo desdobramento da trama.

A existência de um fluxo contínuo e interligado de publicações, noticiando os desdobramentos da saúde do cantor, e a articulação discursiva dos textos, que transportava os leitores para fora dos limites da matéria, distanciam as publicações sobre Cazuzu da estrutura narrativa do *fait divers*. Em seu lugar, observamos o desenvolvimento

⁶² Nos estudos que analisam as narratividades do jornalismo no Brasil são diversos os autores que recorrem ao conceito originalmente desenvolvido por Roland Barthes. Para uma leitura mais ampla sobre a narrativa jornalística e os *fait divers*, ler Sodré (2012). Para um enfoque sobre a utilização de *fait divers* na cobertura da imprensa sobre a morte, consultar Marocco (2012). E sobre a aplicação do conceito para pensar as notícias sobre a AIDS, ler Fausto Neto (1991).

⁶³ Barthes (2013b, p.60), ao se referir a uma “estrutura fechada”, não quer negar os atravessamentos que todo discurso possui com o seu contexto. Seu argumento central é que no *fait divers* a articulação discursiva é imediata à narrativa, enquanto na notícia política, por exemplo, a informação é transportada para fora do enunciado em um contexto implícito.

de um enredo melodramático. A cobertura conferia a acontecimentos do cotidiano contornos teatrais, repleto de dramaticidade e papéis morais bem definidos para os personagens em cena.

A presença de uma imaginação melodramática na prática jornalística nacional já foi identificada, em outros contextos de produção, por diferentes pesquisadores. As contribuições dadas por Ana Paula Goulart Ribeiro e Igor Sacramento (2020 e 2021) são especialmente caras para a nossa pesquisa, na medida em que suas análises também versam sobre contextos de crises tidas como catastróficas⁶⁴. Para os autores, o melodrama, em sua intersecção com o jornalismo, é mais que um gênero discursivo, um estilo narrativo ou um receituário para balizar a escrita. Ele é um tipo de imaginação privilegiada pela modernidade para regular os imperativos éticos. Nessa perspectiva, seria mais apropriado falar sobre uma matriz cultural melodramática, que permeia a imaginação social. Pela lente do melodrama, os acontecimentos, desde os aparentemente mais banais, são marcadamente sentimentalizados e moralizados. O mundo é percebido de forma antagônica (o bem contra o mal) e os leitores são convidados a interagir de modo emotivo com as situações. A evocação de sentimentos, como o sofrimento, a culpa, o ressentimento, a piedade e a redenção, assumem a centralidade da narrativa com o objetivo de estabelecer as noções de certo e errado, do moral e imoral.

Segundo Peter Brooks (1995), a imaginação melodramática é uma forma popular de representação do social que está conectado a maneira como reagimos e percebemos o mundo. Os textos melodramáticos não se contentariam em descrever e registrar os acontecimentos. O narrador exerce uma pressão sobre os fatos com o objetivo de extrair significados. A polarização e a hiperdramatização das forças em conflito seriam estratégias para que o texto revele o seu potencial como “parábola” à consciência. Brooks destaca que as hipérboles das narrativas melodramáticas podem significar a tendência à promoção de um universo moral em uma era pós-sagrada. Caberia ao melodrama configurar as noções de certo e errado quando a divindade não ocupa mais o lugar central na organização do mundo.

O modo cultural como o melodrama remodela o conflito primário entre o bem o mal envolve o confronto de antagonistas claramente identificados e a expulsão de um deles. Existe uma melodramatização da esfera do cotidiano e da vida privada que inclui: tramas sombrias, a esquematização moral, suspenses, estados extremos de ser,

⁶⁴ Consideramos o surgimento do HIV/AIDS um acontecimento catastrófico, em especial para a comunidade homossexual. Para saber mais ler AZEVEDO et al. (2020).

situações/ações de vilania, perseguição ou ameaça do bem, reviravoltas e a recompensa final da virtude. O ordinário é apresentado, insistentemente, como lugar para a instauração de significados. O mundo é subsumido por um maniqueísmo onde os personagens assumem papéis psíquicos primários (vilão, vítima e herói).

No enredo de Cazuza, a homossexualidade, marcada por uma vida boêmia, é o vilão da história. Os homens que mantinham relações afetivas/sexuais com outros homens são considerados responsáveis pela origem e a propagação do mal. Tratava-se do acionamento da imaginação sobre um corpo coletivo abstrato, que vinha ganhando visibilidade midiática desde os anos 1960 com a “libertação gay”. Imaginava-se uma comunidade formado por homens, com certo status financeiro, que viviam em fluidez com as normas de gênero, com uma sexualidade não monogâmica (com múltiplos parceiros e encontros frívolos), que habitavam guetos e tinham uma vida noturna regada de álcool e drogas. O homossexual era o próprio mal e representava a perda da virtude. Por isso, era o responsável pelo vírus e pela ameaça coletiva imposta em decorrência da nova doença, inicialmente denominada “câncer gay”. À vista disso, era necessário proteger a família e a sociedade desse “outro” imoral e de sua vilania.

O papel atribuído a Cazuza na trama melodramática é complexo e marcado por nuances⁶⁵. O artista ocupa, inicialmente, o lugar de uma vítima negligente (responsável pelo seu sofrimento), mas que ao longo da trama consegue a redenção e passa a ser lido como herói. A sua negligência, por não controlar seus “instintos sexuais”, foi o que o tornou uma vítima da homossexualidade boêmia. O seu sofrimento público é a sua ação heroica redentora, pois como nos lembra Sacramento (2021, p.120), está no cerne do melodrama o princípio de que em virtude do sofrimento a pessoa se torna boa. Iremos demonstrar ao longo deste capítulo como a imprensa construiu o papel de vilão para a homossexualidade e de vítima e herói para o artista.

⁶⁵ O enredo melodramático de Cazuza sofre transformações ao longo das décadas. Após sua morte a homossexualidade deixa de ser um corpo coletivo abstrato responsável pelo mal. Isso ocorre, porque houve tanto a comprovação científica de que a AIDS não era uma doença de homossexuais como passou a existir uma maior cobertura midiática de casos envolvendo outros grupos sociais. O próprio artista se torna o vilão da sua história. Sua mãe, Lucinha Araújo, passa a prefigurar a mocinha heroica do folhetim, apresentada como possuidora de boa moral, tendo sido boa mãe e a esposa modelo que sofre com a doença do filho e as tiranias do seu destino de sofrimento e morte. O protagonismo de sua mãe só ganha as páginas da imprensa após a morte de Cazuza, quando ela se torna a guardiã de sua memória e ativista em prol dos direitos das pessoas que vivem com HIV. O seu compromisso em manter viva a história do seu filho e o seu trabalho em frente a ONG *Viva Cazuza* (que cuida de crianças e adultos que vivem com HIV) é o seu ato heroico. Suas ações virtuosas redimiriam a falta de limites morais que ela não soube impor ao seu filho e que causou a sua autodestruição.

O primeiro capítulo da trajetória melodramática de Cazuza começou, como vimos, em agosto de 1985, quando foi anunciado, nos principais veículos de comunicação, que ele tinha sido internado às pressas no Hospital São Lucas, com “42 graus de febre provocados pela mononucleose que o acometia há dias”⁶⁶. A doença seguiria, então, como rumor, aparecendo nas brechas das notícias, como “febre persistente”, “males bacterianos”, “problemas no fígado”, todos atrelados às consequências “quase naturais” de quem assume uma sexualidade livre e uma vida boêmia.

As especulações em torno da doença causavam, certamente, muitos sentimentos e uma variedade de reações. Os índices das doenças - a cama de hospital e o soro pingando lentamente nas suas veias - numa foto publicada na revista *Veja* deixava visível que ele estava, de fato, doente. Mas a negativa do artista não convencia, segundo a matéria, “o povo super informado”. Os desmentidos soavam como mentira: construções elaboradas para “despistar”. Cabia ao jornal dar a última e definitiva palavra: “Cazuza não está com AIDS”, com o “Não” impresso com o destaque da primeira letra em maiúscula, gritando a própria negativa que expressava com a autoridade do discurso jornalístico.

A primeira fase deste enredo novelesco pode ser lida como a expressão do tempo vivido coletivamente por aqueles que compartilhavam os signos do risco. Cada mal que rondava Cazuza era percebido como possibilidade do HIV/AIDS. O medo de contrair a doença era amplificado pelo jornalismo, que transmitia uma explosão de incertezas. Existe um estado generalizado de quase-doença (VAZ, 2007), em que o HIV/AIDS de Cazuza já se apresentava virtualmente como presente, apesar de ser apenas uma conjectura. Cada prática do cotidiano considerada de risco podia aproximar o cantor da morte.

O conceito “fator de risco”, que estava na centralidade dos debates em torno do HIV/AIDS, começou a ser formulado ainda na década de 1940 como traço de uma medicina preventiva (VAZ, 2007, 168). Em termos epistemológicos, os fatores de risco indicam que um dado comportamento amplia as chances do desenvolvimento ou de se adquirir certa doença. Vale destacar, que não se trata nem de uma “causa suficiente” ou de uma “causa necessária”, na medida que no caso da AIDS, por exemplo, nem todos os homossexuais desenvolviam a doença (não é causa suficiente), assim como pessoas heterossexuais também eram acometidas pelo mal (a homossexualidade não é causa

⁶⁶ A notícia foi publicada no dia 2 de agosto no *Jornal do Brasil*; no dia 16 de agosto na *Folha de S. Paulo*; e o *Globo*, dias antes, em 30 de julho anuncia que, ele deixava o grupo Barão Vermelho, e “convalescia de uma virose na casa de sua mãe”.

necessária). Para Vaz (2007), trata-se de um nexos probabilístico entre ação e sofrimento que estabelece uma relação de antecedência e consequência com doença e visa preencher a vacância do divino na sociedade moderna.

Dois anos depois da matéria da *Veja*, o *Jornal do Brasil* publicava a notícia “Cazuza doente: é exagero de bactéria”, informando que o cantor tinha sido internado na Clínica São Vicente, dessa vez por estar com “pneumonia”.

O frisson foi provocado pela presença da estrela da MPB e pelos boatos de que o intérprete de Exagerado estaria com Aids. Isso foi terminantemente negado pelo produtor musical Ezequiel Neves, amigo de Cazuza (...). Ezequiel garante que tudo se deve a uma bactéria. (...) E contou que o cantor está muito magro, apenas em consequência de um regime rigoroso a que é submetido por problemas no fígado.

- Aids? Isso é puro boato. Cazuza emagreceu porque sempre bebeu muito e isso agora está lhe trazendo consequências. Já estamos cansados de tanta especulação sobre essa doença e o cantor. Até revistas publicaram que ele tinha adquirido o vírus - lembra o produtor de Cazuza. (*Jornal do Brasil*, 3/10/1987. Grifos nossos).

Embora as marcas da doença já apareçam enunciadas no texto - “o cantor está muito magro”, por exemplo, - a internação se devia a uma “bactéria”. A magreza, consequência de um regime rigoroso, era, entretanto, apresentada como consequência para quem vivia uma vida desregrada: o exagero na bebida (aliás, *Exagerado*, adjetivo título de uma canção do artista, aparece explicitamente no texto como sinônimo de Cazuza) produzia as “consequências” visíveis sob a forma de magreza. O artista corporifica uma moral caracterizada, por vezes, como libertária, mas cujas tintas narrativas colorem, sobretudo, como libertina. Assim, muitas notícias, do mesmo período, destacam as suas loucuras frequentes nas noites cariocas e paulistas. Sua imoralidade e o não cuidado de si permitem o estabelecimento de vínculos associativos entre quem partilha dos mesmos comportamentos e a doença, como uma espécie de destino inexorável.

Agenor Miranda de Araújo Neto é um exagerado. Tão exagerado quanto um samba-canção de Lupicínio Rodrigues ou um personagem de Nora Ney. Ele é capaz de nervoso invadir nu um corredor de hotel para reclamar da ligação telefônica que não completa. É capaz ainda de numa cena de ciúme quebrar uma garrafa de bebida no corpo de um rival. (JB, 17/11/1985)

No Tarot, todas as tribos festejam a noite (...). Quem dá as cartas são socialites, artistas, peruas e playboys, yuppies e curiosos. “Cazuza faz a festa”, anuncia sorridente o gerente Flávio que se

diverte com a bermuda fio dental que o irreverente freguês anda lançando por ali. E já nem liga quando, dia claro, Cazuza faz discursos poéticos em altos brados ou barbariza com o grito de guerra: Eu sou muito mulher! (JB, Revista de Domingo, 25/01/1987)

(...) a simpatia com a marginalidade também faz parte do perfil de Cazuza (...). Mas ele adora conviver com as mariposas da noite (na Cidade Oculta, Cazuza não dispensava um café as cinco da manhã num bar em que eles batem ponto na famosa esquina da Ipiranga com a Avenida São João) (O Globo, 7/05/1987)

O jornalismo assume, nesses enunciados, a figura moderna do antigo decifrador de enigmas e possibilita ao leitor e, por vezes, a sociedade inteira, desenvolver o trabalho de um policial que diante dos fatos retrocede no tempo para identificar as causas da doença e do seu sofrimento. O esforço para estabelecer a responsabilidade por um acontecimento representa uma tentativa de atribuir a ação humana a origem dos problemas sociais e suas consequências. Na medida em que os seres humanos são os responsáveis pelas causas, eles seriam capazes de controlar o processo para evitar o aparecimento dos seus efeitos e, com isso, impedir o sofrimento. Para Vaz (2008), esse argumento se torna ainda mais complexo quando se insere, em seu raciocínio, a esfera da negligência em oposição ao accidental (que acontece por acaso), porque uma prática considerada omissa ou a adoção consciente de um comportamento tido como de risco se tornam responsáveis por desencadear da doença e dos seus sofrimentos que poderiam ser evitados.

A construção feita pela imprensa da responsabilidade de Cazuza pela sua doença coloca em questão os dois outros elementos que Barthes (2013b) considera central para a definição do *fait divers*: a causalidade inusual do acontecimento noticiado (a lógica do fato perturba a ordem esperada) e a coincidência (quando um acontecimento atribuído a força do acaso se repete, criando uma ambiguidade entre o racional e o ininteligível). Para o autor, os acontecimentos noticiados no *fait divers* são marcados pela conturbação de uma certa ordem presumida, o inexplicável é o que se faz presente nas matérias.

A perturbação da causalidade, por uma desproporcionalidade entre causa e efeito, pode ser exemplificada com a notícia de que “um inglês se engaja na Legião Estrangeira” porque “ele não queria passar o Natal com a sogra” (BARTHES, 2013b, p. 62). Já a notícia da coincidência de uma “hoteleira que ganha todas as vezes na loteria” (BARTHES, 2013b, p.64) é marcada por um paradoxo que faz supor uma explicação não

racional para o desencadear de um evento que se apresenta, ao mesmo tempo, como indecifrável e inteligível. Essas duas características de conteúdo fazem do *fait divers* uma “informação monstruosa”, análoga aos fatos excepcionais ou insignificantes que possuem a capacidade de espantar o leitor.

As inúmeras pequenas notas ou matérias noticiando as internações ou o estado de saúde de Cazuza podem, à primeira vista, serem lidas como *fait divers*. São textos que expressam uma causalidade espantosa: como uma simples virose ou uma bactéria estomacal poderia causar tantos males e produzir tamanho abatimento físico em um homem ainda jovem e que possuía toda uma estrutura financeira para proporcionar qualidade de vida e cuidados médicos.

Para explicar nosso distanciamento das interpretações acima recorreremos a um artigo publicado por Paulo Vaz sobre a atualidade do *fait divers*. Vaz (2008) analisa um contexto de produção jornalística muito distinto do cenário dos primeiros anos da epidemia do HIV/AIDS, suas reflexões têm como base a retrospectiva dos principais acontecimentos do ano de 2007 feita pelo jornal *Globo*. Apesar das décadas de distância e de objetos distintos, consideramos que os apontamentos feitos pelo autor possibilitam repensar a cobertura do caso Cazuza, revelando como a crise provocada pelo HIV/AIDS já indicava mudanças culturais que se consolidariam alguns anos mais tarde.

Na hipótese levantada por Vaz (2008), existe um estreitamento dos critérios que qualificam uma notícia como *fait divers*. Parte do que antes era lido como puro conteúdo de interesse humano passou a ocupar o cerne da política. A significação dos acontecimentos depende de regras culturais do seu tempo. Isso significa, que muitos fatos que eram considerados *fait divers* podem passar a ser lidos, em outros contextos, como notícias relevantes para a cidadania. A principal transformação cultural, apresentada pelo autor, deriva de uma mudança conceitual profunda no que várias culturas ocidentais presumem ser do poder da ação humana. Muitos acontecimentos que anteriormente eram explicados por meio de atividades extra-humanas (a má sorte ou ação divina, por exemplo), agora são creditadas como resultado das escolhas feitas pelos sujeitos. Para Vaz (2008, p.60), mudar aquilo que uma cultura presume ser o poder da ação humana, modifica o domínio do espantoso. Com isso, a causalidade que antes poderia provocar surpresa ou parecer coincidência, que requeria suspeitar do divino, passam a serem vistas como resultado racionalmente previsível da incúria humana.

A mudança no poder presumido da ação humana transformou a forma como a sociedade lê alguns acontecimentos. A explicação para doenças, crimes, acidentes e

catástrofes deixaram de recorrer a uma significação misteriosa, dada pela desproporcionalidade entre causa e efeito ou por remeter ao plano do divino/extra-humano. No caso do Cazuza, a imprensa não recorre à crença em uma justiça superior para explicar a “má sorte” do cantor. Ela é o resultado, previsível e detectável, do seu próprio comportamento e de sua falha moral. Com isso, não queremos negar a presença dos discursos de matriz religiosa na significação do HIV/AIDS, mas destacar que a estratégia privilegiada pela grande mídia, no caso Cazuza, foi atrelar a sua contaminação pelo vírus, o desenvolvimento da doença e a sua morte, como resultado das ações do artista. Sua sexualidade e seu hábitos sociais, tidos como imorais, foram os responsáveis por decretarem a sua condenação.

Paulo Vaz (2008) recorre a teoria do Direito para explicar a transformação cultural da causalidade. Na construção causal nas ciências jurídicas, se atribui responsabilidade pelo evento a ser explicado por meio da identificação e da delimitação do que é a causa e o que são antecedentes sem significação. Nesse processo, busca-se identificar um ato voluntário, visto como imoral ou ilegal, de relevância. Esse ato se eleva ao status de condição que causou o acontecimento. Assim, acredita-se que todos os acontecimentos que fogem da ordem regular do cotidiano podem ser explicados a partir da identificação de uma ação humana.

A atitude do Direito, de correlacionar um acontecimento tido como anormal com um ato humano ilegal ou imoral, está inserida em um traço cultural mais amplo que busca incessantemente por responsáveis pelas doenças e pelos acidentes, sofrimentos e catástrofes. A procura pela causa revela um desejo de conceber os infortúnios como evitáveis, supondo que se não existisse o ato desviante não haveria o distúrbio da ordem. Esse mecanismo, adotado para lidar com o intangível do mundo, tem se alastrado para diversas esferas sociais, ampliando os tipos de sofrimentos que são percebidos como evitáveis. Uma das consequências negativas dessa lógica é o desenvolvimento de um julgamento moral cada vez mais rigoroso.

No que diz respeito ao campo da saúde e a sua repercussão/construção midiática, as notícias estabelecem através da noção de risco a responsabilidade do sujeito pelo seu adoecimento. Isso pode ser percebido ao observarmos como o campo biomédico lidou com o surgimento do HIV/AIDS e a repercussão dos grupos de risco na imprensa. Os homossexuais que desenvolviam a AIDS, por exemplo, eram vistos como responsáveis pelos seus comportamentos inadequados. Cazuza sofria os males da doença porque não

soube cuidar de si. Ao articular o sofrimento do artista com suas escolhas passadas, os meios de comunicação construíam um futuro tido como justo e inevitável.

A segunda fase do enredo melodramático da doença do cantor se inicia quando a doença não pode mais ser negada. Às vésperas de gravar o seu novo álbum, Cazuza parte para os Estados Unidos muito doente, buscando em Boston um tratamento experimental para o HIV/AIDS. Ao voltar, em dezembro de 1987, entra no estúdio de gravação, incluindo novas músicas que passa a compor freneticamente. Surge o LP *Ideologia*, lançando em abril de 1988. Na notícia sobre o lançamento do disco, sob o título “Cazuza atento e forte”, afirma que uma “doença grave mudou totalmente os rumos da sua vida”. “Caseiro, ele vive tempos de muita reflexão - o que o mantém calmo e tranquilo - e de planos para os próximos meses” (JB, 21/04/1988).

Começava aí a reviravolta do enredo em torno da caracterização do personagem principal desta trama. Cazuza deixava, pouco a pouco, de ser o roqueiro louco, a quem chamavam de “bicha e maconheiro”, e passava a ocupar um lugar mítico do “cronista do fim do século”, nas palavras de Fernando Gabeira. Pelas páginas dos jornais diários podia-se acompanhar um cantor que se despia de sua indumentária e comportamento rebeldes para encarnar um espírito “meio bossa nova e rock-and-roll”. Com uma voz mais suave, suas letras passavam a entoar críticas sociais que se tornariam gritos e símbolos de protesto contra um país corrupto, mergulhado em uma moral conservadora, às vésperas da primeira eleição direta para Presidente.⁶⁷

O excesso costuma ser um bom começo rumo ao equilíbrio. O exagerado Cazuza descobriu que **o seu prazer era risco de vida**, viu de perto a viva cara da morte e ficou um ano longe dos palcos. Valeu porque Cazuza voltou. Mais maduro, um pouco **mais sério**, trazendo boas novas e uma ideologia nas mãos. Resolveu cantar para os miseráveis e pedir piedade para os caretas e covardes. (“Cazuza na dose certa”. JB, 19/08/1988. Grifos nossos).

O novo comportamento foi rapidamente interpretado pelas “revistas de fofoca”, no dizer do próprio Cazuza, como arrependimento. Na lógica de uma moral conservadora se observa um sujeito negligente, que não soube cuidar de si, e que buscava equilibrar a sua saúde para tentar amenizar ou retardar as consequências das suas ações autodestrutivas. A mudança de comportamento, ao olhar da mídia, poderia significar o reconhecimento, por parte de Cazuza, de que sua sexualidade e sua vida boêmia eram os

⁶⁷ Após o término de 21 anos de ditadura civil-militar a chapa formada por Tancredo Neves e José Sarney venceu as eleições indiretas, mas as vésperas da posse, Tancredo Neves morreu, não chegando a assumir o cargo. José Sarney, então vice-presidente, assumiu o mandato. Somente em 1989 seria realizada a primeira eleição direta para a presidência da república, tendo vencido o pleito Fernando Collor de Melo.

responsáveis pela sua destruição. Esta posição é rechaçada veementemente por ele, que associa a mudança ao desejo de viver, sem com isso negar seus comportamentos no passado ou ter virado “careta”.

O cantor já notou também que estes seus novos objetivos, opiniões e hábitos podem dar margem a mal-entendidos. “As revistas de fofoca dizem que fiquei careta. **Não sou uma ‘Madalena arrependida’**. A droga foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida. Abriu a minha cabeça. Maconha, ácido..., mas não podia sair do hospital e continuar bebendo, me drogando. Era uma opção: continuar vivo, ou morrer” (*Folha S. Paulo*, 21/04/1988. Grifos nossos)

Ainda que evidente, nessa fase, a doença não era pronunciada por Cazuza. “Não gosto que me perguntem isso. Me faz lembrar uma coisa que eu quero esquecer. contei para muito pouca gente o que passei no hospital. Mas todo mundo sabe o que eu tenho”. (JB, 31/12/1988). Cazuza, assim, “guardava” a doença. Talvez o poema de seu amigo Antônio Cícero⁶⁸ auxilie a compreensão do seu gesto de guardar: não se trata aqui de esconder, nem trancar. A doença nunca era perdida de vista. Ao contrário: ela era olhada, vigiada, velada e, por ela, a vida do cantor era iluminada. A doença não era mantida longe, distante, negada, mas transbordava na sua vida, nas suas músicas, nos seus shows.

O transbordar do HIV/AIDS na vida e na obra de Cazuza já era notado pelo repórter da *Folha de S. Paulo* Maurício Stycer, enviado especial ao Rio de Janeiro para realizar a cobertura do novo disco do artista, “o disco da sobrevivência”. Para o repórter soava contraditório Cazuza não perceber que falava o tempo todo sobre a doença, mesmo negando-se a comentá-la.

A primeira coisa que diz à Folha, antes que qualquer pergunta lhe seja feita é: Comi o pão que o diabo amassou. Não dá para o repórter chegar e me perguntar: Como vai tua AIDS? Como vai teu câncer? Não posso dar satisfação sobre o que está acontecendo com o meu corpo. Isso é assunto meu e do meu médico.

A segunda coisa que diz é que está começando a escrever letras de música na terceira pessoa do singular. “Estou querendo me livrar do personagem Cazuza. Não quero mais falar em minhas músicas de sexo e drogas”. (*Folha S. Paulo*. 21/04/1988)

⁶⁸ Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la./Em cofre não se guarda coisa alguma./Em cofre perde-se a coisa à vista./Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado./Guardar uma coisa é vigiá-la, isto é, fazer vigília por ela, isto é, velar por ela, isto é, estar acordado por ela, isto é, estar por ela ou ser por ela./Por isso, melhor se guarda o voo de um pássaro/Do que de um pássaro sem voos./Por isso se escreve, por isso se diz, por isso se publica, por isso se declara e declama um poema:/Para guardá-lo:/Para que ele, por sua vez, guarde o que guarda:/Guarde o que quer que guarda um poema:/Por isso o lance do poema:/Por guardar-se o que se quer guardar (Guardar. Antônio Cícero).

Em sua defesa pela vida, Cazuza tenta domar o tempo com seu trabalho, com suas composições e shows. O presente era a única dimensão possível de ser habitada, já que o futuro se apresentava como incerto e o passado se transformou no lugar do ressentimento. O artista sentia sua finitude, em um tempo que não parava de correr acelerado, no momento que o seu prazer virara “risco de vida”, como diz um dos versos da sua *Ideologia*. No entanto, diante da morte, Cazuza realiza a escolha por uma ética da vida para ser mestra da sua arte⁶⁹.

Mas se você achar
Que eu tô derrotado
Saiba que ainda estão rolando os dados
Por que o tempo, o tempo não para
Dias sim, dias não
Eu vou sobrevivendo sem um arranhão
Da caridade de quem me detesta
A tua piscina tá cheia de ratos
Tuas ideias não correspondem aos fatos
O tempo não para
(O tempo não para - Arnaldo Brandão e Cazuza)

A passagem do silêncio ao grito, em relação ao posicionamento do cantor diante da doença, tem como figura emblemática a capa da revista *Veja*. Na estrutura melodramática, pela qual sua vida vinha sendo narrada, este é o momento do clímax. A imagem de Cazuza articula diversos elementos visuais de uma iconografia do HIV/AIDS que vinha sendo construída pelos meios de comunicação. A manchete da *Veja*, que tanta consternação pública e revolta causou, desde então, decretava na palavra “agoniza”⁷⁰ a morte do artista, condenando-o inexoravelmente ao fim. O seu sofrimento, marcadamente como “em praça pública”, demonstra que a visibilidade pelo qual o cantor se expôs durante todo o seu processo de adoecimento, escolhendo não se afastar dos holofotes, conferia uma dramaticidade particular ao caso.

Cazuza, imediatamente após a revista ser distribuída, em 26 de abril de 1989, publicou, nos principais jornais do país, um comunicado pago, manifestando sua revolta

⁶⁹ Em matéria publicada no *Jornal do Brasil* na estreia do show “O tempo não para”, o repórter chama a atenção para o fato de a palavra vida “aparecer umas dez vezes no show. A vontade de Cazuza e Ney Matogrosso foi de reafirmar a vitalidade do poeta e cantor depois de uma volta por cima na morte” (JB, 19/08/1988).

⁷⁰ A revista *Veja* não foi o primeiro veículo de imprensa a utilizar a palavra agoniza para descrever Cazuza. A revista *Amiga* já havia 23 dias da manchete da *Veja* publicado uma matéria com o título: “A agonia de Cazuza na luta contra a morte” (FAUSTO NETO, 1991, p. 134). A repercussão da capa da *Veja* pode ser justificada por um conjunto de fatores: a relação entre imagem e texto, a maior projeção nacional da revista e o contrato de leitura presumido da publicação que, diferentemente da *Amiga* era uma publicação “seria”.

em relação ao enquadramento realizado pela publicação. Na sua leitura, a revista tinha cedido “à tentação de descer ao sensacionalismo, para me sentenciar à morte em troca da venda de alguns exemplares a mais”. O que o incomodava não era o conteúdo que preenchia as páginas da edição, mas a composição da capa que decretava sua sentença de morte (“Cazuza diz que sentiu vontade de vomitar ao ver a revista *Veja*”. *Folha S. Paulo*, 26/04/1989, p. 3).



Imagem 07: Comunicado pago de Cazuza enviado a imprensa sobre a sua capa na *Veja*

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

No comunicado, Cazuza recorre ao discurso médico, qualificando-o como única autoridade possível para falar sobre a AIDS, enquanto doença, e, ao mesmo tempo, deslegitimar a sentença de morte proferida pelos jornalistas. Para o artista, a autoridade jornalística tinha um limite, o de invadir o território da sua saúde. O seu estado clínico só poderia ser diagnosticado pelos seus médicos, “únicos, segundo entendo, (...) em condições de se manifestarem a respeito”. “A *Veja* não cumpriu esse dever e, com arrogância, assume o papel de juiz do meu destino. Esta é a razão da minha revolta (“*Veja, a agonia de uma revista*”. In: *Folha de S. Paulo*, 26/04/1989, p. A-9).

A estratégia discursiva utilizada por ele permite entrever um quadro de forças em circulação naquele momento. O discurso médico despontando como fala autorizada, por

vezes, inquestionável sobre esse novo acontecimento catastrófico. Cazuza reafirma não estar em agonia:

não estou morrendo. Posso morrer a qualquer momento, como qualquer pessoa viva. Afinal, quem sabe com certeza o quanto ainda vai durar? Mas estou vivíssimo na minha luta, no meu trabalho, no meu amor pelos meus seres queridos, na minha música – e, certamente, perante todos os que gostam de mim (“Veja, a agonia de uma revista”. In: *Folha de S. Paulo*, 26/04/1989, p. A-9).

Nas repercussões sobre a capa da reportagem da *Veja*, pode-se observar com mais clareza a última reviravolta do enredo melodramático da vida de Cazuza. O artista marginal, de sexualidade e comportamento “moralmente condenáveis” passa a ganhar contornos de herói. A sexóloga Martha Suplicy publica, na seção de opinião da *Folha de S. Paulo*, um texto que sintetiza muitas das opiniões que circulavam naquele momento sobre o cantor. Depois de destacar a “deslavada exploração da dor e de uma doença” e repúdio “merecido” de “inúmeras pessoas” em relação à *Veja*, Suplicy apresenta Cazuza como um herói de uma triste história marcada por um comportamento sexual de alto risco e como usuário indiscriminado de drogas.

Cazuza, que realmente é nosso novo poeta da música, vira herói ‘do nosso tempo’, transforma-se em ‘doente modelo’. Triste história. **Cazuza é mais uma vítima do comportamento sexual de alto risco e das drogas**, como ele mesmo admite. (*Folha de S. Paulo*, 4/05/1989, p. A-3. Grifos nossos).

O reconhecimento de Cazuza como herói ainda é situado dentro da lógica melodramática, sedimentada em um antagonismo moral entre o bem e o mal. Seu heroísmo reside no enfrentamento público da doença que o abate. Sinal de coragem. Porém, no olhar moral, seu comportamento e os valores que ele insiste em defender ainda são considerados negativos, imorais e causadores de todo o seu sofrimento. O processo de heroicização de Cazuza é marcada por uma redenção progressiva, construída em um relato que, ao mesmo tempo, reconhece seu heroísmo em determinados ciclos da vida sem perder do horizonte a condenação moral de outras etapas da sua trajetória. O cantor é elevado à categoria de herói na medida em que se torna um modelo de conduta diante do sofrimento. Sua obstinação, em não sucumbir diante dos infortúnios, transforma a sua experiência em uma narrativa que pode ser oferecida ao público como um estímulo de autoajuda.

O status de herói, a qual Cazuza foi alçado, demonstra que estamos diante de um novo estatuto do heroísmo. Para Featherstone (1992), a modernidade modificou a compreensão da vida heroica, que passou a estar associada a administração eficaz da vida cotidiana, em um horizonte regido por uma realização pessoal. Percebe-se um deslocamento da vida heroica para o cuidado de si, para o trabalho e para a qualidade de vida, enquanto nas narrativas clássicas a jornada do herói iniciava com o abandono da vida comum, com a realização de feitos grandiosos (sobre-humanos) e com ações altruístas visando impactos coletivos.

Enquanto a história do herói clássico apelava para uma transcendência do indivíduo que estava a serviço de um bem comum, os “heróis de si mesmos” conquistam a proeminência por terem superado as adversidades da existência melhor do que a maioria das pessoas (SACRAMENTO e FRUMENTO, 2015). A cultura midiática, que mitifica esses novos heróis, apela, muitas vezes, para os sofrimentos como a matéria prima que promove a autotransformação dos sujeitos. O novo olhar lançado sobre o artista seria uma forma de reparação a todo o seu flagelo e só pode ser alcançada graças ao reconhecimento da sua habilidade de gerenciar suas emoções, promovendo uma “saúde afetiva”. Para Sacramento e Frumento (2015), ainda é preciso reconhecer as especificidades da cultura brasileira na construção do modelo de vida heroica. O nosso herói seria “antes de tudo forte”. A resistência é um atributo valorizado nacionalmente para destacar a excepcionalidade do indivíduo. A articulação da resiliência com o otimismo de Cazuza o tornam um herói que, apesar dos intensos e sistemáticos problemas de saúde, não interrompeu suas atividades profissionais.

Herói maior ainda seria se tentasse ajudar a esclarecer a juventude sobre o perigo que correm os usuários de drogas, e os que transam com qualquer um. Talvez fosse esta sua intenção ao dar a malfadada entrevista a *Veja*, que a utilizou de outra forma. Como se apresenta é **uma vítima de sua própria autodestruição**, mas que não deseja morrer e luta, como a maioria dos aidéticos, contra esta possibilidade. *Folha de S. Paulo*, 4/05/1989, p. A-3, *grifos nossos*).

No contexto em que o processo saúde-doença é individualizado e moralizado o sujeito se torna o principal responsável por manter-se vivo e distante da morte. O enredo melodramático de Cazuza enfatiza o seu comportamento como definidor do seu bem-estar ou mal-estar. O culto ao cuidado de si torna o artista tanto um modelo de força em resistir a AIDS como um exemplo das consequências destrutivas de um comportamento

imoral. Herói pelo combate público à doença e vítima negligente por conscientemente viver sua homossexualidade de forma boêmia. Cazuza era um alerta moralista dos riscos.

O rosto da AIDS, a cara da morte

A fotografia da capa da revista *Veja*, com destaque no rosto, expressa o que poderíamos denominar uma nova gramática do sofrimento, em que não é mais necessário um corpo que sangra para representar aquele que sofre. Didier Fachin (2012) evoca a imagem de *Pietá* como símbolo do que podemos considerar uma nova iconografia para representar esta vítima que sofre. A dor presente no rosto substitui a necessidade da crucificação e, assim, representa-se não a violência, mas o sofrimento.

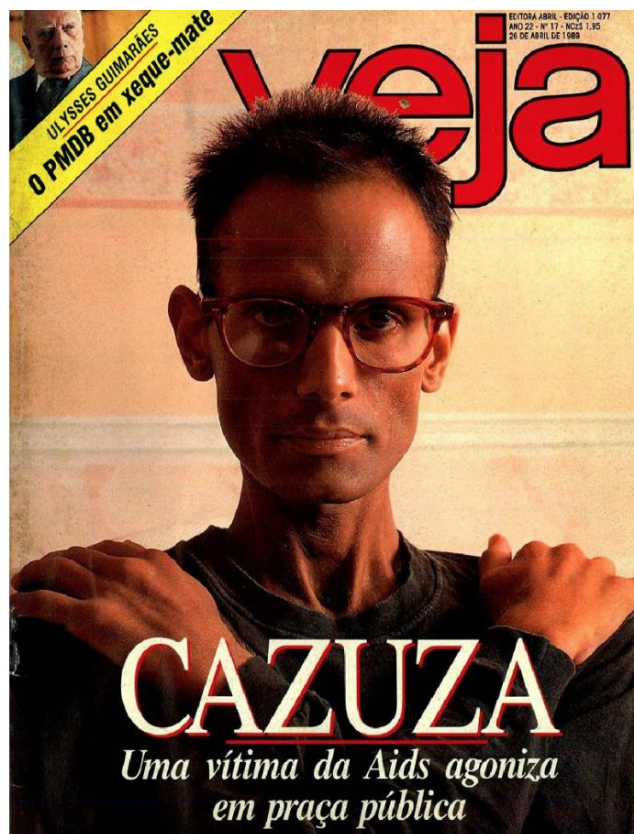


Imagem 08: Capa da revista *Veja*, 26 de abril de 1989, com Cazuza

Fonte: Acervo Digital da *Veja*

O que essa fotografia faz é o que Barbara Zelizer (2010) denomina de morte eminente, por vezes presente nas imagens jornalísticas. Elas são capazes de congelar um momento imediatamente anterior à morte e, com elas, o jornalismo desliza da representação do “como é” para o “como se” no regime das imagens. Com isso, o

jornalismo explora o ambíguo, o incompleto, o sugestivo, e, assim, convoca o leitor a ativar uma imaginação para preencher as lacunas do não dito, mas sugerido.

A capa percorre dois caminhos distintos, mas complementares: o da fotografia e o da manchete. A imagem convoca o leitor a associar a figura de Cazuzza à morte, pelas brechas narrativas, complementadas pela imaginação do leitor, fazendo com que na foto a morte apareça espreitando o artista. Os signos de produção de sentidos presentes na imagem – os braços cruzados no peito reproduzindo o xis da Cruz de Santo André (LISSOVSKY e MAUAD, 2021), o rosto esquelético e de pele acinzentada, os cabelos ralos – sugerem a finitude de Cazuzza. A capa da revista *Veja* aciona um turbilhão de imagens semelhantes que reproduzem mundo a fora a cara da doença.

Cazuzza, logo após uma de suas graves internações, compõe *Boas Novas*, em que afirma ter visto a cara da morte e “ela está viva”. Na letra, enfatiza que iria dizer “milhares de metáforas rimadas” e, em consequência, teria que fazer “das tripas coração/do medo, minha oração”. Referia-se a sua própria face como símbolo da morte. Esta associação simbólica não era exclusiva do artista, mas reproduzia uma imaginação transfigurada em imagens em que a pessoa que vivia com HIV era uma espécie de caveira viva.

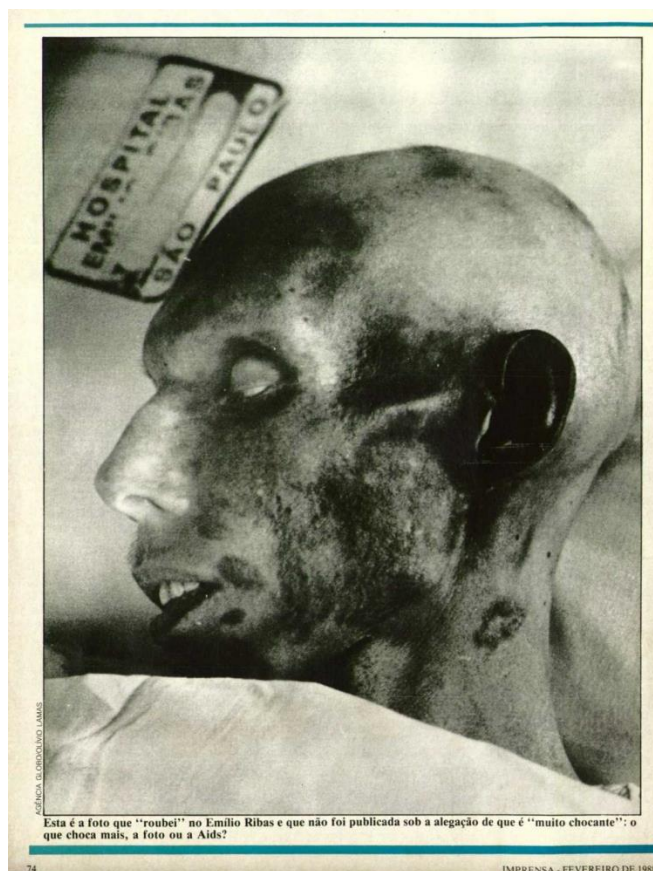


Imagem 09: Fotografia ganhadora do Prêmio Esso de 1988 publicada na *Revista Imprensa*

Fonte: Acervo Digital da Revista Imprensa

A foto chocante de Olívio Lamas, e que ganharia o Prêmio Esso de Fotografia em 1988, não foi publicada no jornal em que o fotógrafo trabalhava na época, por ter sido considerada “muito chocante”. Somente a *Revista Imprensa* a tornaria pública, acompanhada de um depoimento de Olívio, em que revela como fora obtida e justifica as razões para publicar uma imagem tão violenta (LAMAS, O. “O mais novo tabu”. In: *Revista Imprensa*, ano 1, n. 6, fev.1988, p. 73).

A imagem foi produzida após um longo processo de visitas do profissional ao hospital Emílio Ribas, o único em São Paulo que, na época, tratava exclusivamente pessoas com AIDS. Em um ano, foi seis vezes ao hospital para produzir imagens para as matérias sobre a doença. Porém, atendendo ao pedido de médicos e pacientes, as fotos anteriores seguiam um padrão com doentes de costas ou contra a luz, sem mostrar os rostos ou detalhes do corpo, usando sempre o artifício do plano geral. Este tipo de enquadramento, utilizado para proteger e preservar o sujeito da fotografia, não revelava o real encarado por aqueles que padeciam da doença.

Para o fotógrafo, uma pequena teleobjetiva de 150 mm seria capaz de captar de maneira detalhada e minuciosa o universo de sofrimento, precariedade e abandono das pessoas que viviam com HIV. Para ele, estremeceria as estruturas sociais e agiria contra uma certa apatia social que existia, naquele momento, em relação à doença. O processo de captura da imagem, como relata Lamas, não contou com a autorização do sujeito fotografado e nem com a anuência da equipe médica. Foi literalmente uma foto “roubada”, um único frame captado entre os olhares desconfiados das enfermeiras e de um paciente imerso no seu próprio mundo. Ainda que a atitude antiética de Lamas seja por ele endossada por um valor utópico de transformação social que guia, na sua avaliação, toda a sua prática de repórter-fotográfico, na prática a intimidade desse sujeito sem nome e sem história foi violada.

Na época, era comum um pacto de silêncio, não anunciado publicamente, entre os que viviam com o HIV/AIDS. Mesmo entre amigos, familiares e amantes próximos era recorrente não dizer a doença. O isolamento, habitualmente, guiava o comportamento com o agravamento do quadro clínico. O jornal *O Dia* (20 de jun. 1989, Caderno D, p. 2) ao anunciar a morte de Lauro Corona destaca no título “no fim, o isolamento”. Na produção literária sobre os primeiros anos da pandemia, comportamentos semelhantes são descritos nas narrativas autobiográficas.

No livro *Risco de Vida*, de Alberto Guizik, o personagem Joca, ex-amante e melhor amigo do protagonista Thomas, retorna ao Brasil, após seu companheiro norte-americano falecer de complicações da AIDS. Porém, sua sorologia nunca foi admitida ou comentada, mesmo com as internações recorrentes. Com o quadro já insustentável e praticamente morando no hospital, a notícia da presença do vírus chega pelo seu atual namorado e, junto com ela, o pedido para que o protagonista não vá, de forma alguma, ao hospital para vê-lo em tal estado.

Nas narrativas criadas sobre HIV/AIDS são perceptíveis as permanências de um imaginário de longa duração que faz com que os conteúdos reproduzam, ainda hoje, muitos mitos de um passado imemorial de oposição entre heterossexuais (normalidade/natural) e homossexuais (anormalidade/desordem). Os discursos circulantes sobre a temática são atravessados pelo repertório atribuído às comunidades emocionais⁷¹ envolvidas. De forma que, as reações particulares dos sujeitos pareciam/deveriam pertencer a um conjunto de emoções que eram antecipadas ou aceitas com relação ao grupo a qual pertenciam. Homossexuais deveriam sentir vergonha, culpa, ressentimento, enquanto heterossexuais sentiriam raiva, nojo, pena e alívio pela morte desse “corpo outro” antinatural (COOK, 2017).

O fluxo do sensacional, com suas narrativas melodramáticas, forneceram paramentos e serviram para incluir/excluir e para criar as divisões entre indivíduos e grupos. Contudo, esse jogo emocional é complexo, superando em diversos momentos a divisão dramatizada pela grande mídia. O próprio desenrolar da pandemia, com a ampliação do número de casos, mostra que essa divisão polarizada não fazia sentido na vida vivida. No cotidiano, as comunidades afetivas são relacionais e dinâmicas, envolvendo um cruzamento de pessoas, ideias e sentimentos que embaralha as linhas de divisão, por vezes, tão claramente demarcadas.

A narrativa melodramática construída pela imprensa sobre Cazuza e o HIV/AIDS oferece um confronto entre o bem e o mal, entre o moral e o imoral, o saudável e o doente. O público leitor é estimulado a reconhecer a homossexualidade e o comportamento boêmio como um problema. Como consequência das suas escolhas o jornalismo enfatiza a purgação vivida por Cazuza, finalizando a trama com uma redenção heroica alcançada por sua dor e resistência.

⁷¹ O conceito de comunidade emocional é utilizado por Barbara Rosenwein (2002) para descrever os estilos emocionais compartilhados por grupos em determinados momentos históricos.

A responsabilização das ações de Cazuza, pelo contágio e desenvolvimento da doença, simplifica a causalidade dos problemas, reduzindo a capacidade social de lidar com eles. A saúde deixa de ser um problema público e todo o longo histórico de interdições sobre a sexualidade são apagados. Realçar que o se manter saudável está ao alcance da ação dos indivíduos coloca em cena valores morais que negam o prazer e constroem uma lógica punitivista baseado em sofrimento e castigo.

Por fim, vale ressaltar que privilegiamos nesse trabalho uma das múltiplas dimensões possíveis da imaginação mnemônica sobre Cazuza. Nossa preocupação central, sobre o dispositivo do HIV/AIDS como instrumento de controle e repatologização da homossexualidade, nos direcionou a pensar a fantasmagoria em torno do artista e a sua dimensão melodramática. No entanto, Cazuza não é somente um fantasma da AIDS, ele também é uma memória de resistência e de vinculação entre os que estão a margem. Sua memória pode ser trabalhada em diversas outras perspectivas em que a doença não seja a protagonista. Recontar sua história de maneira múltipla, focando nas suas realizações enquanto artista, na sua filosofia de vida, em seus amores, na sua atitude política pode ser uma forma de reparação. Dessa forma, a AIDS não segue vencendo e apagando a sua vida.

Cap. 6 - Cartas para o presente: escrituras pela vida

*O tempo que temos
se estamos atentos
será sempre exato.*

Marília Garcia

*Não.
A morte não vence a palavra.
Negue o tempo.
Tente entender.
Se eu digo seu nome,
Nego seu fim.*

Lúcia Bettencourt

O pânico moral, construído pela mídia em relação à pandemia do HIV/AIDS, pode ser lido como parte integrante de um movimento mais amplo que se iniciou ainda nos anos 1960. Trata-se de uma onda conservadora que invade o cenário nacional como forma de reação às conquistas e ao espaço alcançado pelos movimentos progressistas e identitários, incluindo o Movimento Homossexual Brasileiro. A AIDS, enquanto nova doença, foi uma fonte fértil para promoção de discursos moralistas que cruzavam questões de gênero, sexualidade, classe e raça. O discurso médico foi, então, acionado para endossar uma série de medos, ansiedades e possibilidades em torno das transformações sociais e sexuais.

A crise provocada pelo HIV/AIDS representa uma virada crucial das estratégias discursivas utilizadas em uma escrita violenta sobre a homossexualidade. A linguagem da condenação estava em transformação. Os argumentos de base moral cristã dividiam, cada vez mais, o espaço de enunciação com as retóricas higienistas da medicina. Somava-se ao repertório da defesa dos valores tradicionais e da família brasileira à necessidade de controlar a sexualidade em virtude da doença.

Na primeira fase do *backlash* homofóbico, que tem no Regime Militar (1964-1985) o seu maior símbolo, a defesa da família e dos valores morais eram os responsáveis pela mobilização dos desejos conservadores de controlar as identidades e sexualidades. A moral cristã era a matriz base para produzir os gestos de coesão, entre os tidos como normais, e os gestos de diferenciação para com os “anormais” a serem combatidos. A família tradicional era um poderoso símbolo frente às “incertezas dos novos tempos”. Enquanto a homossexualidade representava, nessa perspectiva, o perigo, o caos e o

fracasso, a família era apresentada como o lugar do amor, da estabilidade, da segurança e da proteção. A AIDS é apropriada no desenrolar dessa escrita como uma metáfora entre um tipo de desejo, o contágio e a morte. A matriz discursiva de base médica é utilizada para demonstrar (ainda que sem comprovação) que as práticas homossexuais causavam a doença. Sendo, por fim, a própria homossexualidade sugerida como um mal a ser evitado.

A AIDS foi responsável por colocar em xeque a crença de que os avanços da medicina moderna tinham encerrado o ciclo histórico das grandes epidemias. A palavra erradicação dominava o debate dos anos 1970. Acreditava-se que, ao menos entre os países industrializados, as doenças infecciosas conseguiriam enfim ser vencidas (MOULIN, 2008). A descoberta do novo vírus fatal, somada com a ineficiência dos tratamentos disponíveis e a lentidão na descoberta de novas terapias eficientes, foi responsável por impulsionar o pânico, o medo e ódio. Uma pesquisa do *New York Times* publicada em 12 de setembro de 1985 revela, por exemplo, que mais da metade dos americanos acreditava que a AIDS era a doença mais grave que ameaçava a humanidade (BOURKE, 2005, p.298)

A politização da AIDS acentuou a disputa entre os discursos em circulação sobre os significados da homossexualidade. O pânico médico da mídia foi acompanhado por uma crise moral na própria subcultura dos homens que mantinham relações afetivas e sexuais com outros homens. Além da “tempestade de areia médica” existe um “furacão de sentimentos” verdadeiramente impressionante entre os sujeitos que se identificavam ou eram lidos enquanto homossexuais. O HIV/AIDS evocava o medo e o ódio (WEEKS, 2002).

O medo e o ódio são sentimentos distintos que, no entanto, podem possuir vínculos profundos. O medo do desconhecido, do diferente e de uma peste provocada por um corpo tido como outro pode ser o desencadeador do ódio. Enquanto uma ambiência de ódio pode produzir uma cultura do medo em que o sujeito se reconhece como objeto do ódio, se entende enquanto aquele que quer ser violentamente distinguido e extinto.

A resposta emocional do ódio, por mais paradoxal que pareça, está intimamente ligada ao amor. O objeto ou sujeito odiado é aquele que se apresenta como uma ameaça ao objeto do amor. A presença do corpo homossexual passa a ser reafirmado enquanto objeto de ódio, porque ele é imaginado em uma reencenação perpétua de uma fantasia de violação à família e aos valores tradicionais da nação. É o apego ao desejo conservador

entre aqueles identificados como iguais que explica a resposta visceral de ódio compartilhada (AHMED, 2001; 2004).

O ódio, dentro da narrativa, não é encontrado em uma figura, mas trabalha para criar o contorno do diferente, uma ameaça comum. Com isso, Ahmed (2001; 2004) quer dizer que o ódio não reside em um determinado sujeito ou é direcionado a um objeto específico. Não se trata de uma disposição psicológica que pertence a uma psique individual. O ódio circula entre os corpos e os significantes em relações de semelhança e diferença, funcionando de maneira concreta e particular como mediador na relação entre o psíquico e o social.

Essa concepção não nega que é possível odiar um indivíduo singular, mas busca apontar que esse sentimento tende a alinhar o particular com o geral. “Eu te odeio porque você é isto ou aquilo”, onde o “isto” ou “aquilo” evoca o grupo que o indivíduo representa. Dessa forma, o ódio funciona como forma de investir, por meio da violência a um outro particular, o significado de membro de um grupo, que é visto também como o outro, a ameaça.

O HIV/AIDS mobiliza uma nova onda de ódio contra homossexuais que reforça, por meio da violência, a sua identidade coletiva e a fixação enquanto outro. Os discursos de ódio estavam em circulação nas mais diversas plataformas de comunicação. Nas páginas da imprensa, por exemplo, era possível se deparar com manchetes como: “Aids é o castigo de Deus, porque bicha é uma raça desgraçada” (*Luta Democrática*, out. de 1983).

A tônica cristã de condenação da homossexualidade se valia do HIV/AIDS como uma “prova divina” da não “naturalidade” da prática homoerótica. Argumentos de base dogmática eram acionados para perpetuar discursos de ódio, cada vez mais, inflamados contra homossexuais. Dessa forma, esse modo de dizer sobre a nova doença validava e promovia a violência simbólica, estigmatizadora de homens que mantinham relações afetivas/sexuais com outros homens.

Contudo, a violência não se limitava ao campo do simbólico. Tamanho era o delírio conservador agenciado pelo pânico do HIV/AIDS que se vislumbra, por vezes, discursos em defesa da eliminação física do corpo tido como o outro contagioso. Podemos perceber essa postura na matéria “Fuzilaram ele e ‘ela’ para evitar mais ‘AIDS’” (*Luta Democrática*, 1 de abr. de 1987, p. 5). A reportagem em questão era o destaque principal da capa do jornal *Luta Democrática* de 1 de abril de 1987. Na manchete, o impresso anunciava que “Bicha e seu ‘caso’ são assassinados próximo ao mercado”. O texto, em

si, curto e pouco elucidativo, narra que haviam sido encontrados na madrugada os corpos de um homem branco de 18 anos e de uma travesti mulata de 23, ambos mortos com três tiros na nuca. O jornalista informa que uma guarnição da PM e um grupo de curiosos apontavam que “o autor do duplo homicídio deve ter tido a preocupação com a possível contaminação da alarmante peste da AIDS”. A matéria sugere que o assassino, ao presenciar o ato sexual entre uma “bicha” e “um travesti”, resolveu “paralisar ali um maior alastramento do mal do sexo e fuzilou os dois”.

Dessa forma, a construção da notícia, em numa inversão dos valores deontológicos do jornalismo, justifica o homicídio em decorrência do HIV/AIDS e criminaliza as vítimas por serem homossexuais e disseminadores da doença. O ódio está presente em múltiplas camadas nessa matéria. A homofobia e a transfobia são demarcadas, por exemplo, no não reconhecimento da identidade de gênero da travesti ou no tom jocoso utilizado para descrever as vítimas e a cena do crime. Existe um entretenimento perverso que se regozija com o todo o enredo.

A escrita violenta sobre a homossexualidade, presente nos textos da cobertura sobre o HIV/AIDS, não se restringia aos jornais populares, tal como o *Luta Democrática*, que historicamente apelam para as sensações na composição da notícia (BARBOSA, 2007). Na grande imprensa, mesmo em jornais de referência, como no caso da *Folha de S.Paulo*, o ódio penetrava na construção da informação, incentivando a estigmatização do homossexual e reforçando o seu lugar de um outro “perigoso”, que devia ser combatido e excluído.

Na grande imprensa, o ódio se diluía. A violência não se inscrevia, na maioria das vezes, em manchetes alarmistas e agressivas, tal como nos jornais populares. Isso não os tornava ausente. O ódio e a escrita violenta estavam presentes nas falas de líderes religiosos, de médicos ou nas cartas dos leitores publicadas. Tomemos como exemplo uma matéria da *Folha de S.Paulo* de 7 de agosto de 1985. Intitulada de “Hospitais recusam casos de Aids, diz Teixeira”, o texto relata um debate promovido, dois dias antes, pela *Rádio Jovem Pan* sobre o enfrentamento do HIV/AIDS em São Paulo.

Estavam presentes no debate o coordenador do programa de Prevenção e Controle da Aids da Secretaria de Saúde de São Paulo, Paulo Roberto Teixeira, o professor de Moléstias Infecciosas e Parasitárias da USP, Ricardo Veronesi, o sociólogo e representante do Grupo de Apoio e Prevenção da Aids, Claudio Monteiro, a professora de psicologia da USP, Ana Maria Barbosa, que acompanhava pacientes com Aids, e os diretores dos bancos de sangue dos hospitais Sírion Libanês e Hospital Nove de Julho,

Silviano Vendel e Jorge Ghanane. Apesar da diversidade representativa, a matéria da *Folha* só reproduz as falas de Paulo Teixeira e de Ricardo Veronesi. O enquadramento conferido pelo jornal, para um debate de quase quatro horas de duração, chama a atenção. São as provocações conservadoras feitas pelo médico infectologista e professor da Faculdade de Medicina da USP, Prof. Veronesi, que ganham destaque. O jornal reproduz, sem contestar, falas de incitação ao ódio e ao medo contra homossexuais proferidas pelo médico.

Ricardo Veronesi, que para além de professor emérito da Faculdade de Medicina da USP também era consultor da Organização Mundial de Saúde – OMS, fazia alarde em torno da nova doença com frases de efeito, como “Os homossexuais são um perigo de saúde pública” (*Folha de S.Paulo*, 07/08/1985, p. 21). O médico e professor ocupa na construção da informação o lugar de perito, um porta-voz do saber científico. Ele utiliza da sua autoridade para estigmatizar a homossexualidade, associando a doença aos “grupos de risco”. O discurso de Veronesi emprega estratégias de legitimação que acionam o campo simbólico da ciência, como o uso de dados percentuais para defender seu ataque aos homossexuais.

Dados infundados, como o de que 65% de todos os homossexuais estariam infectados ou de que 90% das pessoas do grupo de risco iriam desenvolver a AIDS, são proferidos por Veronesi para estimular o medo e o ódio aos homossexuais. Em diversos momentos, ele provoca Teixeira, seu interlocutor com autoridade também reconhecida no campo da saúde e de visão mais humanizada, com a intenção de demonstrar que uma resposta solidária ao HIV/AIDS seria demagogia, reforçando, assim, sua postura violenta ao questionar: “deixa então eu injetar em você [Teixeira] um sangue com resultado positivo” (*Folha de S.Paulo*, 07/08/1985, p. 21).

A reprodução acrítica das falas de Veronesi extrapolam o direito ao contraditório ou a liberdade de expressão, pilares do jornalismo, na medida em que suas falas promovem discursos de ódio e propagavam desinformação. O médico se valia do seu poder simbólico para fazer parecer “razoável” a exclusão e perseguição aos homossexuais. A incitação ao medo e ao ódio criava um novo estigma para a homossexualidade, enquanto, simultaneamente, reforçava uma divisão hierárquica desigual para com a heterossexualidade.

Compreender a pandemia do HIV/AIDS envolve perceber que o impacto do estigma e da discriminação é tão complexo como a ação e as consequências biológicas causadas pelo Vírus da Imunodeficiência Humana. Pesquisadores como Richard Parker

e Peter Aggleton (2021) defendem que, ao longo de 40 anos da epidemia, não há nada que se demonstre tão difícil de ser enfrentado como a superação dos estigmas. Isso ocorre porque, mesmo os avanços no campo biomédico para o tratamento da doença e os esclarecimentos científicos sobre sua transmissão, os estigmas associados ao vírus e sua relação com a homossexualidade foram pouco alterados. O HIV/AIDS segue desempenhando um papel fundamental na produção e reprodução da desigualdade, exclusão e opressão.

A mobilização do ódio a um corpo tido como outro não é uma característica exclusiva da pandemia da AIDS. A história de diversos outros surtos pandêmicos também foi marcada pela perseguição de supostos culpados pelas suas disseminações. A peste bubônica, popularmente conhecida como “peste negra”, a epidemia da sífilis, atribuída as grandes navegações, a gripe espanhola e a recente pandemia da Covid-19 são exemplos em que um ambiente de pânico generalizado produz discriminação, hostilidade e violência contra os grupos eleitos como “portadores da doença” (DADICO, 2020).

Os “bodes expiatórios” foram muitos, como os judeus na peste negra e as prostitutas com a explosão da sífilis. A culpa recai sempre sobre um “outro”, responsável por provocar as mazelas pela força do contágio. A lógica em curso precisa acusar e nomear um corpo social como responsável pela peste. Por vezes esse lugar foi ocupado pelo velho, o homossexual, o vagabundo, o herético, o judeu, a mulher, o mendigo, o pobre, o drogado ou os chineses, em nosso exemplo mais recente. Em todos esses casos, o “outro” assume a imagem do medo, que se expressa sob formas de preconceito e intolerância (SCHWARCZ; STARLING, 2020).

Com a pandemia do HIV/AIDS, o medo do vírus foi corporificado na figura do homossexual masculino e na fluidez do sexo⁷². É através do medo e do ódio que os homens que mantêm relações afetivo/sexuais com outros homens são reforçados como o “outro”, o “sujo”, o “pecador” contra o qual o sujeito racional e o mundo civilizado devem se distanciar. Para Ahmed (2003; 2004), o medo tanto envolve os corpos que o sentem quanto constrói esses corpos contidos por sua ambiência. É como se o medo viesse de fora e se movesse para dentro, carregando consigo, nesse movimento, histórias passadas que se prendem ao presente. Com isso, o medo estabelece a distância entre os corpos, reafirmando fronteiras entre os saudáveis e os desviantes.

⁷² A AIDS também teve como bode expiatório os haitianos, os usuários de drogas e os profissionais do sexo. Estamos enfatizando a associação da doença com a homossexualidade por ser o nosso marcador de interesse neste estudo.

O filósofo português José Gil (2020), ao refletir sobre o medo na pandemia do Covid-19, fornece pontos de diálogo importantes para pensarmos o caso da AIDS. Para o autor, o horizonte de incertezas instaurado pela chegada de uma catástrofe sanitária produz um ambiente de ignorância e confusão que amplifica o medo. Um temor que passa a ser, sobretudo, dos outros que se tornam inimigos potenciais na medida em que qualquer encontro pode representar o risco de infecção. O pânico paranóico do contágio ao acaso transforma o contato em perigo, uma ocasião de morte possível. Como consequência, a relação com os outros e com a sua própria comunidade sofre um abalo profundo já que um outro corpo se transforma no mal radical.

Dessa forma, o medo não é uma simples atmosfera, mas uma inundação que invade os sujeitos e se alastra pelo social, reconfigurando a paisagem e a relação dos sujeitos com o coletivo (GIL, 2020). Podemos perceber os seus efeitos em diversas camadas na história da pandemia da AIDS, em especial, na sua ligação com a homossexualidade.

As emoções vivenciadas também possuem uma história, o medo possui sua própria narrativa. Para acessarmos esses sentimentos precisamos compreender que eles possuem uma dimensão corpórea, com reações e consequências fisiológicas nos sujeitos, mas também não podemos perder de vista que as emoções são coletivas, baseadas em uma longa superposição de textos, imagens, sons e experiências que dimensionam como sentir e reagir ao mundo (BOURKE, 2003). O mais profundo sentimento subjetivo é socialmente sentido.

Tomemos como termômetro do medo os diários pessoais gravados em fita cassete pelo artista plástico José Leonilson⁷³. As gravações iniciam em janeiro de 1990, quando Leonilson tinha 33 anos e ainda não sabia o seu diagnóstico. O relato do artista mescla angústias pessoais, seu processo criativo e assuntos familiares com acontecimentos importantes no Brasil e no mundo, como a Queda do Muro de Berlim e o governo Collor. O seu diário oral, que inicialmente não possuía grandes intenções, ganha outros contornos com a descoberta de sua sorologia positiva e o desenvolvimento da doença.

Leonilson mantém uma rotina de gravações sobre o seu cotidiano até 1993, quando, aos 36 anos, morre em decorrência de complicações associadas a AIDS, deixando

⁷³ Parte do conteúdo das fitas gravadas por Leonilson se tornaram acessíveis ao grande público por meio do documentário *Paixão de JL* (2014), de Carlos Nader. O filme mistura imagens de arquivo sobre os momentos históricos narrados com imagens de obras do artista, enquanto escutamos a voz de Leonilson narrando a sua vida.

mais de 4 mil obras produzidas⁷⁴. Acompanhar o diário permite perceber que, para o artista, a sua feitura era uma forma de lidar com o medo e de tentar conter a ansiedade. Barthes (2012c), ao se referir ao diário que escreveu no processo de luto pela morte de sua mãe, destaca que essa escrita de si possui um designo kafkiano de “extirpar a angústia” e “encontrar a salvação”. Essas funções podem ser sentidas no relato deixado por Leonilson, mas o que desperta, em especial, o nosso interesse por esse registro seria sua qualidade enquanto documento histórico.

Para Barthes (2012c), a publicização de um diário íntimo seria validada por diversas motivações, entre elas a histórica. Na narrativa desprezensiosa sobre as banalidades e infortúnios da vida cotidiana se espalham marcas de uma época. O diário pode nos ensinar tanto sobre os grandes acontecimentos e as informações de maior amplitude como sobre os costumes e pormenores do dia a dia. Poderíamos comparar esse gênero de escrita a um álbum, uma coleção de retratos em que sob a face do inessencial se revela o essencial do mundo, ainda que o assunto do diário não seja o mundo, mas o eu em uma espécie de egotismo que se interpõe entre o mundo e a escrita.

As fitas cassetes de Leonilson capturam o medo que envolvia a homossexualidade com a chegada do HIV/AIDS. O temor extrapolava o rechaçamento de heterossexuais perante a esse corpo tido enquanto contagioso. Temia-se ser homossexual. O medo provocado pela nova doença rompeu com o ciclo de ascensão do orgulho da própria sexualidade, que vinha dominando a cena homossexual desde os anos 1960. Antes de seu diagnóstico, Leonilson temia o seu próprio desejo, tinha medo de ser.

Eu posso até dizer que às vezes eu fico atraído por algumas mulheres, mas eu me sinto mesmo é atraído por uns caras. Às vezes, eu vejo uns caras lindos, daí eu fico louco por eles. E eu só não faço o que eu tenho vontade, porque eu tenho medo, sabe? Eu tenho medo de AIDS. Eu tenho medo de ... Eu tenho medo de AIDS. Sabe, eu não tô afim de morrer assim, sofrendo desgraçado. E ser gay hoje em dia é a mesma coisa que ser judeu na Segunda Guerra Mundial. O próximo pode ser você. A praga tá aí pronta para te pegar (LEONILSON, *Paixão de JL*, 2014).

⁷⁴ Leonilson é considerado um dos principais artistas brasileiros do que ficou conhecido como a geração 80. Sua obra é marcada pelo biográfico e o relato do cotidiano. A abordagem sensível sobre a homossexualidade e a AIDS tornaram o artista e sua produção um símbolo cultural sobre estas temáticas. Para saber mais sobre a sua obra e as articulações com o sensível, ler Gois (2015). Após sua morte foi criado um instituto, que leva o seu nome, com o objetivo de preservar sua memória e legado artístico. Os acervos pessoais de Leonilson estão sob a guarda deste instituto, comandado por sua irmã. Para além dos diários gravados também existem centenas de cartas trocadas pelo artista. No entanto, esse material não é disponibilizado para consulta. Utilizados como base para essa pesquisa os fragmentos das gravações presentes nas obras lançadas com a autorização da sua família.

Ser homossexual, para Leonilson, era assumir um risco. Sentir desejo e afeto por outro homem se apresentava como um mal radical que poderia pôr fim a sua própria vida. A homossexualidade passa a ser nociva, como um componente radioativo, que precisava ser contido e isolado ou poderia provocar uma contaminação fatal. Um dilema complexo passa então a reger a vida: uma negociação entre viver sem poder “ser homossexual” ou morrer vivendo plenamente. Uma equação que, nesses termos, nunca atingira um resultado positivo.

Um caminho, escolhido por muitos, para lidar com os dilemas impostos pelo medo do HIV/AIDS foi voltar para/permanecer no armário, não assumindo publicamente sua sexualidade. Essa postura trouxe, como consequência, um prejuízo emocional para muitos desses sujeitos que, por vezes, recorriam a parceiros e encontros sexuais fugazes e anônimos e não desenvolviam laços vinculativos mais profundos. Não pretendemos com essa colocação estabelecer uma relação valorativa e hierárquica entre um modelo sexual casual e as relações estáveis em suas diferentes formas de contrato (monogâmica, poliamor, aberta, etc.) A intensão é destacar que a estrutura organizativa do armário enfraquece as possibilidades de laços vinculativos, já que essa lógica tem em sua essência a busca pela desvinculação com qualquer aspecto associativo com a homossexualidade. Leonilson relata, por exemplo, a ida em saunas, onde mantinha relações sexuais com figuras que lhe eram familiares, mas cuja identidade desconhecia.

As emoções, como o ódio e o medo, são expressões das relações de poder que articulam de forma dinâmica o individual com o social por meio de um jogo de linguagem que segue um fluxo imemorial de convenções (BOURKE, 2003). O medo garante “verdades”, constitutivas das normas sociais, por meio da narração de crises ou inseguranças (AHMED, 2003; 2004). O que o temor revela é a ameaça iminente ao mundo tal como dado, um perigo que se anuncia no horizonte por aquilo que materializa o desconforme. Quando o HIV/AIDS, através da associação direta com a doença, produz o medo da homossexualidade, o que se reafirma é a longa duração da injúria, que sustenta esses corpos como possuidores de um prazer que coloca em risco a “verdadeira” forma de habitar o mundo.

O medo é um ordenador de tempo que presentifica uma projeção de perigo, visando uma ação preventiva que tenta assegurar a manutenção da ordem. O medo é uma experiência corporal intensa vivida no presente, mas que se relaciona com o futuro (AHMED, 2004). Se teme um objeto, um sujeito, um acontecimento. No caso da AIDS

teme-se o vírus, o homossexual, o adoecer. A doença, que é simultaneamente um desastre coletivo e individual, já está presente e ainda é futuro, é um mal destinado aos outros, mas que está cada vez mais perto. O medo alerta sobre a aproximação de um perigo que já se faz presente no horizonte, mas ainda não é plenamente experienciado. Se teme a contaminação, o contato com o sujeito contagioso e, após contrair a doença, o temor é pelo seu desenvolvimento, pela associação com a peste, pela morte.

O medo quando se torna uma avalanche, como no caso do HIV/AIDS, nunca é totalmente superado, porque sempre surge um novo temor no horizonte. Ele reafirma fronteiras na mesma medida em que desapropria os sujeitos. Se o objeto do medo é a contaminação pelo vírus, o resultado positivo não põe fim ao pânico e a instabilidade, o temor só muda de feição. O sujeito passa a se preocupar com o desenvolvimento da doença, as consequências do diagnóstico nas suas relações. Esse quadro, de temor contínuo, gera um outro sentimento muito próximo ao medo, a ansiedade.

A diferença entre o medo e a ansiedade é explicada, frequentemente, a partir das discussões psicanalistas que se baseiam, para a distinção, na existência concreta ou não de um objeto desencadeador para a emoção. Freud (2014) compreende o medo como uma ameaça objetiva e imediata, enquanto a ansiedade seria referente a uma ameaça subjetiva e antecipada. A ansiedade estaria próxima a um estado mais generalizado da neurose em que as reações não são desencadeadas por um objeto concreto.

Contudo, os estudos contemporâneos sobre o medo têm proposto um deslocamento sutil, mas importante sobre a diferença entre essas emoções. Na visão de Ahmed (2003; 2004), na ansiedade o pensamento se move rapidamente entre diferentes objetos, de forma que não se trata da ausência de um objeto causador da emoção, mas da iminência de vários objetos simultâneos. Enquanto isso, o medo seria produzido pela aproximação de um único desencadeador do temor. Já para Bourke (2003), pensar historicamente o medo e a ansiedade implica refletir sobre questões políticas e os jogos de hierarquia de poder entre os diferentes grupos. No tempo histórico, não existiria uma divisão tão estanque entre o medo e a ansiedade, um pode ser facilmente convertido no outro a depender das diferentes conjunturas.

Segundo Bourke (2003), a diferença entre as duas emoções está na capacidade de externalizar a ameaça. No estado de medo os sujeitos acreditam ser capazes de avaliar o risco e identificar o suposto inimigo, enquanto na ansiedade a capacidade de reação intencional falha e o sujeito se vê incapaz de neutralizar o perigo. A incerteza da

ansiedade pode ser dissipada pelos processos de nomear um inimigo (seja ele plausível ou não), convertendo a ansiedade em medo.

Dessa forma, o medo de um grupo pode ser a razão da ansiedade de outro e vice e versa. Voltemos ao caso do HIV/AIDS. O pânico da nova doença gerou uma ansiedade coletiva, que se converteu no medo ao homossexual, usado para legitimar/incentivar políticas de controle e exclusão desse grupo, visto como inimigo. Por sua vez, esse medo gerou um estado constante de ansiedade entre homossexuais. Alguns, no processo de elaboração de suas ansiedades, escolheram dentro de sua própria comunidade outros sujeitos como inimigos (os “afeminados”, os “promíscuos”). Outros tentaram lidar com a ansiedade da doença por meio do enfrentamento de uma multiplicidade de medos concretos (de se contaminar, de, ao estar doente, se manter saudável, de não ser estigmatizado pela doença).

A ansiedade sentida pela comunidade homossexual era tamanha que o jornal britânico *London Sunday Times* noticiou, em agosto de 1983, que "o medo de pegar a misteriosa doença assassina, AIDS, está causando mais danos na Grã-Bretanha do que a própria doença, com um hospital de Londres relatando 'centenas de pacientes sofrendo de ansiedade relacionada à AIDS - alguns ao ponto de considerar o suicídio'" (WEEKS, 2002, p.46).

No diário de Leonilson, é possível perceber a materialização da ansiedade que abalava a comunidade homossexual. O jovem artista produz um testemunho sobre a doença atravessado pela angústia e pelo medo. São diversos os objetos de preocupação que mobilizam o temor de Leonilson. Ele receia ao se confrontar com sua sexualidade, ao realizar o teste para detectar a presença do vírus, ao saber ser portador da doença, ao se questionar se ainda poderá viver um amor romântico, teme também pela reação da sua família e pelos efeitos dos medicamentos existentes.

Hoje durante o dia, eu fiz teste para AIDS, mas na hora que eu fiz o teste eu tava calmo. Eu fiz o teste também mais para tirar uma dúvida. Eu acho que não tenho nada, não. Mas agora são duas horas da manhã, da madrugada, e eu acordei assustado. Acordei tremendo. Acordei. Na hora em que eu acordei, eu estava sentindo o estômago. Mas, depois, eu comecei a tremer, tremer como se eu tivesse com muito frio. E eu fiquei com muito medo [...] E agora são duas horas da manhã e eu estou com medo. Fico pensando em mil besteiras. E eu acho que não é nada, é só nervoso. É horrível essa situação, é horrível. [...]

Na hora que eu peguei o teste, eu fiquei muito abalado. Eu quase desmaiei na hora em que eu vi. [...]

A minha irmã perguntou: mas por que você tá emagrecendo, Leo? O que que eu vou responder? Como é que eu vou contar isso para a minha família? Isso é o pior. Eu não tenho medo. Eu não tenho medo de morrer. Eu tenho medo de sofrer mais a tristeza da família. A desgraça, isso é que é o pior (LEONILSON, *Paixão de JL*, 2014).

A literatura pode nos ajudar a mensurar o alcance do estado de ansiedade vivido por Leonilson. Bernardo de Carvalho, no livro *O Último Gozo do Mundo*, narra a busca de uma professora de sociologia pelo pai do seu filho recém-nascido em um cenário de abertura após um longo período de crise sanitária global imposta por um vírus desconhecido. As sequelas da doença ficcional em nada se assemelham aos efeitos da AIDS, mas o impacto social e emotivo provocado por uma pandemia viral conectam as duas realidades. A crise sanitária não nomeada de Bernardo de Carvalho pode ser a da Covid-19 ou a AIDS sem ser nenhuma delas. A história contada não é a da doença, mas a da suspensão do tempo instaurada com catástrofe sanitária. O autor nos apresenta uma refinada leitura sobre o comportamento humano diante um cenário de crise biológica e moral.

A espera estendida por uma cura ou uma vacina fez com que se adaptassem à nova vida como provisória. Com o tempo em suspensão, o provisório se tornou natural, perene, não o resultado da ameaça mortal que os encurralava. A falta de perspectiva excita o medo, e ninguém sobrevive com medo. Assim passaram a viver no paradoxo da negação [...] até a descoberta de uma vacina aparentemente segura trazer de volta não a ilusão de normalidade que muitos já viviam, mas uma possibilidade concreta e confiável de futuro. É claro que nada disso traria de volta a vida nos termos do passado (CARVALHO, 2021, p.15).

A narrativa literária de Bernardo de Carvalho evidencia um estado provisório de habitar o mundo que emerge com o tempo em suspensão provocado pela pandemia. Essa falta de perspectiva, que excita o medo, impossibilita colocar os objetos geradores de ansiedade em perspectiva. Passa-se a viver em um estado constante de alerta em que o medo se apresenta como resposta natural para as possibilidades desenhadas para o futuro, porque o futuro, em si, parece não existir.

O estado de negação, ao qual o autor se refere, diz respeito a um certo tipo de comportamento paradoxal de evitar viver para se manter vivo na esperança de que a cautela garantirá a estada no mundo até a chegada de uma cura para o mal maior. Esta

postura, perante aos desafios da doença, é paralisante. Como resultado vemos, em Leonilson, por exemplo, um mergulho melancólico em meio ao medo e a ansiedade.

A força disruptiva provocada pela eclosão do HIV/AIDS direciona os sujeitos para esse estado provisório de habitar o mundo que é marcado por um tempo em espera. O esperar passa a ditar o tempo da vida tanto na concretude do cotidiano como de forma ontológica. O sujeito aguarda pela cura, por remédios mais eficazes, pela melhora do quadro clínico. Mas a espera também diz respeito a uma cisão no tempo que perdura até que a elaboração do arrebatamento provocado pela catástrofe seja realizada. Estamos falando, no quadro mais amplo, sobre a pausa que antecede a ação, o momento que pode durar segundos ou anos, que consome os sujeitos até que eles possam agir criativamente em prol da construção de um novo jogo de valores.

Esta pausa, em que o tempo é vivido em suspensão, só permite respostas na esfera de uma micropolítica reativa (ROLNIK, 2018). Leonilson reage dentro dos limites do repertório estipulado pela própria cosmovisão que estabeleceu o ódio e o medo como horizonte possível da experiência. Seu desejo de ação não produz uma nova relação com a doença ou a criação de novas vinculações. Em sua vida pessoal, ele desempenha o papel esperado do “portador do vírus da AIDS”: um homossexual enrustido que sofre e se culpabiliza. Com isso, o diário gravado pelo artista não provoca um deslocamento dos sentidos em prol da libertação do desejo.

Os limites de habitar um tempo em suspensão não provocam melancolia, medo e ansiedade somente em Leonilson. Essas eram reações recorrentes e, em certa medida, esperadas em um “protocolo” midiático de como viver com o HIV/AIDS. Afinal, como nos lembra Barthes (2012), as emoções presentes em um diário são sempre simulações, cópias, da mesma emoção/reação que se leu em algum lugar. No quadro de sentimentos construído na lógica midiática, sob efeito de uma matriz médica, essa era a performance esperada ou até mesmo desejada para um homossexual que vivia com o HIV.

No testemunho produzido por Jean-Claude Bernardet (1996), sobre viver com o vírus do HIV nos primeiros anos da pandemia da AIDS, o autor faz alusão a esse mesmo paradoxo de negação, sobre um tempo provisório em que o medo só permite sobreviver e não viver. Para Bernardet (1996), as pessoas ao seu redor, os ambientes e os seus próprios sentimentos o empurravam para uma espécie de limbo dos pré-mortos.

A psicóloga me faz compreender que as coisas mudaram, que não tenho mais as energias de antes, que preciso me precaver, que preciso me

preparar – para que? para a morte? – se eu achar que vai chover, mesmo que não chova, devo sair com guarda-chuva para me resguardar, se achar que vai esfriar, mesmo que não esfrie, devo levar um agasalho. Conto esses conselhos a uma amiga, ela acha que são sensatos, acabo me convencendo de que são sensatos (BERNARDET, 1996, p.11-12).

Voltamos os sábios conselhos da psicóloga. Saia com guarda-chuva mesmo que não chova. Todas essas recomendações são depressivas. A depressão vem de dentro de nós, mas somos cercados por fatores externos que reforçam a depressão interna e são eles mesmos geradores da depressão [...] Tudo isso nos é dito num momento de fraqueza e vamos assimilando, querendo nos proteger, ser protegidos, superprotegidos. Isso é mortal. Nossos protetores são agentes funerários (BERNARDET, 1996, p.46-47).

O que chama a atenção no testemunho produzido por Bernardet (1996) é que o medo não é necessariamente negativo, sua origem pode advir do cuidado ou do zelo pela vida. O temor passa a se constituir enquanto um problema, como afirma Ferraz (2021), quando ele perde a justa medida e passa a controlar os sujeitos. O que podemos observar nos trechos do livro de Bernardet (1996) é uma postura crítica perante a esse estado de ansiedade ao qual é exposto. Ainda que ele compartilhe com Leonilson o mesmo ambiente produtor perpetuo de medo, se vislumbra no seu relato um incômodo que começa a gestar uma potência de ação criativa.

A grande variedade de temores que assombram Leonilson e Bernardet pode ser traduzida em um grande medo, o da morte. Mas não se trata do simples medo de morrer, que persegue a todo ser humano. Se trata de uma angústia absurda, sobre uma morte imprevista, bruta, violenta e injusta. Uma morte que arrebenta com os sentidos postos e quebra o nexo do mundo.

Para superar a paralisia da ansiedade é preciso, então, combater o medo da morte. Segundo Gil (2020, p.5), é necessário recusar a passividade, furar a bolha, alargar os limites do espaço e do tempo. Exorcizar o medo implica, nesse caso, obrigatoriamente na criação de um novo espaço público comum com vinculações ativas e baseadas na solidariedade.

O próprio Leonilson passa a se questionar sobre os efeitos do medo do HIV/AIDS em sua vida. Para o artista, o pânico provocado “também faz a consciência da gente aumentar. Sabe, faz a gente ficar mais forte. Faz eu querer ser um homem forte. Eu tô cheio de vontade” (LEONILSON, *Paixão de JL*, 2014). Mas como vencer o medo? Ele parece ter vislumbrado a resposta ao assistir ao filme *Relâmpago sobre a Água* (1980), em que Wim Wenders acompanha os últimos dias de vida do também diretor Nicholas

Ray. No filme, o medo da morte é vencido encarando-o. “Talvez com o amor? Enfrentar o medo com o amor! Só querer amar já pode ajudar. Até fingir amar pode ajudar”.

O desenvolvimento de uma consciência libertária sobre sua sexualidade e os seus vários atravessamentos pode ser percebido em seus trabalhos que, com o passar dos anos, coloca seus afetos e desejos por outros homens no centro da produção. Ainda que publicamente e para sua família sua sexualidade não seja assumida, ele se permite viver e deixar seu trabalho ser movido pelas paixões. Isso ocorre graças ao que Ricoeur (2010) denomina de variações imaginativas, ou seja, a liberdade criativa dos produtores das narrativas de apresentar, pelo campo da linguagem, um mundo reconhecível e capaz de expor as linhas de força, as relações de poder e as incongruências que compõem a realidade apesar de nem sempre serem visíveis.

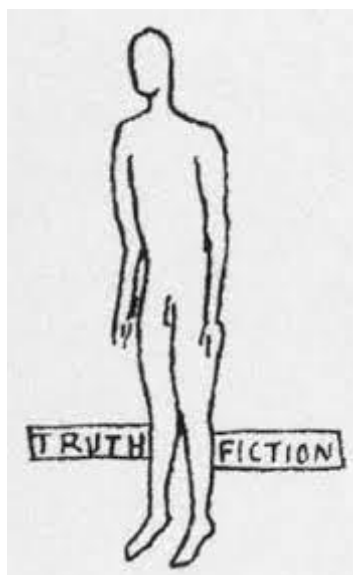


Imagem 10: Imagem central da obra *Favorite game* (1990) de Leonilson

Fonte: Projeto Leonilson

O imbricamento entre ficção e realidade (seja lá o que ela signifique) possibilita Leonilson de se desprender de certas arramas e constrangimentos. O artista, quando foi informado pela sua equipe médica de que tinha apenas alguns meses de vida, reforça em seu diário que “agora de fato só me resta o meu trabalho”. A interpretação mais evidente dessa afirmação é de que não existindo mais possibilidades só o trabalho se apresentava como um horizonte possível a se ater. Contudo, essa declaração pode possuir uma segunda camada de sentido, é somente na sua produção artística, por meio de uma

imaginação criativa que ele pode continuar vivendo. Foi na arte, com forte influência biográfica, que Leonilson produziu sua escritura e colocou em circulação novos mundos possíveis.

O percurso pelo programa homossexual, neste capítulo, finaliza com as escrituras de reação, produzidas como forma de enfrentamento ao bombardeio de informações que instaurava um pânico moral em relação ao HIV/AIDS e a sua face mais evidenciada, a homossexualidade (WATNEY, 1996). São textos escritos por homossexuais, já infectados ou não, que refletem e questionam, entre outros aspectos, a figura do “morto-vivo” que se cristalizava no imaginário social sobre a doença.

O olhar será lançado ao passado através dos textos produzidos por Caio Fernando Abreu e Herbert Daniel. Os dois escritores, ao narrar a Aids, compartilham uma postura ética, em prol da vida, como linha condutora do enfrentamento da catástrofe. Ambos adotam uma escritura testemunhal e privilegiam, enquanto gênero discursivo, as cartas para anunciar seu adoecer. Caio Fernando com suas crônicas epistolares e Herbert Daniel com suas cartas abertas. Apesar de distintas em estilo, a escolha pelas cartas demonstra a busca dos autores por um gênero capaz de relacionar/tensionar o autobiográfico. O que une esses dois autores tão distintos é a resposta ativa que ambos conferem ao HIV/AIDS. Suas produções mobilizam uma imaginação criativa em que o desejo assume uma feição ética em prol da vida.

Nesses textos, estão documentadas uma escrita de si e toda a sua cultura. Observamos, nas cartas, a ação de abertura que se dá ao outro sobre si. Um “se mostrar”, “se expor”, aproximando o sujeito do seu destinatário, ao mesmo tempo, em que este revela-se a si mesmo no exercício pessoal da escrita. Dessa forma, as cartas agem tanto naqueles que a publicam, pelo próprio gesto da escrita, como naqueles que as recebem, pelo gesto da leitura e releitura (FOUCAULT, 2017)

Para Bakhtin, nos textos com teor autobiográfico, o escritor coloca-se à margem de si para que sua narrativa tenha força estética e ética. A ausência do distanciamento torna a escrita uma autoconfissão que impossibilita “transver” o mundo. Por isso, é necessário “vivenciar a si mesmo não no plano em que efetivamente vivenciamos a nossa vida; só sob essa condição ele pode completar a si mesmo, até atingir o todo, com valores que a partir da própria vida são transgredientes a ela e lhe dão acabamento” (BAKHTIN, 2011, p. 13).

Nas cartas que analisaremos o outro possui um duplo sentido. Simboliza tanto o exercício do autor de encontrar o outro em si mesmo, para assim, poder narrar com clareza

e propor ações para o acontecimento que relata. Assim como o outro, também significa a alteridade estabelecida para com o seu leitor.

A capacidade de se perceber como outro de si mesmo, ou seja, de captar o reflexo de suas vidas possibilitaria ver o que ainda não era enxergado no contexto imediato ao surgimento da epidemia. Para Bakhtin (2011), a instância última dos textos autobiográficos seria presumirmos o que acontecerá após a morte e, com isso, avaliar o conjunto da trajetória de vida. Caio e Herbet, após considerarem a atribuição de "morto-vivo" designada aos portadores do HIV, escolhem enaltecer que ainda há vida e que, mesmo com a eminência da morte, o valor a ser destacado é a abertura para o mundo.

Nossa hipótese é que, ao escolherem as cartas como gênero textual, Caio Fernando Abreu e Hebert Daniel visavam mais do que produzir um simples relato sobre seus sentimentos. Eles buscavam uma escritura estética onde a alteridade poderia empurrar os sentidos já estabilizados para outro lugar. Ao levarem em consideração a imagem externa de um "aidético" e a impressão que esta causaria no outro, os escritores escolhem a carta como uma resposta para a sociedade e com isso propõem um novo diálogo entre a polifonia de vozes sobre a Aids.

Com as cartas, eles tornam os seus corpos presentes e com possibilidade de durar no tempo, interpelando leitores e convocando a sociedade para repensar a doença e seus portadores. Suas escritas anseiam uma nova ordem do tempo, marcada pelo alargamento do presente e a defesa de viver o momento, já que o futuro é incerto.

Caio Fernando Abreu anuncia publicamente a descoberta do vírus HIV em seu sangue em três "cartas" publicadas originalmente no jornal *Estado de S. Paulo*, onde o escritor gaúcho tinha uma coluna quinzenal. Suas *Cartas para Além dos Muros* são crônicas epistolares divulgadas em sequência entre os dias 21 de agosto e 18 de setembro de 1994. A essa famosa tríade soma-se uma última carta intitulada *Mais uma Carta para Além dos Muros*, publicada na véspera do Natal de 1995, poucos meses antes da morte do autor em 25 de fevereiro de 1996.

As cartas para além dos muros se tornaram um símbolo das narrativas autobiográficas da primeira geração do HIV/AIDS no Brasil. Sua celebre frase, "tente entender o que tento dizer", é o título de uma coletânea contemporânea com poemas sobre HIV/AIDS (MELLO, 2018) e ainda nomeia o documentário dirigido por André Canto sobre o poder da coletividade e do ativismo em contraponto as barreiras impostas pelo impacto HIV e seus estigmas.

As notórias quatro cartas *Para Além dos Muros*, que são o foco do nosso interesse analítico, são apenas uma pequena parcela da vastidão de cartas redigidas por Caio. O autor é reconhecido pela compulsão da escrita, tendo mantido uma intensa troca de correspondências com os mais variados interlocutores. Parte dessa produção foi postumamente reunida em livros como *Caio Fernando Abreu cartas*, organizado por Italo Moriconi (2016), *Numa hora assim escura* e *Para sempre teu, Caio F.*, organizado por Paula Dip (2016, 2014b).

Entre os que se dedicaram à obra de Caio Fernando Abreu, em especial suas cartas, o trabalho realizado por Moriconi se destaca. Para ele, o conjunto de cartas escritas pelo autor gaúcho são parte importante de sua obra, na medida em que o trabalho do autor era escrever e o ato de fazer cartas faz parte do mesmo movimento produtivo. As suas cartas (tal como suas crônicas, ficções, peças teatrais e poesias) eram alimentadas pela vida. São as experiências pessoais que conferem o tom de toda a obra de Caio. Dessa forma, para Moriconi (2016), suas cartas são como o romance de uma vida, em que o cotidiano assume um desenrolar épico, em que cada novo registro se configura como um pequeno clímax que revela não só um painel fragmentário da vida literária dos anos 1970, 80 e 90 no Brasil, como também anunciam a morte do autor.

As cartas pessoais, enviadas para amigos e personalidades da cena cultural, revelam, entre outros assuntos, o processo de descoberta da doença e o contexto da publicização do seu diagnóstico por meio de sua coluna no jornal *Estado de S. Paulo*. Em 25 de julho de 1994 Caio Fernando Abreu envia uma carta para Luciano Alabarse, cenógrafo e diretor de teatro, em que relata sua chegada ao Brasil após uma temporada por diversos países europeus. O autor estava preocupado com sua saúde, em especial, com uma mancha que havia aparecido em seu rosto. Na carta ao amigo conta que voltou “há pouco mais de um mês. E caí doente. Perdi oito quilos; estou quase transparente! Tomo mil antibióticos — a médica acha que é um daqueles vírus viciados em antibióticos, que exigem doses cada vez mais fortes (vírus junkies, pode?)” (ABREU, 2016, p. 165).

A ausência de tratamentos eficazes e um quadro clínico cada vez mais frágil leva o autor gaúcho a realizar uma bateria de exames, que detectam a presença do vírus HIV. Na mesma carta enviada para Luciano Alabarse, Caio comenta que no dia seguinte irá fazer o teste. “Amanhã faço 300 exames de tudo que você possa imaginar, inclusive o HIV, que nunca fiz. Naturalmente a saia é justa, mas como a fé é larga, fica tudo equilibrado. Coloco nas mãos de Deus” (ABREU, 2016, p. 165).

O corpo debilitado e as marcas cada vez mais visíveis da doença não o impediam de seguir com seu processo criativo. A carta, destinada ao amigo diretor de teatro, tinha, também, como objetivo comentar sobre o desenrolar dos acontecimentos envolvendo a peça *O homem e a mancha*, que havia escrito para o ator Carlos Moreno⁷⁵. O texto, uma livre releitura de *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes, era uma homenagem à memória de Clarice Lispector, que chamava Caio de Quixote⁷⁶.

No monólogo, o único ator em cena se dividia entre quatro personagens que se alteram de forma não linear, sendo eles um ator em busca de seu personagem, um aposentado confinado em seu apartamento, uma parodia de Dom Quixote de La Mancha e um sujeito sem identificação que tem seu enredo marcado pela obsessão por uma mancha que o ameaça. O texto é marcado por uma reflexão existencial, com personagens em crise e em busca por respostas sobre a vida. A mancha, em destaque no título, é uma metáfora ao HIV/AIDS, sendo uma alusão ao sarcoma de Kaposi - um tipo de câncer associado à AIDS em que os tumores causam manchas roxas pelo corpo.

A mancha, meu Deus. Onde foi parar a mancha? Estava aqui, agora mesmo. Não pode ter sumido assim. Bem aqui, ela estava bem aqui. Era clara, isso eu me lembro. Não era uma mancha suja, não era uma mancha feia. Era só ... só de outra cor. Bem clarinha. Assim ... como se tudo fosse branco ou preto ou cinza, e em determinado lugar dessa superfície de repente já estivesse ela, entende? Parada, quieta. De outra cor. Azul celeste. Amarela, água. Lilás, violeta, roxa. (Meio alterado) Não, isso não. Roxa não, pelo amor de Deus, roxa não! (ABREU, 1997, p. 103).

(Olhando a própria pele, horrorizado.) – Ah, não ... Na minha própria pele, não. Por piedade, Senhor, poupei-me. Já se foram tantos, já se foram todos. Eu devo ser um dos últimos. Eu tenho que resistir. Dai-me forças e dai-me fé, meu Deus. Oh puríssimo anjo Rafael, curador divino das feridas humanas, verte em minhas veias o líquido sagrado de tua ânfora dourada para purificar meu sangue! (ABREU, 1997, p. 112).

Ela tem que estar aqui, em algum lugar, eu estava dentro dela, Dentro... dentro não. Em cima, em baixo. Não sei, não lembro, não importa. Se ela não está aqui, ela não existe. E esse ela não existe, eu também não ... A não ser que existisse apenas dentro doo meu próprio cérebro, Uma

⁷⁵ A peça “*O homem e a mancha*” foi escrita em fevereiro de 1994, durante o carnaval, quando o autor ainda não sabia sobre o seu diagnóstico. O texto foi uma encomenda feita por Carlos Moreno, nacionalmente conhecido pela participação nos comerciais televisivos da *Bombril*. No entanto, o ator nunca fez a montagem da peça. Caio adorava o texto, tendo ele mesmo feito algumas leituras públicas do material. Quando já estava muito doente, entrega a peça aos cuidados do diretor Luiz Arthur Nunes, com quem já havia trabalhado antes no teatro, e pede para que o amigo “faça o quanto antes” a montagem para dar tempo de ele assistir. A peça estreia em Porto Alegre, no Theatro São Pedro, alguns meses após o falecimento de Caio.

⁷⁶ Clarice era uma das maiores influências literárias na obra de Caio.

mancha no meio dos meus miolos [...] No meu corpo. Na minha pele, como uma tatuagem, uma queimadura. Mas eu não sinto nada. Já disse que não sinto nada. Faz tempo que eu não sinto nada (ABREU, 1997, p.104).

Socorram-me que me afogo em meu próprio sangue, em minha própria mancha! (ABREU, 1997, p. 125).

O Homem da Mancha, não consegue viver. Atormentado, passa seus dias a procurar a marca em sua pele ou fora dela. A metáfora fala sobre o medo da AIDS e a ansiedade provocada pela possibilidade da própria infecção. Esse sujeito em crise tem seu presente achatado, não existe possibilidade de ação para além do tracejado pela doença. A paralisia paranoica, no entanto, é superada ao final da peça pelo desejo de viver. A postura ética em prol da vida é o caminho trilhado por Caio Fernando Abreu tanto em sua ficção como em suas cartas.

Portanto, embora não consiga encontra-la em lugar algum, tenho provas de que existe. E ainda que não, que importa? Em mim, dentro ou fora, ou até mesmo em volta. Rede ou ferida. Geográfica ou psicológica. Vírus ou alucinação. A mancha existe. E eu preciso enfrenta-la (ABREU, 1997, p. 105),

No que é que eu estou pensando agora? Na mancha, é claro. Eu penso nela o tempo todo. Você melhor do que ninguém sabe disso. Ela tem que estar aqui. Aqui, ali. Assim não é possível. Não pode desaparecer assim. Aliás, deixa para lá. Dentro ou fora de mim, já cansei dessa história. Quer saber do que mais? Caguei. K-Gay! (ABREU, 1997, p. 126)

Quando Caio realiza as primeiras leituras públicas de *O homem e a mancha*, sua sorologia já era publicamente conhecida, fazendo com que muitos associassem o personagem como uma espécie de *alter ego* do escritor. Contudo, a peça havia sido escrita meses antes de sua descoberta da presença do vírus. O autor já vinha publicando, a alguns anos, textos literários que abordavam a questão. Marcelo Bessa (1997; 2002), em sua pesquisa acerca da literatura sobre HIV/AIDS no Brasil, aponta que Caio Fernando Abreu é um dos escritores que com mais agilidade respondeu culturalmente a epidemia. O autor lançou em 1983 a novela *Pela Noite*, incluída no livro *Triângulo das águas*, em que tematiza a doença em meio a uma história afetiva/sexual de dois homens pela noite da cidade.

A novela conta a história do fugaz envolvimento entre Pêrsio e Santiago num sábado à noite. O jogo de sedução, o sexo e a busca pelo amor entre dois homens são os *plots* centrais da narrativa. A nova doença é como um fantasma à espreita que coíbi a possibilidade de viver plenamente. Pêrsio admite que sente medo, ele teria “bilhões de medos. Alguns até mais graves. Medo de ficar só, medo de não se encontrar, medo de AIDS. Medo de que tudo esteja no fim, de que não exista mais tempo para nada. E da grande peste” (ABREU, 1983, p. 176).

Apesar dos temores os personagens negam o medo, nem que seja por uma noite, naquele encontro, casual a dois. Por fim, o jogo de sedução entre eles acaba com ambos admitindo que aqueles não eram seus nomes verdadeiros. A verdade surge como um fiador do desejo de estar junto e, com isso, o final da história contada se torna o começo do caso de amor. Existe uma vida a ser vivida no presente e uma esperança de futuro apesar do medo do HIV/AIDS.

Caio, ouviu falar sobre a nova doença no mesmo ano em que publica *Pela Noite*. Segundo relatos do autor, ele estava hospedado no *Hotel Santa Teresa*, no Rio de Janeiro, onde morava, quando vê no *Jornal Nacional* a notícia da morte do costureiro Markito (ABREU, 2014a, p. 65). O impacto do HIV/AIDS em sua vida e na sua percepção de mundo pode ser sentido na carta que Caio escreve para o seu amigo de infância Ruy Krebs. No texto, escrito em 5 de julho de 1985 e nunca enviado, o autor confessa estar vivendo um sentimento de melancolia total, provocado não só pela crise econômica como também por “uma paranoia solta no ar: AIDS”. Para ele, a doença foi responsável por instaurar um “novo comportamento entre as pessoas. Que mal se tocam” (ABREU, 2014b, p.303). “A noite está vazia, ninguém se procura mais, ninguém se encontra. Vou me virando, com minha tendência à depressão cada vez mais forte, e agora especialmente agravada por isso” (ABREU, 2014b, p.304).

O distanciamento entre as pessoas e a repressão ao sexo, confessa Caio, fazia ele se sentir muito mal. Como nunca teve um parceiro fixo vivia como “consequência da paranoia uma extrema solidão” (ABREU, 2014b, p.304). Com isso, o tempo surgia em seu horizonte como uma problemática. A crise provocada pela nova doença e a o seu impacto social o fez ficar “espantado com o Tempo. O tempo é a única coisa terrível que existe. O tempo que passa e leva de arrasto, aparentemente aleatório, a juventude nossa e dos outros. Não é amargo, é apenas real” (ABREU, 2014b, p. 305).

As notícias que chegavam sobre a AIDS deixavam Caio incrédulo, parecia “ficção científica” a possibilidade de um vírus que só atacava homossexuais (ABREU, 2014c, p.

131). O escritor, começa, então, a colecionar matérias, fazendo uma espécie de dossiê com todas as informações que saiam na mídia sobre o assunto. A temática se tornaria objeto frequente de suas narrativas literárias, podendo ser observada de forma mais clara no romance *Por onde Andará Dulce Veiga?* (2014d), nas coletâneas de contos *Os dragões não conhecem o paraíso* (1988) e *Ovelhas Negras* (1995) e nos livros póstumos que reuniam sua produção de teatro e poesia, *Teatro Completo* (1997) e *Poesias nunca publicadas de Caio Fernando Abreu* (2012).

Caio Fernando Abreu foi um biógrafo das emoções, como ele mesmo se chamava em mais de uma entrevista. O autor produziu, ao longo de sua obra, uma espécie de história afetiva da sua época. Sem afirmações taxativas, o seu texto representa a frágil possibilidade de leveza em que histórias de amor e amizade compõe a alegria na deriva contemporânea. A paisagem melancólica do HIV/AIDS, com a solidão, o medo e a desterritorialização divide a cena com a ternura, o amor e vontade de viver. Sua obra, mesmo em face aos cansaços pós-utópicos, busca o afeto na realidade em que vivia, o que consideramos uma estratégia ética de sobrevivência (LOPES, 2002b).

A ética em prol da vida pode ser percebida em suas cartas para além dos muros. As três primeiras anunciam a descoberta de sua sorologia positiva. O autor inicia a sua *Primeira carta para além do muro*, relatando ao seu leitor, para o Outro, que “alguma coisa aconteceu comigo. Alguma coisa tão estranha que ainda não aprendi o jeito de falar claramente” (ABREU, 2014e, p. 124). Em sua fala nota-se que a descoberta da Aids representa não só uma catástrofe social, mas também pessoal, que atravessa o sujeito, gerando crises que atordoam os sentidos face a um acontecimento que estava para além do inteligível. Mas Caio convoca o público para junto com ele compreender e significar o que estava acontecendo. Para isso, o autor pede que, “por enquanto, e por favor, tente entender o que tenho a dizer” (ABREU, 2014e, p. 124).

A primeira carta narra os momentos iniciais após a descoberta de sua condição. Caio expressa, de maneira poética, o rompimento da catástrofe, simbolizado no anunciar da presença do HIV em seu sangue. No entanto, a doença em si não é nomeada em seu texto. Somos informados, de maneira fragmentada e descontínua, da sua existência e dos efeitos da sua descoberta. A linguagem se demonstra insuficiente para descrever plenamente sua vivência. Ele lamentava ser “tão impreciso chamá-la assim, a Coisa Estranha” (ABREU, 2014e, p.125).

Para Caio, um escritor cujas palavras sempre foram a principal forma de interação com o mundo, essa limitação linguística parece especialmente dolorosa. Narrar

aquele acontecimento se tornou um “terrível esforço (...) pois é no corpo que escrever me dói agora” (ABREU, 2014e, p.124). Ele se perguntava “o que teria sido” todo aquele acontecimento recente. Em meio a vertigem e a turvação dos sentidos, a palavra “voragem” surge como a que melhor consegue captar os seus pensamentos e ações frente a sua experiência traumática. O termo expressa uma força que age ferozmente e a tudo arrasta, em movimentos elípticos, para um labirinto vivo.

Não sei o que virá depois deste agora que é um momento após a Coisa Estranha, a turvação que desabou sobre mim. Sei que você não compreende o que digo, mas compreenda que eu também não compreendo (ABREU, 2014e, p.126)

Tenho medo é desses outros que querem abrir minhas veias. Talvez não sejam maus, talvez eu apenas não tenha compreendido ainda a maneira como eles são, a maneira como tudo é ou tornou-se, inclusive eu mesmo, depois da imensa Turvação (ABREU, 2014e, p.126)

As cartas privadas, que anunciam a doença diretamente para os amigos, utilizam uma linguagem direta, que permite traçarmos uma narrativa mais linear sobre a sequência de acontecimentos que sucederam ao diagnóstico de HIV e a maneira como o resultado o afetou. Em uma correspondência enviada para Maria Lúcia Magliani, em 16 de agosto de 1994, Caio relata: “depois de pegar o teste positivo, fiquei dois dias ótimo, maduro & sorridente. Ligando pra família e amigos”, mas “no 3º dia enlouqueci. Tive o que chamam muito finamente de ‘um quadro de dissociação mental’. Pronto-Socorro na bicha: acordei nu amarrado pelos pulsos numa maca de metal...” (ABREU, 2016, p.166).

Paula Dip (2014, p. 549), em seu livro de cartas e memórias sobre o escritor, lembra que Caio pediu para Gil Veloso ligar para ela, no segundo dia após a descoberta do diagnóstico. A ligação era para convidá-la a fazer uma visita no flat do escritor na Rua Frei Caneca. Chegando ao apartamento, Abreu mostrou o resultado do exame. “Ele estava vulnerável, marcado para morrer. Nos abraçamos, em silêncio. Não havia o que dizer. Tudo estava igual, mas completamente diferente, e ele só tinha uma saída: viver um dia de cada vez”.

A carta-crônica, publicada na imprensa, narra o surto que sucedeu o diagnóstico. Caio admite que deve “ter gritado, e falado coisas aparentemente sem sentido, e jogado coisas para todos os lados, talvez batido em pessoas (ABREU, 2014e, p.125). Mas esses momentos são para ele apenas fragmentos de uma memória descontínua. O hospital, com sua maca de metal e construções brancas e frias, são as âncoras de memória que restaram.

Disso que me aconteceu, lembro só de fragmentos tão descontínuos que. Que – não há nada depois desse que dos fragmentos – descontínuos. Mas havia a maca de metal com ganchos que se fechavam feito garras em torno do corpo da pessoa, e meus dois pulsos amarrados com força nesses ganchos metálicos (...) Embora amarrado como um bicho na maca de metal, eu queria proteger meus pés. Houve depois a máquina redonda feito uma nave espacial onde enfiaram meu cérebro para ver tudo que se passava dentro dele. E viram, mas não me disseram nada (ABREU, 2014e, p.125- 126).

O escritor permaneceu internado durante um período de 27 dias, suspeitando-se de danos cerebrais decorrentes da AIDS. Sua estadia no Hospital Emilio Ribas é o tema de sua *Segunda Carta para além dos muros*. A linguagem metafórica domina todo o texto. Nele Caio Fernando Abreu fala, de forma indireta, sobre a rotina hospitalar, dividida entre a visita de médicos e funcionários pela manhã e a chegada de seus amigos com presentes e notícias do mundo pela tarde. Com o cair da noite, já sozinho em seu quarto, tenta fazer o tempo passar assistindo à TV ou ouvindo rádio, até o sono chegar – e, em seus sonhos, as visitas de célebres vítimas da AIDS como Freddy Mercury, Nestor Perlongher e Cazuya.

Noite alta, meio farto de asas ruflando, liras, rendas e clarins, despenco no sono plástico dos tubos enfiados em meu peito. E ainda assim eles insistem, chegados desse Outro Lado de Todas as Coisas. Reconheço um por um. Contra o fundo blue de Derek Jarman, ao som de uma canção de Freddy Mercury, coreografados por Nureiv (...) Acordo com a voz safada de Cazuya repetindo em minha orelha fria: ‘Quem tem um sonho não dança, meu amor’. Eu desperto, e digo sim. E tudo recomeça (ABREU, 2014f, p. 128-129).

O estilo narrativo da segunda carta, como podemos observar no trecho acima, abusa das metáforas e elipses. O escritor se refere às pessoas que o cercam durante sua permanência no hospital como “anjos” e “gordos querubins barrocos”, encontrados ao longo “caminho para o inferno” que ele havia iniciado. Os profissionais da saúde, como médicos e enfermeiros, são descritos como anjos que “usam uniforme branco, máscaras, toucas, luvas contra infecções”, enquanto seus amigos são retratados como “anjos debochados” que “vestem jeans, couro negro, descoloriam os cabelos”. Caio, ressalta enfaticamente: “repito, aquilo que eu supunha fosse o caminho do inferno está juncado de anjos” (ABREU, 2014f, p. 129).

A análise das cartas escritas por Caio e o depoimento de sua amiga revelam elementos que, conforme previamente discutido, indicam os limites inerentes à linguagem, bem como a paralisação e o atordoamento resultantes da irrupção do diagnóstico. Observa-se uma tentativa de expressar o inexprimível, uma luta contra a inadequação das palavras para plenamente descrever a vivência experimentada. A exemplaridade, que estamos atribuindo a experiência de Caio Fernando Abreu, é justificada pela identificação não apenas do medo paralisante e de uma ansiedade desnorteadora, mas também da tentativa de encontrar significado em meio ao caos, evidenciando uma contínua batalha com a linguagem, a vivência do trauma e a ressignificação da existência. Na segunda carta-crônica, por exemplo, o escritor gaúcho trabalha com elementos de uma imaginação cristã – muito em voga para considerar o HIV/AIDS como um castigo - e se reapropria dos sentidos. O repertório religioso, usualmente empregado para o julgamento e a condenação, se torna um indicador de solidariedade e esperança.

Aquilo que suja treva parecia, guarda seu fio de luz. Nesse fio estreito, esticado feito corda bamba, nos equilibramos todos. Sombrinha erguida bem alto, pé ante pé. Bailarinos destemidos do fim deste milênio pairando sobre o abismo. Lá embaixo, uma rede de assas amparava nossa queda (ABREU, 2014f, p.129)

Nas cartas escritas por Caio Fernando Abreu, podemos identificar diversos elementos percebidos por Bruno Souza Leal (2002) como constituintes de sua produção literária. Em particular, o narrador adota uma fala poética sobre si, empregando estratégias discursivas para gerar novos significados. Esse aspecto é evidenciado principalmente na maneira como as cartas propõem ao leitor novas perspectivas sobre o HIV/AIDS. A ironia, a loucura e o delírio emergem como estratégias centrais de Caio. Apesar de serem escritas em primeira pessoa, as narrativas mantêm um distanciamento *auto-irônico*, permitindo que o narrador preserve um espaço entre si e o que é apresentado. Comprometido com a loucura, o delírio e a quebra do real, o narrador não adota julgamentos morais, demonstrando solidariedade em última instância. A ironia é habilmente utilizada para relativizar limites de sentido e desnaturalizar verdades estabelecidas.

Assim como os protagonistas de sua obra, Caio enfrenta sua angústia e fragilidade, optando por uma escrita literalizada e poetizada, que provoca deslocamentos e interpelações ao leitor. Ao expressar uma realidade existencial íntima, a palavra

transcende seu significado convencional, tornando-se imprecisa e incerta. A escrita poética, verbalizada pelo autor, subverte expectativas, conduzindo o leitor a terrenos de novos sentidos. As cartas provocam uma ruptura por meio do estranhamento, da angústia, da loucura, do delírio e do terror, convidando o leitor a explorar e reinterpretar a “naturalidade” do mundo.

O segredo, em torno do diagnóstico, é um elemento de sedução utilizado pelo escritor para atrair o público. A doença, que se insinua sem se revelar por completo, produz em que lê um estado de perplexidade diante de suas próprias incertezas. Com isso, Caio busca estabelecer em suas cartas a mesma dinâmica de leitura de sua obra literária. Conforme observado por Leal (2002), os textos do escritor gaúcho convidam ao seu leitor a suspender sua noção de verdade e a compartilhar, mesmo que temporariamente, do ritual do texto marginal, tornando-se cúmplice na atribuição de novos sentidos. O narrador, representante da loucura, dos sonhos e da inquietude existencial, cativa o leitor e o transporta por meio de um ritual literário que se fecha em si mesmo. Nessa interação, o público se torna o companheiro de jornada do narrador, ambos inseridos em uma relação de alteridade, onde se encontram e se perdem em um jogo compartilhado no mesmo espaço textual.

Dessa forma, a escolha narrativa adotada por Caio Fernando Abreu, de não explicitar o nome do vírus ou da doença, parece transcender a mera descrição da suspensão temporal provocada pelo impacto devastador do diagnóstico. O autor, como já mencionado, figura entre os primeiros escritores brasileiros a abordar de maneira sistemática a questão do HIV/AIDS em sua obra literária. Em seus contos, novelas, crônicas, romances, peças teatrais e poemas que exploram essa temática, observa-se também a ausência das terminologias específicas “HIV” e “AIDS”. Bessa (2002), em sua análise da produção literária de Caio, chega a sugerir que um leitor menos atento poderia não perceber a presença da doença como elemento subjacente em alguns desses textos. O próprio autor, em uma entrevista (ABREU, 1997, p. 8), ao comentar sobre um dos contos de seu livro *Ovelhas Negras*, intitulado “Noites de Santa Tereza”, descreve a personagem principal como uma escritora demente, ninfomaníaca e “portadora do vírus da AIDS”, embora ele questione se os leitores são capazes de perceber tal subtexto em decorrência da linguagem indireta.

O que poderia justificar essa omissão terminológica? Porque Caio recorria, de forma tão recorrente, a elipses e metáforas para falar sobre o HIV/AIDS? Marcelo Bessa (1997) sugere que o escritor gaúcho almejava distanciar-se das imagens estereotipadas

que eram evocadas sempre que alguém utilizava às siglas referentes ao vírus e à doença. Dessa maneira, seus textos visavam a construção de uma nova imaginação sobre o significado de viver com HIV/AIDS. Caio demonstra querer escapar da violência referencial dos termos HIV e AIDS. Com isso, o autor comunga da visão crítica sobre as limitações de sentido dessas palavras proposta por Lee Edelman (1994). O teórico queer americano, em sua reflexão sobre os limites da escrita, lembra que as siglas se originaram em um contexto médico que estabeleceu uma conotação não apenas ligada à homossexualidade masculina, mas também à pressuposição de um determinado destino fatal.

Para Edelman, a palavra AIDS tornou-se emblemática de uma narrativa linear, que progressivamente conduz de um começo predeterminado a um fim inexorável. Ele enfatiza que essa construção da doença não apenas conota uma série complexa de diagnósticos médicos, experiências sociais e fantasias projetivas, mas também serve aos propósitos de escrita de uma narrativa coercitiva. Ele alerta que mesmo os textos que adotam uma "estética ativista da AIDS", na tentativa de desafiar os estigmas associados à doença, correm o risco de reafirmar a imaginação médica profundamente arraigada ao termo. Edelman (1994) sugere que resistir a essa imposição ideológica demanda um cuidado particular, pois qualquer esforço para contestar a narrativa dominante pode inadvertidamente reforçar outras formas de coerção. Nesse sentido, ele levanta questões sobre até que ponto a "estética ativista" consegue verdadeiramente transcender as dicotomias e construções de subjetividade que moldam tanto o discurso hegemônico quanto as contranarrativas. Esta perspectiva instiga uma reflexão sobre as dificuldades inerentes ao projeto de "escrever sobre a AIDS".

O escritor gaúcho expressa sua preocupação sobre os sentidos construídos em torno do HIV/AIDS e a necessidade de resignificação da doença mesmo antes do saber do seu diagnóstico. Na crônica *A mais justa das saias*, publicada em 25 de março de 1987 no *Estado de S. Paulo*, ele fala sobre o medo e a cultura de pânico que circulam a doença e a consequente oposição entre heterossexuais e homossexuais. Ele clama por uma mudança na abordagem do tema, em prol de uma sobrevivência afetiva coletiva, sugerindo uma redefinição dos padrões de compreensão do HIV/AIDS. Essa chamada à ação reflete a preocupação do autor com as implicações sociais e emocionais da epidemia, bem como sua convicção na necessidade de uma nova resposta, mais empática e inclusiva, para a doença.

Tem muita gente contaminada pela mais grave manifestação do vírus – a aids psicológica (...) A pseudotolerância conquistada nos últimos anos pelos movimentos de liberação homossexual desabou num instantinho. Eu já ouvi- e você certamente também – dezenas de vezes frases do tipo ‘bicha tem mesmo é que morrer de aids’. Ou propostas para afastar homossexuais da ‘sociedade sadia’ – em campos de concentração, suponho. Como nos velhos tempos de Auschwitz? Tudo para o ‘bem da família’, porque afinal – e eles adoram esse argumento – ‘o que será do futuro de nossas pobres criancinhas?’ (ABREU, 2014a, p.65-66)

E é aí que começa a acontecer isso que chamo de ‘a mais justa das saias’. Afinal é preciso que as pessoas compreendam que um homossexual não é um contaminado em potencial, feito bomba-relógio prestes a explodir. Isso soa tão cretino e preconceituoso como afirmar que todo negro é burro e todo judeu, sacana. Heteros ou homo (?) a médio prazo iremos todos enlouquecer, se passarmos a ver no outro uma possibilidade de morte. Tem muita gente contaminada pela mais grave manifestação do vírus – a aids psicológica. Do corpo, você sabe, tomados certos cuidados, o vírus pode ser mantido a distância. E da mente? Porque uma vez instalado lá, o HTLV3 não vai acabar com suas defesas imunológicas, mas com suas emoções, seu gosto de viver, seu sorriso, sua capacidade de encantar-se. Sem isso, não tem graça viver, concorda? (ABREU, 2014a, p.67)

O autor alerta para a potência destrutiva de uma cultura do medo e do ódio atrelada ao HIV/AIDS. Ele aponta para a necessidade de superarmos a compreensão biopatologizante sobre a temática, com o risco de passarmos a viver “num mundo de zumbis”, caso não consigamos superar essa barreira semântica. Sua proposta é um retorno a vida, “com carinho, com cuidado, com sentimento de dignidade”. “Vamos continuar namorando. Era tão bom, não era? (ABREU, 2014a, p. 68). Por isso, quando descobre sua sorologia, ele opta por torná-la pública. Essa foi mais uma de suas ações para tentar refundar a forma de compreender a doença. Para seu ciclo íntimo, conforme em carta para Maria Lídia Magliani, ele reforçava que “nada disso é segredo de Estado, se alguém quiser saber, diga. Quero ajudar a tirar o véu de hipocrisia que encobre este vírus assassino” (ABREU, 2016b, p. 166).

Os efeitos da superação dos sentidos biopatologizante associados ao HIV/AIDS podem ser percebidos no cartão escrito por Caio Fernando Abreu em Porto Alegre, em 29 de setembro de 1994, destinado a Lucienne Samôr. Na mensagem, o autor afirma: “consegui transmutar o HIV numa coisa boa dentro de mim. Depois de quase morrer ando feliz agora. A emoção, estranhamente, parece curada” (ABREU, 2016c, p.169). A postura em favor da vida e a oposição às representações convencionais sobre o HIV/AIDS também permeiam o tom de sua *Última carta para além dos muros* e de *Mais uma carta para além dos muros*. Esses textos, manifestam a defesa da vida contra os estigmas. Sua

escrita reflete um desejo de transcender os limites impostos. Essas cartas representam não apenas um testemunho pessoal da sua experiência, mas são também um manifesto ético-político em prol de novas formas de estar e perceber o mundo.

Não vejo nenhuma razão para esconder. Nem sinto culpa, vergonha ou medo (...) Aceito todo dia. Conto para você porque não sei fazer sem ser pessoal, impudico, e sendo assim preciso te dizer: mudei, embora continue o mesmo. Sei que você compreende. Sei também que, para os outros, esse vírus de *science fiction* só dá em gente maldita. Para esses, lembra Cazuza: ‘vamos pedir piedade, Senhor, piedade para essa gente careta e covarde’. Mas para você, revelo humildemente: o que importa é a Senhora Dona Vida (...) A vida grita. E a luta Continua (ABREU, 2014c, p.130-132)

Ela se debruçou sobre mim, tão próxima que consegui ver meu rosto inteiro em suas pupilas dilatadas. Era bonita? Pergunta Alguém-Ninguém (...) Não querido. Era, sim, uma cara de verdade (...) Naquela cara viva, transbordando para além das pupilas-buracos-negros vi não apenas o meu horror, mas o horror e a beleza de tudo que é vivo e pulsa e fremente no Universo (...) Brindemos à Vida – talvez seja esse o nome daquela cara, e não o que você imaginou (ABREU, 2014g, p. 228 -231)

Abreu compartilha sua experiência de quase morte e subsequente renascimento, revelando uma sensação de felicidade que agora o envolve. O tom otimista e a afirmação de cura emocional, nessa fase, contrastam com as narrativas de desespero. Os textos reforçam o compromisso do autor com a vida diante das adversidades impostas pela doença. Esses textos não apenas representam uma rejeição dos estigmas e estereótipos negativos, mas também ilustram a capacidade do autor de ressignificar criativamente a narrativa em torno do HIV/AIDS. As cartas apontam para a vida. O muro, presente nos títulos, assinala metaforicamente para a exclusão e o isolamento do corpo doente (CARVALHO et al, 2020 p.116). Em sua última carta, ele diz ter chorado em certas manhãs, “olhando através da janela os muros brancos do cemitério no outro lado da rua” (ABREU, 2014c, p.131). Dessa forma, suas cartas buscam transpor essa barreira, ultrapassar o sentido da morte e alcançar o seu leitor com a mensagem de estímulo à vida. Caio Fernando Abreu apresenta o enfrentamento como escolha, como forma de resistência.

O escritor gaúcho não foi o único intelectual a propor, ainda no contexto do surgimento do HIV-AIDS, uma nova abordagem para a doença. Herbert Daniel destaca-se também pela formulação de um discurso de resistência e ressignificação criativa. Marcelo Bessa (1997, 2002), em sua análise do contexto literário nacional nas primeiras

décadas da epidemia, ressalta que, entre os escritores brasileiros que abordam a AIDS em suas obras, Daniel é uma exceção. Essa singularidade decorre do uso reiterado, em seus textos, das siglas HIV e AIDS. Enquanto outros escritores seguem o caminho delineado na obra de Caio Fernando Abreu, caracterizado pelo abuso de elipses e metáforas, com a quase total ausência dos termos técnicos.

A trajetória de Herbert Daniel, de ex-combatente político da ditadura a líder ativista pelos direitos civis das pessoas vivendo com HIV/AIDS, manteve-se relevante ao longo das décadas. Em 2018, sua vida emergiu como objeto de estudo detalhado através da biografia intitulada *Revolucionário e Gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel*, escrita pelo historiador James N. Green. Em 2023, as suas memórias também foram interpretadas artisticamente na produção musical *Codinome Daniel*, realizada pelo Núcleo Experimental de teatro de São Paulo. O enredo da peça, juntamente com suas composições musicais, elaboradas por Zé Henrique de Paula e Fernanda Maia (2024), respectivamente, foram posteriormente compilados e publicados em um livro homônimo à montagem teatral.

O tom militante presente nas produções de Herbert Daniel reflete seu histórico de atuação ativa nos movimentos sociais brasileiros. Ainda como estudante de medicina na década de 1960, ele se envolveu no movimento estudantil, desempenhando o papel de vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Green (2018) destaca que o golpe militar e a intensificação das medidas autoritárias pelo regime levaram Daniel a se engajar na luta armada, tornando-se um dos fundadores dos Comandos de Libertação Nacional (Colina), onde colaborou com a futura presidenta Dilma Rousseff. Além disso, ele participou de outras organizações políticas, como o POLOP, o VAR-Palmares e o VPR, desempenhando um papel de liderança intelectual. Entre as atividades que planejou e executou durante seu período como guerrilheiro, incluem-se o assalto a bancos para financiar as operações da resistência e os sequestros dos embaixadores da Alemanha e da Suíça, com o objetivo de negociar a libertação de presos políticos.

O início da produção literária de Daniel é caracterizado por textos memorialísticos que narram suas experiências e propõe uma reflexão sobre o período ditatorial. Obras como *Passagem para o próximo sonho* (1982) e *Meu corpo daria um romance* (1984) são permeadas por elementos biográficos que se entrelaçam com traços ficcionais. Nesses livros, Daniel compartilha os bastidores da resistência armada e mergulha em seus

conflitos pessoais. Entre os aspectos destacados nos livros está o ambiente homofóbico que dominava a esquerda da época e as tensões geradas por ser homossexual.

O primeiro texto de Herbert Daniel sobre o HIV/AIDS foi publicado no livro *Jacarés e Lobisomens*, lançado em parceria com Leila Míccolis em 1983 –, mesmo ano em que morre a primeira vítima brasileira da AIDS. A obra reúne ensaios sobre a história da homossexualidade no Brasil. Seu título, que alude ao ditado popular homofóbico “Mulher com Mulher vira jacaré e Homem com Homem vira lobisomem”, já revela o tom irônico e contestador que atravessa toda a obra. A reflexão sobre o HIV/AIDS foi incluída como um anexo do livro, intitulado *A síndrome do preconceito*, e foi assinado somente por Herbert Daniel.

O ensaio tinha como objetivo refletir sobre a associação que estava sendo estabelecida entre o HIV/AIDS e a homossexualidade. O autor privilegia em sua abordagem dois aspectos que considera centrais para a compreensão da nova doença: a cobertura realizada pela imprensa e a forma como o saber médico vinha conduzindo a questão. Para Daniel, era preciso desassociar a homossexualidade da sentença de morte, para isso, era necessário combater o pânico provocado pela imprensa e incluir outros saberes no debate público sobre o tema, incluindo as experiências de quem vivia com AIDS. Os argumentos seminais apresentados pelo autor, em meio a um contexto de considerável incerteza, foram posteriormente retrabalhados e refinados ao longo de sua contínua atuação na luta contra os estigmas. Destacamos três passagens significativas de sua reflexão inicial:

A primeira vítima registrada da AIDS, no Brasil, foi um famoso costureiro. Certamente adquiriu o vírus em terras americanas. Os outros casos descritos estavam no mesmo caso: trouxeram dos Estados Unidos a misteriosa doença. Imediatamente a imprensa se mobilizou e a homossexualidade - é claro! - chegou às primeiras páginas, arrastada pela medicina. É difícil pensar que tal questão pudesse romper o silêncio pudibundo e preconceituoso dos jornais a não ser por razões médicas e policiais. Antes mesmo que o mal tivesse alguma importância epidêmica, o estardalhaço foi tal que a AIDS passou a ser mais popular que a fome ou as tradicionais doenças infecto-contagiosas, que, no entanto, matam milhares de brasileiros todos os anos (DANIEL, 1983, p. 123).

Entre o sensacionalismo que insuflava o pânico (forma obscurantista do exercício da liberdade de imprensa nas nossas sanitárias sociedades democráticas) e o equívoco de supor ações criminais dos homófobos, a perda de tempo só servia para desinformar todos e adoecer muitos. Foi assim que o mal se espalhou nos países desenvolvidos. Foi assim que o mal chegou às terras brasileiras, em meados de 1983. Agora, enquanto

escrevo, com uns poucos mortos e alguns feridos, a guerra medra devagarzinho. Os elementos da tragédia já estão a postos. Primeiro, o pânico: em São Paulo a reação é mais preocupada; no Rio ainda não se acredita na gravidade da situação. Segundo, a incompetência ou insuficiência das instalações da Saúde Pública. Terceiro, a vigência de um preconceito que impede que a palavra "homossexual" seja escrita ou pronunciada fora de certos antros específicos - entre os quais as páginas policiais, os relatórios médicos ou panfletos e livros semiclandestinos (DANIEL, 1983, p.122-123)

Naturalmente é preciso fazer circular amplamente a informação. Mas, neste caso, é preciso considerar que: a) além das informações médicas existem outras, sociais e políticas, absolutamente imprescindíveis para a compreensão da AIDS e de seus mecanismos epidêmicos; e, b) os "homossexuais" além de "receberem" informação devem também informar a comunidade médica - que parece entender tão pouco da questão - e também a própria comunidade que produz informação, que parece tudo desconhecer sobre as condições e circunstâncias das homossexualidades (DANIEL, 1983, p. 126).

A chegada do HIV/AIDS, para Herbert Daniel, exigia a formulação de uma nova agenda ético-política da resistência. Em sua perspectiva, era necessário desenvolver um projeto que englobasse uma reflexão mais profunda sobre as experiências homossexuais e uma participação coletiva e politizada desses indivíduos. Para ele, somente a combinação de um discurso crítico com a ação transformadora seria capaz de enfrentar as novas camadas de opressão desencadeadas pela chegada do vírus. Com esse propósito, Daniel se tornou o primeiro candidato assumidamente homossexual a concorrer a uma eleição no Brasil e começou a se organizar em grupos de ação em prol dos direitos homossexuais. Em 1985, junto com seu companheiro Claudio e com João Antônio Mascarenhas, ele fundou no Rio de Janeiro o Triângulo Rosa, uma entidade que se destacou no cenário da abertura política democrática ao colocar as questões identitárias na pauta das discussões.

Contudo, o Triângulo Rosa resistiu em assumir um ativismo relacionado ao HIV/AIDS. Isso se deu, de acordo com Green (2018, p.301), porque João Antônio Mascarenhas acreditava que associar um grupo homossexual aos problemas da doença reforçaria o estigma de que esse era um tema exclusivo das "bichas". Herbert Daniel discordava da postura de seu companheiro de grupo. Em sua visão, uma ampla mobilização social era necessária para enfrentar a epidemia e os homossexuais precisavam unir forças com outras parcelas da sociedade. Foi nessa perspectiva que ele ingressou na recém-criada ABIA- Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS.

Sua atuação na ABIA, ao lado de figuras como Betinho, Walter Almeida e Richard Parker, foi fundamental para o seu reconhecimento nacional e internacional no combate humanizado e solidário ao HIV/AIDS. Em 1987, no mesmo ano da fundação da ABIA, Daniel publica *Alegres e irresponsáveis abacaxis americanos: imagens dos dias do medo (dias, aliás, é um anagrama de Aids)*. A história ficcional, ambientada em uma vila, narra os desdobramentos da morte de um morador em decorrência da AIDS. São inúmeros os personagens que se distribuem em diversos pequenos núcleos ao longo do enredo. Esse trabalho se tornou um dos primeiros romances brasileiro a abordar diretamente a nova doença. No entanto, embora tenha se consolidado, ao longo das décadas, como um documento histórico importante, a obra não é celebrada por suas qualidades literárias. Pelo contrário, críticos como Bessa (1997, p. 79) apontam que a profusão de histórias torna o texto confuso e que o caráter excessivamente educativo e o extenso do romance o faz ficar cansativo, prejudicando sua estrutura narrativa.

Alegres e irresponsáveis abacaxis representa, por meio de diversos casos do cotidiano, o diagnóstico social identificado por Herbert Daniel em seu ensaio de 1983. O pânico em torno da doença, juntamente com o ódio contra os homossexuais, permeia toda a obra. Os personagens fazem, com regularidade, referência a notícias dos jornais ou a programas de TV, indicando a influência exercida pela mídia sobre a temática. O livro inicia com o funeral no domicílio de um dos moradores da vila. Do lado de fora da casa, há “uma aglomeração de cochichos”, enquanto dentro, os poucos presentes, “assentados ou em pé, estão longe do caixão”. As vozes que ecoam da área externa alertavam que “todo cuidado é pouco ... pega e mata sem remédio ... todo mundo sabe que ele era...”.

Não se sabe do que ele morreu. Pode ser da tal Aids. Você sabe que ele desmunhecava. **Essa gente, todo mundo sabe, está espalhando isso.** E lá dentro está cheio de outros desmunhecados. A gente não pode se arriscar. Vamos chamar a Higiene Pública para remover o entulho (DANIEL, 1987, p.21. Grifos nossos.)

Os moradores da vila, em um surto coletivo, passaram a enxergar o corpo morto e seus colegas de casa como uma ameaça. Mesmo diante das tentativas de indicar que “os senhores estão tomados de pânico” e que “tudo isso é absurdo” já que “não há nenhum perigo de Aids aqui”, a pequena multidão seguia proferindo frases como: “li no jornal que esse gueis ... enquanto não acabarem com todos os gueis a gente fica sempre sujeito a pegar” (DANIEL, 1987, p. 24-25).

O livro continua a apresentar, ao longo de sua narrativa, diversas situações de preconceito e violência que foram exacerbadas pelo pânico em relação ao HIV/AIDS e pelo medo associado aos homossexuais. Herbert Daniel busca contextualizar esse cenário, apontando como tais reações são parte de uma epidemia social, uma vez que a “Aids é uma invasão da infecção virótica, é uma doença, não é uma sacanagem de todo-poderoso”. “Não é bicha que dá Aids” (DANIEL, 1987, p. 239). Os personagens que tentam alterar as opiniões e as ações violentas de seus vizinhos o fazem ora por meio de uma resposta crítica a alguma atitude ou dizer, ora, principalmente, por meio de uma postura vinculativa solidaria. Esses agentes de mudança, majoritariamente, demonstram empatia por seus interlocutores e buscam, por meio do diálogo, promover uma transformação coletiva.

A consagração de Herbert Daniel como escritor foi alcançada a partir das cartas abertas e outros ensaios sobre o HIV/AIDS publicados na imprensa e nos boletins da ABIA. Isso se deu em contraste com a falta de reconhecimento literário, por parte da audiência e da crítica especializada, de seus livros memorialísticos e obras ficcionais. Apesar das baixas vendas e dos comentários negativos direcionadas aos seus romances, é relevante salientar que nesses trabalhos já se vislumbram elementos precursoras do estilo e temas que posteriormente seriam destacados em seus textos mais aclamados.

A primeira carta aberta, sobre o HIV/AIDS, publicada por Herbert Daniel é intitulada *Notícias de outra vida*. No texto, divulgado originalmente pelo *Jornal do Brasil* em março de 1989, o autor torna pública sua recém descoberta do diagnóstico positivo para o HIV. Bessa (2002, p. 73) considera esse um “texto-pontapé”, no qual já se encontram basicamente todas as palavras que aparecerão nas cartas seguintes e nas inúmeras entrevistas que ele concederá. São termos como “discriminação”, “clandestinização”, “morte civil”, “viver como ato político” e “solidariedade”, que passam a guiar a produção intelectual e a militância de Herbert.

Doente, a gente fica. Morrer, toda a gente vai. No entanto, quando se tem Aids, dizem más e poderosas línguas que a gente é “aidético” e, para fins práticos, carrega um óbito provisório, até o definitivo passamento que logo virá. Eu, por mim, descobri que não sou “aidético”. Continuo sendo eu mesmo. Estou com Aids. Uma doença como outras doenças, coberta de tabus e preconceitos. Quanto a morrer, não morri: sei que Aids pode matar, mas sei melhor que os preconceitos e a discriminação são muito mais mortíferos. Quando morrer, que a morte me seja leve, mas não me vou deixar matar pelos preconceitos.

Estes matam em vida, de morte civil, a pior morte. Querem matar os doentes de Aids, condenando-os à morte civil. Por isto, desobedientemente, procuro reafirmar que estou vivíssimo. Meu problema, como o de milhares de outros doentes, não é reclamar mais fáceis condições de morte, mas reivindicar melhor qualidade de vida. Problema, aliás, que é comum à quase totalidade dos brasileiros (DANIEL, 2018, p.21).

O texto denunciava a desumanização das pessoas que viviam com HIV/AIDS. Daniel estava convencido de que o preconceito pré-existente, quando associado ao desconhecimento sobre a nova epidemia, produzia uma violência desestabilizadora que, entre outras consequências, perseguia e impedia os homossexuais de viverem plenamente. “Além de ser afetado por uma doença grave, ter de vivê-la solitária e clandestinamente é a pior tragédia que pode ocorrer a uma pessoa com Aids” (DANIEL, 2018, p.23). Por isso, ele considerava que dizer “eu estou vivo” tinha se tornado um ato político, uma postura de “desobediência civil”, que reforçava a qualidade dos homossexuais enquanto cidadão.

Para Hebert Daniel (2018. p.22), “há uma Aids que se tem definido, a partir de uma visão estreita e antiquada de medicina, como contagiosa, incurável e mortal” e os que operavam dentro desse sistema são verdadeiros “tecnocratas da morte”. Ele questiona, por exemplo, porque nas notícias sobre o HIV/AIDS existe um destaque conferido a incurabilidade. Essa seria, em sua visão, a “pior estratégia para informações para a saúde. O máximo que se consegue, ao amedrontar as pessoas, é afastá-las da verdadeira informação cujo objetivo é fornecer métodos de prevenção e ensinar: **A Aids pode ser evitada**”. Dessa forma, ele conclui, “dizer simplesmente que a Aids é mortal tem servido apenas como condenação à morte civil” (DANIEL, 2018, p.23-24, destaque do próprio autor).

A preponderância de uma perspectiva meramente medicalizante sobre o HIV/AIDS seria, na lógica de Herbert Daniel, o que produziria a clandestinização dos homossexuais. Por esse motivo, o autor-militante defende que o doente precisava também se “curar da vergonha, da culpa e do medo”, sendo necessário que “as pessoas com Aids não se escondam. Mostrem-se como são. Falem de sua situação”. Essa mudança pública de postura não deve ser individual, ao contrário, deveria ocorrer coletivamente, em “grupos de auto-ajuda e participação social. Esses grupos, destinados a combaterem a morte decretada da clandestinidade, não servirão apenas para terapia de seus membros.

Servirão, principalmente, como terapia para uma sociedade que adoece com a discriminação” (DANIEL, 2018, p.23).

Daniel redige, ao longo de 1989, mais três cartas abertas que são, posteriormente, reunidas em um livro bilíngue (português-inglês) publicado pelo selo da ABIA. Essa coletânea, que recebe o título de *Vida antes da Morte*, ainda conta com uma carta escrita por Claudio, “comparsa de vida há 17 anos” e por um ensaio escrito, pelo próprio Herbert, dois anos antes de descobrir que estava com HIV/AIDS. O autor apresenta a obra expressando que a concebe como “uma carta aberta. À vida. Aos vivos, como eu. Aqui estarei conjugando o verbo viver em todos os tempos, constantemente”. Ele afirma que não tinha a intenção de apenas produzir um depoimento sobre a doença. Sua finalidade era “dizer que a Aids pode ser evitada, que pode ser vencida. Dizer também que pode ser **vivida** sem pavor ou preconceitos; que pode ser vivida como se vive qualquer dificuldade do existir” (DANIEL, 2018, p.17).

Ao resumir seus objetivos com a publicação, o autor enfatiza a solidariedade como uma força política, “a única capaz de transformar o mundo”. Por isso, considera que o conjunto dos seus escritos pode ser interpretado como uma “cartografia da solidariedade”. Em sua segunda carta aberta, intitula *O vírus é inocente*, Herbert destaca que “como toda epidemia, esta reflete um estágio do nosso desenvolvimento social. Então, é bom levar em conta que, como em outras, o controle desta epidemia depende de novas formas de vida social e que o melhor remédio continua sendo a solidariedade” (DANIEL, 2018, p.30). A ideia assume a centralidade do modelo ético-político de vinculação proposto por Herbert Daniel. O sucesso no controle da epidemia dependeria dos esforços conjuntos da educação, da informação e dos serviços de assistência e tratamento. Entretanto, essas iniciativas só serão bem-sucedidas se forem capazes de mobilizar as pessoas, vencendo a divisão entre “eles” e “nós”, “saudáveis” e “doentes”, “homossexuais” e “heterossexuais” (DANIEL e PARKER, 2018). Em abril de 1988, no segundo *Boletim da ABIA*, Daniel já havia defendido a necessidade de substituição de um regime bélico de combate à epidemia em prol de uma lógica solidária.

Costuma-se falar em luta, combate, batalha, para se referir ao trabalho necessário à prevenção e controle de uma epidemia, particularmente como a de Aids. No entanto, essas imagens bélicas não definem exatamente o caráter da atividade exigida. De fato, não se trata de uma guerra, que exigiria a presença de heróis e vítimas; trata-se, sim, de um esforço que pede a participação de irmãos.

A solidariedade é o instrumento fundamental na tarefa de eliminar a epidemia, valorizando a vida. Há um ano e meio a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA) vem trabalhando com a informação e prevenção da Aids. Esta experiência trouxe-nos a certeza de que é possível e urgente elaborar um programa de prevenção e informação que corresponda às atuais necessidades do país. Estamos convencidos de que tal programa ainda não existe principalmente por falta de vontade política do Governo (DANIEL, 1982, p.1).

A interpretação de Daniel sobre o fenômeno do HIV/AIDS estava intrinsecamente ligada ao contexto político da época, caracterizado pela transição lenta e gradual para a democracia, após mais de duas décadas de um regime ditatorial autoritário. A experiência pessoal do autor-militante o levou a considerar que a resposta inicial da sociedade brasileira diante da epidemia, marcada pela culpabilização e pelo medo, representava uma ameaça à cidadania das pessoas com AIDS e àqueles pertencentes aos grupos considerados de risco. Herbert afirmava ter perdido sua cidadania duas vezes: primeiro, ao ser forçado a viver na clandestinidade, por sua participação na luta armada, e segundo, por viver com HIV. Essa reflexão é melhor desenvolvida em sua carta *Antes, a vida*, na qual destacamos alguns trechos significativos para essa questão:

Vivi clandestino durante anos, no Brasil, enquanto lutava contra a ditadura. Naquela época, também vivia clandestinamente minha sexualidade. Foram duros tempos. Por lutar pela liberdade, eu era perseguido pelas forças policiais. Nesta luta eu achava que havia uma incompatibilidade entre ser guerrilheiro e homossexual. Foi depois disto que aprendi que não se luta por meia liberdade. Que não há liberdade sem liberdade sexual. Há muitos anos entendi que viver transparentemente minha sexualidade significava exigir cidadania para todos, não apenas para aqueles que são ou não são ditos homossexuais (DANIEL, 2018, p.46)

Tenho conhecido muitos doentes. Homossexuais ou não, o maior sofrimento porque passam é o que decorre do preconceito. É não poder ser apenas um doente, é ter que ser estigmatizado, um “aidético”. É o medo das, muito frequentemente, invisíveis pressões sociais (o pior preconceito nem sempre é a discriminação direta). É o pânico de não poder ter mais vida sexual e afetiva. É a constante presença de pessoas que parecem estar segurando a alça do seu caixão. É a invisível rede de opressões criadas pelo círculo familiar, às vezes por médicos, padres, até amigos. Diante disso, a opção mais frequente é a clandestinização, um modo de fugir para morrer, já que a morte é a única forma de vida que a sociedade parece oferecer ao doente. A questão não é, nunca, oferecer melhores circunstâncias para o doente morrer em paz. É encontrar para eles as melhores condições de vida. A clandestinidade é o reconhecimento da impossibilidade que a sociedade tem de viver a doença. É um atestado de falência.

O doente de Aids toma-se um ser sem nome e sem história. E preciso tirá-lo da escuridão da clandestinidade para que possam dizer em plena luz: “este é o meu nome, esta é a minha história”. Muito menos do que “assumir” um “ser” ou um “estado”, essa ação será uma forma coletiva de escrever, de forma mais democrática, nossa história (DANIEL, 2018, p.47).

O desejo de Herbert Daniel de construir uma nova história sobre a epidemia, em que os próprios personagens por ela afetados tomem a palavra para si, era também uma maneira de criticar a representação estigmatizada da figura do aidético. O termo, usualmente empregado nas primeiras décadas, tem o poder simbólico de acionar todas as mistificações da doença. A sujeição produzida por essa nomeação é a de um paciente terminal, que tem uma curta sobrevida e a impossibilidade de uma ação eficaz. Por isso, na sua carta *Quarenta Segundos de AIDS*, ele enfaticamente afirma não ser um aidético. “Apenas estou com Aids. Ser, continuo sendo o que não era nem fui, por ser agora a continuação do pode ser que eu, como todos, sou dia a dia” (DANIEL, 2018, p.33).

Se sou terminal é como um rodoviário, cheio de chegadas promissoras e partidas para as mais formidáveis e apaixonadas estradas dos viventes. Não tenho sobrevida; tenho uma vida de sobra, a única da qual poderei deixar o rastro de uma paixão que sempre moveu em mim alguma coisa imóvel que se enraizou no fundo de um lugar que eu costumava chamar de peito, mas que sei que fica além de qualquer coração (DANIEL, 2018, p. 44)

A trajetória de Herbert Daniel revela-se como uma jornada intrinsecamente ligada à luta pelos direitos civis das pessoas vivendo com HIV/AIDS. Desde seus primeiros ensaios sobre a doença, Daniel propôs uma abordagem crítica, destacando a necessidade de desassociar a homossexualidade do estigma da morte, desafiando os discursos até então em circulação e promovendo a inclusão de diversas vozes no debate público. Sua militância na ABIA e suas caratas abertas, refletiram seu compromisso em promover a solidariedade e combater o preconceito, buscando uma transformação coletiva em prol da qualidade de vida das pessoas afetadas pela epidemia.

As cartas de Herbert Daniel adotam uma abordagem militante, enquanto as de Caio Fernando Abreu seguem um estilo narrativo poético para tratar da temática. Apesar das diferenças de abordagem, ambos os autores convergem na resposta que oferecem ao problema causado pela epidemia do HIV/AIDS: a defesa da vida. Suas narrativas buscam gerar novos significados sobre a doença e para aqueles que carregam seus estigmas. Em

suas proposições, o presente emerge não apenas como uma dimensão temporal habitável, mas também como um terreno a ser ocupado e expandido como uma forma de fazer política. Com isso, podemos observar a proposta de habitar o tempo em que o presente se expande em detrimento de um futuro incerto e de um passado que oscila entre tons nostálgicos e zonas de violência.

Por fim, é importante ressaltar dois “efeitos rebote” antagônicos que podem ser gerados pela resposta de hipervalorização do presente em detrimento a um futuro achatado. Essa organização temporal, ocasionalmente, produziu efeitos adversos, dentre os quais uma certa paralisia, uma vez que o presente, ao tornar-se o único espaço habitável, tornou-se excessivamente pesado por carecer das perspectivas reconfortantes de um horizonte futuro. Outro efeito observado, entre uma parcela da população homossexual, foi a intensificação de uma vida hedonista, marcada pela busca incessante por um prazer imediato - que, nesse contexto, não equivale necessariamente ao gozo - como uma estratégia para lidar com as tensões exacerbadas pela nova realidade da epidemia.

Considerações finais: um tempo sem futuro?

Gostaríamos de terminar apontando para a possibilidade de desenvolvemos uma reflexão visando apresentar o que consideramos ser o cenário posterior ao programa homossexual. Ao apresentar nossas considerações finais, queremos, na verdade, indicar percursos possíveis para futuras pesquisas que venham a se debruçar sobre a temática em um contexto contemporâneo.

Na discussão, sobre os últimos homossexuais, baseada nos estudos realizados por Perlongher (2012) e por Meccia (2011; 2016), seria interessante explorar o desgaste do programa homossexual e apontar o surgimento algumas linhas discursivas que desenham o desenvolvimento de novos projetos identitários. Nosso interesse é pensar que regimes temporais ganhariam força após a pulverização da arquitetura do programa homossexual. Se, como defendemos, a projeção de um futuro utópico era central para a sustentação da homossexualidade enquanto projeto identitário, o que fazer quando no horizonte próximo não se vislumbra futuro? Ou então, em que tempo se refugiar em busca de abrigo, de afago existencial, quando as distopias dominam a imaginação e o presente habitado?

O argumento central é que a pandemia do HIV/AIDS desestabilizou de tal forma as maneiras de habitar o tempo que uma nova arquitetura temporal foi produzida a partir das tentativas de reordenar o tempo da vida. A nossa aposta é de que emergiu um tempo sem futuro, marcado pelo esforço de viver o presente ao máximo e de rememorar nostalgicamente um passado que se apresenta, por vezes, quase como imemorial.

Ao prazer do presente

A arquitetura temporal que sucede o programa homossexual, em nossa hipótese, é estratificada, principalmente, em dois movimentos temporais. O regime de historicidade desses novos corpos seria regido tanto por um presente, que parece nunca passar, voltado para o prazer imediato, como também por uma nostalgia, por vezes melancólica, sobre um passado de lutas e pertencimento coletivo, ainda que em guetos.

Acreditamos que o foco na tendência presentista (HARTOG, 2015) do programa queer indica, em linhas gerais, como esse tempo regido por Dionísio (MAFFESOLI, 1985) operacionaliza um trabalho público da memória (DUNN, 2016) e produz em uma nova ética de habitar o mundo (VIDARTE, 2020).

Lembrar do que não foi

A nostalgia é último movimento temporal que iremos abordar nesta tese. Isso porque o novo projeto político-identitário também privilegia a revisita do passado. O apego e a valorização dos tempos idos não são tendências necessariamente novas, o que confere destaque ao atual boom nostálgico é que ele traz elementos singulares que são fundamentais para entendermos como dinamizamos nossas identidades e identificações. Uma dimensão que parece consensual no entendimento da nostalgia contemporânea é sua relação com a nossa dificuldade de lidar com o tempo. A proliferação de produtos nostálgicos parece expressar nosso “mal-estar de estar no tempo”, nossa dificuldade de imaginar “futuros possíveis” (RIBEIRO, 2018).

A nostalgia está frequentemente relacionada a imaginações utópicas ou despóticas de questões sociais ou políticas. Seria, entretanto, redutor afirmar que se trata de um mero desejo de retorno a um lugar ou tempo perdido já que a nostalgia tem demonstrado se tratar de um fenômeno cultural complexo, uma forma muitas vezes criativa de experimentar o tempo que diz muito do que somos, como vivemos, como significamos a nós mesmos e ao mundo ao nosso redor (NIEMEYER, 2014; 2018; RIBEIRO, 2018).

Dessa forma, a nostalgia queer seria como um processo terapêutico elaborado pela imaginação em que as fantasias individuais e coletivas operam uma espécie de afago existencial, uma “cura” para as mazelas vividas tanto no passado como no presente. Com isso, os corpos e as identidades dissidentes, bem como, a própria comunidade hoje LGBTQI+ conseguiriam projetar um futuro em que ressignificariam as noções de quem são, o que podem ser e o que querem ser (PADVA, 2014). Essas são algumas ideias, apostas para a continuidade da pesquisa, com as quais gostaríamos de encerrar este trabalho.

Referências

- ABREU, Caio Fernando. A mais justas das saias. In: **Pequenas Epifanias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014a.
- ABREU, Caio Fernando. Última carta par além dos muros. In: **Pequenas Epifanias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014c.
- ABREU, Caio Fernando. Primeira carta para além do muro. In: **Pequenas Epifanias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014e.
- ABREU, Caio Fernando. Segunda carta para além do muro. In: **Pequenas Epifanias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014f.
- ABREU, Caio Fernando. Mais uma carta para além do muro. In: **Pequenas Epifanias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014f.
- ABREU, Caio Fernando. **Poesias nunca publicadas de Caio Fernando Abreu**. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- ABREU, Caio Fernando. **Por onde andaré Dulce Veiga?:** um romance. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014d.
- ABREU, Caio Fernando. **Teatro Completo**. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- ABREU, Caio Fernando. Pela Noite. In: **Triângulo das águas**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- ABREU, Caio Fernando. Carta para Luciano Alabarse. In: MORICONI, Italo. (Org.). **Caio Fernando Abreu cartas**. Rio de Janeiro: Selo HB, 2016, p. 165.
- ABREU, Caio Fernando. Carta para Maria Magliani. In: MORICONI, Italo. (Org.). **Caio Fernando Abreu cartas**. Rio de Janeiro: Selo HB, 2016b, p. 166-167.
- ABREU, Caio Fernando. Cartão para Lucienne Samôr. In: MORICONI, Italo. (Org.). **Caio Fernando Abreu cartas**. Rio de Janeiro: Selo HB, 2016c, p. 169.
- ABREU, Caio Fernando. Carta para Ruy Krebs. In: DIP, Paula. (Org.) **Para sempre teu, Caio F.** – cartas, memórias, conversas de Caio Fernando Abreu. Rio de Janeiro: Record, 2014b, p. 303-306.
- AFONSO, Luís Felliipe Fernandes. **O som e a fúria de um novo Brasil:** juventude e rock brasileiro na década de 1980. 198 f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) –Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz:** o arquivo e a testemunha. São Paulo: Boitempo, 2008.
- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- AHMED, Sara. **The Cultural Politics of Emotion**. Edinburg University Press, 2004.

AHMED, Sara. The Organisation Of Hate. **Law and Critique**, n 12, p.345-365, 2001. Sara

AHMED, Sara. The politics of fear in the making of worlds, **International Journal of Qualitative Studies in Education**, 16:3, p. 377-398, 2003.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **Vozes de Tchernóbil**: a história oral do desastre nuclear. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Higiene Moral - Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro)**: estudo sobre as perversões e inversões do instinto genital. Rio de Janeiro: Laemmert, 1906.

AMADO, Jorge. **Capitães de Areia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARAÚJO, Lucinha (ed.). **Preciso dizer que te amo**. São Paulo: Globo, 2001.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

AZEVEDO, J. H. P.; CARVALHO, Carlos Alberto; CIRINO, José; FERREIRA, Vinicius.; FORTES, Camila ; BASTOS, Izamara ; MINEIRO, Edison. Aids e HIV como acontecimentos catastróficos e o evitamento da catástrofe: reflexões a partir de Caio Fernando Abreu e Herbert Daniel. In: MAIA, Jussara; BERTOL, Rachel; VALLE, Flávio; MANNA, Nuno. (Org.). **Catástrofes e crises do tempo**: historicidades dos processos comunicacionais. Belo Horizonte: Selo PPGCOM/UFGM, 2020, p.127-146.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura Popular na idade média e no renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Editora Hucitec, 2013.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance II**: as formas do tempo e do cronotopo. São Paulo: Editora 34, 2018.

BARBOSA, Alexandre Naime; SOUZA, Lenice do Rosário. Infecção pelo HIV/AIDS: Uma doença crônica e tratável. **Revista Racine** (São Paulo), v. 99, p. 42-50, 2007.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo Sensacionalista ou de sensações? In: BARBOSA, Marialva. **Percursos do olhar**: comunicação, narrativa e memória. Niterói: EDUFF, 2007.

BARROSO, Renato Régis. **Pajubá: o código linguístico da comunidade LGBT**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes/UEA. Manaus, 2017.

BARTHES, Roland. **Aula**: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França. São Paulo: Cultrix, 2013a.

BARTHES, Roland. Deliberação. In: **O Rumor da Língua**. São Paulo:WMF Martins Fontes, 2012c, p. 445-462.

BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. São Paulo: Cultrix, 2012c.

BARTHES, Roland. Escritores e Escreventes. In: **Crítica e Verdade**. São Paulo: Perspectiva, 2013b, p. 31-39.

- BARTHES, Roland. Estrutura da Notícia. In: **Crítica e Verdade**. São Paulo: Perspectiva, 2013b, p. 57-67.
- BARTHES, Roland. Jovens Pesquisadores. In: **O Rumor da Língua**. Editora WMF Martins Fontes, 2012b, p.98-106.
- BARTHES, Roland. O discurso da História. In: **O Rumor da Língua**. Editora WMF Martins Fontes, 2012a, p. 163-180.
- BARTHES, Roland. **O grau zero da escrita**: seguido de novos ensaios críticos. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- BARTHES, Roland. **O Óbvio e o Obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BARTHES, Roland. Palavras sobre a violência. In: **O grão da voz**: entrevistas. Editora WMF Martins Fontes, 2004, p.428-436.
- BARTHES, Roland. **Sade, Fourier, Loyola**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BATAILLE, Georges. L'Abjection et les Formes Misérables. In: BATAILLE, Georges (org.). **Oeuvres Complètes**: écrits posthumes (1922-1940), Vol. 2. Paris: Gallimard, 1970.
- BELANI, Márcio Roberto Laras. **Plínio Marcos e a marginalidade urbana paulista**: história e teatro (1958 -1979). Dissertação (História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, 2006.
- BERNARDET, Jean-Claude. **A doença**: uma experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BESSA, Marcelo Secron. **Histórias Positivas**: a literatura (des)construindo a aids. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- BESSA, Marcelo Secron. **Os perigosos**: autobiografias & AIDS. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.
- BIANCARELLI, Aureliano. Doença em Foco: as reportagens sobre a Aids publicadas pela Folha de S. Paulo. **Revista USP**, (33), 1997, p. 136-147.
- BLASIUS, Mark. **Gay and Lesbian Politics**: sexuality and the emergence of a new ethic. Philadelphia: Temple University Press, 1994.
- BLASIUS, Mark. Na Ethos of lesbian and Gay Existence. **Political Theory**, Vol. 20 n.4, Nov. 1992, p. 642-671.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORTOLOZZI, Remom Matheus. **Entre trapos e colchas**: vestígios da memória LGBT sobre as primeiras respostas à epidemia de HIV/AIDS. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, 2021.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.
- BOURKE, Joanna. **Fear**: a cultural history. London: Virago, 2005.

BOURKE, Joanna. Joanna Bourke, Fear and Anxiety: Writing about Emotion in Modern History. **History Workshop Journal**, vol. 55, n.1, 1 March 2003, pp. 111–33.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BROOKS, Peter. **The melodramatic imagination**: Balzac, Henry James, melodrama, and the mode of excess. New Haven and London: Yale University Press, 1995.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da subjetivação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do sexo. São Paulo: N1-Edições/ Crocodilo Edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.

CAMINHA, Adolfo. **Bom Crioulo**. São Paulo: Iba Mendes, 2019.

CARVALHO, Bernardo. **O último gozo do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CARVALHO, Carlos Alberto. **Visibilidades mediadas nas narrativas jornalísticas**: a cobertura da Aids pela Folha de S. Paulo de 1989 a 1987. São Paulo: Annablume, 2009.

CARRILHO, Heitor. Laudo psiquiátrico. Em **Processo Criminal n. 4739/47**. (1927, 14 de dezembro). Processo Criminal Febrônio Índio do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Manicômio Judiciário Heitor Carrilho, 1927.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

COHEN, Anthony P. **The Symbolic Construction of Community**. London and New York: Routledge, 2001.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics**: The Creation of Mods and Rockers. London: MacGibbon & Kee, 2002.

COLLINGWOOD, R.G. A imaginação histórica In: **A Ideia de História**. Lisboa: Editorial Presença, 1972, p.287-306.

COLLING, Leandro. Ao combater a “cura gay”, seu argumento difere do usado pelos fundamentalistas? In: COLLING, Leandro e NOGUEIRA, Gilmaro. **Crônicas do CUS**: cultura, sexo e gênero. Salvador: Editora Devires, 2018, p. 129-132.

COOK, Matt. 'Archives of Feeling': the AIDS Crisis in Britain 1987. **History Workshop Journal** 83 (1), 2017, pp. 51-78.

COOK, Matt. Squatting in History: Queer pasts and the cultural turn. In: ROSENEIL, Sasha; FROSH, Stephen. (Org.). **Social Research after the cultural turn**. London and New York: Palgrave Macmillan, 2012. p. 93-119.

COOK, Matt; EVANS, Jennifer V. **Queer Cities, Queer Cultures: Europe since 1945**. London, New Delhi, New York, Sydney: Bloomsbury Publishing, 2014.

CONTIERO, Lucinéia. **Plínio Marcos: uma biografia**. Tese (Doutorado em Literatura e Sociedade), UNESP, 2007.

COSTA, Rogerio da Silva Martins da. **Sociabilidade homoerótica masculina no Rio de Janeiro na década de 1960: relatos do jornal O Snob**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Dissertação (Mestrado profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Fundação Getúlio Vargas.

CRIMP, Douglas. Mourning and Militancy. **October**, The MIT Press, Vol. 51 (Winter, 1989), pp. 3-18.

CVETKOVIC, Ann. **An Archive of Feeling: trauma, sexuality and Lesbian Public Cultures**. Durham and London: Duke University Press, 2003.

D'AMARAL, Marcio Tavares. **Comunicação e diferença: uma filosofia de guerra para uso dos homens comuns**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

D'AMARAL, Marcio Tavares. Sobre tempo: considerações intempestivas. DOCTORS, Marcio (Org.) **Tempo dos Tempos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DADICO, Claudia Maria. Epidemias, pandemias e o ódio: caminhos para a governamentalidade da pandemia da Covid-19. **Revista Publicum** (UERJ). Rio de Janeiro, v.6, n.1, p. 70-93, 2020.

DAMASCENO, Hugo de Nilson. **Febrônio Índio do Brasil na imprensa carioca (1919 – 1939)**. Dissertação (Psicologia Social) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

DANIEL, Hebert. **Meu Corpo daria um romance**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

DANIEL, Hebert. **Passagem para o próximo sonho**. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

DANIEL, Herbert. **Vida antes da morte/Life before death**. Rio de Janeiro: Abia, 2018.

DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. **AIDS: a terceira epidemia – ensaios e tentativas**. Rio de Janeiro: ABIA, 2018.

DELANTY, Gerard. **Community**. London and New York: Routledge, ed. 2, 2009.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova internacional**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DINSHAW, Carolyn. **Getting Medieval: sexualities and communities, pre-and postmodern**. Durham and London: Duke University Press, 1999.

DINSHAW, Carolyn. Got Medieval? **Journal of the History of Sexuality**. University of Texas Press, vol. 10, n. 2, p.202-212, Abr. 2001.

DION, Sylvie. O "fait divers" como gênero narrativo. **Letras** (Santa Maria), v. 34, p. 123-131, 2007.

DIP, Paula. **Para sempre teu, Caio F.** – cartas, memórias, conversas de Caio Fernando Abreu. Rio de Janeiro: Record, 2014.

DIP, Paula. **Numa hora assim escura:** a paixão literária de Caio Fernando Abreu e Hilda Hilst. Rio de Janeiro: J.O., 2017.

DOSSE, François. **Renascimento do Acontecimento**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

DOSSE, François. **A história**. Bauru: Edusc, 2003.

DOURADO, Luiz Ângelo. **Homossexualismo (masculino e feminino) e delinquência**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

DUBERMAN, Martin; VICINUS, MARTHA; CHAUNCEY JR, George. **Hidden from History:** reclaiming the gay and lesbian past. London: Penguin Books, 1991.

DUNN, Thomas R. **Queerly Remembered:** rhetorics for representing the GLBTQ past. Columbia: University of South Carolina Press, 2016.

DUNKER, CHRISTIAN I. L.. **O Cálculo Neurótico do Gozo**. 2. ed. São Paulo: Zagodoni, 2020.

EDLMAN, Lee. The mirror and the tank: 'AIDS', subjectivity and the rhetoric of activism. In: **Homographesis:** essays in gay literary and cultural theory. New York and London: Routledge, 1994.

ELIAS, Norbert. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FALUDI, Susan. **Blacklash:** o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FASSIN, Didier. **Humanitarian Reason:** a moral history of the present. Berkeley, Los Angeles and London: University Of California Press, 2012.

FAUSTO NETO, Antônio. Entrevista com Antônio Fausto Neto: saúde em uma sociedade midiaticizada. **Eco-Pós** (UFRJ), v. 10, 2007, p. 198-206.

FAUSTO NETO, Antonio. **Mortes Em Derrapagens:** os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

FERRAZ, L.; LERNER, Katia . A doença como construção jornalística no noticiário da revista Veja. In: LAGO, Claudia; MARTINEZ, Monica. (Org.). **Jornalismo:** silêncios, censuras e potências. 1aed.São Paulo: Balão Editoria, 2017, p. 26-40.

FERREIRA, Vinicius. A coluna bixórdia no Lampião da Esquina: um manifesto queer. In: RÊGO, Ana; FERREIRA, Vinicius. **Jornalismo:** Cidadania & Pesquisa – 30 anos do Curso de Jornalismo da UFPI. Teresina: EDUFPI, 2014.

FERREIRA, Vinicius. **Imprensa Homossexual Brasileira e Construções de subjetividades (1960-1980)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ), 2017.

FERREIRA, Vinicius. Por uma história cultural da imprensa homossexual. In: REGO, Ana Regina; HOHLFEDT, Antonio; SOUSA, Jorge Pedro; MACHADO, Maria Berenice; GUILLAMET, Jaume; RODRÍGUEZ, Alberto Pena. (Org.). **Os desafios da pesquisa em história da comunicação: entre a historicidade e as lacunas da historiografia**. 1ed.Porto Alegre: EdIPUCRS, 2019. p. 405-440.

FERREIRA, Vinicius. Regimes de visibilidade e modelos ideais de homossexualidade: o modelo igualitário da imprensa gay brasileira e suas disputas. In: FERREIRA, Vinicius; SILVEIRA, Thiago; BARBOSA, Maria do Socorro. (Org.). **Estudos de Gênero: uma perspectiva multidisciplinar**. 1ed.New York: Mr. Wilson Publishing, 2016, v. 1, p. 67-96.

FERREIRA, Vinicius; RÊGO, Ana Regina. Eis a mulher contemporânea: a Revista Claudia e a representação do feminino. In: XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 2012, Recife. **Anais do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**, 2012.

FIGARI, Carlos. **@s "@outr@s" cariocas: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: séculos XVII ao XX**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **Ditos & Escritos: ética, sexualidade, política**. Vol.5, 3ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017, p. 141-157.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. Friendship as a Way of Life. In: RABINOW, Paul (Org.). **The Essential Works of Michel Foucault (1954-1984): Ethics, Subjectivity and Truth**. New York: The New Press, 1997. p. 135-140.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RAIBONOW, Paul (Org.). **Foucault, uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, As heterotopias**. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. Outros Espaços In: **Ditos e Escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 411 – 422).

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como projeto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREEMAN, Elizabeth. **Time Binds: Queer Temporalities, Queer Histories**. Durham and London: Duke University Press, 2010.

FREUD, Sigmund. Além do Princípio do Prazer (1920). In: **Obras Completas vol. 14**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p.120-178.

FREUD, Sigmund. **Lembranças Encobridoras**. In: FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, volume III. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996b.

FREUD, Sigmund. **Luto e Melancolia**. São Paulo: Cosac Naify, 2011a.

FREUD, Sigmund. **O Eu e o Id, “Autobiografia” e outros escritos**. Obras Completas (1923-1925) Vol. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.

FREUD, Sigmund. **O Mecanismo psíquico do esquecimento**. In: FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, volume III. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996a.

FREUD, Sigmund. **Recordar, Repetir e Elaborar** (novas recomendações sobre a técnica da Psicanálise II). In: FREUD, Sigmund. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, volume XII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.

FREUD, Sigmund. Twenty-Fifth Lecture: Fear and Anxiety. In: **A general Introduction to Psychoanalysis**. Durham: Duke Classics, 2014.

FRY, Peter Henry. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982

FRY, Peter. Entrevista de História Oral concedida a Claudio Roberto da Silva em 24 de fevereiro de 1994. In: SILVA, Claudio Roberto da. **Reinventando o sonho: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil Contemporâneo** 1998. Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade de São Paulo, 1998.

FRY, Peter. Febrônio Índio do Brasil: onde cruzam a psiquiatria, a profecia, a homossexualidade e a lei. In: Alexandre Eulálio; Berta Waldman; Carlos Vogt; Edward MacRae; Gilberto Velho; Maurício D'Olne Campos; Mariza Corrêa; Peter Fry. (Org.). **Caminhos Cruzados**. São Paulo: Brasiliense, 1983, p.65-80.

FRY, Peter Henry; MACRAE, Edward. **O que é Homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GAMA, Maria Clara Brito da. Cura Gay? Debates parlamentares sobre a (des)patologização da homossexualidade. **SEXUALIDAD, SALUD Y SOCIEDAD** (RIO DE JANEIRO), v. S.I, p. 4-27, 2019.

GIL, Jose. **Medo**. São Paulo: N1-Edições, 2020.

GOIS, Wilma Farias. **Afetos da obra de Leonilson: arte e vida, mapas e escrita**. 2015. 137 f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-graduação em Artes, Fortaleza (CE), 2015.

GOMES JUNIOR, João. **Sobre Frescos e Bagaxas: uma história social do homoerotismo e da prostituição masculina no Rio de Janeiro entre 1890 e 1938**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

ABDAL, A. Sobre regiões e desenvolvimento: o processo de desenvolvimento regional brasileiro no período 1999-2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 261. 2015.

GOODE, Erich; BEM-YEHYDA, Nachman. **Moral Panics: the social construction of deviance**. Singapore: Wiley-Black Well, 2009.

GREEN, James N. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Unesp, 2000.

GREEN, James N. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidade e a esquerda na América Latina. **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth** (UNICAMP), Campinas, v. 10, n.18/19, p. 13-44, 2003.

GREEN, James N. **Revolucionário e Gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel – pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

GREEN, James N.; POLITO, Ronald. **Frescos Trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)**. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2006.

GUERRA, Sabrina de Barros Ferreira. “**Transtornos do Instinto Sexual?**” **A Medicina Legal define a homossexualidade, lesbianidade, transgeridade e intersexualidade**. Tese (Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2019.

GUIMARÃES, Carmem Dora. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Ed.Garamond, 2004.

GUZIK, Alberto. **Risco de Vida**. São Paulo: Globo, 1995.

HALL, Stuart et al. **Policing the Crisis: Mugging, the State, and Law and Order**. London, Macmillan, 1978.

HALPERIN, David M. **How to do the history of homosexuality**. Chigado and London: The University of Chigado Press, 2002.

HARTOG, François. **Regime de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HJARVAD, Stig. Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural 2012. **Matrizes (USP)**, ano 5, n.2, jan./jun. 2012, p.53-91.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HUBBARD, Phil. **Cities and Sexualities**. London and New York: Routledge, 2012.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.

IRIBURE, André.; LAZARIN, Lucas. **Um panorama da produção de teses e dissertações em Comunicação no Brasil que abordam a temática LGBT**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom, 2014, Foz do Iguaçu. Comunicação: Guerra & Paz, 2014b.

IRIBURE, André; LAZARIN, Lucas. Um levantamento dos estudos das homossexualidades no-s programas de pós-graduação em Comunicação Social de 1992 a 2008. In: **Conexão: Comunicação e Cultura**, v. 13, p. 207, 2014a.

JARDIM, Eduardo. **A doença e o tempo: aids, uma história de todos nós**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

KANT, Immanuel. **Crítica da Faculdade do Juízo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

KANT, Immanuel. **Escritos sobre o terramoto de Lisboa**. Lisboa: Almedina, 2005.

KEIGHTLEY, E.; PICKERING, M. **The Mnemonic Imagination**: remembering as creative practice. Londres: Palgrave Macmillan, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

KVELLER, Danie. **Dissidências sexuais, temporalidades queer**: uma crítica ao imperativo do progresso e do orgulho. Salvador: Devires, 2022.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LAURETIS, Teresa. **Alice ya no**: feminismo, semiótica, cine. Madrid: Ediciones Cátedra, 1992.

Laurindo-Teodorescu, L; Teixeira, PR. **Histórias da aids no Brasil, 1983-2003**. Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2015.

LEAL, Bruno Souza. **Caio Fernando Abreu, a metrópole e a paixão do estrangeiro**: contos, identidade e sexualidade em trânsito. São Paulo: Annablume, 2002.

LEAL, Bruno Souza.; CARVALHO, Carlos Alberto. Aproximações à instabilidade temporal do contexto. **Revista Famecos**, v. 24, p. 1-17, 2017.

LEAL, Ferreira. **Um Homem Gasto**. Uberlândia: O sexo e a Palavras, 2019.

LEITE, Kelma Lima Cardoso. **Aparthoids**: uma análise sociológica da manipulação e ocultação do estigma da aids. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006,

LIMA. Estácio de. **A inversão dos sexos**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1934.

LISOVSKY, Maurício; MAUAD, Ana Maria. Orgulhar-se da Tortura: uma cruz na Serra do Mar. In: BARBOSA, Marialva; SACRAMENTO, Igor (Org.). **Vozes Consoantes**: comunicação e cultura em tempos de pandemia. Rio de Janeiro: Mauad X, 2021, p. 177-195.

LOPES, Denilson. Experiência e Escrita, In: **O homem que amava rapazes e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002a.

LOPES, Denilson, Uma história brasileira. In: **O homem que amava rapazes e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002b.

LUCAS LIMA, C. H. **Linguagens pajubeyras**: re(ex)istência cultural e subversão da heteronormatividade. 1. ed. Salvador: Devires, 2017.

MACRAE, Edward. **A Construção da Igualdade**. Salvador: Edufba, 2018.

MACRAE, Edward. Mesa 1 – Os estudos e movimentos LGBT no Brasil pós-Stonewall. In: COLLING, Leandro. (Org.). **Stonewall 40+ o que no Brasil?**. Salvador: Edufba, 2011.

MAIA, Thiago Helder. **Um homem gasto**: naturalismo, historiografia LGBT e primeira recepção crítica. Via Atlântica, São Paulo, n.33, 273-283, jun. 2018.

MARCOS, Plínio. **Navalha na Carne**: quando as máquinas param. São Paulo: Global Editora, 1978.

MAROCCO, Beatriz. A morte iminente no fait divers. In: Beatriz Marocco, Christa Berger, Ronaldo Henn. (Org.). **Jornalismo e acontecimento**: diante da *morte*. 1ed. Florianópolis: Insular, 2012, v. 3, p. 185-202.

MASCARENHAS, João Antônio. Entrevista de História Oral concedida a Claudio Roberto da Silva em 24 de outubro de 1927. In: SILVA, Claudio Roberto da. Reinventando o sonho: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil Contemporâneo 1998. Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade de São Paulo, 1998.

MORICONI, Italo. **Caio Fernando Abreu cartas**. Rio de Janeiro: Selo HB, 2016

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo**: travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MECCIA, Ernesto. **Los últimos homosexuales**: sociología de la homosexualidad y la gaycidad. Buenos Aires: Gran Aldea Editores, 2011.

MECCIA, Ernesto. **El tempo no para**: los últimos homosexuales cuentan la historia. Buenos Aires: Eudeba, 2016.

MELLO, Ramon Nunes Mello. **Tente entender o que tento dizer**: poesia + hiv/adis. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2018.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2012.

MONEGALHA, Fernando. **O tempo do sentido**: cronos e aion no pensamento deleuziano. O Manguenzal, v1, n.2, p.88-95, jan./jun., 2018.

MOTTA, Bello da. **Homossexualismo em medicina legal**. Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1937.

MOTT, Luiz. **Escravidão, Homossexualidade e Demonologia**. São Paulo: Ícone, 1988.

MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. In: COURTINE, Jean-Jaques (Org.) **História do Corpo**: as mutações do olhar. O século XX. Petrópolis: Vozes, 2008.

MUÑOZ, José Esteban. Fantomas do sexo em público: desejos utópicos, memórias. **Periódicus**, Salvador, n.8, v.1, nov. 2017 - abr. 2018, p. 04-19, 2018.

NASCIMENTO, V.; MARIANO, N. ; SANTOS, C. Dialeto pajubá: marca identitária da comunidade LGBTQIA+. **GRAU ZERO**, v. 9, p. 67, 2021.

NIEMEYER, Katharina. **Media and Nostalgia**: yearning for the past, present and future. London: Palgrave Macmillan, 2014.

NIEMEYER, Katharina. O poder da nostalgia. In: SANTA CRUZ, Lucia; FERRAZ, Talitha (Org.). **Nostalgia e mídia**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2018.

NORA, Pierre. O Retorno do Fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Org.). **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1995, p. 179-193.

NOVAES, Marcos Oliveira. -Cura gay-: psicologia, política e religião, perspectivas em torno da problemática. **REVISTA PERIÓDICUS**, v. 2, p. 113-125, 2021.

PAVDA, Gilad. **Queer Nostalgia in Cinema and Pop Culture**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

PARKER, Richard. Prefácio. In: DANIEL, Herbert. **Vida antes da morte/Life before death**. Rio de Janeiro: Abia, 2018.

PARKER, Richard; AGGLETON, Peter. **Estigma, Discriminação e AIDS**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids – ABIA, 2021.

PAULA, Zé Henrique de; MAIA, Fernanda. **Codínome Daniel**. São Paulo: Ercolano, 2024.

PELBART, Peter Pál. **A nau do tempo-rei**: sete ensaios sobre o tempo da loucura. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

PELUCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), v. 1, p. 104-124, 2009.

PENTEADO, Darcy. **Nivaldo e Jerônimo**. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

PERLONGHER, Néstor. Lá desaparición de lá homosexualidad (1991), In: **Prosa Plebeya: ensayos 1980 - 1992**. Buenos Aires: Colihue, 2016.

PERRONE-MOISÉS. **Com Roland Barthes**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

PERLONGHER, Néstor. **O que é AIDS?** São Paulo: Brasiliense, 1987.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O direito de curar: homossexualidade e medicina legal no Brasil dos anos 1930. In: **Intensidades Eróticas**: a questão gay em debate. Rio de Janeiro: E-papers, 2014.

PERRONE-MOISÉS. Lição de Casa. In: BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo, Cultrix, 2013, p.50 -107.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2017.

PEIXOTO, Afrânio. **Sexologia Forense**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1934.

PEIXOTO, Afrânio. **Medicina Legal** (Psicopatologia forense). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

PEIXOTO, Afrânio. **Los “Missexuales”**. De los Archivos de Medicina Legal. Año I, Núm. 2 – MayoJunio 1931. Buenos Aires: Frascoli y Bindi, 1931.

POLLAK, Michel. **Os homossexuais e a AIDS: sociologia de uma epidemia**. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

POLLAK, Michael. A homossexualidade masculina, ou: a felicidade no gueto? In: ARIÉS, Philippe; BÉJIN, André (Org.). **Sexualidades Ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

POMIAN, K. Catastrofe. In: **Enciclopedia Einaudi**, vol.2, Turin, 1977.

POMIAN, Krzysztof. **El Orden del Tiempo**. Madrid: Júcar Universidad, 1990.

POMPÉIA, Raul. **O Ateneu**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

PONTE, Cristina. **Notícias e silêncios: a cobertura da sida no Diário de Notícias e no Correio da Manhã**. Porto: Porto Editora, 2004.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

PRECIADO, Paul B. Necropolítica à francesa In: **Um apartamento em Urano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.91-94.

PUENTE, Fernando Rey. **Ensaio sobre o tempo na filosofia antiga**. São Paulo: Annablume, 2010.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: QUINALHA, Renan H; GREEN, James N; FERNANDES, Marisa; CAETANO, Marcio. (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1ed.São Paulo: Alameda Editorial, 2018, v. 1, p. 17-35.

QUINTÃO, G. F.. A nova direita cristã: alianças, estratégias e transfiguração do discurso religioso em torno do projeto de cura gay. **ESTUDOS DE SOCIOLOGIA**, v. 22, p. 53-71, 2017.

RAWET, Samuel. Nem mesmo um anjo é entrevistado no terror. In: RUFFATO, Luiz (Org.). **Entre Nós**. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2007, p.147-150.

RÊGO, Ana Regina. Jornalismo: Temporalidades, ética e memória. In: Ana Regina Rêgo; Teresinha Queiroz; Marcela Miranda (Org.). **Narrativas do Jornalismo & Narrativas da História**. 1ªed.Lisboa: Media XXI, 2014, v. 1, p. 33-56.

RIBEIRO, Leonídio. **Homossexualismo e Endocrinologia**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1938.

RIBEIRO, Leonídio. Homossexualismo e Endocrinologia **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v.13, n.3, p.498-511, set. 2010.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Discurso e poder: a contribuição barthesiana para os estudos de linguagem. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 27, n.1, p. 79-93, 2004.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, M. . História da comunicação no Brasil: um campo em construção. In: Ana Paula Goulart Ribeiro e Micael Herschmann. (Org.). **Comunicação e História: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008, p. 13-26.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; LEAL, Bruno Souza; GOMES, Itania. A historicidade dos processos comunicacionais: elementos para uma abordagem. In: MUSSE, Christina Ferraz; VARGAS, Herom; NICOLAU, Marcos. (Org.). **Comunicação, mídias e temporalidade**. Salvador: Edufba, 2017, p. 37-58.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; MARTINS, Bruno.; ANTUNES, Elton. Linguagem, sentido e contexto: considerações sobre comunicação e história. **Revista Famecos**, v. 24, p. 1-17, 2017. HOBSBAWM, Eric J. A era dos impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; BORGES, Wilson; MELO, Alice. A catástrofe como tragédia: da metonímia à sinonímia. In: MAIA, Jussara; BERTOL, Rachel; VALLE, Flávio; MANNA, Nuno. (Org.). **Catástrofes e crises do tempo: historicidades dos processos comunicacionais**. 1ed.Minas Gerais: Selo PPGCOM/UFGM, 2020, p. 53-79.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. **Televisão e memória: entre testemunhos e confissões**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2020.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Mercado da nostalgia e narrativas audiovisuais. **E-COMPÓS** (BRASÍLIA), v. 21, 2018

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas: estudos gays - gêneros e sexualidades**. v. 4, n. 5, jul./dez., 2010.

RICOEUR, Paul. **A ideologia e a utopia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2017.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RIO, João do. História de Gente Alegre. In: RUFFATO, Luiz (Org.). **Entre Nós**. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2007, p. 37-47.

RIO, João do. **O bebê de tarlatana rosa**. Rio de Janeiro: Editora Brasileira Lux, 1925.

ROACH, Tom. **Friendship as a way of live: Foucault, AIDS, and the politics of shared estrangement**. Albany: State University of New York Press, 2012.

ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

ROSENWEIN, Barbara. Worrying about Emotions in History. In: **American Historical Review** 107: 3, 1 Jun. 2002, pp. 821-45.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. Gozo. In: **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p.299-301.

ROUSSO, Henry. **A última Catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

RUBIN, Gayle. Tráfico Sexual – entrevista Gayle Rubin com Judith Butler. **Cadernos Pagu**, nº21, 2003, p.157-209.

SACRAMENTO, Igor. A melodramatização da pandemia: a Covid-19 e as dinâmicas de representação do inimigo. In: BARBOSA, Marialva; SACRAMENTO, Igor. (Org.).

Vozes Consoantes: Comunicação e Cultura em Tempos de Pandemia. 1ed. Rio de Janeiro: MauadX, 2021.

SACRAMENTO, Igor; CIRINO, J. Antônio. **A Infecção e suas memórias:** o testemunho e a exposição do viver com HIV no YouTube. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

SACRAMENTO, Igor; FRUMENTO, Eduardo. O câncer nas biografias sobre José Alencar: a construção de um ethos heroico. **Revista Fronteiras** (Online), v. 17, p. 374-385, 2015.

SANTIAGO, Silviano. **Mil Rosas Roubadas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SANTOS, Matheus Araujo dos. Abjeto em disputa: dissidências ou não entre Bataille, Kristeva e Butler. In: COLLING, Leandro; THURLER, Djalma. (Org.). **Estudos e Políticas do CUS.** 1ed. Salvador: Edufba, 2013, v. 1, p. 61-85.

SANTOS, J. V. S. ; FERREIRA, V.R.C. . O Lampion da Esquina no contexto ditatorial: a subversão como resistência. In: XII Encontro Nacional de História da Mídia, 2019, Natal. **Anais do XII Encontro Nacional de História da Mídia**, 2019.

SCHAURICH, Diego; COELHO, Débora Fernandes; MOTTA, Maria da Graça Corso da. A cronicidade no processo saúde-doença: repensando a epidemia da AIDS após os anti-retrovirais. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, RJ, v. 14, p. 455-462, 2006.

SCHWARCZ, Lilian Moritz; STARLING, Heloisa, Murgel. **A bailarina da morte:** a gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, ed. 16, p. 297-325, fev., 1998.

SEDGWICK, Eve. How to bring your kids up gay. In: WARNER, Michael (org.). **Fear of a queer planet:** queer politics and social theory. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2007, p. 69-81.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). **Catástrofe e representação.** São Paulo: Escuta, 2000.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação da Questão: a literatura do Trauma. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, memória, literatura:** o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

SILVA, Aguinaldo. **Memórias de Guerra.** Rio de Janeiro: Record, 1986.

SILVA, Aguinaldo. **Turno da noite:** memórias de um ex-reporter de polícia. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2013.

SILVA, José Fábio Barbosa da. Homossexualismo em São Paulo: estudo de um grupo minoritário. In: GREEN, James; TRINDADE, Ronaldo (Org.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos.** São Paulo: Editora Unesp, 2005, p. 47-173.

SOARES, Rosana de Lima. **Imagens veladas:** Aids, imprensa e linguagem. 1. ed. São Paulo: Annablume Editora, 2001.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2009.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis: Vozes, 2006.

SODRÉ, Muniz. **A narração do Fato**: notas para uma teoria do acontecimento. 2.ed. Editora Vozes: Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a cultura**: comunicação e seus produtos. Petrópolis: Vozes, 1996.

SODRÉ, Muniz. Sobre o coração da cidade. In: PAIVA, Raquel; TUZZO, Simone A. (org.) **Comunidade, Mídia e Cidade**: possibilidades comunitárias na cidade hoje. Goiânia: FIC/UFG, 2014. p. 45-56.

SOLIVA, Thiago Barcelos. **A confraria gay**: um estudo de sociabilidade, homossexualidade e amizades na Turma OK. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora. AIDS e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

THOMÉ, Ricardo. **Eros proibido**: as ideologias em torno da questão homoerótica na literatura brasileira. Rio de Janeiro: Nova Razão Cultural, 2009.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TODOROV, Tzvetan. **Los Abusos de La Memoria**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2000.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TREVISAN, João Silverio. Entrevista de História Oral concedida a Claudio Roberto da Silva em 29 de janeiro de 1994. In: SILVA, Claudio Roberto da. **Reinventando o sonho**: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil Contemporâneo 1998. Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade de São Paulo, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, Amor e Desejo no Ocidente Cristão**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

VALLEJO, Fernando. **O despenhadeiro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VAZ, Paulo. O destino do fait divers: política, risco e ressentimento no Brasil contemporâneo. **Revista FAMECOS**, v. 35, p. 53-62, 2008.

Vaz, Paulo; POMBO, Mariana; Fantinato, Maria; Pecly, Guilherme. **O fator de risco na mídia**. Interface (Botucatu. Impresso), v. 11, p. 145-153, 2007.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

VIDARTE, PACO. **Ética bixa**: proclamações libertárias para uma militância LGBTQ. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

VIVEIROS DE CASTRO, Francisco José. *Atentados ao Pudor: estudos sobre as aberrações do instituto sexual*. 4 edição. Livraria Editora Freitas Bastos: Rio de Janeiro, 1943.

WATNEY, Simon. **Policing Desire**: pornography AIDS and the media. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

WALDBY, Catherine. **AIDS and the body politic**: biomedicine and sexual difference. London and New York: Routledge, 2005.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

WEEKS, Jeffrey. **Sexuality and its discontents**: meanings, myths & modern sexualities. London and New York: Routledge, 2002.

WEEKS, Jeffrey. **The Languages of sexuality**. London and New York: Routledge, 2011.

WEEKS, Jeffrey. **What is sexual history?** Cambridge, UK ; Malden, MA: Polity Press, 2016.

WHITAKER, Edmur de Aguiar; KRAUS, Eddi; OLIVEIRA, Magino Roberto de; NOGUEIRA, Joel Boto; SINISGALLI, Aldo. Estudo biográfico dos homossexuais (pederastas passivos) da capital de São Paulo. Aspectos da sua atividade social (costumes, hábitos, “apelidos”, “gíria”). **Separata dos: Arquivos de Polícia Civil e de Identificação de São Paulo**. V. II, n. 1, 1938-1939

ZELIZER, Barbie. **About to Die**: how news images move the public. New York: Oxford University Press, 2010.

ZOURABICHVILI, François. **O Vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

Jornais e revistas consultados

Boletim do Grupo Gay da Bahia

Boletim Informativo do Triângulo Rosa

Folha de S. Paulo

Gay Society

Gazeta de Notícias

Jornal do Brasil

Jornal do Comércio

Lampião da Esquina

Luta Democrática

O Dia

O Globo

O Jornal

O Snob

Pasquim

Revista de Neurologia e Psiquiatria de São Paulo

Revista Imprensa

Tribuna da Imprensa

Última Hora

Veja

Documentários

PAIXÃO DE JL. Direção: Carlos Nader. Produção: Itaú Cultural. Local: Brasil, 2014.
(2014).

RELÂMPAGO SOBRE A ÁGUA. Direção: Wim Wenders. Produção: Road Movies Filmproduktion, Wim Wenders Produktion. Local: Alemanha, 1980.

CARTA PARA ALÉM DOS MUROS. Direção: André Canto. Produção Canto Produções. Local: Brasil, 2021.

O PRÍNCIPE DO FOGO. Direção: Silvio Da-Ran. Local: Brasil, 1985.